



KELLEN CRISTINA VARISCO LAZZARI

**MEMÓRIAS E OS ARGUMENTOS NOS DISCURSOS POLÍTICOS
SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS ÀS QUESTÕES DE
GÊNERO NO RIO GRANDE DO SUL**

CANOAS, 2019

**MEMÓRIAS E OS ARGUMENTOS NOS DISCURSOS POLÍTICOS
SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS ÀS QUESTÕES DE
GÊNERO NO RIO GRANDE DO SUL**

KELLEN CRISTINA VARISCO LAZZARI

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Memória Social e Bens Culturais – linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Margarete Panerai Araújo

Coorientação: Prof. Dr. Artur César Isaia

Linha de pesquisa: Memória e Gestão Cultural

CANOAS/RS, 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L432m Lazzari, Kellen Cristina Varisco.
Memórias e os argumentos nos discursos políticos sobre as políticas públicas direcionadas às questões de gênero no Rio Grande do Sul [manuscrito] / Kellen Cristina Varisco Lazzari. – 2018.
321 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (doutorado em Memória social e bens culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2019.
“Orientação: Profa. Dra. Margarete Panerai Araújo”.
“Coorientação: Prof. Dr. Artur César Isaia”.

1. Discursos políticos. 2. Análise do discurso. 3. Memória. 4. Rio Grande do Sul. I. Araújo, Margarete Panerai. II. Título.

328(816.5)

Bibliotecário responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350



Credenciamento: Portaria N° 597/2017 de 5/5/2017, D.O.U de 8/5/2017

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS SOCIAIS

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Cleide Calgaro
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas
Universidade Feevale

Prof.ª Dr.ª Judite Sanson de Bem
Universidade La Salle

Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
Co-orientador, Universidade La Salle

Prof.ª Dr.ª Margarete Panerai Araujo
Universidade La Salle, Orientadora e Presidenta da Banca

Área de Concentração: Memória Social

Curso: Doutorado Interdisciplinar em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 11 de dezembro de 2019.

*Dedico este trabalho a todas as
pessoas que lutam pelos direitos
humanos das mulheres e pelo fim
de todas as formas de violências e
discriminações sobre mulheres e
meninas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao “Cara lá em cima e toda sua Equipe”, que me deram força e inspiração na realização desta pesquisa, para eu acreditar que este momento chegaria.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelas bolsas de doutorado. Foi a partir desses incentivos que pude realizar meu doutorado.

À Professora Doutora Margarete Panerai Araújo, que ouviu com paciência e carinho minhas ideias, queixas e choros. Agradeço pela orientação precisa e relevante, pelas críticas e sugestões, que favoreceram o desenvolvimento contínuo ao longo de todo o trabalho.

Ao Professor Doutor Artur César Isaía, pelo interesse com que aceitou a coorientação deste trabalho, com esforço de integração de um processo em curso e pelas contribuições que dispensou.

Muito obrigada às professoras Dra. Cleide Calgaro, Dra. Judite Sason de Bem e ao professor Dr. Ernani César de Freitas, pelas valiosas sugestões feitas na qualificação.

Agradeço ainda à Professora Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan e ao Professor Dr. Lucas Graeff, que me apoiaram e confiaram em mim num momento difícil da minha vida familiar.

Às minhas professoras e professores, às funcionárias e funcionários do UNILASALLE, aos meus colegas do doutorado, que proporcionaram momentos de alegria, companheirismo e troca de conhecimentos; em especial, às colegas: Arlete, Rita e Renata.

Aos amigos Eduardo, Simone e Júlia, que de alguma forma me ajudaram e apoiaram durante este percurso e, principalmente, à Marilene, que, nessa reta final de trabalho, esteve ao meu lado fazendo tudo e mais um pouco para me ver feliz.

Agradeço a meus pais, por todo amor e apoio de sempre. À Edna, minha irmã, que, apesar de longe, sempre esteve perto, dando força, amor e, principalmente, fazendo com que eu confiasse na minha capacidade.

RESUMO

Esta tese explora a memória dos discursos políticos de duas gestões do Estado do Rio Grande do Sul, os governos de Tarso Genro (2011 a 2014) e de José Ivo Sartori (2015 a 2018), ao analisar os seus planos de governo, as notícias publicadas no site oficial do Governo do Estado e a legislação referente às políticas públicas para as mulheres publicada durante essas duas gestões. A memória analisada desses dois governos do RS é resultado da transmissão de seus programas de governo, das políticas públicas registradas na forma de leis, decretos e das notícias vinculadas no *site* oficial do governo do Estado, pois conservam, dessa maneira, a memória política de suas gestões. Baseada nas lembranças e esquecimentos das suas ações compartilhadas com os cidadãos e cidadãs do Estado, a memória foi capaz de constituir a identidade dessas duas administrações. Dessa forma, ao examinar os discursos dos dois governos preservados nessas memórias procurou-se perceber se eles foram discursos retóricos ou não, em relação às políticas sociais para as mulheres e se as gestões mantiveram ou alteraram a cultura de menos valia das mulheres no RS. Considerando o discurso como uma maneira pela qual os governos podem atuar sobre as pessoas, sobre a sociedade, cabe destacar que é por meio da análise desses discursos, do estudo da ideologia, que se pode entender os modos pelos quais as formas simbólicas são usadas para a implantação e manutenção de relações de dominação e desigualdades sistemáticas entre homens e mulheres. Para isso, dividiu-se a tese em cinco capítulos: Introdução; Memórias Diluídas; Argumentos e seus Disfarces: a nova retórica nas notícias dos governos; Gênero e o Declínio das Políticas Públicas e Conclusão. Com exceção da Introdução e da Conclusão, os demais capítulos foram feitos no formato de artigo e cada um com uma metodologia diferente a fim de responder seus objetivos. A introdução apresenta o problema de pesquisa, os objetivos da tese e o memorial da doutoranda. No segundo capítulo, para analisar os discursos constantes nos Planos de Governos das duas gestões citadas, utilizou-se a Análise do Discurso (AD) de Orlandi (2001) a fim de poder compreender a influência histórica dos sentidos e a ideologia que apareceram nesses discursos políticos. Assim, com esse artigo, foi possível concluir que a análise de discurso é atravessada pela ideologia, memória, e cultura da sociedade. No capítulo três foi usada a Nova Retórica, por meio da teoria da argumentação desenvolvida por Perelman e Olbrecht-Tyteca (2005) como instrumento de análise do discurso argumentativo dos governos de Tarso Genro (2011 a 2014) e de José Ivo Sartóri (2015 a 2018) sobre as políticas públicas para as mulheres que essas administrações optaram em deixar registrado, na forma de notícias, no *site* oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de identificar se os argumentos utilizados foram retóricos ou não e se modificaram ou mantiveram a cultura machista e de menos valia das mulheres existente no estado do RS. Já no capítulo quatro, optou-se em usar a pesquisa bibliográfica e documental para fazer uma discussão sobre as políticas públicas para as mulheres, sob a perspectiva de gênero, com o objetivo de mostrar como a construção social de gênero influencia não apenas as relações entre homens e mulheres, marcadas na sociedade brasileira por uma grande desigualdade, mas também como ela intervém na construção, ou melhor, na falta de políticas públicas direcionadas para as mulheres. Por fim, a conclusão da tese mostra que os discursos de ambas gestões foram retóricos, porém demonstra algumas diferenças importantes entre os dois governos analisados.

O governo de Tarso Genro apesar de ter usado de discursos retóricos, fez uma gestão mais voltada para a diminuição da violência contra as mulheres e para o empoderamento delas. De outro modo, em relação à gestão de José Ivo Sartori, constatou-se um retrocesso na proteção das mulheres, pois verificou-se, além dos discursos retóricos, a pouca ou nenhuma importância dada às mulheres desde o início de seu governo – ao não prever no seu plano de governo políticas públicas para elas e, logo que tomou posse, ao extinguir a SPM.

Palavras-chave: discursos políticos; análise do discurso, teoria da argumentação; políticas públicas para as mulheres; Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This thesis explores the memory of political speeches of two administrations of the State of Rio Grande do Sul – the government of Tarso Genro (2011 until 2014) and José Ivo Sartori (2015 until 2018), when analyzing their government plans, the news published on the official website of the State Government and the legislation regarding public policies for women published during these two administrations. The analyzed memory of these two regional governments is the result of a propagation of their government programs, the public policies registered as laws, decrees and related news published on the official website of the State Government, thus preserving the political memory of their governments. Based on the memories and forgetfulness of their actions shared with the citizens of the State, the memory was able to constitute the identity of both administrations. In this aspect, when examining the discourses of both governments preserved in these memories, it was sought to understand if they were rhetorical or not, in relation to social policies for women and whether the administrations maintained or altered the culture of surplus value for women in RS. Considering discourse as a way through which the governments can act on people and on society, it is worth noting that it is through the analysis of these speeches, the study of ideology, that one can understand the ways in which symbolic forms are used to the establishment and maintenance of relations of domination and systemic inequalities between men and women. Therefore, this thesis is divided into five chapters: Introduction; Diluted Memories; Arguments and their Disguises; the New Rhetoric in Government News; Gender and the Decline of Public Policies and Conclusion. With the exception of the introduction and the conclusion, all the chapters were written as articles, and each one has a different methodology in order to achieve their goals. The introduction presents the research problem, the purposes of the thesis and the memorial of the doctorate. The second chapter analyses the constant speeches of Government Plans from both administrations with the Discourse Analysis based on Orlandi (2001), in order to understand the historical influence of senses and the ideology that appeared in these speeches. Therefore, with this article, it was possible to conclude that the discourse analysis is crossed by the ideology, memory and culture of the society. In chapter three, the New Rhetoric was used through the theory of argumentation developed by Perelman and Olbrecht-Tyteca (2005), as an instrument for the analysis of the argumentative speeches from the governments of Tarso Genro (2011-2014) and José Ivo Sartori (2015-2018) on public policies for women that these administrations chose to record, as news, on the official website of the State Government of Rio Grande do Sul, in order to identify whether the used arguments were rhetorical or not, and if they modified or maintained the sexist and surplus value culture of women that exists in Rio Grande do Sul. In chapter four, it was chosen to use bibliographical and documentary research to discuss public policies for women, from a gender perspective, since it aimed to show how the social construction of gender influences not only the relationships between men and women, regarded in Brazilian society with great inequality, but also how it intervenes in the construction, or better, in the lack of public policies towards women. At last, the conclusion of this thesis shows that the speeches in both administrations were

rethorical, but it also shows some important differences between the two analyzed governments. The government of Tarso Genro, despite having used rhetorical speeches, was an administration inclined to reduce violence against women and to develop their empowerment. Otherwise, the mandate of José Ivo Sartori showed a regression in the protection of women, since it was an administration where it was possible to verify, besides rhetorical discourses, little or no importance given to women since the beginning of his government, when Sartori did not provide public policies for them in his government plan and, as soon as he took office, he extinguished the Women Protection Office.

Keywords: political speeches; discourse analysis; theory of argumentation; public policies for women; State Government of Rio Grande do Sul.

LISTA DE SIGLAS

AD - Análise de Discurso

BO - Boletim de Ocorrência Policial

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial (Rede Municipal de Saúde Mental de Canoas)

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CMM - Coordenação Municipal da Mulher (Mulheres da Paz)

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMDIM - Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRM - Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Patrícia Esber (na cidade de Canoas)

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

FASE - Fundação de Atendimento Sócio-Educativa

FD - Formação Discursiva

HP - Hermenêutica de Profundidade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JECRIMs - Juizados Especiais Criminais

LMP - Lei Maria da Penha

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MS - Mandado de Segurança

NAVIV - Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial da Saúde

RS - Rio Grande do Sul

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNPM - Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres

Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PT - Partido dos Trabalhadores

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RS - Rio Grande do Sul

SEDIM - Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

TGPPG - Transmissão Geracional Psíquica de Papéis de Gênero

TJ - Tribunal de Justiça

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNILASALLE - Universidade La Salle

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Memorial	15
1.2 Contexto geral e aproximação à problemática de pesquisa e tese	21
1.3 Objeto e objetivos específicos e seus desmembramentos	25
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	25
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	24
REFERÊNCIAS.....	27
2 MEMÓRIAS DILUÍDAS.....	29
2.1 Introdução	29
2.2 Cultura e ideologia	30
2.3 Memória política	37
2.4 Memória digital	44
2.5 Método do discurso	47
2.6 Planos de governo	51
2.6.1 <i>Plano de governo de Tarso Genro</i>	52
2.6.2 <i>Plano de governo de José Ivo Sartori</i>	53
2.7 Entrelaçando as memórias dos planos de governo: reflexões analíticas	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	61
3 ARGUMENTOS E SEUS DISFARCES: A NOVA RETÓRICA NAS NOTÍCIAS DOS GOVERNOS.....	68
3.1 Introdução	68
3.2 Retórica de Aristóteles.....	70
3.3 Nova retórica: PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA.....	74
3.4 Método da argumentação das notícias e corpus	86
3.5 Análise das notícias em relação aos argumentos dos discursos	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS.....	113
4 GÊNERO E O DECLÍNIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	117
4.1 Introdução	117
4.2 Desenrolar do gênero	119
4.3 Metodologia	128
4.4 Políticas públicas de gênero e sua análise	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS.....	147

5 CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS	172

“Não há nenhum fundo sólido sob o oceano das informações. Devemos aceitá-lo como nossa nova condição. Temos que ensinar nossos filhos a nadar, a flutuar, talvez a navegar” (LÉVY, 1999, p. 15).

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de uma violência que não para de crescer no país: a violência de gênero. Muito embora o Brasil conte com boas leis no combate à violência contra as mulheres, a cada dois minutos uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

Especialistas no assunto afirmam que os números da violência contra as mulheres tendem a piorar com a flexibilização no uso de armas de fogo, pois colocará as mulheres numa situação de risco ainda maior já que a maioria dos casos de feminicídios acontece dentro da própria casa. Tendo em vista que o Estado tem a obrigação de garantir às mulheres brasileiras uma vida sem violência, uma ação como essa vai na contramão da proteção aos direitos humanos das brasileiras.

Foi, portanto, pensando nisso que esta tese se preocupou em analisar como a questão da violência de gênero vem sendo tratada no Estado do Rio Grande do Sul. Para realizar este estudo, iniciou-se com a contextualização e a aproximação à problemática da pesquisa, porém, antes é apresentado o memorial da autora. Após, a tese foi dividida em três grandes artigos que serão detalhados mais adiante e, por fim, é exposta a conclusão.

1.1 Memorial

Neste memorial, salientarei partes relevantes de minha trajetória acadêmica e profissional, bem como algumas experiências fora desses meios já citados. Por fim, apresentarei como me aproximei do objeto de pesquisa do meu projeto de tese de doutorado.

Sempre me interessei pela área de humanas. Quando chegou o momento de escolher para qual curso prestar vestibular fiquei em dúvida entre o curso de Jornalismo e o de Ciências Jurídicas e Sociais. Escolhi o curso de Direito e

ingressei na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Durante a faculdade, fiz estágio na Defensoria Pública. Não foi meu primeiro contato voltado ao social, pois, na adolescência, obtive experiência ao realizar trabalhos voluntários com crianças em uma vila de Porto Alegre. Contudo, o estágio na Defensoria oferecia um olhar diferente para os aspectos sociais, pois lidar, diariamente, com pessoas sendo despejadas de suas casas, com inúmeros problemas financeiros e de saúde não era uma tarefa fácil. Mas foi esse estágio que instigou ainda mais o gosto pelo trabalho social e, ao mesmo tempo, embora gostasse dessa atividade, percebi que o ofício da advocacia despertou dúvidas quanto ao que eu desejava. Muito embora tenha advogado logo após a formatura, procurei direcionar-me para a área dos concursos públicos, que não tivesse como atividade-fim a advocacia.

Entre estudos e cursos preparatórios para concurso, cursei como aluna especial a disciplina: Interação Mediada por Computador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Após, fui morar na Austrália por um ano. Retornei ao Brasil em 2006, comecei a trabalhar com logística, na empresa da minha família e iniciei uma especialização em Direito do Consumidor e Direitos Fundamentais na UFRGS, onde conclui a monografia intitulada: *Critérios de determinação da hipervulnerabilidade da criança frente à publicidade*.

Em 2008, ingressei na Polícia Civil como Delegada Plantonista, em Porto Alegre. Por dois anos, além de gerenciar a Delegacia, coordenava as equipes com as quais trabalhava em cada plantão e tive a oportunidade de trabalhar com todos os tipos de crimes e atender casos de violência doméstica na Delegacia para Mulheres (DM).

Em 2011, voltei a trabalhar na empresa da minha família e a pensar nos meus estudos, desejo que havia deixado de lado desde que havia ingressado na Polícia, visto o ritmo de estudo e práticas policiais muito intensos. Portanto, procurei opções de mestrados, mas, como já haviam encerrado os prazos das seleções, acabei me inscrevendo como aluna especial no mestrado do Programa Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, em março de 2012, cursei a disciplina: Crimes do Estado e Justiça de Transição.

Após o término da disciplina da PUC, com indicação de uma amiga, fiz a

seleção para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória e Bens Culturais na Universidade La Salle (Unilasalle). Pensei que seria uma ótima oportunidade de aprofundar os estudos em memória social, que tanto havia gostado, além de poder estudar outras áreas do conhecimento, uma vez que se tratava de um mestrado interdisciplinar e poderia ir além dos conhecimentos jurídicos. Fiz a seleção para a linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade e iniciei as aulas no PPG de Memória e Bens Culturais, do Unilasalle, em agosto de 2012.

Ao entrar no mestrado conversei com a professora orientadora Aline Accorssi, cuja linha de pesquisa era aquela para a qual eu havia me inscrito. Após contar da minha experiência na Delegacia da Mulher, sugeriu que eu aproveitasse essa experiência direcionando o meu projeto de pesquisa que, inicialmente, era com os jovens da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase/RS), à violência de gênero, temática que ela trabalhava, e me convidou para participar do seu grupo de estudo chamado Mariposas, o qual promovia estudos interdisciplinares nas temáticas de Gênero, Sexualidades e Feminismos. Foram dois anos de muito estudo e com ótimas experiências e oportunidades. Adorei não apenas estudar as questões de gênero, como a diversidade e, dessa forma, tornei-me mais sensível às desigualdades que ainda assolam o nosso país.

Minha dissertação intitulada *Violência de Gênero: uma análise a partir do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência – Patrícia Esber* foi aprovada com louvor. Ela fez parte de uma pesquisa maior da qual participei, intitulada: *Possibilidades e limites no rompimento do ciclo de violência contra mulheres: uma análise a partir dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Porto Alegre e região metropolitana*, cujo objetivo era analisar os fatores que podem influenciar o rompimento e/ou manutenção do ciclo de violência vivenciado por mulheres usuárias dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) em Porto Alegre e região metropolitana. Essa pesquisa desenvolveu-se de 2012 a 2015 e visava o aprimoramento dos atendimentos e um maior diálogo entre os atores (Estado e sociedade civil) da rede envolvida.

A minha pesquisa, em especial, teve como objetivo compreender como ocorre o ciclo de violência contra mulheres usuárias do Centro de Referência

(CRM) para Mulher Vítima de Violência Patrícia Esber, do município de Canoas/RS. Para isso, procurei revisitar a trajetória de construção do CRM e entender seu papel junto à rede de atendimento, no processo de intervenção dos casos de violência. Foi possível refletir sobre as memórias traumáticas das usuárias do CRM, procurando compreender como essas memórias podem auxiliar no rompimento do ciclo de violência. Também analisei de que forma as usuárias fizeram e fazem uso do auxílio prestado pelo CRM nas suas estratégias de resistência ou inovação no cuidado consigo mesmas.

Por se tratar de um mestrado profissional, ao final, além da produção da dissertação existe a necessidade também de apresentarmos um produto. E, como o meu intuito sempre foi poder contribuir e auxiliar de alguma forma com as mulheres, pensei em algo que não ficasse apenas dentro de uma biblioteca, mas que pudesse ajudá-las efetivamente, então produzi uma cartilha. Essa foi a forma de instruir e informar não apenas as mulheres, mas os homens também. Com verba do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) elaborei a cartilha: *Nós Podemos Enfrentar a Violência: sabia que, além de ajudar qualquer mulher, você pode ajudar a si mesma a superar a violência?*

Ao encerrar o mestrado, em 2014, não me afastei do mundo acadêmico, pois continuei fazendo parte do Grupo Mariposas e fui convidada, algumas vezes, a dar pareceres dos artigos enviados para publicação na Revista Diálogo (2238-9024), do Unilasalle. Os artigos se debruçam a problematizar e/ou compreender questões sociais em diferentes contextos e a partir de distintas abordagens teóricas, promovendo a reflexão, tanto teórica quanto prática, dos processos de desenvolvimento social e o fortalecimento da cidadania.

Também continuei em outra pesquisa, coordenada pela orientadora do mestrado, iniciada no ano de 2014 e que encerrou no ano de 2017, a qual teve como objetivo analisar a imbricação da memória social, diretamente relacionada com o campo cultural da sociedade contemporânea, com a produção e a manutenção da violência contra mulher na vila Nova Chocolate, em Porto Alegre/RS.

Já no ano de 2016 tive um artigo publicado em uma revista científica, intitulado: *Violência de Gênero e Direito das Mulheres no Brasil*, publicado na *InterScience Place*. Paralelamente a esses trabalhos, mantive o desejo de dar prosseguimento à minha pesquisa de mestrado, dessa vez não mais para falar

das dores das mulheres em situação de violência, mas tentar entender por que a violência de gênero ainda atinge níveis altíssimos em nosso país. Então, partindo de uma proposição levantada pelas autoras Scaffo e Farias (2012), a qual tomei conhecimento durante a produção da dissertação, pensei num pré-projeto de tese para o doutorado.

As autoras afirmavam que a transmissão geracional psíquica de papéis de gênero (TGPPG) influencia as gerações, (TGPPG seria um processo que envolve afetividade em relação às normas de comportamento). Ressaltam que, de geração a geração, é transmitida a crença de que a mulher é propriedade do homem, ao afirmar que no “[...], protocolo cultural que explicita seu pertencimento, é possível que essa crença tome tal relevo no imaginário, tanto masculino, como feminino que lhes confira a ideia de imutabilidade (SCAFFO; FARIAS, 2012, p. 5).

Então, na elaboração do pré-projeto de tese, queria avaliar o seguinte problema de pesquisa: Como a memória intergeracional contribui na manutenção da violência de gênero na vida das adolescentes da vila Nova Choclatão, no município de Porto Alegre/RS? Minha inscrição, em novembro de 2015, na seleção do doutorado em Memória Social e Bens Culturais, do Unilasalle, obteve aprovação e fui selecionada no edital como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em fevereiro de 2017, no segundo ano do doutorado fui surpreendida com a notícia da troca da orientadora, assumindo a professora Dra. Margarete Panerai Araújo, de outra linha de pesquisa - Memória e Gestão Cultural. A orientação recebida do PPG foi para alterarmos parcialmente o foco do projeto para enquadramento à nova linha de pesquisa e mantermos a temática de gênero e violência de gênero, ampliando os estudos para as políticas públicas e os aspectos sociais decorrentes que os acompanham e que desenvolvem a ideologia e cultura da sociedade atual.

Minhas produções mais recentes dizem respeito ao artigo *O ciclo da violência e a memória de dor das mulheres usuárias do CRM/Canoas-RS*, publicado na Revista Bagoas, em 2018; ao capítulo VIII, da Revista Museus, Memórias e Gestão: casos rio-grandenses, em 2018, intitulado *Capital Social e a Preservação do Patrimônio Cultural*, e ao verbete Pós Memória, de 2017, na edição revista e aumentada do Dicionário de expressões da memória social,

bens culturais e cibercultura, publicado pela editora UNILASALLE. O artigo aceito para publicação intitulado *Violência de Gênero e Direito das Mulheres no Brasil*, na revista InterScience Place, 2016, aguarda avaliação.

Além disso, a palestra *Violência de Gênero e as Políticas Públicas para as Mulheres*, no curso Violência Doméstica e o Direito das Mulheres, em maio de 2019, na Universidade Luterana do Brasil, em Gravataí; a participação no evento internacional, Congresso Sociology of Law que reuniu a Universidad de La República (Uruguai), o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal), o Research Committee on Sociology of Law (Working Groups: Social and Legal Systems/Human Rights), a Cátedra de Direitos Humanos Unesco Lasalle Costa Rica, e a Rede LaSalle de Universidades, em maio de 2019 no GT: Direito à Cidade e as transformações contemporâneas, com o artigo: *Direito a Políticas Públicas de Gênero no RS*, e em 2018, no GT Patrimônio Cultural na Sociedade da Informação, com o artigo *Capital Social e a Preservação do Patrimônio Cultural*. Participação no evento Research Week 2018, na Bond University Women's, Austrália, em outubro de 2018.

Assim, depois de alguns desafios, não apenas na vida acadêmica, muito estudo e trabalho, hoje, em 2019, com a tese finalizada cujo título é *Memória, Argumentos e o Declínio das Políticas Públicas de Gênero no RS*, dividida em cinco capítulos: Introdução; Memórias Diluídas; Argumentos e seus Disfarces; A nova Retórica nas Notícias dos Governos e Conclusão; sinto-me mais fortalecida e confiante nas minhas próprias capacidades de enfrentar e superar qualquer “contratempo”.

Por fim, destaco o que é, para mim, mais do que um pensamento, mas uma forma de viver – transformar o mundo significa que o ser humano se responsabilize e se comprometa com suas ações. Segundo Morin (2008), o importante é que cada pessoa entenda o resultado das suas ações, podendo reconhecer se é o que desejava para si, para a sociedade e para o planeta. Sugere ainda que não adianta a boa vontade, mas a ética do bem pensar, no que consiste a sua ideia de pensamento complexo, fruto de um esforço em articular saberes dispersos, diversos e adversos.

1.2 Contexto geral e aproximação à problemática de pesquisa e tese

Para dar sequência aos estudos de gênero, que iniciaram com o mestrado, e agora sob a ótica de outra linha de pesquisa, a de Memória e Gestão Cultural, esta tese é direcionada às políticas públicas de gênero e aos discursos de dois governos estaduais, que mais adiante serão expostos.

Contextualizando, uma recente pesquisa do Instituto de Pesquisa DataSenado e do Observatório da Mulher (2017) sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, divulgada pela Agência Patrícia Galvão, em dia 07 de junho de 2017, revelou dados que indicam a necessidade de maior efetivação e divulgação dos aspectos de proteção, garantidos pela Lei Maria da Penha (LMP), mas cuja implementação pelos poderes públicos continua muito aquém do necessário. Essa pesquisa demonstrou um aumento no número de mulheres que declaram ter sofrido algum tipo de violência doméstica: o percentual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017 e de mulheres que conhecem alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar praticada por um homem também aumentou, saindo dos 56%, em 2015, para 71%, em 2017. Segundo a Agência Patrícia Galvão (2017), “[...] são dados que indicam a necessidade de ampla efetivação da Lei Maria da Penha, em especial nos seus aspectos preventivos, que indicam caminhos para promover relações sociais e serviços públicos menos discriminatórios e violentos”.

Conforme experiência com a pesquisa de mestrado, viu-se que a violência contra as mulheres não pode ser separada da categoria de gênero, pois deve ser entendida como reflexo de desigualdade social, econômica e política, reforçada por uma cultura e ideologias sexistas, racistas, classistas, de dominação e exclusão. O conceito de gênero e suas relações referem-se a uma criação social em relação ao modo como mulheres e homens são socializados, isto é, suas atitudes, papéis e identidades são formados com base no que a sociedade atribui ao que está ligado ao feminino e ao masculino (SCOTT, 1995). “[...] Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL, 2000, p. 106). Logo, essas características são aprendidas na família, na escola, na instituição religiosa, no grupo de amigos, na maneira como as

peças e instituições distribuem o poder na sociedade, construindo, diferenciando, hierarquizando e atribuindo valores.

Por conseguinte, ao examinar as políticas públicas neste trabalho e tencionar sob a ótica de gênero, pretende-se avaliar se e de que forma o Estado tem auxiliado para a transformação do modelo patriarcal em algo diferente, que seja de respeito às diferenças de gênero, num trabalho que mantém a equidade de gênero, pela real igualdade entre homens e mulheres.

Para iniciar este estudo acha-se apropriado começar citando o que estabelece a Lei Maria da Penha (LPM) nesse sentido. Pois, essa Lei não apenas prevê a proteção às mulheres, como também a prevenção e o acesso a direitos e determina ao Estado brasileiro a adoção de políticas públicas de prevenção, assistência e repressão à violência, capazes de promover a superação da desigualdade entre homens e mulheres. O seu artigo 3º designa ao poder público o papel e a responsabilidade de desenvolver políticas que garantam os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares e o artigo 8º prescreve que essas políticas devam ser desenvolvidas “[...] por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de ações não governamentais”.

Sob essa perspectiva, é necessário enunciar que se entende política pública como sendo as atividades dos governos, de forma direta ou por delegação, que influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1986). Segundo Lowi (1964; 1972), a política pública pode ter quatro configurações: a primeira é a das políticas distributivas, onde o governo não leva em consideração os recursos limitados, que geram impactos mais individuais e menos universais, por dar mais distinção a certos grupos sociais ou regiões; a segunda é a das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. A terceira é a das políticas redistributivas, que alcança mais pessoas e impõe perdas concretas para certos grupos sociais, e ganhos incertos para outros como, por exemplo, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e se tornam as de mais difícil encaminhamento; a quarta configuração é a das políticas constitutivas, aquelas que tratam dos procedimentos.

À vista disso, também é importante identificar as “formas simbólicas de discurso e de argumentação” que são usadas na aplicação das políticas

públicas, muitas vezes, de forma ideológica pelos governos. Fazer a análise sob a concepção crítica dos fenômenos qualificados como ideologia ou como ideológicos é ter a possibilidade de enxergar que eles podem ser enganadores, pejorativos, ilusórios ou parciais, “[...] a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos” (THOMPSON, 1995, p. 73). A definição de ideologia pauta uma dada forma simbólica no momento de determinar e manter relações de dominação (poder assimétrico) e será contestatória ou crítica, quando arruinar essas relações.

Por esse ângulo, a retórica é uma das formas que alguns governos utilizam, por meio dos seus discursos e argumentos, para persuadir seus eleitores. A datar de Aristóteles, vê-se a ligação entre política e a arte retórica nas sociedades democráticas. Entendendo retórica como os meios mais adequados para persuadir e convencer um auditório (GIL, 2005), por sua vez, política é:

[...] uma forma adjetiva que contradistingue todas as atividades, interesses, decisões e instituições essencialmente referidas à “polis”, entendendo como uma circunscrição ou um corpus territorial que se inscreve um conjunto de homens submetidos a um governo, as instituições e as leis comuns. Justamente a comunidade de leis, instituições e governo é que determina o status de todos e cada um dos indivíduos (GOMES, 2004, p. 7).

A política demonstra-se perfeitamente capaz de produzir eventos políticos que são autênticos e que são encenações, com personagens políticos de alto nível de *performance*, aptos para o consumo como informação. Nessa lógica, notícias que veicularam e veiculam na internet sobre as ações de governos, podem ser caracterizadas por uma ideologia, por um tipo de argumentação que reforça ou mantém a cultura da violência de gênero contra as mulheres.

Quando se pensa em violência de gênero, Strey (2012) a define como o ato violento em função do gênero a que a pessoa pertence, ou seja, a violência ocorre porque a vítima é homem ou mulher. Diz, contudo, que é praticamente sinônimo de violência contra a mulher, pois elas são o maior número de vítimas.

Portanto, a relevância deste trabalho se assenta nos, ainda, altos índices de violência contra as mulheres no Brasil, em 2016 foi registrado um aumento de 121% nos casos de estupros em comparação ao ano de 2015, conforme o Balanço anual/ 2016, do Ligue 180. Em relação ao Estado do Rio Grande do Sul

(RS), a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/RS) aponta 83 feminicídios no ano de 2017, e os aumentos de 23,2% nos feminicídios tentados (324 casos) em relação ao ano de 2016, e de 1,3% nos casos de lesões corporais contra as mulheres, totalizando, no ano de 2017, 22.960 ocorrências. Esses números demonstram a importância em se pesquisar as razões dessa violência não parar de crescer no RS e uma das hipóteses aventadas diz respeito à falta ou ineficácia das políticas públicas. Assim, se justifica a análise dos argumentos nos discursos das gestões do governo estadual.

Identificam-se duas gestões políticas de governos no Estado do Rio Grande do Sul, num período de 8 anos, com foco nos argumentos dos discursos relacionados às políticas públicas para as mulheres. Esta pesquisa visa verificar se nos argumentos utilizados em seus discursos, os governadores fizeram uso da retórica, isto é, esses discursos políticos com seus argumentos, talvez se constituam com o emprego da retórica, posto que, por meio de suas técnicas discursivas, eles podem persuadir e convencer o auditório de fatos que podem ou não serem reais. Pois,

Aristóteles dizia que a representação não era regida pelo critério da fidelidade à realidade; afinal, ela não se destina a copiar ou reproduzir o real. O critério que a reage é interno à própria representação, é a plausibilidade, a capacidade de envolver o espectador na simulação de forma a que aceite o que se represente como razoável a partir do seu horizonte de experiências. A representação não representa o real, mas deve parecer que faz isso. Já a informação encenada quer afirmar a própria fidelidade ao real. De fato, entretanto, procede a uma espécie de recomposição da realidade, por arte/por artifício, isto é, a partir de estratégias de apresentação propositadamente acionadas para a produção de efeitos emocionais (quando os efeitos informacionais são gnosiológicos). A representação representa o real, mas não deve parecer que faz isso (GOMES, 2004, p. 318).

De acordo com Gomes (2004) a política penetra pela informação no mundo-media, preenchendo na própria construção do evento as condições da sua noticiabilidade, cumprindo, por conseguinte a recomposição da realidade. O que hoje se chama de “cultura” mediática “[...] corresponde aos critérios técnicos e profissionais do jornalismo empresarial contemporâneo não obedecem a qualquer outro princípio (pedagógico, emancipatório etc.) senão à lógica dos mass media” (GOMES, 2004, p. 8). Em outros termos, os acontecimentos políticos, seus critérios e exigências, não são mais, que o caso particular da lógica da enunciação típica dos meios de comunicação. Logo, esses discursos

merecem ser estudados e vários são os questionamentos para compor esta tese. Seguem os questionamentos abaixo.

É possível verificar se políticas públicas direcionadas ao combate da violência de gênero e empoderamento das mulheres estão sendo promovidas? Existe continuidade de atendimento às políticas para as mulheres? Como os governos apresentaram as políticas públicas para as mulheres nos seus discursos? Como cada governo pauta o seu público feminino? Como é a continuidade de atendimento e de discursos de um governo para o outro? Os discursos desses governos se constituíram na prática ou foram retóricos? Os argumentos nos discursos dos candidatos garantiram uma cultura de proteção às mulheres do Estado? Os índices da violência de gênero no Estado do Rio Grande do Sul mostraram alteração entre os governos?

Consequentemente, a temática proposta será examinada a partir dessas articulações precisas para provar a tese de que a gestão do Estado do Rio Grande do Sul, em seu veículo oficial de comunicação na internet, vem promovendo discursos culturais com argumentos retóricos por meio de suas políticas públicas para mulheres. É nesta linha, que a proposta se torna de grande relevância, pois irá contribuir para o aprofundamento da temática de memória política e digital, da análise dos argumentos nos discursos de cada gestão em relação às políticas públicas para as mulheres.

1.3 Objeto e objetivos específicos e seus desmembramentos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar os argumentos nos discursos sobre políticas públicas direcionados às questões de gênero e empoderamento das mulheres das duas últimas gestões do Estado do Rio Grande do Sul, por meio das notícias publicadas em seu veículo oficial de comunicação na internet, no período de 2011 a 2018, a fim de verificar se fizeram uso de argumentos ideológicos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Apresentar de forma descritiva as memórias política e digital dos planos de governo e analisar o discurso referente à gestão dos dois governos estaduais do RS (2011 a 2018) sobre as políticas públicas relacionadas a gênero e empoderamento das mulheres constante nos seus planos;
- Analisar a argumentação no *corpus* de notícias da internet do *site* oficial do governo do Estado do RS, quando descreveram sobre as políticas públicas para as mulheres;
- Analisar e evidenciar as legislações que modificaram ou mantiveram a cultura machista e patriarcal do estado do Rio Grande do Sul.

Cabe destacar que a representação do discurso político de gestões governamentais voltadas ao gênero e à violência de gênero ainda é tecnicamente tratada por meio dos argumentos emotivos, apoiando-se em preceitos de ordem técnica, para que o auditório entenda os discursos e as justificativas em que se assentam. Ou seja, não é somente o conteúdo dos argumentos (conhecer), mas como se relacionam para gerar um entendimento de ordem emotiva (*pathos*), mostrando o que o auditório pode ganhar se adotar as mesmas ideias e ainda “um ethos prévio – institucional ou pessoal” que oferece confiança por parte de quem comunica, ou do interlocutor.

Esse discurso pode ser motivador e pretende ser legítimo. Dessa forma, para que todas estas razões influenciem o auditório, é preciso que este lhes preste alguma atenção e, assim, o estilo, o léxico, a gramaticalidade e a textualidade atuam conjuntamente para atingir o auditório em sua racionalidade, sensibilidade e confiabilidade. Deste modo, optou-se por concordar com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Reboul (2000), que discutem a distinção entre convencer e persuadir em termos de nuances teóricas e mesmo não enfatizando sua dimensão emotiva e representacional, não deixam de considerá-la como recurso argumentativo segundo Dittrich (2008).

Com a finalidade de responder aos questionamentos e alcançar os objetivos propostos, a tese foi construída no formato de artigos. Portanto, com esses balizamentos preestabelecidos seguem, assim, os artigos que, apesar de se mostrarem de forma separada, estão ligados pelas palavras que oferecem o título a esse trabalho: Memória, Argumentos e o Declínio das Políticas Públicas de Gênero no RS.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **DataSenado**: mulheres reconhecem mais a violência doméstica, mas faltam serviços e informações sobre direitos, 2017. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/datasenado-mulheres-reconhecem-mais-violencia-domestica-mas-faltam-servicos-e-informacoes-sobre-direitos/>. Acesso em: 8 jun. 2017.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra as mulheres em dados**, 2019. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ligue 180. **Balanco Anual/2016**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco-anual-180_2016.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

DITTRICH. Ivo José. **Por uma retórica do discurso**: argumentação técnica, emotiva e representacional. **Alfa**, São Paulo, 52 (1): 21-37, 2008.

GIL, Isabel Teresa Moraes. Retórica e argumentação: continuidade e rupturas. In: **Honorem Professor Doutor Manuel Pulquério**, 2005. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23602/1/Mathesis14_artigo4.pdf. Acesso em: 14 jul. 2018.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era de comunicação de massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOWI, Theodor. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory, **World Politics**, 16: 677-715, 1964.

LOWI, Theodor. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice**. Public Administration Review, 1972.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

SCAFFO, Maria de Fátima; FARIAS, Francisco Ramos de. **Violência conjugal e as consequências para a sexualidade feminina: uma investigação à luz da memória social**. 2012. Disponível em: http://congresoulapsi2012.com/trabajos/1334291243_RESUMO%20EXPANDIDO%20Viol%C3%Aancia%20e%20sexualidade.pdf. Acesso em: 10 jun. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, 71-99, 1995.

STREY, Marlene Neve. Gênero e Ciclos Vitais. In: STREY, Marlene Neves [et al.] (Orgs.) **Gênero e Ciclos Vitais: desafios, problematizações e perspectivas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

2 MEMÓRIAS DILUÍDAS

RESUMO

Os discursos são constituídos por sentidos produzidos em práticas sociais e eles constituem o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia. Assim, discurso seria o resultado, a consequência do efeito de sentido sobre os locutores e é com base na análise do discurso (AD) que se pode perceber, analisar os prováveis sentidos que assumem ou podem assumir cada discurso. Portanto, é com base nessas ideias que este artigo tem como objetivo apresentar de forma descritiva as memórias política e digital de um corpus constituído pelos planos de governo de Tarso Genro e José Ivo Sartori, referentes às administrações estaduais do RS no período de 2011 a 2018 e analisar o discurso e as políticas públicas relacionadas a gênero e empoderamento das mulheres constante nos seus planos, com o intuito de compreender a influência histórica dos sentidos e a ideologia que aparecem nesses discursos políticos. Para tanto, fará uso da análise de discurso, apoiando-se nos estudos de Orlandi (2001). É possível concluir que a análise de discurso é atravessada pela ideologia, memória e cultura da sociedade.

Palavras-chave: memória política; memória digital; análise de discurso; gênero; planos de governo do RS.

2.1 Introdução

Partindo da premissa que a linguagem não é neutra, entende-se que o discurso é constituído por sentidos que são produzidos nas práticas sociais, uma vez que ele constitui o lugar no qual se pode observar a relação entre língua e ideologia. Portanto, entende-se que a pessoa não se desassocia da ideologia, já que é um ser socializado e carrega consigo as marcas do social, do ideológico e do histórico.

Dentro desse contexto, assim como qualquer outra concepção gerada no meio das relações sociais, a memória também contém posicionamentos ideológicos, pois se trata de uma construção comprometida com predileções latentes na sua seletividade. Portanto, algumas memórias são preservadas em detrimento de outras que são esquecidas, porque há interesses hegemônicos na continuidade de certos valores que orientam as relações sociais.

Posto isso, se entende que o discurso seria o resultado, a consequência do efeito de sentido sobre os locutores e é com base na análise do discurso (AD) que se pode perceber e analisar os prováveis sentidos que assumem ou podem assumir cada discurso, sem deixar de contemplar o sujeito, sua história, a ideologia e o contexto social no qual este sujeito está inserido. Com base nessas ideias, este artigo tem como objetivo geral apresentar de forma descritiva as memórias política e digital de um corpus constituído pelos planos de governo de

Tarso Genro e José Ivo Sartori, referentes às administrações estaduais do RS no período de 2011 a 2018 e analisar o discurso e as políticas públicas relacionadas a gênero e empoderamento das mulheres constante nos seus planos, com o intuito de compreender a influência histórica dos sentidos e a ideologia que aparecem nesses discursos políticos. Para tanto, fará uso da análise de discurso, apoiando-se nos estudos de Orlandi (2001).

Com base em autores como Cuche (2002), Thompson (1995), Laraia (1986), Halbwachs (2006), Assmann (2008), Catroga (2001), inicia-se, o presente trabalho, fazendo uma incursão pela cultura e ideologia, para depois entrar nos conceitos de memória, memória política e memória digital. Após, são descritos a metodologia e o corpus - os planos de governo das duas gestões do Estado do RS. Posteriormente, procede-se à análise da memória política dos planos de governos, tendo como fundamento teórico a análise do discurso de Eni Orlandi e, por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências.

2.2 Cultura e ideologia

O uso da palavra cultura pelos europeus no início do período moderno significava o cultivo ou cuidado de algo como, por exemplo, grãos ou animais. A partir do século XVI, esse significado foi alargado do universo agrícola para o desenvolvimento da mente (THOMPSON, 1995). Segundo Lèvi-Strauss (2003), a noção de “cultura” tem origem inglesa, pois quem a definiu pela primeira vez foi Tylor (2014) como: “[...] complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (TYLOR, 2014, p. 6). A igualdade que existe na humanidade foi uma das preocupações do autor, que explicava a diversidade como sendo fruto da desigualdade que existe no encadeamento da evolução de estágios existentes no processo de evolução (LARAIA, 1986).

Porém, para se ter a compreensão do sentido atual do conceito de cultura, Cuche (2002) afirma ser indispensável reconstruir a sua origem social. O autor, por considerar que as discussões sobre o conceito de cultura iniciaram na França antes de ser difundido para as outras línguas como a inglesa e a alemã, começou

a análise da evolução da palavra cultura pela língua francesa da Idade Média até o século XIX.

Cuche (2002) ressalta que, no final do século XIII, a cultura estava relacionada ao cultivo da terra e ao ato de cultivar no início do século XVI. Mas, já no final desse século, com predominância no século XVIII, este termo passou a ter sentido figurado, significando trabalhar para desenvolver uma faculdade. E no final do século XVIII, conforme o Dicionário da Academia Francesa, na edição de 1798, cultura volta a aparecer como estado e não mais como ação, ou seja, “estado do indivíduo que tem cultura” (CUCHE, 2002, p. 20). Nesta época, começa a dividir as atenções com esse vocábulo a palavra civilização.

Elias (1990) chama a atenção para a diferença que existe no conceito civilização para os ingleses ou franceses e alemães, onde para os primeiros o autor resume em “[...] orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade”. Já para os alemães, a palavra que designaria orgulho seria *kultur*, surgida no final do século XVII e civilização para eles, apesar de algo útil, significa “[...] um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos” (ELIAS, 1994, p. 24).

O termo *kultur* foi utilizado pela classe média alemã em oposição à imitação que a burguesia fazia da sociedade cortesã da França e da Inglaterra (ELIAS, 1990). Criticava os príncipes por abandonarem as artes e literatura, dedicando seu tempo ao cerimonial da corte, buscando imitar “[...] as maneiras ‘civilizadas’ da corte francesa (CUCHE, 2002, p. 25). A partir do século XIX, a cultura é convertida em marca específica da nação alemã toda, mesmo ainda continuando politicamente separada. Nesse período, cultura, na França, deixa de significar o desenvolvimento intelectual individual e é estendida para o coletivo, quando a “oposição feita pelos alemães entre cultura e civilização” é recusada pelos franceses. O Cuche (2002) conclui que se trata de duas concepções de cultura, uma particularista e outra universalista e que ambas são maneiras de se “[...] definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas” (CUCHE, 2002, p. 30-31).

Apesar de Durkheim (1977) não ter conceituado cultura, admitia que os fenômenos sociais fossem fenômenos culturais, portanto possuem uma dimensão cultural. Pensava que a sociedade poderia ser analisada como os fenômenos da natureza e utilizava, então, os mesmos métodos das ciências

naturais. Definiu os fatos sociais como objeto da sociologia e que esses fatos existiam independentemente do que pensava o indivíduo, como um determinismo, com leis preexistentes regulando o desenvolvimento da sociedade. Para ele, os fatos sociais eram como coisas.

Diferente de Durkheim, Max Weber (1982) estabeleceu como ponto de partida para analisar a sociedade e o indivíduo a ação social, a ação dos indivíduos e não a análise das entidades coletivas ou grupos sociais. E os fatos sociais não eram coisas, mas acontecimentos que o cientista percebe e cujas causas tentaria apurar. As normas sociais precisavam encontrar motivação nos indivíduos para se tornarem concretas, não admitindo dessa forma o determinismo de Durkheim. Weber não negou a existência dos fenômenos sociais como Estados, empresa capitalista, religião (WEBER, 1987); entretanto, chamava a atenção para os indivíduos, ou seja, para as intenções, motivações destes ao vivenciarem determinadas situações sociais, isto é, o indivíduo age guiado por seus motivos (COSTA, 2005).

Boas (2010) estabelece o conceito relativista de cultura, pois segundo ele cada povo possuiria uma especificidade cultural, dessa forma cunhou o termo “culturas”, ou seja, no plural. E inferiu como definição a “[...] estrutura relativa pluralista, holística, integrada e historicamente condicionada para o estudo da determinação do comportamento humano” (STOCKING, 2004, p. 36). Expos, então, que o determinismo biológico não está associado ao desenvolvimento humano, “[...] nos poucos casos em que se tem investigado a influência da cultura sobre as reações mentais de populações, pode-se observar que a cultura é um determinante muito mais importante do que a constituição física (BOAS, 2010, p. 97), visto que o comportamento da sociedade não pode ser atrelado à genética, e sim está ligado à cultura passada entre as gerações (CASTRO, 2004). Ao mesmo tempo, afirma que há limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais, sendo possível existir uma diversidade cultural num mesmo ambiente físico (LARAIA, 1986).

Kroeber (1952) conceituou cultura como sendo superindividual e superorgânica, significando que essas qualidades da cultura não estão propriamente no indivíduo, mas nas suas ações e nos comportamentos de sociedades, isto é, na cultura (MINTZ, 2010). Atribuía à cultura uma existência própria, que fugia do controle do indivíduo (CUCHE, 2002). Em suma, Kroeber

preocupou-se em isolar os fatos culturais, via a cultura como essencial, independente da sociedade e como valor moral com poucas chances de modificações (PEDROSA, 2015).

Já Lévi-Strauss (2003) considerou que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma. Nesse sentido, concebe cultura como um sistema simbólico, onde as regras corresponderiam ao “[...] uso linguístico de palavras e signos e a criação de mitos”, e neles as instituições sociais seriam reproduzidas (COSTA, 2005, p. 159). Ao rebater as críticas de criar um determinismo parecido com o positivismo, Lévi-Strauss (2003) admite o princípio geracional, pois por meio dele poderia haver uma transformação social, isto é, através da reprodução da vida social, abrir-se-iam alternativas de transformação (COSTA, 2005).

Nessa lógica de signos, Geertz (2008) defende um conceito de cultura como sendo semiótico e interpretativo, em que os símbolos e os significados de uma cultura estão presentes na convivência entre as pessoas e formam a cultura, porque incorporam regras e modos de comportamento.

O conceito de cultura que defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2008, p. 4).

Bourdieu (2004b) examinou a cultura a partir dos conceitos de campos, habitus e capital, conceitos que se relacionam um com o outro. O autor descreveu *campo* como espaços, microcosmos sociais com determinada autonomia, mas submetidos a regras sociais mais amplas do que as dos macrocosmos. Esses espaços são compostos por agentes onde há disputas para conservar ou transformar esse campo e a autonomia dos microcosmos pode oferecer resistência às imposições externas dos macrocosmos, havendo dominantes e dominados. Seriam, então, espaços de disputa de poder, espaços de relações entre grupos com posições sociais diferentes (BOURDIEU, 2004b).

Os microcosmos são formados por habitus específicos, entendendo que “[...] o habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também

um haver, um capital” (BOURDIEU, 1989, p. 61). É a ação individual dentro de um processo de socialização, um “[...] sistema das disposições socialmente constituídas que, [...], constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 191).

Em relação ao capital, Bourdieu (2004a) cunhou os conceitos de capital cultural e capital social. Quando se refere ao capital cultural, trata da carga cultural que se recebe – principalmente na primeira socialização – e que permanece ao longo da vida, dizendo dos gostos, posturas, relação e familiaridade (ou não) que as pessoas têm com certas práticas culturais. Quanto ao capital social, assinala no que diz respeito principalmente às redes de relações às quais os indivíduos estão ligados e que pode tornar possível ou facilitada a entrada de cada um em alguns campos, bem como contribuir para que alcancem uma posição de maior prestígio ou poder nesses espaços (BOURDIEU, 2004a).

Thompson (1995), através de seu viés crítico, dividiu o conceito de cultura em quatro sentidos básicos: primeiro na concepção clássica de cultura que, segundo o autor, manifestou-se nas primeiras discussões sobre o termo entre os filósofos e historiadores alemães nos séculos XVIII e XIX, em que a palavra cultura de um modo geral se referia a um sistema de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas. E no final do século XIX, com a expansão da Antropologia, nova disciplina, onde o conceito de cultura foi adequado aos objetivos da etnografia, perdendo a sua aceção etnocêntrica. Dessa forma, a concepção clássica cedeu espaço para outras duas concepções: a descritiva e a simbólica.

A concepção descritiva foi muito usada pelos historiadores culturais do século XIX que descreviam a etnografia de sociedades não europeias. Para esses historiadores, basicamente, a cultura era compreendida como as crenças, costumes, ideias e valores que os indivíduos adquirem nos grupos ou sociedade em que vivem, ou, também, como objetos e instrumentos materiais que adquiriam. A crítica de Thompson (1995) sobre essa concepção foi de que ela seria vaga: “sem uma especificação adicional do método de análise, a concepção descritiva de cultura pode permanecer vaga” (THOMPSON, 1995, p. 174).

A concepção simbólica, iniciada em 1940, descreveu a cultura como modelo de significados integrados nas formas simbólicas em razão das quais as pessoas se comunicam entre elas e dividem suas experiências e crenças. A principal crítica que Thompson (1995) faz em relação a essa concepção é que “ela dá uma atenção insuficiente às relações sociais estruturadas nas quais os símbolos e as ações simbólicas estão sempre inseridas” (THOMPSON, 1995, p. 166), ou seja, ela não cuida de forma efetiva dos problemas de poder e conflito.

Com o propósito de evitar esses problemas, Thompson (1995), repensando a cultura, elabora a concepção estrutural da cultura. O autor dá ênfase tanto aos aspectos simbólicos dos fenômenos culturais, quanto ao fato desses fenômenos estarem permanentemente dentro dos contextos sociais estruturados. Então, segundo ele, essa concepção seria o estudo das formas simbólicas “[...] em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 1995, p. 181).

Portanto, veio enfatizar o caráter simbólico nas relações da vida social, em que essas formas simbólicas estão postas em inúmeros tipos de conflitos e desigualdades em relação à repartição de recursos e poder. Com essa ponderação, o autor permite que se pense a respeito da ideologia, uma vez que estudá-la é entender os modos pelos quais as formas simbólicas são usadas para a implantação e manutenção de relações de dominação e desigualdades sistemáticas quanto à repartição de recursos.

Thompson (1995) identifica duas concepções de ideologia: a neutra e a crítica. A concepção neutra caracteriza os fenômenos como ideologia sem obrigatoriamente serem enganadores ou ilusórios. Enxerga esses fenômenos como parte da vida social como outros quaisquer. No que diz respeito à concepção crítica, os fenômenos qualificados como ideologia ou como ideológicos são enganadores, pejorativos, ilusórios ou parciais. “E a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos” (THOMPSON, 1995, p. 73).

Enfatiza, ainda, com base nessa definição de ideologia, que uma determinada forma simbólica será ideológica no momento em que determinar e

mantiver relações de dominação (poder assimétrico) e que será contestatória ou crítica quando arruinar essas relações. Thompson (1995) frisa que a interpretação do potencial ideológico deve sempre levar em consideração os contextos sócio-históricos específicos nos quais é produzida, transmitida e recebida. Conforme sua visão, não há forma simbólica que seja em si mesma ideológica ou contestatória, e de acordo com os contextos sociais a mesma forma simbólica poderá ser ideológica em um e ser crítica em outro.

O autor afirma também, diferentemente de Marx, que a desigualdade e a exploração não vêm apenas das relações de classe, mas podem vir inclusive das “[...] relações entre os sexos, entre os grupos étnicos, entre os indivíduos e o estado, entre estado-nação e blocos de estados-nação” (THOMPSON, 1995, p. 77). Ao cortar a ligação entre ideologia e dominação de classe, deixando como algo contingente e não obrigatório, o autor demonstra a possibilidade que as pessoas, que muitas vezes sofrem influências, têm de expressar um pensamento crítico e independente, podendo dessa forma ressignificar as mensagens que recebem.

Portanto, os conflitos, as desigualdades que muitas vezes as pessoas podem pensar ser intrínsecas da natureza são, na realidade, provenientes de um procedimento cultural (LARAIA, 1986). Sendo assim, “[...] o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 1986, p. 45). Assim, Laraia (1986) salienta que o comportamento dos indivíduos é fruto de um processo de endoculturação, e adverte que um menino e uma menina atuam de formas diferentes não devido aos seus hormônios, mas em virtude de uma educação diferente.

Logo, é através da cultura em que as pessoas vivem que verão o mundo e, em decorrência disso, tem-se o etnocentrismo, isto é, a tendência de achar que seu modo de vida é o mais correto, o que muitas vezes pode levar aos conflitos sociais, preconceitos e à violência (LARAIA, 1986). Nesse sentido, sem que a população perceba, “[...] a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais” (GOFFMAN, 1998, p. 11).

Por conta disso, do processo da endoculturação, acaba por cumprir algumas funções sociais, desempenhando-se determinados gestos e falas, porque se pertence a certa classe social, – alguns indivíduos acabam representando papéis que não são verdadeiramente deles, mas construídos pela sociedade na qual eles fazem parte – gerando assim a “identidade social” do povo. E quando não correspondem à definição que lhes foi tachada são excluídos e estigmatizados. O estigma, no seu sentido depreciativo, reduz a pessoa a um sujeito defeituoso, fraco, desvalorizado, ou seja, o indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social real possui uma qualidade que frustra as expectativas de normalidade impostas pelo grupo, sociedade em que vive.

Portanto, a cultura é como uma “lente” por meio da qual se vê o mundo. As pessoas agem conforme suas culturas – “as lentes através das quais uma nação olha a vida não são as mesmas que uma outra usa” (BENEDICT, 1972, p. 19). Sob essa ótica, a memória pode ser conceituada como uma ferramenta impulsionadora da cultura presente na vida de todos, já que é “depositária dos valores culturais estruturantes das práticas sociais necessárias ao convívio em grupo” (BARROS, 1997, p. 34). Para Barros, a cultura perderia as referências ideológicas, econômicas e culturais sem a memória, refletindo, assim, a “dimensão política” da memória como “elemento fundamental na identidade cultural de um grupo tanto dos dominados quanto dos dominadores, dos vencedores e dos vencidos, dos colonizadores e dos colonizados” (BARROS, 1997, p. 35).

2.3 Memória política

A memória ocupava papel importante na reflexão de intelectuais como Aristóteles, Santo Agostinho e Henry Bergson (SANTOS, 2003) porém, foi Maurice Halbwachs, sociólogo francês, o responsável pela introdução dos estudos sobre a memória na área das ciências sociais (RIOS, 2013). Halbwachs sofreu influências de Henry Bergson e de Émile Durkheim e foi no livro *Os quadros sociais da memória*, da década de 1920, que Halbwachs lançou os fundamentos para “a constituição de uma abordagem sociológica sobre o ato de rememoração” (RIOS, 2013, p. 3).

Ao ler Halbwachs (2006), pode-se afirmar que a memória tem um caráter eminentemente coletivo, que consiste em dizer que o indivíduo só é capaz de recordar na medida em que pertence a algum grupo social – ou seja, a memória coletiva é sempre uma memória de grupo. Para o sociólogo, a pessoa precisa do outro para formar suas memórias: “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p.29).

Nesse sentido, para Halbwachs (2006), cada indivíduo seria o entrecruzamento de diferentes forças sociais, em que a sensação de liberdade e particularidade de cada pessoa é mera ilusão (RIOS, 2013). Com base nessas assertivas de Halbwachs (2006) se considera importante analisar as memórias de cada governo.

Nos dias de hoje, têm-se numerosas bases de dados ou endereços eletrônicos nos quais os governos transmitem suas ações e ideologias políticas. Alicerçado nisso, cada governo estabelecerá um sistema de comunicação governamental que achar mais profícuo, para divulgar e construir seu projeto de memória.

“No *nível social*, a memória é uma matéria de comunicação e interação social (ASSMANN, 2008, p. 117) e existe uma “relação entre memória e poder” (SCAFFO, 2011, p. 124). Scaffo (2011) ainda salienta que a memória sofre constantemente influências do presente e, referindo-se a Halbwachs, assevera que a “memória coletiva é o lócus de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço” (SCAFFO, 2011, p. 124). Pois, há certa concordância de ideias sobre o papel da *anamnese* na construção de identidades pessoais e sociais, uma vez que a memória individual é formada pela coexistência de várias memórias em permanente construção, devido à constante mudança do presente em passado. E, entre essas memórias, pode-se citar, por exemplo, as pessoais, as familiares, as grupais, as regionais, e as nacionais (CATROGA, 2001).

É, então, nessa relação entre a memória, poder e identidade que se reconhece a “possibilidade da politização das lembranças e esquecimentos”, encontrando nessas escolhas, na seleção entre o lembrar de e o esquecer, na construção do projeto de memória, o poder (SCAFFO, 2011, p. 124).

Como se verifica, se a memória é instância construtora e solidificadora de identidades, a sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder (res). Quer mediante a seleção do que se recorda, quer do que, consciente ou inconscientemente, se silencia (CATROGA, 2001, p. 55).

Significa, portanto, que a memória é compreendida de forma dialógica, ou seja, composta por duas lógicas: a de lembrar e a de esquecer. “O princípio dialógico permite-nos manter a dualidade no seio da unidade” (MORIN, 2008, p. 107). Por consequência, pode-se entender a memória como a construção seletiva do passado, em que eleger envolve excluir ou silenciar.

Nesse mesmo sentido, “[...] escolher é também esquecer, silenciar e excluir” (CATROGA, 2001, p. 26), onde é o próprio evocador quem escolhe os lugares de partida e chegada, pois suas ligações se dão por afinidades optativas, “e estas determinam que cada presente construa a sua própria história, não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do presente” (CATROGA, 2001, p. 22). Cabe destacar que essa escolha e a socialização “da (s) nova(s) memória(s) em construção (ou em processo de refundação)” (CATROGA, 2001, p. 57) é fomentada pelo poder.

Tendo em vista essa eletividade da memória, Scaffo (2011, p. 124) explica que “as memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valorações e aceções que são comuns a todos os membros do grupo [...]”, logo

[...] podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ele é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução (POLLAK, 1992, p. 5).

Sem a memória desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento, ou seja, a memória pode ser considerada uma ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural. A separação estabelecida nas formas de distribuição do conhecimento repercute nas formas de organização da memória, e está associada ao conhecimento de um momento específico e aos anseios das instituições públicas derivadas da organização do Estado Moderno (CRIPPA, 2010).

Dessa forma, as diversas possibilidades de construção e reconstrução política por meio da ação individual e coletiva, praticada por intermédio de uma memória política por parte dos “autores e atrizes envolvidos no processo, fazem com que a memória como tal atue como um dado de transformação social da vida e da história dos homens e mulheres, reconstruindo, assim, o tecido social de acordo com o movimento das forças políticas e sociais em ação, indo além da própria memória e história” (SILVA, 2012, p. 87). Dessa forma, fica explícita a importância da memória política na vida em sociedade.

A concepção de uma memória política, que se forma por meio da conscientização, é o meio de restabelecimento da memória histórica (ANSARA, 2008). Ao construir a memória política, se está ressignificando as memórias no presente tendo os olhos no futuro. Assim, se reescreve, reinterpreta o fato passado. Nessa acepção,

cada vez que nos colocamos diante do possível, do que poderemos ser quando projetamos o futuro [...] o passado modifica-se, sofre uma releitura e adquire um novo significado. [...] O nosso amanhã depende da matriz do passado, mas o que seremos relê e reelabora o que fomos” (MELUCCI, 2004, p. 23).

Por este ângulo, o poder do Estado vem em antinomia à memória social, que “de certa forma, congela a memória social” (LIFSCHITZ, 2014, p. 146), pois, como visto, a memória social para Halbwachs (2006) é um fenômeno social e espontâneo. Contudo, na memória política também existe um elo entre sujeitos e grupos, porém a diferença está no “tipo de vínculo social que ambas estabelecem”. O vínculo estabelecido pela memória política está relacionado a ações intencionais e não a vínculos espontâneos (LIFSCHITZ, 2014, p. 148).

Tendo em vista que a cultura da memória é política e que “a memória ativada para o esclarecimento, posta em circulação nas narrativas verdadeiras e sensíveis, é um caminho para reposicionar o presente”, a construção de uma memória política “é um ato de resistência e de visibilidade”, que gera um ambiente para a implantação de uma sociedade “verdadeiramente democrática e igualitária” (BERGER, 2012, p. 11). Nesse sentido, tem-se um processo constante de reflexão da memória coletiva, com o intuito de ressignificar as memórias no presente e no futuro, a história e a realidade que não se consegue “romper com a alienação da vida cotidiana” (SILVA, 2012, p. 99).

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988 estabelece que um dos princípios da Administração Pública no Brasil é a publicidade. Determina, portanto, a necessidade da Administração Pública, direta ou indireta, de publicizar seus atos, obras e serviços. Essa comunicação pública está vinculada ao interesse público e prevê ainda que é um direito de cada cidadão brasileiro, ou seja, o direito de ter acesso e de ser informado por parte dos órgãos estatais a respeito de suas ações. Assim, ao passo que informa, proporciona e contribui para o exercício da cidadania (WEBER, 1982).

Destarte, os governos, ao fazerem uso da comunicação oficial, contribuem para a formação da memória política, social e coletiva do Estado e da sua população. Divulgando seus atos, políticas públicas implantadas, convênios, parcerias, eventos, produzem textos e imagens que formam arquivos oficiais de suas administrações. Desse modo, visto que a memória é uma construção e é seletiva, os governos escolherão quais fatos serão apresentados. Isso quer dizer que serão “as histórias escolhidas como relevantes que apresentarão à sociedade, não esquecendo que “toda a escolha é orientada por critérios, que refletem valores” (MOURA; SOUZA, 2010, p. 9), pois, como afirma Bosi (1987, p. 3), “a memória é cabedal infinito do qual registramos fragmentos” e ela “faz parte da produção do discurso” (BANA, 2003, p. 139). Portanto, cada governo tende nos seus discursos¹ a explicitar seu panorama, seus valores e filosofias visando obter uma imagem pública favorável, promovendo os fatos positivos da sua administração.

A memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo. (...) Ela é mais um enquadramento do que um conteúdo, vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dela (CANDAU, 2016, p. 9).

É, então, “nas construções discursivas e no que é viável ou não de ser dito em cada uma delas que se tem uma percepção mais clara de como a ideologia opera e se efetiva” (OLIVEIRA, 2013, p. 277). Logo, as formações discursivas (FD) são encaradas como parte das formações ideológicas e

¹ “Discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. [...] o discurso é o efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2001, p. 15 e 17).

relacionadas às condições de produção de sentidos a partir do lugar social que ocupa (ZARDO, 2016, p. 24).

À vista disso, é necessário frisar que, “todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. [...] o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 38). Consequentemente, pode-se dizer que o sentido é estabelecido pelas posições ideológicas do processo sócio-histórico em que as palavras são elaboradas (ORLANDI, 2001).

Zardo (2016) faz referência ao discurso não como um conjunto de texto e sim uma prática e que toda a prática é constituída por ideologia. A maneira pela qual a ideologia constitui essa prática é o discurso. “Neste sentido, é possível afirmar que não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia” (ZARDO, 2016, p. 24), dado que é no interior de uma FD dominante que os sujeitos e os sentidos se formam ao mesmo tempo.

Assim, pode-se dizer que a FD é composta por vários dizeres com determinados sentidos, os quais irão reeditar a ideologia dominante (LAMPOGLIA; ROMÃO, 2010) e não apenas a transmissão de informação (ORLANDI, 2001). Além dos dizeres, o silêncio também faz parte dos discursos, do processo de produção de sentidos, pois o silêncio tem significação própria e não é apenas um complemento de linguagem, uma vez que ao se dizer algo, sempre se cala, já que o sujeito “escolhe” uma formulação, deixando de lado várias outras (ORLANDI, 2007).

Dessa forma, ao corporificar o seu dito em uma formação discursiva e ao se registrar na memória, o sujeito apaga e esquece que existe(m) outro(s) modo(s) de dizer e, nessa ação, a ideologia fará falar os sentidos no silêncio. À vista disso, pode-se afirmar que a construção de sentido resulta do jogo entre a memória e a atualidade de um já-dito (DIAS, 2004), em que todo o discurso é determinado por outros discursos já existentes, em que o sujeito “nunca tem o controle absoluto do seu dizer, uma vez que é interpelado pela ideologia: [...] e determinado pelo fato de que o(s) sentido(s) para quem fala não necessariamente são os mesmos para quem ouve” (LISBÔA, 2008, p. 23).

Segundo Orlandi (2001), é nesse ponto que a memória se relaciona com o discurso. Ela é tratada como interdiscurso. A autora chama de memória discursiva aquilo que já foi dito, aquilo que é possível dizer. Esse retorno ao já dito corresponde aos processos parafrásticos, em que a paráfrase “representa

assim o retorno aos mesmos espaços do dizer” (ORLANDI, 2001, p. 36). As formulações já feitas, mas esquecidas formam os sentidos e o reflexo desse esquecimento gera nos sujeitos a impressão de que sabem o que estão falando e que são a origem do que dizem (ORLANDI, 2001).

Esses sentidos podem ocorrer em diversos lugares sociais e ideológicos (ZARDO, 2016), e para identificar esses lugares, para desvendar os efeitos desses sentidos entre os locutores pode-se fazer uso da análise de discursos (AD). A AD é interpretativa, e é por meio dela que se podem perceber os diversos sentidos que tem um discurso. “Ela problematiza a relação com o texto na tentativa de explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando” (BANA, 2003, p. 141).

Portanto, após essa breve exposição a respeito de discurso, ideologia, memória e sentidos fica mais claro entender o processo de divulgação, de publicização que os governos fazem de seus planos de governo e ações por meio dos seus discursos. Isto é, pode-se entender que além de seus discursos mostrarem o que eles querem mostrar, além de refletirem suas ideologias, também é possível identificar nos seus dizeres e nos silêncios, principalmente, o que não querem demonstrar, deixando assim registrado em cada formação discursiva suas memórias, seu lugar social e sua história.

Dessa maneira, as “estratégias dirigidas à construção e à manutenção da visibilidade implicam a criação de um acervo de informações que serve ao indivíduo e à sociedade e cria uma *memória* sobre projetos políticos, programas, ações e discursos” (WEBER, 2011, p. 112, original grifado). Sendo assim, chega-se à inferência de que a informação tem um papel importante na preservação da memória e no lugar ou forma em que ela será registrada, “a memória e a identidade se concentram em lugares” (CANDAU, 2016, p. 156).

Nora (1993, p. 21) definiu lugares de memória como “lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. Esses lugares de memória “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos...” (NORA, 1993, p. 13). Por isso, o fato de registrar as ações de forma escrita e/ou em forma de imagem, fixar datas, realizar comemorações ou construir monumentos é referir-se a lugares de memória (NORA, 1993).

Vive-se atualmente uma compulsão em arquivar tudo, em preservar de forma integral o presente e o passado, criando-se dessa forma os lugares de memória, porque “não há mais meios de memória”, segundo Nora (1993, p. 14).

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. [...] E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13).

Logo, os lugares de memória surgem da necessidade de preservação, porém os entrelaçamentos e as remodelações de linguagens favorecidos pelas novas tecnologias de informação e comunicação aparentam colocar em operação um redesenho dos modos tradicionais de transmissão da memória e do passado, com o estabelecimento de novas formas de interação com os tradicionais lugares de memória (MOURA; SOUZA, 2010). À vista disso, assim como os arquivos públicos, as bibliotecas, os museus, a internet também pode ser considerada uma espécie de lugar de memória.

2.4 Memória digital

Para Candau (2016), a memória não se restringe mais à capacidade cerebral, pois novas formas de armazenar as lembranças foram criadas. Passou-se, então, a se “fazer memória”. O ciberespaço é um dos novos espaços onde a memória pode ser exteriorizada. Ciberespaço:

[...] É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p. 17).

Orlandi (2010, p. 9) chama de memória metálica a construída pelas “novas tecnologias de linguagem (televisão, computador, etc.)”. A autora afirma que ao se pensar na prática do discurso eletrônico considera-se como ponto de entrada a circulação dos sentidos e essa circulação dos sentidos no discurso eletrônico produz consequências sobre “a função-autor e o efeito-leitor que ele produz” e

que elas estão direcionadas “à natureza da memória que estes sentidos se filiam” (ORLANDI, 2010, p. 8).

A partir desse discurso eletrônico, Orlandi (2010) faz a distinção entre as memórias discursivas, institucional e metálica, dado que cada memória terá uma forma de relação “com a interpretação (e, conseqüentemente, com a ideologia)” (ORLANDI, 2010, p. 10). A pesquisadora alega que a memória metálica, diferente da memória discursiva, é a histórica, “não se produz pela historicidade”, mas por um “constructo técnico”, sendo distribuída em série, que seria meros “acúmulos” e “não apenas uma soma” do que já foi dito. Contudo, a memória discursiva se constitui pelo esquecimento, o que provavelmente leva “a uma memória não saturada” (ORLANDI, 2010, p. 8 e 9). Entretanto, a memória metálica não é uma memória nova e, sim, o “locus de atualização da memória discursiva”, ou seja, ela depende da memória discursiva para existir (ORLANDI, 2010, p. 9).

Souza (2017) discorda do posicionamento de Orlandi (2010). O autor defende que a memória metálica é dotada de historicidade e afirma que a autora “peca no julgo da elucubração quando desconsidera o fenômeno do histórico e sua correlação com a técnica e sua construção” (SOUZA, 2017, p. 3). Isto é, que os discursos eletrônicos circulam na “factualidade da vida” e, por isso, sofrem as mudanças e transformações do tempo intrínsecos à historicidade (SOUZA, 2017, p. 4).

Independentemente do posicionamento a ser adotado, o qual no momento não se faz relevante, fato é que as transformações no campo da comunicação, com o advento do sistema de redes proporcionado pela internet e pela comunicação sem fio, alcançaram uma nova cultura fundamentada na possibilidade em que a dicotomia tempo e espaço é desprezada, pois anularam distâncias e modificaram a sociedade, já que a comunicação pode ser considerada local-global em tempo real (CASTELLS, 2015). Essas alterações ecoaram em várias áreas como “na comunicação de massas, na política, no trabalho, na concepção do espaço-tempo e inclusive no Estado” (MOLINA, 2010, p. 110).

Hoje em dia, com a constante atualização das tecnologias, surgiram e surgem inúmeras formas de comunicação e de transmissão da informação – a qual é cada vez mais rápida e em maior quantidade. Porém, para que as

informações e os conhecimentos sejam organizados e futuramente acessados pelos usuários, esses conhecimentos, conforme Davenport e Prusak (2003), devem ser acessíveis aos usuários que deles precisam. A internet é uma das formas de transmissão de informações. Ela

já alcançou significado político, pois um número crescente de cidadãos a utilizam para aprender sobre as políticas e ações governamentais, discutir assuntos entre si, contatar representantes eleitos, e obter materiais relativos ao voto e outras informações que podem facilitar uma participação mais ativa na política (BIMBER, 1998, p. 133-134, tradução nossa).

Devido ao seu alcance a internet é chamada por Castells (2003) como a Galáxia da Internet, que “[...] é um tecido da comunicação em nossas vidas: para o trabalho, os contatos pessoais, a informação, o entretenimento, os serviços públicos, a política e a religião” (CASTELLS, 2015, p. 100). A comunicação, frente à sociedade em rede, transformou-se na maior forma de exercer poder, pois tem a capacidade de influenciar todas as práticas sociais, por ser interativa e por possibilitar a comunicação de muitas pessoas a qualquer tempo (CASTELLS, 2015).

Diante disso, “no campo político-administrativo, com a implementação de governos eletrônicos (e-gov) e cidades digitais”, o contexto político-econômico e social da sociedade reorganiza sua maneira de atuação, “por meio de uma cultura digital (cibercultura) que adentra o cotidiano dos sujeitos” em que surge “um novo espaço de organização dos sentidos” (DIAS, 2004).

Frente a essas mudanças tecnológicas, imersa no que Bauman (2003) chamou de modernidade líquida, a transmissão da memória coletiva, segundo Murguía (2010), perdeu seus canais, salientando que os lugares de memória (NORA, 1993) assumiram novas atribuições, uma dupla função, a:

[...] simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares (...) através dos vestígios deixados ao longo do tempo (MURGUÍA, 2010, p. 8).

A internet faz a ruptura na ritualização ligada aos lugares de memória tradicionais, como os monumentos e museus, uma vez que está em todos os lugares ao mesmo tempo. “A informação deixa de ser sacralizada para poder ser rapidamente consumida” (CASADEI, 2009, p. 17). Virilio (2006) afirma que o contato com a memória não acontece mais no espaço, mas no tempo: “Seu lugar

é o live. Não se trata de um ‘aqui’, mas de um ‘agora’. Nada é mais aqui. Tudo é agora” (VIRILIO, 2006, p. 93). Seria uma ampliação do tempo presente, em que mostram o passado outra vez e não o que havia no passado (BUCCI, 2002).

Com essa constante presença da informação, devido à internet, ela passa a ter um caráter de atemporalidade e o mais apropriado seria falar que o ciberespaço² é um lugar que permite a construção de diversos lugares de memórias (CASADEI, 2009). “De acordo com isso, nós enfrentamos a mudança da memória arquivada para abrir caminho para uma memória digital, de rede, processo e eletrônica. Uma nova maneira de tornar a memória sustentada pelas novas e eficazes ferramentas tecnológicas” (BELTRÁN; VILLAMIZAR, 2012, p. 167, tradução nossa)³.

Desse modo, não importa o tempo que passou. Geralmente é possível acessar a memória, a informação a qualquer tempo. Assim, é dessa forma que após se ter como concluídas as gestões de governos, é possível, na maior parte das vezes, buscar seus planos de governo e ações.

Antes de analisar o *corpus* da pesquisa, isto é, os planos de governos, se faz necessário entender como funciona a AD, o método de análise. Cabe salientar que a AD não é apenas um método de análise, mas também teoria (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017), por isso ela já ter sido referida anteriormente neste trabalho.

2.5 Método do discurso

A AD, como visto, traz uma abordagem teórico-metodológica e oferece subsídios para a realização de pesquisas qualitativas, das quais o material empírico principal são textos (RAMALHO; RESENDE, 2011), correspondendo, dessa forma, exatamente o que retrata o *corpus* desta pesquisa – os planos de

² [...] É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. O ciberespaço é "o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores" (LÉVY, 1999, p. 17). A partir disso, poderia-se reconhecer a Internet como sendo esse novo meio, o que leva a concluir que são a mesma coisa.

³ “De acuerdo con esto, nos enfrentamos a la mutación de la memoria archivada para darle paso a una memoria digital, en red, de proceso y electrónica. Una nueva forma de hacer memoria sostenida por las nuevas y eficaces herramientas tecnológicas” (BELTRÁN; VILLAMIZAR, 2012, p. 167).

governo. Assim sendo, o presente trabalho refere-se a uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e ex-post-facto.

Ao escrevê-lo, além de apresentar os planos de governo das administrações estaduais de Tarso Genro e José Ivo Sartori, deseja-se tencionar sobre as políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres constante nos seus discursos (planos de governo). Para tanto, será utilizada a análise de discurso (AD), conforme os ensinamentos de Orlandi (2001).

Assim sendo, a pesquisa qualitativa se ocupa "com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" (MINAYO, 2002, p. 21), ou seja, regida por crenças e sentimentos relacionados a como se deveria compreender e estudar o mundo (DENZIN; LINCOLN, 2006). Percebe-se que tal abordagem se identifica com esse processo e que "a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão" (BAUER; GASKELL, 2002, p. 68).

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, como por exemplo: livros, materiais disponibilizados na internet e periódicos. A documental é produzida a partir de materiais que não tiveram tratamento analítico, na qual o pesquisador necessita entender os documentos como "meios de comunicação", uma vez que foram feitos objetivando alguma finalidade e de acesso disponível. Logo, se faz necessário saber quem produziu, seu propósito, para quem foi produzido e com qual intencionalidade (FLICK, 2009). A pesquisa ex-post-facto é quando o "experimento" se realiza depois dos fatos (GIL, 2008), isto é, sua principal característica é "os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos" (FONSECA, 2002, p. 32).

Por sua vez, a análise do discurso é uma técnica de análise de dados qualitativos, de origem francesa e concebida por Pêcheux (1988), que tem o objetivo de fazer uma reflexão das condições de produção e apreensão do significado de textos. Segundo Pêcheux (1988), há dois pressupostos básicos nesse tipo de análise que são os seguintes: uma palavra não possui um sentido em si mesma, pelo contrário, ela expressa posições ideológicas no processo

sócio-histórico e que toda construção discursiva dissimula formações ideológicas.

Conforme Orlandi (2001), a análise do discurso é um “campo de confluência entre a Linguística e as Ciências Sociais” (ORLANDI, 2001, p. 16). A língua e a história não são transparentes para o sujeito, por isso Orlandi (2001) fala em campo de entremeio entre a Linguística e as Ciências. Segundo a autora, configura-se um dos métodos mais utilizados para analisar discursos, sejam orais ou escritos, procura nos discursos os seus prováveis sentidos, sem deixar de observar o sujeito, sua história, ideologia e o contexto social no qual está incluso. Entende a técnica da AD como:

[...] aquela que não explica, nem serve para tornar inteligível ou interpretar o sentido, mas que nos leva a melhor compreender os processos de significação [...]. Com efeito, a relação que a análise do discurso estabelece com o texto não é para dele extrair um sentido, mas sim para problematizar essa relação, ou seja, para tornar visível sua historicidade e observar a relação de sentidos que aí se estabelece, em função do efeito de unidade (ORLANDI, 2007, 173).

Podem ser analisados diversos discursos, entre eles o político, o científico, o literário, o das propagandas etc. Orlandi (2001) descreve três: o discurso autoritário (aquele em que a polissemia é contida), o discurso polêmico (aquele em que a polissemia é controlada) e o discurso lúdico (em que a polissemia está aberta). A autora, (ORLANDI, 1998), ainda faz a distinção entre os termos ‘paráfrase’ ligando-a ao mesmo, ao já dito, à memória discursiva, ao interdiscurso, e ‘polissemia’ relacionando-a ao diferente, à ruptura, ao deslocamento, a processos de (re) significação.

A AD é, assim, uma disciplina capaz de trabalhar no embaciamento do que é dito no texto, de detectar nele a presença do político, do simbólico e do ideológico, possibilitando uma mobilidade transdisciplinar na área das Ciências Sociais (MARQUEZAN, 2009). Ela não se preocupa com o sentido “verdadeiro”, mas com o real sentido em sua materialidade linguística” (ORLANDI, 2001, p. 59). O analista do discurso procura interpretá-lo com o intuito de entender suas forças atuantes e seus diferentes significados.

“Neste gesto interpretativo, se caracteriza a ideologia, na produção de sentidos, nos questionamentos, na desnaturalização dos discursos” (RAMOS; SALVI, 2009, p. 6). O sentido é fruto de seu registro em uma formação discursiva (FD), a qual é entendida como a “projeção da ideologia do dizer” (ORLANDI,

2012, p. 55), porém não se analisa apenas o que foi dito, mas também o não-dito.

Contudo, é necessário delimitar o que analisar, isto é, definir o *corpus*, pois a construção do corpus e a análise estão estreitamente ligadas. “Decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2001, p. 63). O corpus se constitui a partir de recortes da temática que instiga o pesquisador. A partir desses recortes, já se inicia um trabalho de análise, recuperando conceitos, visto que a AD tem “um procedimento de ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho” (ORLANDI, 2001, p. 67).

Neste estudo, é apresentado um modelo de corpus de arquivo, ou seja, um corpus já existente, como documentos, legislação, pronunciamentos em jornais, livros e outros e não experimental, não obtido por materiais de resposta à entrevista (MARQUEZAN, 2009). Portanto, adota-se como objeto de análise desta pesquisa os enunciados dos planos de governos, acima mencionados.

Em suma, a pesquisa visou uma abordagem documental, cujo principal material empírico foram os planos de governos disponibilizados nos seguintes *sites*:

(a) Tarso Genro:

<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092453-plano-de-governo-governo-de-tarso-genro-periodo-de-2011-a-2014.pdf>;

(b) José Ivo Sartori:

http://estaticog1.globo.com/2015/10/13/proposta_governo1404480703100.pdf.

Após a seleção dos planos, deu-se destaque aos títulos e eventuais subtítulos apresentados em cada programa de governo para só então, depois dessa limitação, iniciar a análise de discurso, que permitirá identificar os efeitos ideológicos que constam nos textos e os possíveis reflexos desses efeitos sobre as relações pessoais, ações e pessoas – em outras palavras, analisar os discursos e suas consequências na manutenção ou superação dos problemas sociais relativo às questões de gênero (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Dessa forma, definiram-se os planos de governo como o corpus. No site da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão constam os Planos de

Governo do período de 1950 a 2014. A seguir, serão expostos os planos analisados neste trabalho: os das gestões de Tarso Genro (2011 a 2014) e José Ivo Sartori (2015 a 2018).

2.6 Planos de governo

A Lei 9.504 de 1997 em seu artigo 11, parágrafo 1º, inciso IX traz a obrigatoriedade aos candidatos à Chefia do Executivo de apresentarem à Justiça Eleitoral, simultaneamente ao seu requerimento de registro de candidatura, uma via impressa e outra digitalizada de sua plataforma ou plano de governo:

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

IX - propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República.

O plano de governo demonstra o enfoque que o candidato dará a sua gestão se vencer as eleições. Por meio dele, os cidadãos têm a oportunidade de conhecer as propostas do candidato para gerir o ente da federação ao qual se candidatou. Poderão observar se as ações, as políticas públicas propostas no plano de governo correspondem às reais demandas da cidade, do estado ou do país.

A Lei 9.504/97 não traz em seu bojo a previsão de punições aos políticos que descumprirem suas propostas e promessas previstas nos planos de governo. Porém, o descumprimento das propostas renunciadas poderá gerar críticas e afastamento dos seus eleitores mais conscientizados, ou poderá, ainda, gerar críticas às propostas por entendê-las insuficientes.

2.6.1 Plano de governo de Tarso Genro

O programa de governo de Tarso Genro (ANEXO 1) para as eleições de 2010, a partir da coligação PT, PSDB, PC do B e PR, é composto por 64 páginas subdivididas em blocos com os seguintes títulos e subtítulos:

- O bloco de temáticas com o título “Chegou A Hora do Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil. Tua Participação Vai Fazer a Diferença”;
- “Desenvolvimento Econômico Com Distribuição de Renda: Isso É Colocar o Rio Grande no Ritmo de Crescimento do Brasil”: descreve o panorama do Rio Grande no ritmo de crescimento do Brasil, da necessidade de equilíbrio fiscal com recuperação do investimento e do crescimento; do possível Desenvolvimento econômico com distribuição de renda; da necessidade de Relações Internacionais que acompanhem as mudanças na geopolítica mundial, focadas na integração regional, na cooperação solidária e a ousadia na inserção da nossa economia em novos mercados;
- O bloco de temáticas com título “Todos os Segmentos da Sociedade Dialogando e Construindo Juntos. É Assim Que o Rio Grande Vai Crescer no Ritmo do Brasil”: a partir de uma Gestão e controle público do Estado com ética, transparência e combate à corrupção; com uma nova relação com os servidores públicos; por uma Comunicação Pública, Democrática e de Qualidade;
- O bloco “ProRedes RS Um Programa de Todos Para o Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil: com o programa ProRedes RS acelerará o crescimento do Estado; por meio da Organização e estrutura do ProRedes RS; Fontes de financiamento; Diretrizes de elaboração; Comitê Gestor ProRedes; Redes Educação; Redes Segurança Pública; Redes Atenção à Saúde; Redes Empreender para Crescer; Redes Desenvolvimento Regional e Microrregional; Redes Cadeias Produtivas Locais e Regionais; Redes Desenvolvimento Urbano e Habitação; Redes Infraestrutura e Logística; Redes Porto Alegre e Região Metropolitana; Redes

Energia, Recursos Minerais e Telecomunicações; Redes Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário; Redes Meio Ambiente; Redes Saneamento; Redes Pesquisa e Inovação Tecnológica; Redes Tecnologia da Informação e Inclusão Digital; Redes Cultura; Redes Assistência Social e Combate à Pobreza; Redes Inclusão Social, Justiça e Dignidade; Redes Esporte e Lazer;

- O bloco com o título: “Chegou A Hora Do Rio Grande Crescer Do Ritmo Do Brasil. E Cuidar Da Nossa Gente”: por meio de Programas de Emergência Social; do Plano Estratégico para Enfrentamento das Calamidades Climáticas (secas, enchentes, ciclones); do Programa Integrado de Segurança no Trânsito; Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack enfrentará graves problemas sociais.

2.6.2 Plano de governo de José Ivo Sartori

O programa de governo de José Ivo Sartori (ANEXO 2), com a coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC, com 52 páginas, compõe-se de sete partes:

- Uma Aliança Pela Mudança: Pela Integração do Rio Grande do Sul no Novo Ciclo Histórico Cujo Início se Avizinha;
- Os Desafios do Desenvolvimento Gaúcho e a Inovação: por meio da modernização e com a diversificação da base produtiva do estado; tendo os desafios da inovação em uma economia de transição;
- O Desafio do Desenvolvimento Urbano e Regional Equilibrado;
- O Desafio da Expansão e da Melhoria dos Serviços Públicos Básicos, entre eles estão os desafios da educação estadual para melhorar a qualidade, a gestão e infraestrutura escolar; o desafio do sistema público de saúde: com a atenção básica, regionalização da medicina especializada e presteza no atendimento ao cidadão; o desafio da segurança pública;

- Os Desafios da Infraestrutura - Transportes; Energia e Saneamento: Transportes; Energia; Saneamento básico;
- As Finanças Públicas;
- Os Desafios Da Política Cultural: Uma nova política cultural.

Após expostos os planos de governo de ambas gestões, segue sua análise.

2.7 Entrelaçando as memórias dos planos de governo: reflexões analíticas

Por meio da AD pode-se perceber que se é dependente das próprias memórias e ideologias no que diz respeito aos discursos políticos, uma vez que se utilizam da repetição incessante de discursos que, na maioria das vezes, possuem no decorrer do tempo o mesmo objetivo: o da manipulação (RAMOS;e SALVI, 2009). Segundo Brasil (2011, p. 175), tencionar a palavra discurso é pensar em política, em discurso político, em que a fala percorre um “vocabulário regular em estilo e forma”.

Como já exposto, o discurso é onde se pode perceber a relação entre a língua e a ideologia. Assim, a AD trabalha “refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2001, p. 16). Isso retrata que não são evidentes os vários sentidos, a não clareza da linguagem e que a linguagem não serve apenas para comunicar, serve também “para não comunicar” (ORLANDI, 2001, p. 21), em que, para Orlandi (2007), o silêncio significa e não ausência de palavras.

Porém, para reflexionar é necessário ter em mente que não há apenas uma interpretação correta, ou um sentido certo; conforme Orlandi (1998, p. 12) “compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro”. Também é importante considerar que, na interpretação está contido o social, a memória, a história do analista, ou seja, a identidade do pesquisador que irá colocar o seu olhar sobre o texto. Portanto, pode-se compreender que o analista não está num lugar neutro e que há diversos sentidos a respeito de um mesmo texto (ORLANDI, 2001).

“O movimento interpretativo é realizado pelo analista de discurso, não com o desejo de desvelar o que está oculto, mas de entender as forças atuantes e compreender como as diferentes formações discursivas se conectam”

(RAMOS; SALVI, 2009, p. 6). Desse modo, pode-se identificar a ideologia, na elaboração dos sentidos, na desnaturalização dos discursos.

O discurso político, no caso, os planos de governo, como já visto, fazem parte das campanhas políticas e são obrigatórios. Formados de argumentos altamente persuasivos, com intuito não apenas de vencer as eleições, como muitas vezes de “tornar coletivas ideias e pensamentos”, sem falar que, frequentemente não se importam muito com os interesses da sociedade (FERNANDES; PHILIPPSEN, 2012, p. 185). Por essa lógica, pode-se admitir que os discursos políticos fazem parte dos meios reais da “produção humana e são perpassados por ideologias, formadas no meio social, e influenciadas pela historicidade”, fazendo com que seja mais fácil mudar para conseguir o objetivo pretendido – convencer seus eleitores (FERNANDES; PHILIPPSEN, 2012, p. 185).

Isso posto, em relação ao plano de governo de Tarso Genro pode-se verificar um discurso com forte ligação com o governo Federal, como fica demonstrado na maioria dos seus títulos, como por exemplo: “Chegou A Hora do Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil. Tua Participação Vai Fazer A Diferença”; “Todos os Segmentos da Sociedade Dialogando e Construindo Juntos; É Assim Que o Rio Grande Vai Crescer no Ritmo do Brasil”; “PROREDES RS Um Programa de Todos Para o Rio Grande Crescer no Ritmo Do Brasil. E Cuidar Da Nossa Gente”. Tendo em vista que utiliza como principal recurso discursivo-argumentativo o de que o RS crescerá no ritmo do Brasil, dessa forma acaba por referendar a atuação do governo Federal, demonstrando concordância com sua ideologia, com suas atuações. Cabe lembrar que, nessa época o Presidente da República era do mesmo partido de Tarso Genro, ou seja, o Partido dos Trabalhadores (PT), por isso repetiu tanto “no ritmo do Brasil”, caso contrário, provavelmente o discurso seria diferente.

Ainda em relação ao recorte “Chegou a hora do Rio Grande crescer” é possível pensar no sentido de crítica ao governo que estava naquele momento no poder, dando a entender que o Estado estava estagnado, sem avanço, seguindo a lógica contrária do mencionado acima, uma vez que o partido que governava o RS naquele período era de oposição ao de Tarso Genro. Assim, poderia fazer a interpretação de que, se ele fosse eleito isso mudaria, o Estado cresceria, não apenas em nível de Brasil como também em nível mundial,

digressão que pode ser feita com base no que consta no título dois: “necessidade de Relações Internacionais que acompanhem as mudanças na geopolítica mundial [...]”.

Pode-se constatar também uma proximidade maior com os eleitores, posto que o discurso de Tarso Genro solicita a participação, o engajamento da população, enfim, da sociedade a participar do governo ao afirmar o seguinte: “Tua Participação Vai Fazer A Diferença”; “Todos os Segmentos da Sociedade Dialogando e Construindo Juntos”, demonstrando e propondo dessa forma um governo democrático, indo, dessa maneira, ao encontro da memória discursiva, da ideologia do partido político ao qual pertence o Governador Tarso Genro. Haja vista que o PT teve sua origem marcada pela luta contra a ditadura, por um governo democrático e mais voltado às questões sociais (BRANDÃO, 2003).

Esse discurso se vale, ainda, de proposições afirmativas com as formulações assertivas de que o Estado irá crescer e apresenta um programa que no discurso usado afirma que será por meio dele que alcançarão tal objetivo, quando expõem o seguinte título: “ProRedes um programa de todos para o Rio Grande crescer em ritmo do Brasil”, revelando uma preocupação com o social ao mencionar a integração de vários setores, entre eles cita “desenvolvimento urbano e habitação, meio ambiente, assistência social, combate à pobreza, inclusão social e programas de emergência social que enfrentem, por exemplo, graves problemas sociais”. Entretanto, esse plano de governo, mesmo expondo um programa político como meio para alcançar suas metas, acaba por não o explicar efetivamente.

Em relação ao Plano de Governo de José Ivo Sartori, pode-se aferir um discurso menos assertivo, uma vez que não faz alusão a um plano concreto do que e como mudará. Ao utilizar a palavra “desafio” em cinco dos sete títulos constantes no seu programa de governo, apenas nos dois primeiros tópicos menciona algum tipo de mudança, como se pode ver na transcrição que segue: “Uma Aliança Pela Mudança: Pela Integração do Rio Grande do Sul no Novo Ciclo Histórico Cujo Início se Avizinha; Os Desafios do Desenvolvimento Gaúcho e a Inovação: por meio da modernização e com a diversificação da base produtiva do estado; tendo os desafios da inovação em uma economia de transição”.

O vocábulo ‘desafio’ pode ser visto com duplo sentido: o de instigação, estímulo, ou, por outro lado, como uma dificuldade, um problema. Fato que pode gerar nos eleitores dúvidas como as seguintes: será que o candidato ao governo tem conhecimento do que o Estado precisa para melhorar ou, como poderá vencer os desafios a que tanto se refere sem apresentar uma proposta política que contemple tal propósito?

Além disso, ao utilizar a expressão já referida “Uma aliança pela mudança: pela integração do RS” pode-se suscitar que o Estado está dividido, mas não se tem claro se essa divisão é das regiões (municípios) ou da população. Talvez se possa fazer a interpretação de uma possível insinuação e crítica à conjuntura do Brasil naquele momento, pois o país estava cindido, de um lado os a favor do PT, do outro os contra.

Outrossim, quando se refere a “uma economia em transição”, esse recorte pode representar que a economia não estava estável, que passava por mudança, ou seja, não disse que tipo de transição estava passando a economia e ainda referia-se à transição da economia devido apenas à transição de governo que poderia vir a ocorrer caso fosse eleito? Se a economia estava em transição era para uma posição melhor ou não? Pode-se pensar que estava ruim, pelo uso da palavra desafio no sentido de um problema a ser melhorado, mas também é possível pensar que se a economia estava melhorando, essa omissão poderia ser vista como uma espécie de apagamento da atuação do governo que estava no poder, já que era de outro partido.

Nos demais títulos, o presente plano de governo segue falando em desafios como por exemplo os títulos “Os Desafios da Infraestrutura - Transportes; Energia e Saneamento: Transportes; Energia; Saneamento básico” e “Os Desafios Da Política Cultural: Uma nova política cultural”, e continua sem mencionar nenhum programa ou meio de viabilizar a melhora dos transportes ou do saneamento básico, por exemplo. Porém, o que mais chama atenção é o sexto item em que consta apenas “As Finanças Públicas”.

O que poderiam representar esses silêncios? Meras omissões, “esquecimentos”? Ou um completo despreparo para o cargo? Ou pode-se constatar que pouco fará ao se eleger? Enfim, o programa de governo de José Ivo Sartori pode ter gerado inúmeras incertezas a seus eleitores, como as citadas no decorrer da análise.

No tocante à ideologia desse governo, é difícil perceber, mas é possível averiguar que segue o interdiscurso, a memória discursiva do seu partido político, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atualmente chama-se MDB - Movimento Democrático Brasileiro), já que seu programa de governo não é preciso, nítido, pois conforme Lameira e Peres (2015) o MDB tem como características ser um “partido sem ideologia” (LAMEIRA; PERES, 2015, p. 23) e com “ausência de programa claro” (LAMEIRA; PERES, 2015, p. 11). Porém, conforme os autores, a história do MDB sempre fora de um partido que “busca o poder a todo custo” (LAMEIRA; PERES, 2015, p. 23), fato que pode ser visto como sua ideologia, porque,

“[...] Não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário (ORLANDI, 2010, p. 48).

Por fim, em relação às políticas públicas de gênero, políticas públicas direcionadas ao empoderamento das mulheres, nenhum dos planos as contemplou de forma direta. Pode-se interpretar que o plano de governo de Tarso Genro tenha sido o que mais se aproximou dessa questão, ao aventar no que chama “programa ProRedes” a expressão: “inclusão social”. Esse termo, junto com os termos “assistência social” e “graves problemas sociais” podem ser interpretados da seguinte maneira: inclusão e assistência de todas as minorias, entre elas as mulheres e no tocante aos graves problemas sociais é plausível pensar a violência contra as mulheres como um deles. Já, o plano de José Ivo Sartori nem tangenciou esses temas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo foram discutidas algumas concepções como cultura, ideologia, memória e alguns conceitos da Análise do Discurso, tais como as noções de discurso, memória discursiva, formação discursiva com o propósito de examinar um corpus constituído dos planos de governo de dois candidatos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Procurou-se cotejar a relevância da produção de sentidos nos discursos políticos desses programas de governo,

isto é, de Tarso Genro e de José Ivo Sartori, tidos como efeitos da ideologia partidária de cada candidato e se propuseram políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres em seus discursos.

Assim, com base na teoria e na metodologia da AD, segundo o entendimento de Orlandi (2001), foi possível verificar algumas possibilidades da língua como disseminadora de sentidos. Nessa linha, foi premissa obrigatória considerar que a linguagem não é transparente; portanto, admitiu-se e procurou-se mais de uma interpretação. Dessa maneira, a AD contribuiu para descortinar os efeitos ideológicos dos sentidos dos discursos de cada candidato, uma vez que as formações discursivas fazem parte das formações ideológicas, ou seja, todo o discurso é constituído por ideologia, logo – “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia [...] é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2001, p. 17).

Dessa forma, como resultado analítico em ambos planos de governo observou-se que a ideologia se manifestou na língua, no discurso. Logo, cada FD refletiu a formação ideológica dos candidatos, confirmando os ensinamentos da teoria da AD, pois conforme Orlandi (2001, p. 43) “[...] o discurso se constitui em seu sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva [...]”. Dessa forma, os programas de governo de cada candidato revelaram os rastros dos sentidos dos já-ditos e reditos em outros lugares e momentos – ou seja, a memória do dizer (PÊCHEUX, 1997).

O plano de governo de Tarso Genro usou expressões mais assertivas e visando um crescimento do RS buscou uma linha de que, se eleito, o Estado crescerá igual ao Brasil, cancelando dessa forma a aprovação da política federal. Procurou uma aproximação com os eleitores por meio do uso dos termos “tua participação”, “construir juntos” e “cooperação solidária”, detalhou mais as questões sociais e fez de forma indireta a inclusão das mulheres. Por sua vez, José Ivo Sartori apresentou um plano mais sucinto, utilizou o termo “desafio” em praticamente todos seus títulos, palavra que pode ser interpretada com mais de um sentido, podendo gerar nos eleitores dúvidas. Além disso, não apresentou nenhum programa que previsse algum tipo de solução e ademais não mencionou nem de perto políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres.

Outrossim, evidenciou-se que a memória discursiva dos planos de cada candidato é diferente, pois suas formações discursivas refletiram um dizer de

lugares da memória discursiva condizentes com seus processos sócio-histórico e suas formações ideológicas do que pode e deve ser dito em cada plano. Infere-se, então, que tudo o que é dito nos programas de governo está ligado a uma memória.

Por fim, como a AD não é uma ciência exata, e sim da interpretação (ORLANDI, 2013), não se tem como esgotar a análise do corpus e nem foi esse o propósito do presente artigo, porque há várias possibilidades de entendimento, de interpretação dos processos discursivos, ou seja, de cada plano de governo. Outrossim, essa análise também é atravessada pela ideologia, pela memória, e pela cultura da sociedade na qual a pesquisadora, a analista vive. Contudo, é importante considerar que, quanto mais diferentes tipos de discursos se dominar, maior será a possibilidade de perceber as ideologias e intenções que cada discurso carrega, tendo em vista que os discursos fazem parte da vida humana, em especial o discurso político, e, como mencionado, os sentidos sempre podem ser outros.

Desse modo, pode-se perceber a importância da AD, já que ela ajuda a ver e a entender o mundo, as relações sociais e principalmente as lutas de poder. Assim sendo, com essa compreensão se pode, ao menos, tentar mudar, combater uma ideologia, uma cultura que exclui e/ou oprime como, por exemplo, o machismo, o patriarcalismo, o sexismo e o racismo.

REFERÊNCIAS

- ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. **Revista de psicologia política**, v. 8 n.15. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004. Acesso em: 11 jun. 2018.
- ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural Memory Studies: an International and Interdisciplinary Handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008, p. 109-118.
- BANA, Ivanir Guidini. O discurso e a memória do dizer: o lugar da interpretação. **Revista Mediações, Londrina**, v. 8, n. 2, p. 119-143, jul/dez 2003.
- BARROS, José Márcio. Cultura, memória e identidade – contribuição ao debate. **Cadernos de História**. Belo Horizonte: PUC Minas, out. 1997. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1696/1817>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BELTRÁN, Rafael Ríos; VILLAMIZAR, Silvano Pabón. Memoria de Archivo / Memoria Digital: Reflexiones sobre los Archivos Pedagógicos en la Perspectiva Digital. **Revista Nómadas**, Universidad Central. Colombia, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n36/n36a11.pdf>. Acesso em 21.jul.2018.
- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BERGER, Christa. **Cultura da memória e resistência cultural**. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/norte/2o-encontro-2012/artigos/cultura-da-memoria-e-resistencia-cultural/view>. Acesso em: 1 out. 2018.
- BIMBER, Bruce. The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerate Pluralism. **Polity**, v. 31, n. 1, p. 133-160, 1998.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Tradução Celso de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- BOSI, Ecléa, **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Os usos do povo. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004b.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores**: a história de utopia (1979 – 1994). São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei 9.504, de 30.set.de 1997. **Presidência da República Casa Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: Desdobramentos Importantes para a Compreensão de uma Tipologia Discursiva. **Linguagem Estudos e Pesquisas**, Catalão-GO, v. 15, n. 1, p. 171-182 jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/32465/17293>. Acesso em: 09 out. 2018.

BUCCI, Eugênio. **Televisão Objeto**: a crítica e suas questões de método. 2002. Tese. (Doutorado em Comunicação e Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo: ECA-USP, 2002.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CASADEI, Eliza Bachega. **Os novos lugares de memória na internet**: as práticas representacionais do passado em um ambiente on-line. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: < http://www.bocc.ubi.pt/pag/Casadei_memoria_Internet.pdf >. Acessado em: 8 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, Celso (org.) **Franz Boas, Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

COSTA, M. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.

CRIPPA, G. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA MARANON, E. I. (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 79-110

CUCHE, Denys. Gênese social da palavra e da idéia de cultura. In: **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 237 p.

DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: ____ (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006.

DIAS, Cristiane P. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270717?mode=full>. Acesso em: 3 ago. 2018.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

ELIAS, Norbert. Da Sociogênese dos Conceitos de 'Civilização' e 'Cultura'. In: Norbert Elias. **O processo civilizador**. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

FERNANDES, Hanna Verônica da Silva; PHILIPPSEN, Neusa Inês. **O poder da persuasão nos discursos políticos: a 'realidade' da mídia**. **Revista Eventos Pedagógicos** v.3, n.1, Número Especial, p. 182-195, Abr. 2012. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_15632o_podey_da_peysuasao_nos_discuysos_politicos_pdf_O_PODER_DA_PERSUASAO_NO_S_DISCURSOS_POLITICOS.pdf. Acesso em: 8 out. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Joao José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A N C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Márcia B. De M. L. Nunes. RJ: Guanabara, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

KROEBER, Alfred L. **A natureza da cultura**. Lisboa: Edições 70, 1952.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias**. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Set. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Rafael-LameiraPauloPeres.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

LAMPOGLIA, Francis; ROMÃO, Lucília Maria de Souza. A pedra, o pau e a pena: silêncio, formação discursiva e dizeres nas fichas do DEOPS. **Discurso & Sociedade**, v.4. Disponível em: <http://www.dissoc.org/edicoes/v04n02/DS4%282%29Lampoglia&Romao.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 1999.

LÈVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Os Agenciamentos da Memória Política na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 29 n° 85, pp. 145-245, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n85/10.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

LISBÔA, Noeli T. **A pontuação do silêncio: uma análise discursiva da escritura de Clarice Lispector**. Dissertação. 2008. 185 p. (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

MARQUEZAN, Reinoldo. A constituição do corpus de pesquisa. **Revista "Educação Especial"** v. 22, n. 33, p. 97-110. Santa Maria, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. São Leopoldo: Focus, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINTZ, Sidney W. **Cultura uma visão antropológica**. Tempo: 2010, v.14, n. 28, pp.223-237. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 1 maio 2017.

MOLINA, Márcia Cristina Gomes. A Internet e o Poder da Comunicação na Sociedade em Rede: Influências nas Formas de Interação Social. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MOURA, Cláudia Peixoto de; SOUZA, Aline Oliveira de. Memória e Comunicação Institucional: a construção de relacionamentos com base em acervos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/111480326/Memoria-e-Comunicacao-Institucional-a-construcao-de-relacionamentos-com-base-em-acervos>. Acesso em: 9 jun. 2018.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: Um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. de 1993.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. **O discurso estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PEDROSA, Breno Viotto. Sauer, Boas, Kroeber e a cultura superorgânica: notas sobre a relação entre geografia e antropologia. **Confins**, n. 23, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9958%3e%A0>. DOI: 10.4000/confins.9958. Acesso em: 6 mai. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 30 out. 2012.

OLIVEIRA, Carlos Bões de. **Calando para resistir**: um estudo do silêncio em Raymond Carver. 2013. Disponível em: www.pucrs.br/edipucrs/online/IXsemanadeletras/lei/Carlos_Boes_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Paráfrase e Polissemia: a fluidez dos limites do simbólico. **Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade)**, n. 4. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. **Revista Rua**. Campinas, n. 16, v. 2, novembro 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638816>. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. v. 2, 2013. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumell/arquivos/pdf/eurbanoVol2_EniOrlandi.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica): o texto como material de pesquisa**. Coleção: linguagem e sociedade. Campinas: Pontes Editores, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/16380228/An%C3%A1lise_de_discurso_para_a_cr%C3%ADtica_o_texto_como_material_de_pesquisa. Acesso em: 30 set. 2018.

RAMOS, Rita de Cássia de Souza Soares; SALVI, Rosana Figueiredo. Análise de conteúdo e análise do discurso em educação matemática: um olhar sobre a produção em periódicos Qualis A1 e A2. **IV Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, Brasília, DF, 25 a 28 de outubro de 2009. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/ifhiec/arquivos/9GT94689598053.pdf>. Acesso em 9 out. 2018.

RIOS, Fábio. Memória Coletiva e Lembranças Individuais A Partir Das Perspectivas De Maurice Halbwachs, Michael Pollak E Beatriz Sarlo. In: **Revista Intratextos**, 2013, v. 5, n. 1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos> HYPERLINK "http://dx.doi.org/10.12957/intratextos" HYPERLINK "http://dx.doi.org/10.12957/intratextos/intratextos". Acesso em: 20.jun.2018.

SANTOS, Myrian Sepulveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Anablumme, 2003.

SCAFFO, Maria de Fátima. Violência de gênero e memória social: investigando a complexidade destas relações. In: FARIAS, Francisco Ramos (org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

SILVA, Alessandro Soares. Por um Lugar ao Sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!). **Revista Bagoas**, n. 8, pp. 77-102, 2012. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n08art04_silva.pdf. Acesso em: 31 maio. 2018.

SOUZA, Aguinaldo Gomes de. Sobre a noção de memória metálica em análise de discurso e sua relação com a técnica informática. **Anais do Simpósio ETEMAC**, 2017. Disponível em: http://www.academia.edu/35214602/SOBRE_A_NO%C3%87%C3%83O_DE_MEM%C3%93RIA_MET%C3%81LICA_EM_AN%C3%81LISE_DE_DISCURSO_E_SUA_RELAC%C3%87%C3%83O_COM_A_T%C3%89CNICA_INFORM%C3%81TICA. Acesso em: 26 set. 2018.

STOCKING, George W. Jr. Introdução: Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: STOCKING, George W. Jr. (Org. e Intr.) **A formação da antropologia americana**. Antologia. Tradução Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TYLOR, Edward Burnett. **A ciência da cultura**. São Paulo: Expresso Zahar, 2014.

VIRILIO, Paul. O paradoxo da memória do presente na era cibernética. In: CASALEGNO, Federico. **Memória Cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2011.

ZARDO, Diane Silva. A Noção da formação discursiva na constituição de sentidos da materialidade textual do artigo nº 58 da LDB 9394/96. **Revista Científica Ciência em Curso**, Palhoça, SC, v. 5, n. 1, p. 22-27, jan./jun. 2016.

3 ARGUMENTOS E SEUS DISFARCES: A NOVA RETÓRICA NAS NOTÍCIAS DOS GOVERNOS

RESUMO

Este capítulo aborda a conceituação de retórica segundo Aristóteles, a compreensão da utilização da Nova Retórica como instrumento de análise do discurso argumentativo dos governos de Tarso Genro (2011 a 2014) e de José Ivo Sartóri (2015 a 2018) sobre as políticas públicas para as mulheres que essas administrações optaram em deixar registrado no *site* oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS) – <https://estado.rs.gov.br/ultimas-noticias>. Por meio, então, da teoria da argumentação desenvolvida por PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005) analisam-se os mecanismos retóricos, ideológicos e técnicas argumentativas no discurso das notícias publicadas a fim de identificar se os argumentos utilizados foram retóricos ou não, e se modificaram ou mantiveram a cultura machista e de menos valia das mulheres existente no estado do RS.

Palavras-chave: discurso argumentativo; nova retórica; governos do RS; violência contra as mulheres.

3.1 Introdução

A internet modificou as práticas políticas, transformou-se num dos principais instrumentos de relacionamento entre os políticos e os cidadãos, substituiu os métodos políticos tradicionais, de tal maneira que o discurso político aderiu às novas formas de comunicação, às formas prediletas pelos meios de comunicação de massa e digitais. Sendo, dessa forma, a mídia a principal incumbida pela produção da agenda pública e com uma atenção centrada na gestão da visibilidade (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Destarte, o passado deixou de ser evocado de uma estrutura pré-determinada e passou a ser entendido a partir de grupos sociais envolvidos em sua construção (SANTOS, 2003), na qual a memória coletiva começa a ser vista “como um campo de negociação entre os atores sociais e seus respectivos interesses” (CASADEI, 2009). Levando em consideração essa premissa, pode-se estabelecer a noção de enquadramento da memória coletiva. Pollak (1992) afirma que a memória é construída, que ela provém de um trabalho de organização e tal como “a identidade são valores disputados em conflitos sociais [...] e em conflitos que opõem grupos políticos diversos”.

O autor acrescenta que “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é” (POLLAK, 1992, p. 205 e 207). À vista disso, defende que “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas,

mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 4).

Seguindo essa lógica, a materialidade da memória social é constituída pela “estruturação do discurso” (ACHARD, 2007, p. 11). Isso quer dizer que a memória é fruto do acontecimento discursivo, tendo uma regularidade que a situa entre o linguístico e o histórico. O discurso, nesse contexto, é composto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, no qual é constituído por um número limitado de enunciados inseridos em um conjunto de condições de existência e de caráter histórico, ou seja, de “fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história” (FOUCAULT, 2007, p. 132 e 133).

Percebe-se, então, que “o enunciado é regulado por regras de aparecimento e por condições de apropriação e de utilização, sendo objeto de uma luta e de uma luta política” (FOUCAULT, 2007, p. 136 -137), em que o discurso está ligado ao poder, uma vez que o poder só pode ser exercido por meio do discurso e este se torna objeto de disputa. Sob esse contexto, o discurso “funda uma interpretação, constrói uma verdade, dá rosto às coisas” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108).

Por conseguinte, a memória seria um elemento importante para o funcionamento das instituições, visto que é por meio da memória que as instituições se exprimem na sociedade, conservando tão somente as informações que lhes interessem. Embora as memórias social e política se urdam (ASSMANN, 2006), elas são estudadas em disciplinas e pessoas diferentes.

Em relação à memória social, estudada por psicólogos sociais, seu estudo é direcionado para entender como os eventos históricos são lembrados pelas pessoas em suas próprias vidas. Já a memória política é analisada pelos cientistas políticos, os quais debatem a memória em relação à formação da ideologia e da construção de identidades coletivas canalizadas para a ação política. Os cientistas políticos averiguam, por exemplo, instituições, estados, nações, grupos sociais, igreja a fim de ver como eles “usam e abusam das memórias para a ação política e a formação de identidades de grupo (política de identidade)”, pois eles “não têm memória, eles fazem uma para si mesmos, com a ajuda de símbolos, textos, imagem, ritos [...]” (ASSMANN, 2006, p. 215 e 216).

Assim sendo, como a memória política é constituída na seleção e exclusão do que é útil ou não lembrar, cada governo comporá suas memórias, selecionando qual memória é importante e qual não é. Portanto, cada governo, cada gestão possui seu discurso político com seus argumentos que podem se constituir com o emprego ou não da retórica e por meio de estratégias discursivas poderão persuadir e convencer o auditório, a população governada, de que estão agindo para atender os seus anseios. Desse modo, os veículos de divulgação como por exemplo a televisão, os jornais e a internet servirão não apenas para irradiar as ideologias e as políticas públicas, mas também para provocar ou aumentar ou não a adesão das pessoas ao próprio governo, à aprovação ou não. “De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra [da retórica ou da dialética], pois todas elas tentam de certa medida questionar ou sustentar o argumento, defender ou acusar” (ARISTÓTELES, 2015, p. 5).

Neste artigo, portanto, busca-se examinar o discurso argumentativo dos governos de Tarso Genro (2011 a 2014) e de José Ivo Sartori (2015 a 2018) sobre as políticas públicas para as mulheres que essas administrações optaram em deixar registrado no *site* oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS) – <https://estado.rs.gov.br/ultimas-noticias>. Tendo, assim, como objetivo analisar a argumentação comunicada nesse corpus e com base nessa avaliação caracterizar se no discurso das notícias os argumentos utilizados foram retóricos ou não, e se modificaram ou mantiveram a cultura machista e de menos valia das mulheres existente no estado do RS. Para fazer esse exame, isto é, analisar os mecanismos retóricos e ideológicos utilizados por ambas gestões, será empregada a teoria da argumentação desenvolvida por PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), a chamada Nova Retórica, teoria que teve base na retórica de Aristóteles.

3.2 Retórica de Aristóteles

Argumentação vem do latim e exprime a maneira como irão se ordenar os argumentos, os raciocínios de uma tese por exemplo, com o intuito de convencer ou persuadir por meio de um discurso, sendo, neste caso, discurso entendido como argumentação. Ao passo que a retórica, origem grega (*rhetoriké*), é a

habilidade de usar um discurso persuasivo, é a “técnica argumentativa, baseada não na lógica, nem no conhecimento, mas na habilidade em empregar a linguagem e impressionar favoravelmente os ouvintes” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 235). Em síntese, é a persuasão por meio da argumentação.

A retórica é a mais antiga matéria relacionada à linguagem. Reporta-se ao século V a.C., teve origem em Siracusa, na Magna Grécia, onde hoje é a Itália. Primeiramente foi desenvolvida pelos sofistas e era entendida como a arte da eloquência e teve seu primeiro tratado escrito em 465 a.C. por Tísias e Córax. Para os sofistas, a retórica visa uma argumentação alicerçada no verossímil (*eikos*), e não no verdadeiro ou na verdade em si, atuando a partir da diversidade de opiniões e argumentos.

Os ensinamentos de Górgias e Platão também foram importantes. Platão considerava a retórica geradora de persuasão e, ao contrário de Górgias, dizia que a retórica não é uma arte e sim apenas uma habilidade. Considerava os praticantes da retórica como pessoas não confiáveis, pois não se preocupavam com a verdade, o interesse era apenas em persuadir. No entanto, Platão reconhecia a importância de se identificarem os diferentes tipos de auditórios, pois possibilitam oratórias distintas entre si (LIMA, 2011).

Como Platão, Aristóteles igualmente se preocupava com os critérios éticos da prática da oratória. Porém “Aristóteles, diferente de Platão, via a retórica como algo que normalmente faz parte da vida social e política, como uma arte importante para o desenvolvimento dessas áreas. [...] para a lógica e persuasiva dos argumentos” (LIMA, 2011, p. 46).

Foi com Aristóteles que a retórica recebeu uma efetiva base teórica (PACHECO, 2011). O filósofo nasceu em Estagira, no norte da Grécia, em 384 a.c., e faleceu em 322 a.c., foi aluno de Platão, escreveu inúmeras obras entre elas a Retórica, que é composta por três livros (I: 1354a – 1377b, II: 1377b – 1403a, III: 1403a – 1420a). No livro I, escreveu sobre três gêneros retóricos: o deliberativo, que procura persuadir ou dissuadir; o judiciário, que acusa ou defende e; o epidítico, que elogia ou censura. No livro II, analisa a relação em nível emocional, a recepção do discurso retórico, como o discurso retórico é recebido e as formas de argumentação. Por fim, no livro III, descreve, entre

outras coisas, sobre o discurso, estilo e composição e o uso da metáfora (MAZZALI, 2008).

Aristóteles (2015) caracteriza a retórica como a “arte dos discursos”, quer dizer, “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2015, p. 62). Para o filósofo, a retórica vai além da persuasão. Ela também fala sobre os meios mais pertinentes para persuadir e, para isso, ele fez uso de três tipos de provas técnicas (que podem ser preparadas pelo orador): o *ethos* (quando orador gera confiança, fé do ouvinte na sua pessoa), refere-se às características do orador que podem influenciar no processo de persuasão, como a sua autoridade, honestidade e credibilidade em relação ao que se analisa; o *pathos* (quando o orador conduz o auditório à emoção, à paixão), refere-se ao apelo, ao lado emocional do grupo que se quer que o orador atinja, e, o *logos* (quando o orador demonstra o que parece ser verdade; o raciocínio), concerne ao conteúdo do discurso, ao uso da lógica, a palavra e a razão, ou seja, é a parte racional e a força dos argumentos para que sejam mínimas as chances de rejeição. Quanto às provas não-técnicas encontram-se as seguintes: a lei, o testemunho, os contratos e a confissão (MAZZALI, 2008).

Assim, conforme o Estagirita, o orador deve saber identificar a conveniência e/ou inconveniência dos argumentos utilizados em cada discurso e as provas irão ajudar a descobrir qual o melhor meio para persuadir o auditório sobre qualquer questão. Por isso, o filósofo, afirma que as suas regras não são aplicadas a nenhum gênero específico (ARISTÓTELES, 2015).

Em relação ao discurso, Aristóteles (2015) classifica-o em gêneros: o deliberativo, no qual o orador tenta aconselhar, persuadir ou dissuadir uma assembleia sobre algo do passado e para isso recorre a exemplos; o judiciário, nesse gênero, o orador irá tentar persuadir sobre uma situação justa ou injusta, por meio do método do etinema; e, o terceiro gênero de discurso é o epidíctico ou demonstrativo, onde o orador irá empenhar-se em sensibilizar seu auditório sobre algo digno ou ignóbil a respeito do presente, através do método da amplificação (MAZZALI, 2008).

A discussão proposta não está relacionada a um estudo da oratória, entretanto, sendo a Teoria da Argumentação de Perelman uma retomada da antiga arte retórica concebida por Aristóteles, o estudo do pensamento perelmaniano, poderia parecer em um primeiro momento,

uma simples reedição dos antigos ensinamentos do filósofo grego. Todavia, o próprio Perelman afirmou que seu trabalho se tratava de uma nova visão acerca da antiga retórica, mantendo com relação a esta, basicamente a ideia de auditório (PERELMAN, 1996, p. 7).

A retórica deveria se basear na dialética, conforme Aristóteles (2015), a qual definia como uma forma de raciocínio, sendo este um discurso. Segundo o filósofo, há dois tipos de raciocínio: o demonstrativo e o dialético, o demonstrativo segue um rigor lógico e baseia-se em premissas - axiomas. Por sua vez, o raciocínio dialético, apesar de necessitar do rigor lógico também, esse raciocínio não se fundamenta em axiomas, mas em endoxas (opinião)⁴, ou seja, a dialética raciocina a partir do provável, isso é o que a diferencia da demonstração filosófica e científica (REBOUL, 2004). Assim, para o Estagirita, a retórica era um recurso imprescindível para um mundo de incertezas e de conflitos ideológicos (MAZZALI, 2008), sendo exercida apenas “em situações de incerteza e conflito, em que a verdade não é dada e também jamais seja alcançada senão sob a forma de verossimilhança” (REBOUL, 2004, p. 39).

Para Aristóteles (2015), a retórica seria apenas a aplicação da dialética, já para Reboul (2004, p. 39) são disciplinas diferentes, mas “se cruzam como circuitos em intersecção”, na qual “a dialética é um jogo intelectual que, entre suas possíveis aplicações, comporta a retórica. Esta é a técnica do discurso persuasivo que, entre outros meios de convencer, utiliza a dialética como instrumento intelectual” (REBOUL, 2004, p. 39).

Não obstante a importância da retórica, no século XIX iniciou-se o seu declínio. Ela sofreu um forte ataque do Romantismo e do Positivismo cientificista. O Romantismo, com Vitor Hugo por exemplo, rechaçou a retórica por um ideal de sinceridade, através do uso instintivo da linguagem. Já o Positivismo excluiu da concepção de ciência da linguagem os elementos valorativos e emotivos, que eram apreciados nas práticas das técnicas retóricas (ARAUJO, 2013).

“O racionalismo, portanto, sufocou a retórica [...], quando se negou que a natureza da argumentação é a de se fundar sobre o litígio de que não se convence pela argumentação, apenas pela racionalidade” (ARAUJO, 2013, p. 250). Em função disso, a retórica ficou um longo tempo desprezada e foi

⁴ Doxa: palavra que deriva do grego doxa, significa: opinião (2018).

atribuída às banais técnicas estilísticas, sendo apenas no século XX, por meio de alguns estudiosos entre eles Perelman, que ela voltou a ser valorizada.

3.3 Nova retórica: PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA

A importância da retórica de Aristóteles foi retomada por Perelman, com base no estudo da argumentação, ao unir esta à retórica, auxiliou a romper com a prática cartesiano positivista de desprestígio da retórica (PACHECO, 2011). A argumentação é uma das bases da retórica, tal qual a dialética (FREITAS, 2007).

Chaïm Perelman era um filósofo do Direito, sua principal obra o *Traité de l'argumentation - la nouvelle rhétorique*, escrita em 1958 juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca, a qual teve em sua posição inicial a questão da justificação dos juízos de valor, buscou uma lógica paralela à lógica demonstrativa, pois a retórica até então limitava o papel da lógica, do método científico e da razão para resolver problemas de base apenas teórica, deixava a resolução dos problemas à emoção, aos interesses e à violência. Assim, PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005) prolongaram e ampliaram a retórica de Aristóteles, concebendo dessa forma a nova retórica.

A retórica antiga tem relação com as técnicas utilizadas para persuadir um auditório cuja característica principal é ser formado por pessoas simples e não capazes de formar longos encadeamentos de argumentos. Por sua vez, a nova retórica é direcionada a qualquer espécie de auditório, de pessoas comuns a especialistas (NUNES, 2015).

PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005) compreendem a retórica como sendo a adesão de um ou mais espíritos apenas por meio da argumentação, em que a preocupação não é com a verdade, mas com a adesão, com o convencimento dos interlocutores, dos destinatários (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Os tratadistas, PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005, p. 4), definiram como objeto da teoria da argumentação “o estudo das técnicas discursivas, que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento”. Tendo, portanto, como objetivo da argumentação “[...] conquistar ou fortalecer a adesão (*adhésion*) da audiência.

Apoiando-se nos tratadistas, Reboul (2004) afirma que não se pode definir a argumentação a não ser em oposição à demonstração, que ambas são diferentes. Dessa forma, o autor elenca cinco características da argumentação que a diferencia da demonstração: “dirige-se a um auditório; expressa-se em língua natural; suas premissas são verossímeis; sua progressão depende do orador; e suas conclusões são sempre contestáveis” (REBOUL, 2004, p. 92). A argumentação por exprimir-se em língua natural é passível de ambiguidade, passível do uso de palavras polissêmicas e da utilização da conotação (FREITAS, 2007). Assim, de um discurso é possível conceber mais de um sentido, interpretação.

A base da teoria da argumentação, como já visto, foi a redefinição da retórica, cujo foco está no conceito de auditório, isto é, os destinatários de um discurso – os espíritos. À vista disso, quando se pretende influenciar, argumentar por meio de um discurso é necessário que se considerem as condições psíquicas e sociais do auditório a fim de que seja alcançada sua adesão, “pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 16).

Logo, para que se consiga uma argumentação é mister que aqueles a quem ela se dirige prestem uma certa atenção. Assim sendo, ela é “por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar” e, neste caso, fazer parte de um mesmo ambiente, manter um convívio social facilita ao orador efetivar as condições prévias para o contato dos espíritos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 21). Portanto, uma das principais características da retórica é a relevância do auditório, pois para que ela seja eficaz é mister que o orador conheça seu público para escolher os argumentos, os estilos adequados para persuadi-lo (CARVALHO, 2000). Porém, antes de definir orador e auditório é importante salientar que os tratadistas não limitam a retórica ao discurso falado e que a nova retórica deve estudar sobretudo os textos impressos, pois como qualquer outro texto, também são dirigidos a um auditório, sendo que esse auditório pode ser formado tanto por uma pessoa, quanto por uma multidão (NUNES, 2015).

Assim sendo, para o discurso retórico é importante a relação entre o orador e o auditório a que se dirige. A verdade que se consegue pela lógica

formal é universal e incontestável, ao passo que a adesão obtida pela argumentação é a adesão de um auditório determinado, uma vez que pode ser de intensidade variável (PERELMAN, 2004).

Conforme os tratadistas, orador e auditório são de modo respectivo, aquele que apresenta o discurso e aqueles a quem o discurso é dirigido, “[...], em matéria de retórica, parece-nos preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22). O orador terá que considerar que os argumentos estão em constante interação, ou seja, “deverá levar em conta esse complexo fenômeno de interação na hora de escolher seus argumentos, assim como a amplitude e a ordem da argumentação. [...] terá de guiar-se por uma noção confusa, mas indispensável, a de força dos argumentos” (ATIENZA, 2000, p. 103). Sendo assim, para conseguir a adesão à sua tese necessitará de alguma qualidade a fim de que possa exprimir suas ideias com uma determinada habilidade, tendo sempre como foco o grupo de pessoas que quer convencer ou persuadir - o auditório.

Por consequência, como já referido, os oradores terão que presumir seus próprios auditórios, porque “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 23). O auditório presumido, para PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), é a percepção de certa maneira sistematizada, uma vez que o orador poderá investigar suas origens psicológicas ou sociológicas, sendo importante que a argumentação, para que seja mais profícua, perceba o auditório presumido da forma mais real possível, assim poderá saber quais os argumentos mais adequados para usar. Nessa lógica, para entender uma argumentação, é necessário voltar-se para quem ela é direcionada e não para quem a emite, dado que cabe ao orador adaptar-se ao auditório.

Portanto, na argumentação, o principal não é conhecer o que o próprio orador pensa ser verdadeiro ou probatório, mas qual é o juízo daqueles a quem ela se dirige. Essa ponderação, proporciona outra observação, a da diferença entre persuadir e convencer, em que os tratadistas esclarecem: persuadir refere-se à argumentação que procura apenas um auditório particular. Por outro lado, convencer diz respeito à argumentação que necessitaria conquistar a adesão de

todo o ser racional, isto é, do auditório universal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação. [...]. Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 30).

A partir desse prisma empregado pelos autores, pode-se entender que essa imprecisão entre os termos convencer e persuadir seja intencional, uma vez que “as fronteiras entre a inteligência e a vontade, entre a razão e o irracional, podem constituir um limite preciso, a distinção entre diversos auditórios é muito mais incerta, e isso ainda mais porque o modo como o orador imagina os auditórios é o resultado de um esforço sempre suscetível de ser retomado” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 33). Nesse sentido, os tratadistas (2005, p. 33) citam uma frase de Claparède “ele me persuadiu, mas não me convenceu...” inferindo-se, por consequência, que também pode não convencer outros espíritos.

Essa distinção faz lembrar que, normalmente, o auditório a ser convencido é heterogêneo, ou seja, é formado por pessoas diferentes pelo caráter, vínculo ou funções. Desse modo, o orador para persuadir precisará usar “argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 24). Cabendo a esse, o auditório, a função essencial para definir a qualidade da argumentação e o proceder dos oradores.

Para os autores, Perelman e Tyteca (2005), há três espécies de auditório. O primeiro é o universal, constituído por toda a humanidade, “formado de homens adultos e normais”; o segundo, formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 34). De acordo com os autores, “uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 35).

Com isso, a retórica eficiente para um auditório universal seria a que manipula apenas a prova lógica, porém isso é contestado, pois representaria o

método cartesiano que foi rechaçado pelos tratadistas com a alegação de que o “consentimento universal invocado o mais das vezes não passa da generalização ilegítima de uma intuição particular” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, 36). Portanto, não se deve identificar de forma categórica a argumentação para uso do auditório universal com a lógica, posto que as “verdades evidentes” mudam muito. Assim sendo, os tratadistas propõem que se identifique cada orador por meio da imagem que ele formula do auditório universal. Portanto, já que o auditório universal é a criação do orador, sua formação deriva do que o orador consegue conceber como sendo o melhor, ou seja, tenta pressentir todas as dificuldades, embaraços e contratempos que consegue.

Por outro lado, a discussão com um único ouvinte antigamente usufruía de uma superioridade pelo reconhecimento da hegemonia dialética perante a retórica. Contudo, o diálogo pode ter um alcance positivo se for considerado que não se trata da adesão de somente um indivíduo determinado, mas da adesão de uma personalidade que admite a certeza da verdade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), sendo assim, o ouvinte teria as mesmas características que outros membros do auditório universal.

Dessa forma, o ouvinte único também pode incorporar o auditório particular ao representar o corpo de um grupo maior, ao ser seu porta-voz e tendo a possibilidade de tomar decisões por ele, ou ainda, quando for apontado como uma amostra de todo um gênero de ouvintes, escolha essa geralmente definida pelos objetivos do orador (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). O orador, ao se adequar ao auditório particular, que é o estabelecido por fatores de tempo e espaço, composto por um grupo delimitado, baseia-se em teses que podem discordar de teses admitidas por outros auditórios, pois o orador pode usar concepções específicas que são compartilhadas somente pelos membros daquele grupo.

Dentro da perspectiva de conquistar a adesão do auditório, seja ele qual for, o raciocínio retórico-dialético resgata a noção de “acordo”, tão desprezada pelo pensamento positivista, em que acordo é a concordância de sentimentos ou ideias e/ou consonância de ideias com o leitor. Para realizar esse objetivo, o orador, então, precisa adaptar seu discurso à audiência” e fazer acordos (ALEXY, 2004, p. 143).

Trataremos, para começar, do objeto dos acordos que podem servir de premissas. Nosso exame não tenderá, evidentemente, a estabelecer o inventário de tudo quanto é suscetível de constituir objeto de crença ou de adesão; investigaremos quais são os tipos de acordo que desempenham um papel diferente no processo argumentativo. Acreditamos que será útil, desse ponto de vista, agrupar esses objetos em duas categorias, uma relativa ao real, que comportaria os fatos, as verdades e as presunções, a outra relativa ao preferível, que conteria os valores, as hierarquias e os lugares do preferível (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 74).

Assim, os tratadistas (2005) distinguiram os objetos de “acordo” conforme os distintos papéis que desempenham no processo argumentativo e na diferenciação entre o auditório particular e o auditório universal:

A concepção que se faz do real pode, em largos limites, variar segundo as visões filosóficas que se professa. Entretanto, tudo aquilo que, na argumentação, presume-se versar sobre o real, caracteriza-se por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, aquilo que versa sobre o preferível, que determina nossas escolhas e que não é conforme a uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 74).

Há vários tipos de objeto de acordo, que segundo os autores podem servir de premissas, os quais se dividem em duas categorias: uma relativa ao real que compreende os fatos, as verdades e as presunções; a outra categoria é relativa ao preferível, a qual abarca os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. “[...] na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal”. Já em relação ao preferível [...] será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 74).

Em relação aos fatos e verdades, os auditórios reconhecem um número restrito, revelando dessa forma que o que é aceito por um auditório pode não ser por outro. Portanto, um fato pode ser desconsiderado como premissa de uma argumentação se assim o auditório não o admitir como tal. “Só estamos em presença de um fato, do ponto de vista argumentativo, se podemos postular a seu respeito um acordo universal, não controverso” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 75 - 76).

Quanto às verdades, os tratadistas afirmam que a elas são aplicados tudo o que diz respeito aos fatos. Refere-se, comumente, de fatos para caracterizar

“objetos de acordo precisos, limitados; em contrapartida, designar-se-ão de preferência com o nome de verdades sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 77).

Por sua vez, as presunções não resultam num acordo entre o orador e o auditório, de mesmo grau que os fatos e as verdades. Logo, devem ser suplementadas pela argumentação, ou seja, “a adesão às presunções não é máxima, espera-se que essa adesão seja reforçada, num dado momento, por outros elementos”, mas também usufruem de acordos universais (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 79).

No tocante aos objetos de acordo do preferível eles são guiados em relação a um auditório particular. Os valores, o primeiro desses objetos, estão em todas as argumentações, porém mais presentes nas decisões políticas, jurídicas ou filosóficas, em que se recorre aos valores para motivar o ouvinte a fazer determinadas escolhas em vez de outras e, especificamente, para justificar estas, para que se tornem aceitáveis e aprovadas por outras pessoas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Eles podem, assim como os fatos, serem refutados, se a justificativa de uma argumentação for feita com valores diversos entre si e a argumentação ora pode basear-se em valores abstratos, ora nos concretos.

Como quarta premissa estão as hierarquias, que também podem ser apresentadas como concretas. Nesse caso, os tratadistas (2005) citam a superioridade dos homens sobre os animais, e em hierarquias abstratas, como a que expõe a superioridade do justo sobre o útil. “Sentir-se obrigado a hierarquizar os valores, seja qual for o resultado dessa hierarquização, provém do fato de a busca simultânea desses valores criar incompatibilidades, obrigar a escolhas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 93).

Os valores e as hierarquias podem ser fundamentados pelos lugares ou esses também podem servir para reforçar a adesão do auditório. Os lugares são premissas muito gerais aplicadas a casos particulares de acordo. Os lugares podem ser inúmeros, porém PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005) os agrupam sob itens gerais como lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência, da pessoa.

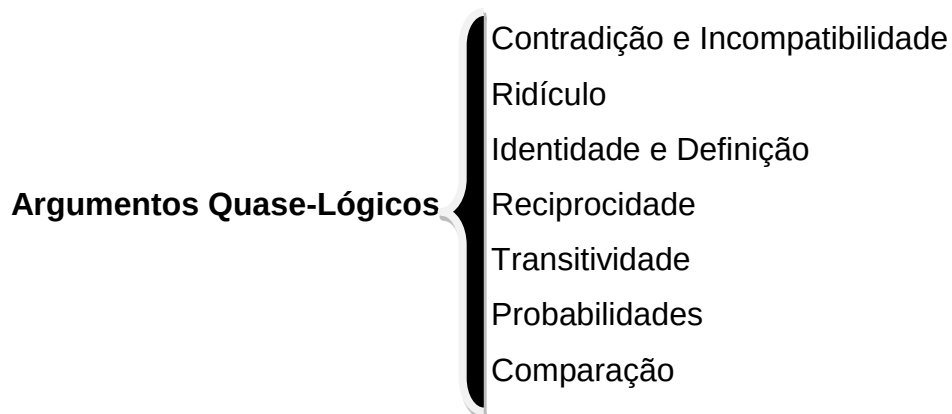
Para alcançar esses acordos, os tratadistas (2005) identificaram técnicas argumentativas, as quais denominaram de lugares da argumentação, que se caracterizam por processos de ligação e de dissociação. Por processos de ligação entendem-se, desse modo, os “[...] esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa seja estruturá-los, seja valorá-los positiva ou negativamente um pelo outro” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215). Em outras palavras são as técnicas sob o aspecto positivo, que “consistirá no estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório: trata-se de argumentos de ligação” (PERELMAN, 1987, p. 246).

Enquanto os processos de dissociação são as “[...] técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados como um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 215). Essas técnicas estão sob o aspecto negativo, que objetivará “abalar ou romper a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador: tratar-se-á da ruptura das ligações e dos argumentos de dissociação” (PERELMAN, 1987, p. 246).

Os autores, PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), além disso, diferenciam três modelos de ligação da argumentação, que atuam no discurso para persuadir e convencer o auditório:

- os argumentos quase-lógicos: lembram os argumentos da lógica formal, porém não possuem o mesmo rigor, quer dizer, não possuem valor conclusivo, pois é impossível tirar da linguagem comum toda a ambiguidade, além de não poder eliminar do argumento a possibilidade de múltiplas interpretações (PERELMAN, 2004). Desse jeito, a cada argumento lógico, de validade reconhecida e incontestável, coincidirá um argumento quase-lógico de estrutura semelhante, da qual a força persuasiva compor-se-á na sua proximidade com aquele (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Esses argumentos são de natureza não-formal, que se fundamentam em noções plausíveis, possíveis e prováveis. Pode-se citar a incompatibilidade, que lembra o princípio da contradição e a identificação total ou parcial, que evoca o princípio da identidade

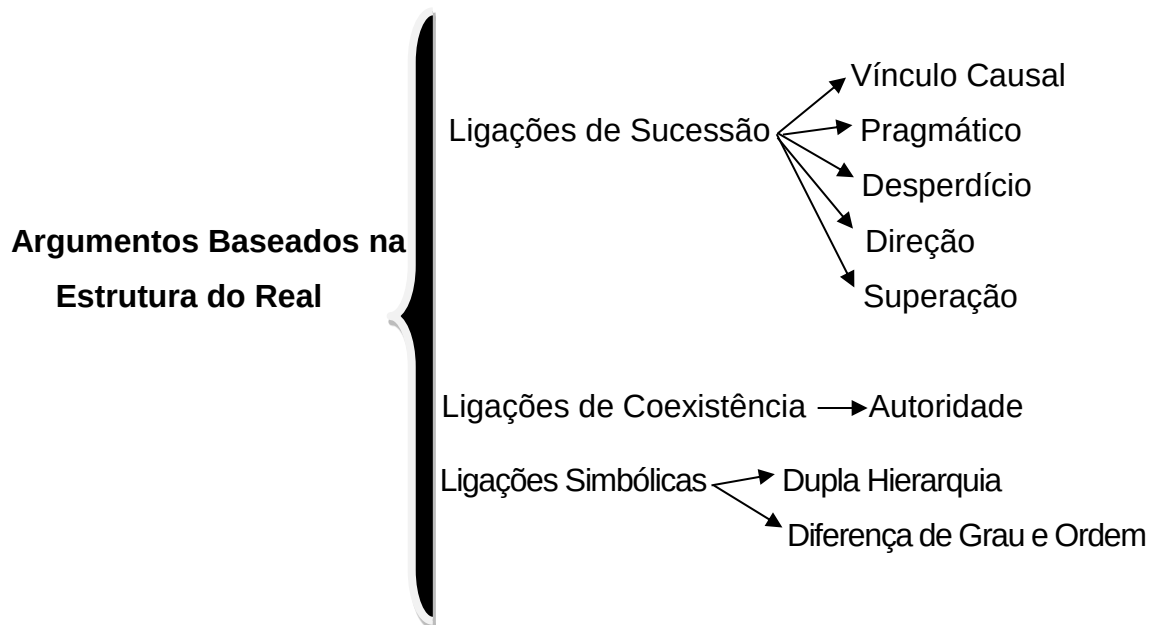
formal e resulta da definição ou da análise como argumentos quase lógicos; o ridículo quando entra em conflito, sem nenhuma razão, com uma opinião já anuída, por exemplo: na lógica formal, quando alguém for colocado em contradição, seu discurso será considerado absurdo devido ao princípio da identidade. Por sua vez, no campo da argumentação, já que não há univocidade na linguagem, não se pode falar em contradição, e sim em incompatibilidade. Logo, não será possível acusar o discurso de absurdo, podendo no máximo chamá-lo de ridículo (PERELMAN, 1987). Os argumentos de reciprocidade que objetivam aplicar o mesmo tratamento a duas situações correlatas; a transitividade que é uma propriedade formal de certas relações que autoriza passar da afirmação de que existe a mesma relação entre os termos; a argumentação de comparações, nas quais se comparam vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro; as probabilidades que são as argumentações, não-quantificáveis, baseadas na redução do real a séries ou coleções de seres ou de fatos, parecidos em alguns aspectos e diferenciados por outros (PERELEMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 219 - 292);



- os argumentos baseados na estrutura do real - são aqueles cujo fundamento se situa na ligação existente entre os diversos elementos da realidade, já que se admite que os elementos do real estão associados entre si, em uma dada ligação, sendo viável instituir sobre tal relação uma argumentação que permita passar de um destes elementos ao outro (PERELMAN, 1987). Consistem na experiência e estabelecem um acordo com o auditório ao basear-se em elementos

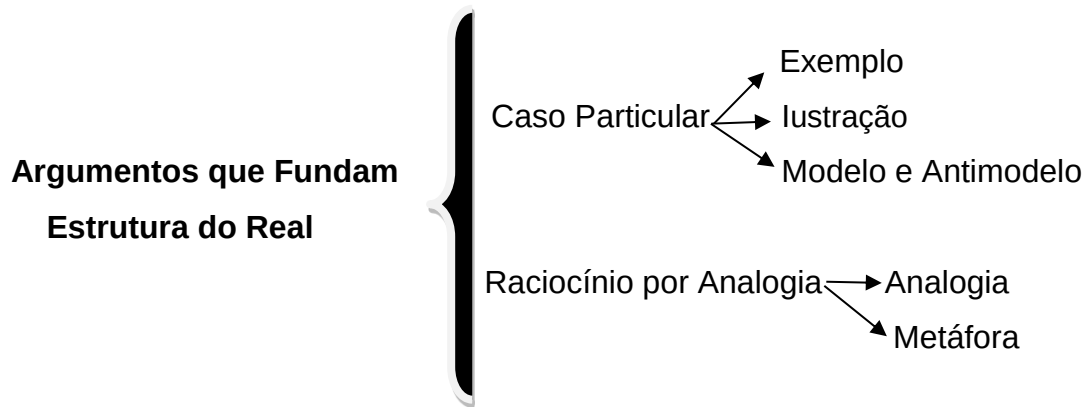
reconhecidos como fatos, verdades e presunções. Essas ligações podem ser de vários meios como: a) ligações de sucessão, que unem coisas da mesma natureza, como a relação de causa a efeito; o argumento pragmático que permite observar um ato ou um acontecimento conforme suas consequências favoráveis ou desfavoráveis; o argumento do desperdício diz que, já que se começou uma obra, já que se aceitaram sacrifícios que se perderiam em caso de renúncia à tarefa, que se prossiga na mesma direção; o argumento de direção que representa, basicamente, o alerta contra o uso do procedimento das etapas, no sentido do quanto ceder nas negociações, ou seja, esse argumento intervém na maneira de regular as negociações, quando não se quer parecer ceder ante a força, a ameaça ou a chantagem; o argumento da superação persiste na expectativa de ir sempre mais longe, pois o que importa não é realizar um objetivo, mas sim que cada caso serve para impulsionar, para ir mais adiante, ou seja, de continuar indefinidamente numa determinada direção (PERELEMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 297 a 329); b) ligações de coexistência, que estabelecem relações entre realidades de níveis diferentes, das quais uma é tomada como a expressão ou a manifestação da outra, como o argumento de autoridade, o qual utiliza a relação que existe entre a pessoa e os seus atos, juízos ou obras para servir de meio de prova a favor de uma tese. Esse argumento é o raciocínio retórico mais criticado, pois foi muito utilizado e de forma abusiva (PERELEMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 333 a 348); c) ligações simbólicas, que se caracterizam por uma relação de participação entre os símbolos e aquilo que eles evocam, aquilo que é por eles simbolizado, por exemplo a bandeira de um país pode despertar sentimento de ódio ou amor a esse país. Os argumentos de hierarquia podem ser usados às ligações de sucessão e às de coexistência. Poderão demonstrar que, por exemplo, um termo deve ser usado no lugar de outro, mas na maioria dos casos o orador embasará seus argumentos entre a hierarquia discutida e a hierarquia aceita, ou seja, recorrerá ao que se chama de hierarquia dupla. As hierarquias por vezes estão tão vinculadas que uma servirá de critério

ou definição para outra. Os argumentos de hierarquia dupla servem também de base para os argumentos concernentes às diferenças de grau e de ordem, podendo, então ser quantitativos ou qualitativos (PERELEMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 377-395);



- os argumentos que fundam a estrutura do real - concebem o real a partir do caso particular e do raciocínio por analogia. O caso particular pode ser visualizado tanto como um exemplo quanto como uma ilustração que atua como modelo e regra. São argumentos deste tipo que se fundam a partir do caso concreto como o exemplo que permite a partir de um caso particular fundar uma previsão ou uma regra, uma generalização; a ilustração, que consente tornar presente à consciência uma regra já estabelecida, reforça a adesão a uma regra; o modelo, que aponta um caso particular como algo a copiar, estimula a imitação, determina o que deve ser. O raciocínio por analogia: a analogia, baseada numa semelhança e assimila duas relações com o objetivo de esclarecer, por meio de uma relação conhecida, cuja forma mais genérica seria a seguinte: A está para B assim como C está para D, onde normalmente se chama “foro” uma relação mais conhecida e se chama “tema” a que ainda tem que se esclarecer; a metáfora, por sua vez, é uma analogia condensada, que resulta da

fusão entre o elemento do tema com o elemento do foro, como no exemplo citado: “a velhice está para a vida assim como a noite para o dia”, de que derivam as metáforas “a velhice do dia” ou “o anoitecer da vida” (PERELEMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 353-399);



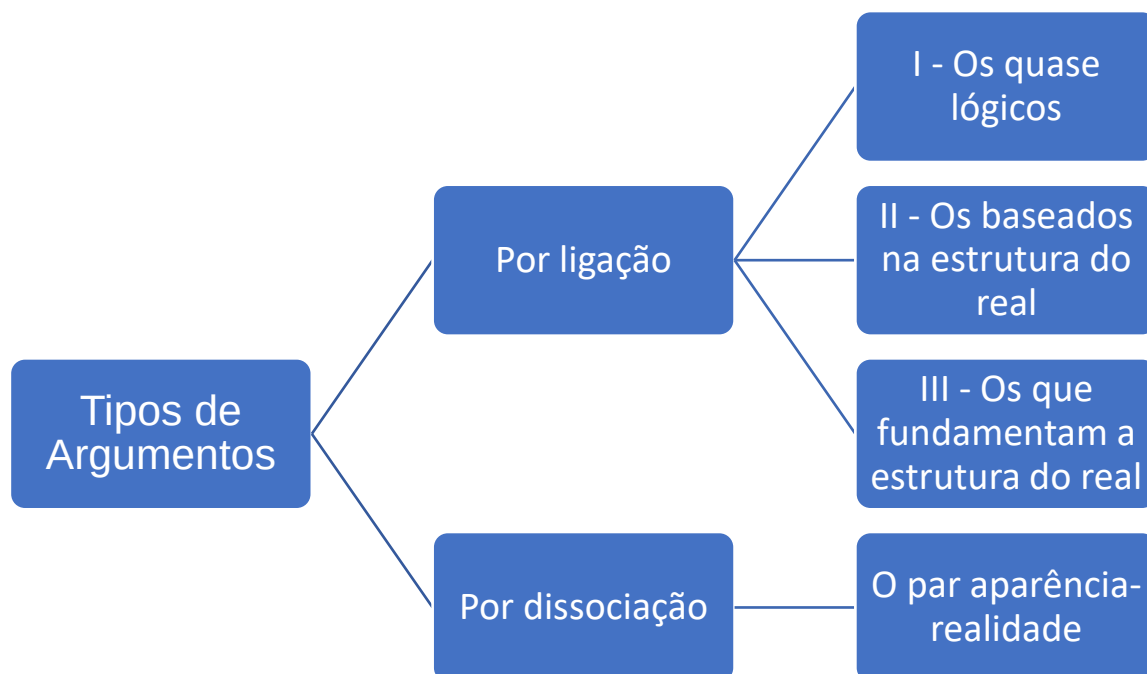
Em relação ao lugar de dissociação, existem os discursos que se baseiam na técnica de dissociação para persuadir e convencer o auditório como:

- os argumentos por dissociação: diferente das ligações argumentativas que tornam solidários elementos que poderiam de início ser considerados independentes, os argumentos por dissociação recusam o estabelecimento de tal solidariedade, recusam reconhecer a existência dessa ligação. Esses argumentos deiferenciam, separam noções, como o absurdo ou “distingo”, operam com pares hierarquizados, do tipo aparência-realidade, a fim de dissociá-los para solucionar incompatibilidades, a fim de tornar confiável e durável (PERELEMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 467 e 468). Assim, no par aparência-realidade, busca-se por meio desse argumento dissociar o que vem a ser uma aparência em oposição com a realidade efetiva de um fato, ou seja, opõe-se em reconhecer a existência de conexão entre uma dada situação e os seus respectivos aspectos, por achar que tais aspectos foram impropriamente relacionados a esta situação, visto que, na verdade, encontram-se independentes e, às vezes, são incompatíveis.

Dissociação das Noções ➡ o par “aparência-realidade”

Com o intuito de resumir e deixar mais didático, segue o gráfico 1 abaixo:

Figura 1 – Tipos de argumentos com base no modelo de classificação de PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005).



Fonte: Autoria própria, 2019.

Com base na teoria exposta, sobre a nova retórica de Perleman, serão analisados os discursos dos governos de Tarso Genro e José Ivo Sartóri, conforme mencionado na introdução dessa pesquisa. Porém, antes da análise do corpus, no tópico seguinte será especificada a metodologia do trabalho e se detalhará a constituição do corpus de notícias.

3.4 Método da argumentação das notícias e corpus

Para que uma pesquisa seja considerada científica há a necessidade de utilizar-se um método científico a fim de se realizar a investigação, responder o problema de pesquisa e seus objetivos. Segundo Gil (2008, p. 17), pesquisa é definida como o:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Método é a ordem, o caminho para se chegar a um fim específico. Método científico é “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 24). Assim, além de seguirem um método, as pesquisas possuem uma classificação. Pradanov e Freitas (2013) apresentam uma forma clássica que será seguida neste trabalho.

Quanto à natureza, a pesquisa pode ser básica ou aplicada. A pesquisa aplicada “[...] tem como objetivo produzir conhecimentos para serem aplicados na solução de problemas específicos e também envolve verdades, mas tem interesses locais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Neste estudo, propõe-se trabalhar com a pesquisa aplicada, uma vez que tem como objeto analisar o discurso da gestão de dois governos do RS. Portanto, tem interesse local e, além disso, pretende-se confirmar ou não se os discursos desses dois governos foram culturalmente ideológicos em relação às políticas públicas para mulheres, se mantiveram a cultura machista e de menos valia das mulheres existente no estado do RS.

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva e explicativa (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa exploratória pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2008) e ela permite um planejamento mais flexível, possibilitando o estudo do assunto por inúmeros ângulos e aspectos. Normalmente, abrange levantamento bibliográfico, entrevistas com quem teve experiências com o problema de pesquisa e também pode apresentar a análise de exemplos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na pesquisa descritiva, como o próprio nome diz, o pesquisador descreve os fatos e fenômenos que observa. “[...] Observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. [...] Para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). A explicativa atenta-se a identificar os fatores que determinam ou que colaboram para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2008), quer dizer, essa pesquisa vai explicar os porquês das coisas. Na presente pesquisa, sobre o discurso e a análise de notícias vinculadas pelos governos identifica-se que sua classificação mais adequada quanto aos objetivos seja a descritiva.

Quanto aos procedimentos, conforme os ensinamentos de Prodanov e Freitas (2013, p. 54), trata-se do modo pelo qual se obtêm os dados para confeccionar a pesquisa. Esse modo os autores chamam de “*design* (delineamento)”. Tal delineamento envolve alguns elementos como a análise e interpretação dos dados, a forma e o local que são colhidos esses dados e o controle das variáveis que existem. Há dois grupos de delineamentos: os que “[...] se valem das chamadas fontes de papel (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental)” e os “[...] fornecidos por pessoas (pesquisa experimental, pesquisa *ex-postfacto*, o levantamento, o estudo de caso, a pesquisa-ação e a pesquisa participante)” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Assim sendo, utilizar-se-á, conforme a divisão de Prodanov e Freitas (2013), as pesquisas bibliográfica, a documental e a *ex-post-facto*. Endende-se por pesquisa bibliográfica a que parte de material já publicado como livros, revistas, artigos científicos, jornais, dissertações, teses, internet, em que, os autores chamam atenção para a necessidade de verificar-se a veracidade das fontes consultadas e, portanto, dos fatos. Os exemplos mais representativos desse tipo de pesquisa são a respeito das investigações sobre ideologias ou aquelas que objetivam a análise das diversas posições acerca de um problema (GIL, 2008).

Em relação à pesquisa documental, para Prodanov e Freitas (2013), ela está baseada em material, que ainda não teve um tratamento analítico e que pode ser recomposto de acordo com os objetivos da pesquisa, ou seja, utilizam-se “[...] fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas (FONSECA, 2002, p. 32). Nesse tipo de pesquisa, os documentos utilizados podem ser classificados em documentos de fontes de primeira mão, os que não recebem tratamento nenhum, como citado acima, e os documentos de segunda mão, os que “já foram analisados, como por exemplo, relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, relatórios de empresas” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56).

Este trabalho utilizará esses dois tipos de documentos, o de primeira e o de segunda mão. Fará uso também da pesquisa *ex-post-facto* já que analisará fatos já ocorridos, trata-se de uma pesquisa cuja investigação é “[...] sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis

independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis” (GIL, 2008, p. 54).

Quanto ao ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. O modo pelo qual será abordado o problema ou fenômeno e a perspectiva a ser adotada é que determinará a metodologia a ser usada: qualitativa ou quantitativa. Prodanov e Freitas (2013, p. 71) salientam que as “[...] duas abordagens estão interligadas e complementam-se. Tendo-se por qualitativa, a pesquisa que não requer o uso de métodos estatísticos, que não se preocupa com uma representatividade numérica, trata-se de uma pesquisa descritiva, na qual o pesquisador se preocupa mais com a interpretação dos fenômenos e seus significados e analisará seus dados de forma indutiva.

A presente pesquisa usará a abordagem qualitativa ao se preocupar com o fenômeno, o real, por ser descritiva e indutiva, mas também fará uso de dados quantitativos ao analisar de forma comparativa os números da violência de gênero no RS em relação às gestões dos dois governos. Pois, “[...] a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20).

No que diz respeito ao *corpus* de análise, ou seja, ao se descrever o *corpus* de pesquisa, cumpre salientar que o foco principal deste trabalho está centrado nos discursos dos últimos dois governos do Estado do RS em relação às políticas públicas para mulheres. Para tanto, foram selecionadas as notícias publicadas no *site* oficial do governo do Estado do RS (<https://estado.rs.gov.br/ultimas-noticias>), entre os anos de 2011 a 2018, abarcando dessa forma a totalidade das gestões dos governos de Tarso Genro e José Ivo Sartori.

As notícias selecionadas, de dentro do *site* oficial do governo do RS, estão registradas no item ‘Últimas Notícias’, o qual disponibiliza um filtro de registros por Editorias, que estão divididas em 130 opções de editorias para acessar, entre elas estão as seguintes: Área Social; Cultura; Direitos Humanos; Economia; Gabinete de Crise; Consumidor; Recursos Humanos; Educação; Saúde; Políticas para Mulheres... Em 11 de janeiro de 2019, o tópico “Últimas Notícias” contava com um total de mais de 125 mil notícias, as quais são distribuídas, conforme o assunto, dentro das suas Editoriais. Nesse mesmo dia, a Editorial

“Políticas para Mulheres” apresentava um total de 221 notícias, sendo a última com data de 15 de março de 2018, cujo título é “Empregar/RS Mulher oferta mais de 2,9 mil vagas em 128 Agências FGTS/Sine nesta sexta-feira”. E a primeira notícia registrada nesse editorial é de 10 de janeiro de 2011, sob o título “Posse da Secretária para Políticas Públicas para Mulheres é marcada pela emoção e pelo compromisso”. As notícias, além de serem datadas, também apresentam a hora de sua publicação, pois esse portal chamado de “últimas notícias” é atualizado diversas vezes ao dia.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a argumentação comunicada nesse corpus e com base nessa avaliação caracterizar se os argumentos utilizados nos discursos dos governos que constam nas notícias selecionadas foram retóricos ou não e se modificaram ou mantiveram a cultura machista e patriarcal – de menos valia das mulheres, existente no estado do RS. Assim, do mesmo modo, verificar se houve diferença nos discursos sobre as políticas públicas para as mulheres e se houve melhorias nessa área. Para isso, focou-se na editorial “Políticas para Mulheres” e porque além do fato de ser um longo período, ou seja, 8 anos, o que resultou em muitas notícias registradas, não se teriam condições de analisar e classificar todas as notícias publicadas nesse período e, também, pelo fato de que foi a maneira pela qual os governos decidiram registrar e classificar as memórias de seus discursos sobre o tema Políticas Públicas para Mulheres. É mister chamar a atenção para o fato de que existem notícias que fazem menção a políticas públicas para mulheres, porém, os governos optaram por classificá-las em outras Editoriais, como por exemplo a de “Segurança Pública”.

Dessa forma, a amostra total ficou em 219 notícias e não 221 como aparece no *site*, pois há duas notícias publicadas no ano de 2013 que são repetidas. Destarte, totalizam 210 notícias durante o período do governo de Tarso Genro e 9 notícias no do governo de José Ivo Sartori, as quais estão expostas da seguinte forma:

Quadro 1: Recorte da seleção amostral a partir de dados coletados no site oficial do Governo do RS em 11 de janeiro de 2019.

Tarso Genro	José Ivo Sartori
• 2011: 49 notícias • 2012: 19 notícias • 2013: 66 notícias • 2014: 76 notícias	• 2015: 01 notícia • 2016: 03 notícias • 2017: 03 notícias • 2018: 02 notícias

Fonte: Autoria própria, 2019

O tratamento e a análise dos dados serão feitos a partir das observações realizadas, da metodologia estabelecida, do referencial teórico e por fim pelo posicionamento da pesquisadora (PRODANOV; FREITAS, 2013). “A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação” (GIL, 2008, p. 157). Prodanov e Freitas (2013) resumem como uma continuidade de ações a redução de dados, a categorização e interpretação desses dados e a produção do relatório, nos quais “[...] os dados obtidos são analisados e relacionados com os principais problemas que existam sobre o assunto, dando subsídios para a conclusão” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 116).

“A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN/VOLCHÍNOV, 1999, p. 113). Como base nessa frase de Bakhtin e Volchínov (1999) pode-se inferir que, geralmente, se tem uma intencionalidade quando se diz algo e um desejo de sensibilizar o outro de alguma forma, ou seja, que a fala produza os efeitos pretendidos.

A partir desse entendimento, buscou-se empregar como subsídio metodológico a teoria da argumentação do jurista Perelman (2005) com a colaboração de Olbrechts-Tyteca, pois os tratadistas demonstraram que os discursos possuem um contexto e buscam a adesão de quem ouve ou lê. Isto é, frequentemente, a mídia, a política, a religião, o comércio buscam influenciar seu

auditório por meio da linguagem, da retórica, e a teoria da argumentação vem ajudar a identificar a intencionalidade dos discursos. Haja vista que a retórica é “uma forma de comunicação, uma ciência que se ocupa dos princípios e das técnicas de comunicação. Não de toda comunicação, obviamente, mas daquela que tem fins persuasivos” (ARISTÓTELES, 2015, p. 24). Sendo assim, alicerçados nesses princípios e técnicas argumentativas os políticos utilizam-se da retórica como uma estratégia de persuasão dos seus ouvintes – eleitores, cidadãos.

Ao formular essa metodologia com o propósito de utilizar-se das técnicas argumentativas, os tratadistas PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), contestam “o pensamento de Descartes segundo o qual quando duas pessoas manifestam concepções distintas acerca do mesmo fato, pelo menos uma delas deve estar errada” (NASCIMENTO, 2010, p. 54). Assim, a teoria da argumentação, a nova retórica, permite que se discuta o que é ou não justo, pois abarca o verossímil, o plausível, possibilitando que mais de uma concepção esteja correta, mesmo que as concepções sobre o mesmo fato sejam diferentes.

Portanto, com base nos acordos argumentativos propostos por PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), na obra Tratado da Argumentação, passa-se no item seguinte à análise dos discursos. Porém, antes segue a explanação de como foram divididas as notícias que serão analisadas.

À vista disso, primeiro os discursos foram divididos em 2 blocos de notícias: as que registram Eventos, neste caso são as notícias que divulgam seminários que debatem políticas para mulheres, projetos, dados sobre a violência contra as mulheres, artigos publicados; e as que registram Ações Efetivas, as quais foram separadas, em dois tópicos: Recursos Financeiros, como por exemplo, as que divulgam linha de crédito para fomentar o empoderamento das mulheres, entrega de carros; e Serviços e Informações às mulheres: como serviços jurídicos, psicológicos, exames de saúde e cursos de formação.

As notícias que serão analisadas foram as definidas como Ações Efetivas e dessas as que foram consideradas mais importantes, ou seja, denominadas de Recursos Financeiros, pois se deseja verificar as questões práticas e mais eficazes da gestão de cada governo, isto é, as que ofereceram respaldo às mulheres e colaboraram para diminuir as diferenças e a violência de gênero.

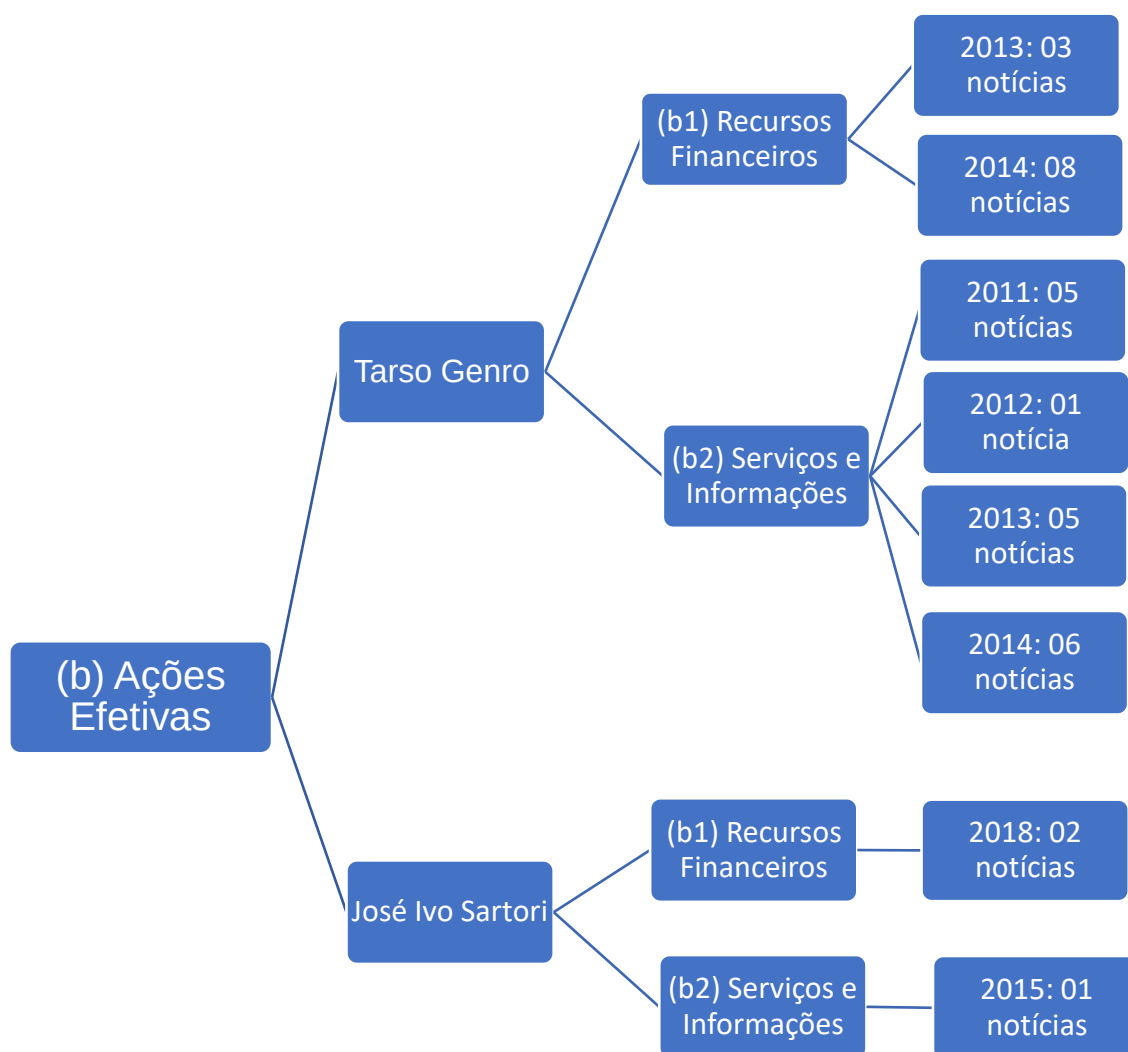
Dessa forma, o corpus ficou definido com um total de 13 notícias (ANEXO 3) disponibilizadas no site oficial, sendo 11 notícias no período de governo de Tarso Genro e 2 notícias no de José Ivo Sartori. Abaixo seguem o Quadro 2, com as notícias que foram selecionadas, e o Gráfico 2, com o intuito de uma melhor visualização da divisão feita e da disposição das notícias publicadas na editorial Políticas para Mulheres, para logo após passar à análise conforme a ordem de classificação proposta pelos tratadistas PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005).

Quadro 2: Dados obtidos do site oficial do governo do RS, em 11 de janeiro de 2019.

Notícia	Data e hora da Publicação	Título da Notícia
Not. 1	07/03/2013 às 16h36min	Estado divulga ações para mulheres e entrega equipamentos para a Brigada Militar
Not. 2	01/08/2013 às 09h55min	Secretaria fortalece os organismos de políticas para mulheres em Torres
Not. 3	17/12/2013 às 10h33min	Inaugurada nova sede do Centro Estadual de Referência da Mulher
Not. 4	11/03/2014 às 17h12min	Crédito Lilás quer estimular o empreendedorismo feminino no Estado
Not. 5	31/03/2014 às 17h30min	Inaugurada em Lajeado a 7ª Sala Lilás
Not. 6	07/05/2014 às 15h19min	Inaugurado posto de atendimento para mulheres vítimas de violência na Capital
Not. 7	29/07/2014 às 14h12min	Estado fortalece estrutura de políticas para as mulheres em 30 municípios gaúchos
Not. 8	23/09/2014 às 18h14min	Centro de reciclagem da associação Anitas é inaugurado na Capital
Not. 9	07/10/2014 às 18h27min	Governo do Estado auxilia família de gaúcha morta por violência doméstica na Espanha
Not. 10	27/11/2014 às 13h48min	Sala Márcia Santana é inaugurada na semana do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher
Not. 11	19/12/2014 às 12h08min	Torres inaugura Centro de Referência da Mulher nesta sexta-feira
Not. 12	08/03/2018 às 13h08min	Rede de combate à violência contra mulher ganha reforço de quatro viaturas
Not. 13	15/03/2018 às 15h41min	Empregar/RS Mulher oferta mais de 2,9 mil vagas em 128 Agências FGTS/Sine nesta sexta-feira

Fonte: Autoria própria, 2019.

Figura 2: Dados obtidos do *site* oficial do governo do RS, em 11 de janeiro de 2019.



Fonte: Autoria própria, 2019.

3.5 Análise das notícias em relação aos argumentos dos discursos

Diante da base teórica exposta, auferir-se que a teoria da argumentação de PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005) é uma teoria focada no auditório, isto é, nas pessoas que se visam à obtenção da adesão, explicitando, dessa forma, a relação próxima com a retórica. Por consequência, os autores alicerçaram “seu estudo no uso persuasivo do discurso” (ALVES, 2005, p. 30), o que é uma forma de transmitir pensamentos, ideias.

A transmissão de ideias de uma pessoa se dá por meio da comunicação (JIAN; SCHMISSEUR; FAIRHURST, 2008), a qual pode ser como ação, interação, transação, e também pode ser vista como um processo onde há influência recíproca das pessoas que participam – elas agem como fonte e receptor. Desse modo, o discurso político pode ser entendido como uma forma de comunicação, já que é por meio do discurso que os políticos transmitem suas ideias. Concebido, geralmente, com argumentos fortemente persuasivos, o discurso político é, possivelmente, tão antigo quanto a vida do ser humano em sociedade.

Na Grécia antiga, o político era o cidadão que, responsável pelos negócios públicos, decidia tudo em diálogo, na praça onde se realizavam as assembleias dos cidadãos, mediante palavras persuasivas. Daí o aparecimento do discurso político, baseado na retórica e na oratória, orientado para convencer o povo (FERNANDES; PHILIPPSEN, 2012, p. 185).

Assim sendo, cabe salientar que, ao falar ou escrever não se fazem escolhas aleatórias, mesmo que sejam inconscientes, decorrem das condições em que o discurso é produzido (MARCHIORI; RIBEIRO; SOARES; SIMÕES, 2010, p. 6 e-7). Portanto, a linguagem como discurso não é neutra, e sim a junção entre os fenômenos linguísticos e os processos ideológicos (BRANDÃO, 1996), isto é, ela tem como objetivo: “[...] exercer uma acção qualquer sobre o auditório, de modificar a intensidade da sua adesão a certas teses, incitando a uma acção imediata ou pelo menos predispondo a uma acção eventual” (PERELMAN, 1987, p. 235).

Sob esse aspecto, pode-se depreender que é pelo discurso que os governos atuam, divulgam suas ideias e ações visando, desse modo, a adesão das mentes dos seus auditórios, os quais podem, neste caso, ser denominados

de eleitores, cidadãos, sociedade. Assim, é possível afirmar que a política, de um modo geral, visa persuadir uma comunidade, utilizando-se, em sua argumentação, do que é razoável, do que é aceito no contexto de um grupo situado temporal e espacialmente (ALVES, 2005).

Hoje em dia, os governos, os políticos, utilizam-se muito das mídias, entre elas a internet, para transmitirem suas ideias, seus argumentos, enfim, publicarem seus discursos. Na atualidade, “a mídia é o instrumento principal para que se realize uma boa campanha, seja ela publicitária e principalmente política, pois atualmente vivemos em uma sociedade totalmente ambientada pela mídia” (FERNANDES; PHILIPPSEN, 2012, p. 185). Assim, a política, os governos, utilizam-se de recursos que fazem seus discursos aparentarem verdadeiros, quando muitas vezes são mais ou apenas retóricos.

Entre esses recursos, os gestores públicos elegem problemas constantes na sociedade, problemas que dizem respeito a fatos da realidade como, por exemplo, a fome, o desemprego e a violência levando o auditório a acreditar serem verdade suas falas, quando regularmente são discursos repetidos e superficiais. Constata-se, assim, que, na maioria das vezes, o discurso persuasivo tem o objetivo de induzir as ações, convicções ou o comportamento do público a quem se direciona: “[...] é projetado para convencer ou influenciar e muitas vezes carrega um plano de ação” (BIVINS, 1999, p. 236, tradução nossa)⁵. A partir desse contexto, segue abaixo a análise do corpus alicerçada na teoria de PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), conforme o exposto na metodologia.

Porém, antes de iniciar, é importante salientar que a análise seguirá, como já mencionado, o modelo teórico dos tratadistas (2005), sendo nesse caso a ordem prevista na classificação dos argumentos baseados na estrutura do real, já que todas as notícias fazem parte dessa estrutura. Ainda, serão levados em conta na análise, de ambas gestões, os contextos nos quais o Estado do RS e o próprio país se encontravam na época das publicações das notícias, pois, segundo os tratadistas PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), os argumentos devem ser entendidos levando em consideração o contexto histórico, social, cultural e epistêmico. Porquanto, são fatos importantes os quais

⁵ “[...] is designed to convince or influence and often carries a call to action” (BIVINS, 1999, p. 236).

o orador deve considerar em seus argumentos, tendo em vista que seu objetivo é alcançar a adesão do auditório ao qual apresenta sua tese, como bem asseveram ou autores: “toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 16).

Dentro desse encadeamento, também é relevante frisar que a interpretação que será feita dos discursos não tem a pretensão de ser a única possível, uma vez que

para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos faltantes, o que nunca deixa de apresentar riscos. Com efeito, afirmar que o pensamento real do orador e de seus ouvintes é conforme ao esquema que acabamos de discernir não passa de uma hipótese mais ou menos provável. O mais das vezes, aliás, percebemos simultaneamente mais de uma forma de conceber a estrutura de um argumento. [...]. Entretanto, estamos convencidos de que esses mesmos enunciados argumentativos poderiam ser analisados de outra maneira, conforme outros planos de delimitação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 211 e 212)

As notícias que integram o corpus deste trabalho representam textos de cunho argumentativo, pois destinam-se à adesão, visam recursos discursivos e desenvolvem-se em função de um auditório, onde “[...] o entimema é um raciocínio de verdade provável e não provado, de verdade plausível e não certa, de verdade verossímil e não evidente” (CARRILHO, 1989, p. 70), na qual a finalidade da argumentação não é provar a verdade da conclusão. Quanto à classificação do discurso, todas fazem parte de um gênero oratório deliberativo, já que é o gênero dos discursos políticos. Conforme PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), textos políticos são exemplos desse gênero, onde o orador busca causar impressões que visam persuadir ou dissuadir o auditório.

Como já visto, a Nova Retórica, definida por PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005, p. 4), “é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”, em que a adesão abarca tanto a persuasão quanto o convencimento de um auditório, que é primeiramente considerado “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22).

Dentre a classificação de auditórios que os autores trazem, identificam-se as notícias como sendo dirigidas a um auditório universal, tendo em vista que a

personificação desse auditório permite superar a heterogeneidade dos espíritos aos quais os discursos políticos se dirigem. Os discursos são públicos e as notícias estão inseridas em um veículo de comunicação no qual inúmeras pessoas podem ter acesso, pois, não há restrição alguma, basta entrar no *site* oficial do governo, logo a “humanidade inteira” pode ler essas publicações (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 33). Pois, o auditório universal está envolvido em uma “[argumentação] que deveria obter a adesão de todo ser racional” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 31), sendo composto, então, “[...] por toda humanidade, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 33 - 34).

Na sequência, após definir o auditório, passa-se para o acordo, ou seja, o que é presumidamente aceito pelos ouvintes – acordo entre o discurso do orador e as premissas do auditório. Assim, o “orador deve recorrer aos possíveis objetos de acordo, para neles fixar o ponto de partida da argumentação” (DAYOUB, 2004, p. 49).

Com efeito, tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório. Esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73).

À vista disso, tem-se que o início de uma argumentação está embasado em dois tipos de acordos prévios: o acordo sobre o real e o acordo sobre o preferível. O acordo sobre o real, no qual se encontra o corpus do trabalho, além de relacionar-se com o auditório universal, também diz respeito ao que é admitido, como fatos, verdades ou presunções. Desse modo, pode-se inferir, mais uma vez, que os discursos constantes nas notícias, de ambas gestões, são argumentativos.

Há um acordo de adesão entre o emissor e os receptores, em que o tipo de objeto de acordo, feito com o auditório, se dá no campo do real, nesse caso feito em cima de fato ou verdade. Dado que “[...] as premissas que se baseiam em fatos têm a função de fazer o acordo com o auditório de maneira efetiva, estando, assim, no campo da argumentação, ele é [...] utilizado também como ponto de partida do raciocínio argumentativo” (MOSCA, 2006, p. 67).

PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005, p. 356) consideram fato como sendo “aquilo que se impõe a todos. Nenhuma autoridade pode nada contra ele. Portanto, tornar algo, que deveria ser independente da pessoa, dependente da qualidade de quem o afirma, é abalar esse estatuto de fato”.

Fala-se geralmente de fatos

para designar objetos de acordo precisos, limitados; em contrapartida, designar-se-ão de preferência com o nome de verdades sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 77).

Endende-se fato, conforme os tratadistas (2005), como algo comum a várias pessoas, que poderia ser algo universal, comum a todos. Assim, os argumentos baseados na estrutura do real podem ser classificados de acordo com a realidade que lhes é afeta, pois o que “interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 298).

Exemplos de fato:

[...] O ato também marcou o aniversário de 25 anos da instalação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Hoje, o Estado conta com 16 delegacias especializadas, além de 20 postos de atendimento [...] (Not. 1).

[...] O secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer, lembrou do 30º aniversário da abertura da primeira Delegacia Especializada de Atenção à Mulher, em Caxias do Sul. Destacou que atualmente 38% do quadro da Polícia Civil é formado por mulheres que atuam nas 22 DPs da mulher em funcionamento no Rio Grande do Sul. “A violência não é normal e tem que ser coibida sempre”, afirmou Schirmer [...] (Not. 12).

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) realiza, nesta sexta-feira (16), o Empregar/RS Mulher em 128 Agências FGTAS/Sine em 125 municípios gaúchos. Ao todo, serão oferecidas 2.984 vagas de emprego no Estado, 842 na Região Metropolitana e 216 na capital [...] (Not.13).

O segundo acordo caracteriza-se pela presunção que também é admitida por todos os auditórios. Portanto, as presunções podem ser apresentadas juntas com os fatos e verdades, pois elas também desfrutam de acordos universais. “Além dos fatos e das verdades, todos os auditórios admitem presunções. Estas também gozam do acordo universal [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 79). O discurso abaixo caracteriza-se pela presunção de que as

mulheres irão buscar os serviços oferecidos e que as ações do governo no combate à violência contra as mulheres serão ampliadas.

[...] A secretária de Políticas para as Mulheres, Márcia Santana, disse que este é um momento para celebrar as conquistas do público feminino e as ações empreendidas pelo Governo do Estado. Todas as vezes em que há divulgação, nós temos mulheres buscando esses serviços. É isso que queremos: que elas saibam que o Estado está presente. Queremos que elas cheguem, mas nós também vamos buscá-las. O secretário Airton Michels destacou a criação das Patrulhas Maria da Penha como uma ação inovadora no combate à violência contra as mulheres e afirmou que as ações da Secretaria de Segurança Pública serão ampliadas [...] (Not.1).

Na mesma notícia, o secretário de segurança ao dizer que “as ações da Secretaria de Segurança Pública serão ampliadas” (no final do trecho destacado acima), tenta nesse seu discurso não apenas legitimar as ações do governo, mas também passar uma melhor imagem dele e de si próprio. Pois, “o desafio aqui não é o da verdade, mas o da veracidade: não o que é verdade, mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer que é verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2006, p. 101).

Apodera-se, assim, da presunção de que se conseguirá ampliar as ações, na qual à semelhança dos fatos e das verdades, as presunções, são caracterizadas pelo acordo do auditório universal. No entanto, neste caso, a adesão não é máxima, uma vez que as presunções estão sempre sujeitas a serem reforçadas, quer dizer, elas se vinculam a uma noção do verossímil. Logo, isso requer um reforço, requer que essa adesão seja reforçada em outro momento e por outros elementos. Nas palavras dos tratadistas, as presunções “também gozam do acordo universal; todavia, a adesão às presunções não é máxima, espera-se que essa adesão seja reforçada, num dado momento, por outros elementos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 79).

Outro exemplo de presunção consta no trecho da notícia que segue:

[...] A cedência do carro é parte do convênio entre a SPM gaúcha e a SPM nacional, e prevê a destinação de 20 automóveis e 50 kits de mobiliário e informática para o fortalecimento dos organismos municipais de políticas para as mulheres em diferentes cidades de todas as regiões funcionais do Estado [...] (Not. 2).

Os discursos acima são discursos retóricos, pois requerem confirmação de que realmente as ações citadas acontecerão. Geram no auditório a presunção

de credibilidade, levando as pessoas num primeiro momento a acolherem como verdade o que ouvem (leem), até o momento que não tiverem motivo para desconfiar.

Após estabelecer os objetos de acordo, que no caso deste trabalho restringiram-se aos pertencentes ao real, caracterizados pelos acordos com o auditório universal, PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005) apresentaram as técnicas argumentativas para discernir um esquema argumentativo. Chamaram atenção para o fato de que é preciso interpretar as palavras, suprir os elos faltantes a fim de obter o sucesso, sem esquecer de que isso geralmente pode apresentar riscos.

Da mesma forma, esses autores salientam que, teoricamente, alguns esquemas argumentativos, os quais não se contradizem, podem ser aplicados ao mesmo discurso, porquanto é levado em consideração que essa justaposição de argumentos poderá explicar melhor o efeito real da argumentação. Esses esquemas foram descritos pelos autores como processos de ligação e de dissociação.

Processos de ligação são esquemas argumentativos que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre esses uma solidariedade cujo intuito é estruturá-los e valorizá-los de maneira positiva ou negativa um pelo outro. Já os processos de dissociação são técnicas de ruptura com o objetivo de separar elementos dentro de um todo ou dentro de um conjunto dentro de um mesmo sistema de pensamento. Exemplo bem conhecido é o da “aparência-realidade”.

Baseados, então, na estrutura do real, que são aqueles formulados a partir daquilo que o auditório acredita ser o real. Os argumentos baseados nessa estrutura se valem da solidariedade entre juízos admitidos e outros que buscam promover. Segundo PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), as ligações desse esquema argumentativo são de sucessão e de coexistência e ambas se relacionam com as ligações simbólicas.

Quanto às ligações de sucessão, o vínculo causal exerce uma considerável função “e seus efeitos argumentativos são tão numerosos quanto variados” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 299). Pode-se analisar nos três tipos de argumentações referidas pelos autores (op. cit., p. 299 e 300):

- a) as que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, por meio de um vínculo causal;
- b) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que pôde determiná-lo;
- c) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar.

Seguem os exemplos de notícias desse tipo de discurso na ordem mencionada acima:

O Governo do Estado anunciou na manhã desta terça-feira (7) apoio à família da gaúcha Gisele Dorneles, morta pelo companheiro em sua moradia na Espanha. A mulher foi assassinada na sexta-feira (3), em Barcelona. Conforme a coordenadora do Centro Estadual de Referência da Mulher, Maria do Carmo Bittencourt, a família de Gisele irá receber atendimento psicossocial da rede local de atendimento em Cachoeirinha, onde os familiares residem, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Além da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) e a Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais (Acri) estão empenhadas em auxiliar a família. De acordo com o assessor da Acri Fabio Balestro, o Itamarati já foi acionado para custear a repatriação das crianças, um menino de cinco anos e uma menina de quatro. Além disso, trâmites legais estão sendo realizados pelo Governo do Estado a fim de possibilitar a ida de um dos avós maternos para acompanhar a vinda das crianças, hoje sob tutela do governo espanhol [...] (Not. 8).

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) inaugurou, nesta quinta-feira (27), a Sala Márcia Santana, local que vai sediar a coordenação da Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar. No evento, foi distribuído o Relatório das Ações Afirmativas da Secretaria da Segurança Pública, que registra a redução significativa dos indicadores de violência no Estado. Conforme os dados, de janeiro a setembro deste ano, houve redução de 32,4% nos feminicídios em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2013, no período, foram contabilizados 74 casos. Este ano, até setembro, a SSP registrou 50 [...] (Not. 09).

Esses discursos mostram acontecimentos sucessivos, no primeiro caso além de repatriar o corpo de uma vítima da violência, o governo se propôs em prestar atendimento aos familiares dela. No segundo, além de inaugurar um novo local no atendimento às mulheres, aproveita para exaltar sua gestão com números positivos, ou seja, a redução dos feminicídios no Estado, deixando evidente o uso de argumentos retóricos e de sucessão em seu discurso.

Quanto aos argumentos que se referem à relação de um acontecimento que tende a descobrir uma causa, no primeiro exemplo abaixo pode-se constatar que o discurso justifica a implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres como prioridade, devido ao número de feminicídios tentados e consumados. A segunda notícia reforça esse mesmo

discurso, isto é, o discurso no qual o governo está comprometido no empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres, por isso cedeu o espaço para o Centro de Reciclagem.

[...] De acordo com o chefe do PML de Lajeado, o perito médico-legista Rogério Zíngano, a abertura da Sala Lilás era aguardada com ansiedade pelas mulheres da região. A chefe de gabinete e representante do secretário Airton Michels na solenidade, Raquel Gomes, disse que “a estatística, os números de tentativas e feminicídios consumados, não somente justificam, mas reforçam as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e são tratadas como prioridade pelo governo do RS [...] (Not. 4).

Destinado para ser um local de promoção da inclusão produtiva das mulheres, foi inaugurado, na tarde desta terça-feira (23), em Porto Alegre, o Centro de Reciclagem da Associação Comunitária Mulheres na Luta Anitas. “Esta é uma conquista nossa, das Anitas, e de toda comunidade”, afirmou Daniele Ferreira, uma das integrantes da associação, ao ocuparem o prédio cedido pelo Governo do Estado, na rua Jayme Tolpolar, 375, bairro Farrapos, em Porto Alegre. Para a secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão, ceder este espaço é mais uma prova do comprometimento da pasta e do governo em promover a autonomia e a independência feminina. “Destinar um local específico para que as mulheres desenvolvam seu trabalho e conquistem sua renda dialoga diretamente com a função da SPM e com o objetivo dos nossos programas estratégicos de combate à violência e, principalmente, de inserção das mulheres no mundo do trabalho”[...] (Not. 7).

Nas notícias 5 e 6 é possível verificar os argumentos em que sendo dado um acontecimento tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar:

O Governo do Estado iniciou nesta quarta-feira (7) as atividades do Serviço de Informação à Mulher (SIM), junto à Central de Serviços ao Cidadão TudoFácil, no Centro, em Porto Alegre. A iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) - em parceria com a Associação de Promotoras Legais Populares (PLP's) - vai permitir que mais mulheres tenham acesso a informações referentes a seus direitos. O serviço conta ainda com apoio da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (Seplag) e da ONG Themis - Gênero, Justiça e Direitos. Titular da SPM, Ariane Leitão explicou que o serviço oferecerá maior acesso das mulheres a informações referentes aos seus direitos e à toda rede de atendimento que o Governo do Estado oferece como forma de mostrar que a pauta das mulheres é prioridade e está no centro das ações do executivo estadual [...] (Not. 5).

A Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) reuniu na Casa do Gaúcho, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, representantes das políticas para as mulheres de 30 municípios gaúchos para a entrega de mobiliários e equipamentos de informática, nesta terça-feira (29). As ferramentas servirão para o fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs).

Desde sua criação, a secretaria vem trabalhando na qualificação de OPMs. “Esta é uma oportunidade para fortalecermos as políticas pelas mulheres no Rio Grande do Sul. Só com o auxílio de todos poderemos acabar com o machismo, portanto, além da entrega, esse ato é simbólico

pela nossa união por igualdade e contra a violência de gênero”, disse a secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão [...] (Not.6).

Esses exemplos revelam que a procura da causa corresponde à do efeito, que o vínculo causal representado nesses argumentos se socorre à hipótese retrospectiva, em que o acontecimento garante determinadas consequências e que se algumas consequências se confirmarem contribuirão para provar a existência do fato. As evidências das ligações de sucessão acabam em uma interpretação que respalda os raciocínios extraídos da validade universal, ou seja, dos acordos de auditórios necessários à argumentação.

Outro argumento de sucessão que também é importante e gira em torno da relação acontecimento e os efeitos, isto é, acontecimento e suas consequências, é o argumento pragmático. Esse argumento possibilita que se observem as transferências de valor entre os elementos da cadeia causal anterior, seguindo da causa ao efeito e do efeito à causa. Sendo no primeiro caso, “o da relação que chamaremos descendente, o vínculo entre termos - mormente quando se trata de pessoas – é fornecido normalmente não pela relação causal, mas por uma relação de coexistência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 302).

O argumento pragmático, assim sendo, proporciona que se avalie um ato ou acontecimento de acordo com suas consequências favoráveis ou desfavoráveis, de tal forma que não exige para ser admitido pelo senso comum qualquer justificativa. Assim, a transferência para a causa do valor das consequências ocorre mesmo sem ser pretendido.

[...] A secretária adjunta de Políticas para as Mulheres, Ana Félix, afirmou que as ações da rede dão um empoderamento que têm resultado na libertação das vítimas e no rompimento do ciclo de violência. “Essa sala deixa como legado a história da primeira secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. Os números comprovam os bons resultados e a redução significativa dos índices de violência. Nosso trabalho precisa continuar” [...] (Not. 9).

O exemplo acima permite perceber o argumento pragmático que, ao se apreciar um acontecimento e reportar-se a seus efeitos acaba por submeter-se à causa; procedimento que consiste em avaliar algo em função das suas consequências, isto é, um raciocínio consequelista. O argumento pragmático tem credibilidade, pois é verossímil e ele ganha força de validade quando a

ligação entre o fato e a consequência é verificada. Abaixo, segue mais um exemplo de argumento pragmático:

A secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, Ariane Leitão, destacou a importância de estimular a independência financeira e intelectual das mulheres durante o lançamento do Crédito Lilás, nesta terça-feira (11). A atividade aconteceu no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, durante o Dia Lilás, que reuniu os parceiros da Rede Lilás para a oferta de serviços e atendimento às mulheres. De acordo com a titular da pasta, o enfrentamento à violência contra a mulher passa pela independência financeira, e por isso a importância de mais esta conquista. O Crédito Lilás busca incentivar o empreendedorismo e a geração de renda, disse Ariane, que recebeu das mãos do presidente do Banrisul, Túlio Zamin, um cheque simbólico no valor de R\$ 1 milhão para investir nas mulheres (grifo da autora) (Not. 12).

A secretária Maria Helena, ao afirmar no seu discurso que se pode salvar mulheres vítimas de violência com os atendimentos da rede de proteção, mas que para se evitar mais vítimas é necessário tratar o agressor, exemplo abaixo, direciona os atendimentos à prevenção, isto é, coloca mais uma etapa a ser seguida no combate à violência contra as mulheres. Revela, assim, mais um tipo de ligação de sucessão que é o da direção.

[...] Maria Helena reforçou a importância “dos agentes públicos estimularem a denúncia, agir na prevenção e em políticas que promovam a autonomia econômica e social das mulheres”. Ela voltou a defender o tratamento do agressor. “Podemos salvar a mulher vítimas com as ações da rede de atendimento e proteção, mas temos que tratar o agressor para evitar que este faça mais vítimas” [...] (Not.12).

Portanto, como afirmam os tratadistas (2005, p. 321), “[...] é possível decompor a busca de um fim em várias etapas e analisar a maneira pela qual a situação se transforma [...]. O argumento acima mostra que as etapas para que se atinja uma determinada meta devem seguir certa direção.

Os argumentos de superação, segundo PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005, p. 327), são argumentos que “[...] insistem na possibilidade de ir sempre mais longe num certo sentido, sem que se entreveja um limite nessa direção e isso com um crescimento contínuo de valor”. Entende-se que cada conquista é um trampolim para se alcançar um estágio melhor, em que cada argumento de superação se baseia na continuidade de um juízo de valor, de modo que cada proposição seja feita para dar seguimento ao caminho ilimitado em uma certa direção, como nos exemplos abaixo:

[...] A secretária da Assessoria Superior do Governador, Mari Perusso, falou da importância e do alinhamento governamental com as causas do empoderamento feminino e com uma sociedade mais igualitária.

"Estamos aqui para diminuir as diferenças e diminuir os efeitos dessa violência histórica contra as mulheres, que não se dá apenas de forma física, mas psicológica, com efeitos graves na autoestima feminina. De alguma forma estamos nos recuperando desta vergonha que foi o Rio Grande do Sul ser o último estado a assinar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres", afirmou Mari Perusso [...] (Not. 6)

Destinado para ser um local de promoção da inclusão produtiva das mulheres, foi inaugurado, na tarde desta terça-feira (23), em Porto Alegre, o Centro de Reciclagem da Associação Comunitária Mulheres na Luta Anitas. "Esta é uma conquista nossa, das Anitas, e de toda comunidade", afirmou Daniele Ferreira, uma das integrantes da associação, ao ocuparem o prédio cedido pelo Governo do Estado, na rua Jayme Tolpolar, 375, bairro Farrapos, em Porto Alegre [...] (Not. 7)

Se os argumentos de sucessão estabelecem uma relação entre causa e efeito, como visto, os de coexistência estabelecem relações entre a pessoa e os seus atos, juízos ou obras. "Enquanto, nas ligações de sucessão, os termos cotejados se encontram num mesmo plano fenomênico, as ligações de coexistência unem duas realidades de nível desigual, sendo uma mais fundamental, mais explicativa do que a outra" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 333).

Portanto, pode-se dizer que os atos praticados coexistem com a pessoa que os pratica. Assim qualquer político pode estabelecer a ligação de coexistência entre sua pessoa e os seus atos que deseja ressaltar, como, por exemplo, escolas, estradas, postos de saúde que tenham sido construídos em sua gestão. Um exemplo desta modalidade é o argumento de autoridade que serve de base para afirmação de uma tese: "a reação da pessoa sobre seus atos é influenciada por um dos fatores aos quais a psicologia social concedeu a maior importância, o prestígio. O prestígio é uma qualidade da pessoa que se reconhece por seus efeitos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 345).

Exemplo de argumento de autoridade:

[...] A cerimônia contou com a presença do governador Tarso Genro e da secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão. Durante visita ao Centro de Referência, o governador ressaltou a importância das políticas públicas voltadas para as mulheres e da ampliação deste local de acolhimento e orientação. Não tenha medo de denunciar, o Governo do Estado está ao seu lado, destacou [...] (Not. 3).

O governador Tarso Genro, na época, contava com o fator prestígio, tendo em vista que foi apenas no seu governo que o RS assinou, em 2011, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, sendo, então, o

último Estado a assiná-lo, haja vista ter sido o Pacto lançado, pelo governo federal, em 2007 (BRASIL, 2011). Cumpre ressaltar que nem o fato do Estado do RS ter sido administrado por uma mulher na gestão anterior ao governo de Tarso Genro, a ex-governadora Yeda Crusius, resultou na assinatura do Pacto, que além de algumas diretrizes de atuação dos organismos voltados ao combate da violência, previa também recursos financeiros aos Estados que aderissem a ele. Portanto, os motivos e os atos do “[...] ser prestigioso será descrito em função de seu papel de modelo, enfatizarão esta ou aquela de suas características ou de seus atos, assim “[...] as autoridades invocadas [...] delas é reconhecida pelo auditório numa área específica [...]”, revelando dessa forma que “[...] a pessoa é o contexto mais precioso para a apreciação do sentido e do alcance de uma afirmação [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 416, 351 e 361).

Assim, Tarso Genro usa de seu prestígio a fim de conquistar a adesão do auditório ao pedir para as mulheres em situação de violência não terem medo e denunciarem a violência sofrida, pois ele está ao lado delas. Porém, também é relevante aludir que um fato argumentativo isolado, no processo argumentativo, não tem qualquer relevância. Significa que, com o intuito de que o participante, no caso as mulheres, consiga tomar uma decisão, ele necessita ter conhecimento dos fatos argumentativos.

[...] de determinada pessoa, [que] convencida do perigo de mastigar demasiado rapidamente, não cessará, só por isso, de o fazer; é porque se isola de todo um conjunto de o raciocínio em que é baseada essa convicção. Esquece-se, por exemplo, que essa convicção pode chocar-se contra outra convicção, a que nos afirma que se ganha tempo quando se come mais depressa (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.36).

Isto é, as mulheres para denunciarem a violência precisam ter garantias como, por exemplo, um bom acolhimento da sua fala, garantias de que terão a proteção do Estado após a denúncia. Isso ocorre tendo em vista que elas possuem conhecimento de inúmeros casos de mulheres assassinadas mesmo com medidas de proteção em suas mãos (LAZZARI, 2014). Assim,

[...] a eficácia da argumentação, o fato de exercer sobre o auditório uma influência de maior ou menor importância, depende não apenas do efeito dos argumentos isolados, mas também da totalidade do discurso, da interação entre argumentos entre si, dos argumentos que

acodem espontaneamente ao espírito de quem ouve o discurso. O efeito do discurso é condicionado notadamente pela ideia que o auditório faz do orador (PERELMAN, 2004, p. 180).

Outro exemplo de prestígio talvez possa ser visto na presença da primeira dama do Estado no evento de entrega de viaturas à Polícia Militar. Esse evento, ao mesmo tempo, abarcava também o cargo de secretária da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH), tendo em vista que nesse governo não mais existia a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), instituída no governo de Tarso Genro. Já no início do governo, num de seus primeiros atos, José Ivo Sartori extinguiu a SPM e transformou-a em um Departamento dentro da SDSTJDH. Isto é, quiçá a secretária gozasse de algum prestígio pelo fato de estar à frente de uma secretaria importante, poderia ser considerada suporte de qualidades e trazer argumentos de autoridade, posto que se pressupõe que ela goze de prestígio diante das demais pessoas que se encontram na reunião, devido ao seu cargo e seus atos, uma vez que, como já exposto, os “argumentos são influenciados pelo prestígio” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 347). Assim, o discurso é a manifestação do orador e as mesmas palavras ganham peso e efeitos diferentes de acordo com quem as pronuncia (RAUEN, 2008). Abaixo, trecho da notícia para exemplificar.

[...] Em Porto Alegre, a abertura do evento ocorrerá às 9h, na Agência FGTAS/Sine Centro (Rua José Montauray, 31) e contará com a presença da secretária de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH), Maria Helena Sartori [...] (Not.13).

Outro raciocínio que se apoia na influência que determinado prestígio confere ao argumento é o dos dados numéricos. Os dados numéricos são considerados em si como meio de prova para determinada afirmação, pois os números são considerados um meio de “prova científica” (PERELMAN e OLBRECHT-TYTECA, 2005). Eles têm a intenção de impressionar as pessoas e foi desse tipo de argumento que fez uso a secretária do Estado, como se pode perceber abaixo:

[...] De acordo com a secretária Ariane Leitão, a expectativa é de que, com o novo espaço, aumente consideravelmente o número de atendimentos presenciais às vítimas da violência, que até então eram, em sua maioria, realizados através do Telefone Lilás [...]. [...] Somente em 2013 (janeiro a novembro), o Telefone Lilás realizou 3009 atendimentos, diante dos 879 registrados em 2012 e 1205 no ano anterior. Isto significa que, somente do ano passado para este registramos um crescimento de 342,3% em relação aos atendimentos e acolhimentos realizados, revela a secretária Ariane. Os atendimentos pressupõem articulações com a rede

de atendimento e enfrentamento à violência. Muitas vezes, um caso demanda intervenção de toda a equipe técnica do Telefone Lilás e pode levar dias e até meses de envolvimento, estudo do caso [...] (Not. 3).

Sendo a quantificação, conforme os tratadistas, um dos princípios hierarquizantes. Afirmam ainda, os autores, que o relevante é a referência pela “qual todos os auditórios, sejam eles quais forem, são levados a levar em conta [...] lugares: da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência, da pessoa” (PERELMAN; OLBRECHT-TYTECA, 2005, p. 96). Outro exemplo desse tipo de argumento segue abaixo:

[...] A obra é uma antiga reivindicação da comunidade e foi conquistada com verbas da Participação Popular e Cidadã (PPC), aprovada no ano de 2011 para o Orçamento Estadual de 2012. Foram investidos pelo Governo do Estado, através de convênio da PPC R\$ 250 mil. Já a prefeitura de Torres aportou outros R\$ 175 mil [...] (Not. 11).

PERELMAN; OLBRECHT-TYTECA (2005) aproximam dos argumentos de coexistência a ligação simbólica e afirmam que o símbolo não é puramente convencional, por isso se distingue do signo. Os símbolos evocam a relação de participação, e “é a natureza quase mágica, de qualquer modo irracional, dessa relação que distingue a ligação simbólica das outras ligações, tanto de sucessão como de coexistência” (PERELMAN e OLBRECHT-TYTECA, 2005, p. 377).

Em suma, a ligação simbólica alude à relação entre um símbolo e o que ele evoca. Desse modo, o símbolo e o simbolizado são representados de uma mesma parte. O vínculo simbólico é encarado como fazendo parte do real, porém ele não se refere a uma estrutura definida por esse último.

[...] A secretária adjunta de Políticas para as Mulheres, Ana Félix, afirmou que as ações da rede dão um empoderamento que têm resultado na libertação das vítimas e no rompimento do ciclo de violência. “Essa sala deixa como legado a história da primeira secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. Os números comprovam os bons resultados e a redução significativa dos índices de violência. Nosso trabalho precisa continuar” [...] (Not. 10).

Pode-se verificar, no exemplo acima, que a ligação simbólica acarreta transferências entre o símbolo e o simbolizado. Como asseveram PERELMAN; OLBRECHT-TYTECA (2005), quando a cruz, a bandeira, a pessoa do rei são vistas como símbolos do cristianismo, da pátria, do Estado, essas realidades provocam um amor ou um ódio, uma veneração ou um desprezo que, com o seu caráter representativo, não estão relacionados a um vínculo de participação. As

cerimônias de comunhão exigem um suporte no qual se possa concentrar a emoção e despertar a ligação, tendo nesse vínculo entre o suporte e a coisa que ele figura uma ligação reconhecida unicamente pelos membros do grupo: a confiança nessas estruturas de participação é um elemento da comunhão entre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Retórica surgiu no século V a.C., na Sicília, e Aristóteles foi um dos seus precursores. Para ele, a retórica viabilizava o conhecimento de estratégias argumentativas e recursos retóricos que tornam possível a adaptação do discurso aos objetivos pretendidos pelo seu orador, a persuasão. Essa definição de Aristóteles a respeito da retórica como uma prática discursiva permaneceu até o início do século XX, quando essa Retórica Clássica entrou em declínio e surgiu a Nova Retórica com os estudos de PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005).

Foi visto, então, que a nova retórica veio como uma via intermediária, quer dizer, ela veio mostrar como raciocinar sobre os valores. Já que eles não têm, segundo PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), como serem analisados pela lógica formal, pois esta os exclui do seu campo de aplicação, assim sendo, da racionalidade. Para provar isso, os autores iniciam estabelecendo a diferença entre a demonstração e a argumentação. Esse fato levou os filósofos PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005) a resgatarem a retórica de Aristóteles. Dessa forma, passaram a considerar os domínios do provável, do plausível e do verosímil como legítimos, abarcando o fato de que não se pode considerar taxativamente um argumento certo ou errado.

Conforme os tratadistas, os argumentos passam a ser observados segundo o orador e a maneira pela qual ele se relaciona com seu auditório. Com base nessa relação, se passa a cotejar a força e a adequação das teses apresentadas, dado que se uma tese tem uma argumentação forte será capaz de convencer o auditório. À vista disso, os autores definem alguns conceitos como os de acordo, tipos de objetos de acordo, auditório, persuasão, convicção, tipos de argumentos etc.

Como estudado, Perelman (2004) defende a argumentação como forma de promover uma adesão de espíritos por intermédio da não-coação, usa a adesão do destinatário por intermédio de suas próprias convicções. Logo, aponta o discurso como uma parte importante da argumentação, sendo o elo entre orador e auditório, no qual o orador deve se adaptar às características do auditório para poder alcançar melhores resultados na sua missão.

Com base nesses ensinamentos de PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA (2005), pode-se concluir que os discursos analisados nas notícias publicadas, pelos governos de Tarso Genro e José Ivo Satori, compõem o gênero oratório deliberativo e dirigem-se à classificação que os tratadistas chamam de auditório universal. Os governos nos seus discursos fizeram uso de argumentos baseados na estrutura do real, ou seja, argumentos concebidos não a partir do que é real, mas a partir do que o auditório pensa ser, isto é, com base em elementos reconhecidos como fatos, verdades e presunções.

Também foram constatados, nos discursos examinados, ligações de sucessão com vínculo causal, pragmático, de direção e superação, bem como ligações de coexistência e ligações simbólicas. Assim, essas ligações seguem as premissas da argumentação, em que toda a argumentação consiste em adesão dos espíritos, ou seja, convencer o auditório, revelando, dessa forma, a importância do conhecimento que o orador deve ter a respeito dele, das suas opiniões e crenças, por exemplo. Dessa forma, demonstram as teses sobre as quais existe um acordo, que neste corpus, como mencionado, foi um acordo pertencente ao real.

Infere-se, portanto, que as notícias analisadas revelam argumentos retóricos, porque apresentam técnicas discursivas as quais visavam provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes foram apresentadas, uma vez que ambas gestões tencionavam convencer o auditório universal (cidadãos) de que promoviam políticas públicas de combate à violência de gênero. Porém, foi possível perceber diferenças entre as gestões de Tarso Genro e José Ivo Satori.

A primeira diferença já pôde ser percebida pelos números resultantes de notícias publicadas em cada gestão. Foram 11 notícias publicadas que mencionavam recursos financeiros no governo de Tarso Genro e 2 notícias no governo de José Ivo Sartori. Constata-se não apenas a diferença numérica das

notícias publicadas, como também a diferença de tratamento, a preocupação que cada governo teve no que se refere às questões relativas à violência contra as mulheres e ao empoderamento delas.

Ambos os governos usaram o discurso em suas notícias como uma prática política e ideológica. Porém, Tarso Genro, ao que a análise indica, demonstrou mais empenho no sentido de alterar, melhorar as condições das mulheres do Estado, patrocinando mais recursos financeiros aos organismos de enfrentamento à violência contra elas e recursos que viabilizavam um aumento do empoderamento. Enfim, foi um governo que apesar de ter usado de argumentos retóricos nos seus discursos, fez, efetivamente, mais pelas mulheres.

Em contrapartida, a gestão de José Ivo Sartori usou o seu discurso de uma forma mais retórica que Tarso, tendo em vista que, diante do demonstrado por meio das poucas notícias publicadas, quase nada contribuiu para a melhora da situação das mulheres no RS durante o seu governo. Portanto, não expressou muito interesse ou preocupação em mudar as relações de poder entre homens e mulheres.

Encerrando, ao confrontar os objetivos deste capítulo, é possível responder que, mesmo havendo diferença na forma de governar, na prática de suas ações, os discursos de ambas as gestões que aparecem nas notícias analisadas continham argumentos retóricos. Também é factível afirmar que a administração de José Ivo Sartori manteve a cultura de menos valia das mulheres existente no Estado, enquanto Tarso Genro, a princípio, tentou, por meio de inúmeras ações, modificar essa cultura.

Porém, é necessário salientar que uma análise como esta não se finaliza. Sempre é possível acrescentar algo novo, ser objeto de inúmeras reflexões e discussões. Enfim, este trabalho teve o intento de estimular e aumentar o processo crítico, mesmo porque as pessoas estão constantemente se deparando com as estratégias da arte da persuasão, seja na televisão, nos jornais, no cinema, nos debates políticos, em suma, em qualquer lugar onde a palavra se anunciar.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____. (Org.) **Papel da memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p.11-21.

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica. Trad. Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2004.

ALVES, Marco Antônio Sousa. **A Argumentação Filosófica**: Chaïm Perelman e o Auditório Universal. 2005. 215 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Paulo Roberto Margutti Pinto, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ARBZ-7FXHZA>. Acesso em: 24 jan. 2019.

ARAUJO, Margarete. **Governo Eletrônico**: políticas de gestão comunicação e participação no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. (Coleção Folha, Grandes Nomes do Pensamento, 1).

ASSMANN, Aleida. Memory, Individual and Collective. In: _____. **Contextual Political Analysis**, New York: Oxford, 2006.

ATIENZA, Manuel. **As Razões do Direito**: Teorias da Argumentação Jurídica. São Paulo: Landy, 2000.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BIVINS, T. H. **Public Relations Writing**: The Essentials of Style and Format. Illinois: NTC Publishing Group, 1999.

BRASIL. Cidadania e Justiça. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/05/rio-grande-do-sul-assina-pacto-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CARRILHO, M. M. **Itinerários da racionalidade**. Lisboa: D. Quixote, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, v. 1, n.1. Rio de Janeiro, jan./dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100123&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 6 jun. 2017.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

DAYOUB, Khazzoun Mirched. **A Ordem das Ideias – Palavra, Imagem, Persuasão: A Retórica**. Barueri, S.P.: Manole, 2004.

DIAS, Cristiane P. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. 2004. 176 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, 2004. Orientador: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270717?mode=full>. Acesso em: 3 ago. 2018.

CASADEI, Eliza Bachega. **Os novos lugares de memória na internet: as práticas representacionais do passado em um ambiente on-line**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: < http://www.bocc.ubi.pt/pag/Casadei_memoria_Internet.pdf >. Acesso em: 8 jun. 2018.

DOXA. In: **DI: Dicionário InFormal**, 2018. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/doxa/>. Acesso em: 31 out. 2018.

FERNANDES, Hanna Verônica da Silva; PHILIPPSEN, Neusa Inês. O Poder da Persuasão nos Discursos Políticos: A ‘Realidade’ da Mídia. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 1, Número Especial, p. 182 – 195, Abr. 2012. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_15632o_podey_da_peysuasao_nos_discuysos_politicos_pdf_O_PODER_DA_PERSUASAO_NO_S_DISCURSOS_POLITICOS.pdf. Acesso em: 16 jan. 2019.

FERREIRA, Daniela. **Discursos Epidícticos em Relações Públicas: uma análise com base na Nova Retórica**. 2011. 157 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas) – Instituto Politécnico de Lisboa Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

FREITAS, Ernani Cesar de. **Semântica argumentativa: a construção do sentido no discurso**. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

JIAN, Guowei; SCHMISSEUR, Amy M.; FAIRHURST, Gail T. Discourse and Communication: The Progeny of Proteus. *Discourse and Communication Journal*, 2008, p. 299-320.

LAZZARI, Kellen. **Violência de gênero: uma análise a partir do Centro de Referência Para Mulheres Vítimas de Violência** – Patrícia Esber. 2014. 117 p.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – UNILASALLE, Canoas, 2014.

LIMA, Marcos Aurélio de. **A retórica em Aristóteles**: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia. Natal: IFRN, 2011. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1063/A%20reto%CC%81rica%20em%20Aristo%CC%81teles%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 2 ago. 2018.

MARCHIORI, Marlene; RIBEIRO, Regiane; SOARES, Rodrigo; SIMÕES, Fabiana. **Comunicação e Discurso**: construtos que se relacionam e se distinguem. GT ABRAPCORP 2 – Processos, políticas e estratégias de comunicação organizacional, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/gefacescom/images/Congresso_04_Abrapcorp_2010.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2017.

MAZZALI, Gisele Cristina. Retórica: de Aristóteles a Perelman. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Faculdades Integradas do Brasil. Curso de Mestrado em Direito da UniBrasil, v.4, n.4 (julho/dezembro 2008). Curitiba: UniBrasil, 2008. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/158/155>. Acesso em: 27 out. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Juq_Gtr7SycC&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2. Acesso em: 2 jul. 2017.

NASCIMENTO, Maria Jacqueline Faustino de Souza Alves do. **O raciocínio jurídico e sua argumentação segundo Perelman (A lógica jurídica e a nova retórica)**. 2010. 59 p. Orientador: Prof. Dr. Reginaldo da Costa. Monografia (Especialização em Filosofia Moderna do Direito) – Universidade Estadual do Ceará, Escola Superior do Ministério Público, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/ESMP/monografias/filosofia.moderna.do.direito/o.raciocinio.juridico.e.sua.argumentacao.segundo.perelman.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

NAVARRO-BARBOSA, P. L. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. L. (Orgs.) **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

NUNES, Álvaro. **Argumentação e retórica**: Crítica. 2015. Disponível em: <https://criticanarede.com/anunesargumentacaoeretica.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

PACHECO, Gustavo de Britto Freire. **Retórica e nova retórica**: a tradição grega e a teoria da argumentação de Chaim Perelman, 2011. Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25334-25336-1-PB.pdf>. Acesso em: 01.ago.2018.

PERELMAN, Chaim. Argumentação. In: **Enciclopédia Einaudi** - v. 11. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1987.

_____. **Lógica jurídica: nova retórica**. Tradução Vergínia K. Pupi. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio e esquecimento. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1984. p. 13-15.

_____. Memória e identidade social. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 30 out. 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAUEN, Fábio José. **Tratado da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca**: resenha, 2008. Disponível em: <http://www.tex.pro.br/home/artigos/66-artigos-abr-2008/6086-tratado-da-argumentacao-de-perelman-e-olbrechts-tyteca-resenha>. Acesso em: 27 jun. 2017.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Anablumme, 2003.

4 GÊNERO E O DECLÍNIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

Neste capítulo procura-se fazer uma discussão sobre as políticas públicas para as mulheres, sob a perspectiva de gênero, em especial em duas gestões do estado do Rio Grande do Sul, aquelas entre os anos de 2011 e 2018. A partir da pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema, este trabalho tem o objetivo de mostrar como a construção social de gênero influencia não apenas as relações entre homens e mulheres, marcadas na sociedade brasileira por uma grande desigualdade, mas também como ela intervém na construção, ou melhor, na falta de políticas públicas direcionadas para as mulheres. Para examinar essas questões, o presente artigo discorrerá a respeito de gênero, violência de gênero e políticas públicas e sociais.

Palavras-chave: gênero; violência de gênero; políticas públicas e governos do RS.

4.1 Introdução

No Brasil, como em quase todos os países, as mulheres eram tidas como seres inferiores e excluídas das decisões políticas e sociais, visto que só em 1932, com o Decreto nº 21.076, conquistaram o direito de votar (ARAÚJO, 2003). Excluir é sinônimo de separar, excetuar; expulsar, rejeitar, colocar à margem da cidadania. Assim, ocorreu nos mais remotos tempos e ocorre ainda hoje com várias pessoas, sejam elas jovens, velhos, homens, mulheres, brancos, negros, índios, operários, presidiários, prostitutas, homossexuais, pobres e nos mais diversos lugares, cidades, países.

A exclusão é o contrário da cidadania e é na diferença entre esses dois conceitos que se pode definir exclusão (PESAVENTO, 2001). Cidadania e exclusão são resultados de uma construção social, modelos de representações sociais. São as representações sociais que permitem construir a identidade social de um grupo, numa mesma sociedade, que produzem uma “cadeia simbólica de sentidos”. E essas mesmas representações sobre o outro produzem a exclusão social. Todas as formas de exclusão levam à vulnerabilidade do excluído de alguma forma ou momento, uma vez que o coloca à margem da cidadania.

Pesavento (2001, p. 19) alerta que “[...] a noção de exclusão se introjeta e se reflete na autoestima”, ou seja, o sentir-se excluído, rejeitado “[...] percorre o domínio das sensibilidades e penetra fundo nas experiências de vida e na cotidianidade”, que, para a autora, “[...] revela a presença do eu como agente e matriz das sensações e sentimentos. Ela começa no indivíduo que, pela reação

do sentir, expõe o seu íntimo” (PESAVENTO, 2007, p. 13). É assim que muitas mulheres ainda se sentem como se fossem menos qualificadas para a vida em sociedade, como se fossem seres inferiores, não merecedoras de todos os direitos individuais e sociais.

Em grande parte das sociedades e a brasileira não é exceção, os “códigos”, as representações sociais que giram em torno da mulher, fazem com que se estabeleçam inúmeras diferenças, desigualdades que passam a ser justificativas usadas para as diferentes formas de excluir, dominar, oprimir, impedir as mesmas oportunidades e direitos às mulheres. Enfim, chega-se ao contraponto já abordado: a ausência da cidadania. E a desigualdade é um dos fatores que geram a violência contra elas.

Nenhuma sociedade trata suas mulheres tão bem quanto seus homens”, diz Rita Segato, citando o relatório do PNUD sobre Desenvolvimento Humano de 1997 (...) e não podemos concordar mais com esta afirmação ainda em vigor hoje, mais de uma década depois (CANO e YACOVINO, 2013, p. 7, tradução nossa)⁶.

Destarte, fruto de uma ideologia sexista, de uma cultura patriarcal, onde predomina o machismo e a misoginia e pela falta de ações mais efetivas por parte do Estado, as mulheres ainda hoje são alvos de violência de todos os tipos apenas pelo fato de serem mulheres. Os comportamentos violentos são naturalizados, uma vez que fazem parte da construção social proveniente do patriarcalismo e, diante dessa realidade, tem-se dificuldade em punir os agressores devido a essa cultura de superioridade do gênero masculino em relação ao feminino, ocasionando, dessa forma, a violência de gênero.

Galván ensina que:

A violência de gênero, amparada por princípios e valores que tratam de acabar com a posição de inferioridade da mulher, é a manifestação máxima de desigualdade entre homens e mulheres. Essa manifestação que viola abertamente os direitos fundamentais das mulheres, como o direito à vida, a integridade física e mental, é uma obrigação do governo e das autoridades públicas para a aplicação de medidas que tornem os direitos reais e efetivos, os direitos juridicamente reconhecidos, garantindo o pleno exercício de sua condição de cidadãs (GALVÁN, 2012, p. 68, tradução nossa)⁷.

⁶ Ninguna sociedad trata tan bien a sus mujeres como trata a sus hombres” dice Rita Segato citando al informe del PNUD sobre Desarrollo Humano de 1997 (...) y no podemos estar más de acuerdo con esta afirmación todavía hoy vigente, más de una década después (CANO e YACOVINO, 2013, p. 7).

⁷ La violencia de género, amparada en principios y valores que tratan de acabar con la posición de inferioridad de las mujeres, es la máxima manifestación de desigualdad entre hombres y

Assim, diante dessa realidade de violência, as mulheres há décadas lutam, pressionam o Estado por políticas públicas que visem à igualdade de direitos e, por conseguinte, pelo fim dessa violência contra elas. Este trabalho tem o objetivo de mostrar como a construção social de gênero influencia não apenas as relações entre homens e mulheres, marcadas na sociedade brasileira por uma grande desigualdade, mas também como ela intervém na construção, ou melhor, na falta de políticas públicas direcionadas para as mulheres, com a análise de duas gestões do Estado do Rio Grande do Sul (RS), no período entre os anos de 2011 e 2018. Para examinar essas questões, o presente capítulo discorrerá a respeito de gênero, violência de gênero e políticas públicas e sociais.

4.2 Desenrolar do gênero

Esta parte do trabalho procura apresentar como a cultura machista e patriarcal influência e contribui para ditar modos de ser, de padronizar comportamentos, acentuar percepções consideradas como “naturais” e, inclusive, podem reiterar relações de gênero e de poder. O conceito de gênero tem inúmeras interpretações e foi absorvido pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970. Neste trabalho, entende-se que gênero é uma construção social, ou seja, são os significados construídos culturalmente do que é masculino e feminino, bem como de suas diferenças. Sendo assim, trata-se de um conceito aberto, variável conforme a sociedade em que se vive (LAZZARI, 2014).

Ao considerar gênero como construção cultural significa que uma parte dessa construção ocorre em processos de ensino-aprendizagem, nos quais se está inserido ao longo da vida. Em virtude de ser construído, implica dar-se conta de que gênero é relacional, não se produz no vazio, e sim que se vivencia cotidianamente e se posiciona conforme a raça, a etnia, a sexualidade, a religião

mujeres. Esta manifestación que vulnera abiertamente los derechos fundamentales de las mujeres, como es el derecho a la vida, la integridad física y psíquica, supone una obligación para el Gobierno y para los poderes públicos, para la aplicación de medidas que tornen reales y efectivos los derechos jurídicamente reconocidos, asegurando el pleno ejercicio de su condición de ciudadanas (GALVÁN, 2012, p. 68).

e a nacionalidade. Significa considerá-lo como um organizador cultural, onde todas as instituições e práticas culturais são marcadas por ele (MEYER, 2003).

Para Stolcke (2004), o termo “gênero” aparece, pela primeira vez, na escrita de Margaret Mead, em 1949, ainda que de modo menos claro. Afirma ainda que gênero foi usado, na década de 1970, para se referir à construção social e não em bases biológicas, à desigualdade entre homens e mulheres, e à dominação delas pelos homens.

Já Stoller (1984) usou a palavra “gênero” para separar do termo “sexo”, na discussão das pessoas consideradas “intersexos e transexuais”. Tratava-se de cirurgias para adaptar a anatomia genital (sexo) à identidade sexual escolhida (gênero). Como diz Stolcke (2004), a intenção dessas cirurgias era adaptar a natureza sexual à identidade de gênero.

O termo “gênero”, segundo Giordani, pode ser compreendido como um instrumento que “[...] facilita a percepção das desigualdades sociais e econômicas entre mulheres e homens, que se devem à discriminação histórica contra as mulheres” (GIORDANI, 2006, p. 99). Para Scott é:

Uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (SCOTT, 1990, p. 7); é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1990, p. 21).

Pode-se sintetizar que “gênero” é um conceito “[...] mais amplo que a noção de patriarcado, que é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44). O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens; e 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina, ditada pelos valores do patriarcado, atribuiu maior valor às atividades masculinas, em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas, e estabeleceu papéis sexuais e sociais, nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970; SCOTT, 1995).

Adriano Senkkevics (2012), ao dizer que “[...] o conceito de patriarcado levou a uma compreensão engessada e rígida sobre a relação entre homens e

mulheres, não conseguindo sair de um modelo bipolar de gênero”, cita a crítica feita por Scott ao conceito de patriarcado: “[...] se não existe nada fora a inerente desigualdade entre os sexos, estamos diante de um argumento tautológico. Uma vez que “[...] a fonte das relações desiguais entre os sexos é, afinal de contas, as relações desiguais entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 14).

Para Teles e Melo (2002), não são as diferenças biológicas entre os sexos que determinam a violência de gênero ou a violência contra a mulher, mas os papéis sociais impostos às mulheres e aos homens, que são reforçados pelas culturas patriarcais que estabelecem relações de dominação e violência entre os sexos. Considera-se que apenas o sexo não define o conceito de “gênero”, mas não se pode deixá-lo de lado, como talvez quisessem afirmar Teles e Melo (LAZZARI, 2014).

Stolcke (2004) assinala que, em 1990, Judith Butler, sob a influência de Foucault, veio transformar a teoria feminista, contestando que “sexo seja natural” e que “gênero é construído socialmente”. Butler (1998, p.44) afirma que é um “[...] engano separar sexo de gênero..., uma vez que atuam, simultaneamente, na constituição da subjetividade”. Com base na teoria performativa, Butler (2012), ao questionar o que seria sexo, desconstrói o caráter imutável de sexo, e diz que, assim como o gênero, o sexo também seria uma construção social.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma (BUTLER, 2012, p. 25).

Enfim, para Stolcke (2004), independentemente das teorias sobre a construção sociocultural do sexo, corpos sexuais e sexualidade, para quem estuda a dinâmica de uma sociedade o que importa é ver como é percebida a relação da natureza com a cultura na experiência humana, a fim de que se possa criar um mundo mais “justo e livre”. Apesar de todas as transformações e conquistas das mulheres, essas continuam sendo estigmatizadas pela sociedade, em relação à questão de gênero, em face de serem retratadas como historicamente sempre foram: sensíveis, dependentes, emotivas, reprodutoras, mães, e outras características declaradas femininas pela sociedade, características essas que ainda são reproduzidas na construção de identidades. Isso fica demonstrado no fato de que se alguma mulher for o oposto dessas

características, ela passará por uma “censura cultural”, por não corresponder ao que se espera de um comportamento de mulher, ou seja, o sexo e o gênero não se correspondem, atestando, dessa forma, que essas características são normativas culturais, que irão variar de sociedade para sociedade e conforme a época (STREY, 2002).

Vários padrões culturais continuam a reforçar a submissão da mulher e são responsáveis pela dificuldade que elas sentem em incriminar membros da família. Dentre eles podemos citar a ideia de que é dever da esposa obedecer e satisfazer às necessidades sexuais do marido. É comum também a visão da mulher como responsável por precipitar, facilitar e manter as situações de violência (DINIZ; PONDAAG, 2006, p. 247).

A forma pela qual essas diferenças entre os sexos é percebida é que origina as desigualdades entre homens e mulheres. A relação de poder e gênero é uma questão principal para Scott (1990) e a autora vai buscar a definição de poder em Foucault, que propõe o “poder sem rei”, o poder como uma relação assimétrica, desproporcional entre pessoas, entre grupos. “[...] há uma circulação de poder no interior do casamento e não uma divisão estanque do mesmo” (GROSSI, 1998, p. 305).

A existência do poder feminino é citada também por Michelle Perrot (2001). Ao contrário de Bourdieu (2003), que considera que as mulheres são dominadas pelo poder masculino, Perrot (2001) vê nessa relação a possibilidade de as mulheres exercerem “poderes”, relativizando, dessa forma, o poder do homem, enquanto para o sociólogo, a dominação seria universalizante.

Seria com base nessa assimetria entre os poderes da mulher e do homem, da preponderância do poder do homem, que adviria o “direito” de agredi-la. Também o fato de a mulher “aceitar” a agressão como sendo normal, numa visão essencialista, proveniente de construções históricas, sociais – a mulher, como submissa ao homem (o homem dando ordens), essa constituição do sujeito (mulher), sua identidade de gênero, ou seja, a identidade que as mulheres e os homens assumem é constituída socialmente (LAZZARI, 2014).

Nesse caso, refere-se à força do discurso, o discurso que defende as ideias de um grupo. Os homens criam construções sociais para se beneficiarem e, de certa forma, satisfazerem aqueles que o aceitam (as mulheres), justificando, assim, o exercício do poder sobre esse grupo. “[...] Na realidade, o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e

constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos primeiros efeitos do poder” (FOUCAULT, 1999, p. 35). Portanto, a incidência do poder vai atuar sobre as mulheres de forma a produzir sua sujeição, dos seus comportamentos; como a naturalizar desigualdades, diferenças de gênero.

Desse modo, as mulheres internalizam essas desigualdades, assumindo os papéis de gênero que lhe são impostos. Grossi (2012) esclarece as diferenças entre papéis de gênero, identidade de gênero e sexualidade. A autora diz que “identidade de gênero” remete ao sentimento individual de identidade, e “papéis de gênero” seria tudo o que é associado ao sexo biológico (macho ou fêmea), em determinada cultura.

Então, a construção de identidade de gênero, de forma simplificada, para Grossi (2010, p. 12), seria “[...] uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada”. Há a obrigatoriedade de alguém agir de determinada forma e não de outra. Assim, muitas vezes, são construídas relações entre mulheres agredidas e seus companheiros e, dessa maneira, dificilmente elas questionam o porquê dessa situação ou se poderia vir a ser diferente, pois é desse jeito que se identificam na sociedade. Para Grossi (1996), as diferenças, desigualdade social, econômica e política, que são perpetuadas pelas instituições sociais que recebem apoio das ideologias sexistas, classistas e racistas irão ocasionar a violência de gênero.

Violência pode ser conceituada como o não reconhecimento do outro, por meio de um excesso de poder, quando, através da força, da coerção, produzir-se-á algum tipo de dano, violência (SANTOS, 2001). Cavalcanti (2007) a define como ato de brutalidade, abuso, constrangimento, discriminação, desrespeito, ofensa, agressão física, psíquica, moral, ou patrimonial contra alguém.

Arendt (1994) faz relação entre violência e poder. Considera que há um consenso entre os teóricos da política, tanto da esquerda como da direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação de poder. Já na concepção de Heise, violência é

Um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na autoidentidade e nas instituições sociais e que em muitas sociedades, o direito (masculino) a dominar a mulher é considerado a essência da masculinidade (HEISE, 1994, p. 47 e 48).

Para Souza (2005), a violência manifesta-se como consequência de

sociedades onde há desigualdades, humilhação social e com formas desumanas de governabilidade. Chama atenção para as características das sociedades modernas onde vulnerabilidade e desamparo das pessoas são altíssimos.

Quando se pensa em violência de gênero, Strey (2012) define como o ato violento em função do gênero ao qual a pessoa pertence, ou seja, a violência ocorre porque a vítima é homem ou mulher. Afirma, contudo, que é praticamente sinônimo de violência contra a mulher, pois elas são o maior número de vítimas.

Portanto, a violência contra a mulher não pode ser separada da categoria de gênero, pois deve ser entendida como reflexo de desigualdade social, econômica e política, reforçada por uma cultura e ideologia sexistas, racistas, classistas, de dominação e de exclusão. Tais relações estão mediadas por uma ordem patriarcal na sociedade brasileira, a qual atribui, aos homens, o direito a dominar e controlar suas mulheres, podendo, em alguns casos, chegar à violência física (LAZZARI, 2014).

Essa dominação masculina obtém na sociedade as condições para que haja sua disseminação, visto que mulheres ainda se encontram como dependentes e submissas aos homens, tanto no que se refere a diversos planos, como econômico, social e cultural. Para Bourdieu (2003), a dominação masculina não se encerra na dependência e submissão das mulheres. Ela vai mais fundo: são concepções, significações criadas pela sociedade, que estão incutidas em homens e mulheres de maneira invisível, mascarando o poder do homem, que existe nas relações e tornando essas concepções, do que é ser homem e mulher, como naturais.

Santos e Izumino (2005) identificaram três correntes teóricas sobre gênero e violência contra mulheres. A primeira seria a “dominação masculina”. Marilena Chauí (1985) é uma das principais referências dessa teoria, que define “[...] a violência como expressão da dominação da mulher pelo homem”. Nessa corrente, a mulher seria tanto vítima como cúmplice da violência, sem a possibilidade de autonomia em relação a essa dominação.

A segunda corrente, seguida por Heleieth Saffioti, é a “dominação patriarcal”. A autora rejeita a ideia de Chauí de que as mulheres sejam cúmplices da violência e, mesmo considerando-as como vítimas, afirma que são sujeitos dentro da relação desigual de poder com os homens. Para essa teoria, a violência, além de ser entendida como um sistema de dominação masculina é,

também, um sistema de dominação e exploração. Enquanto a dominação está ligada ao campo ideológico e político, a exploração está vinculada ao campo econômico.

Segundo Saffioti (2004, 2005), a violência contra as mulheres teve sua origem com o patriarcado (ou seja, a relação de dominação masculina sobre a feminina) e que o patriarcado teve seu início por volta do ano 3100 a.C., consolidando-se no ano 600 a.C. Salienta que, anteriormente a esse período, existia uma igualdade entre gêneros, mas com o surgimento da sociedade privada, o homem passou a desejar o poder, de modo exclusivo, dessa sociedade.

[...] desde o início da vida humana há discriminação contra as mulheres. A lenda de que a mulher teria sido feita a partir de uma costela do homem é uma inferiorização banal e, como se não bastasse, atribui-se a ela a marca de tentadora, já que teria levado todas as demais gerações a serem expulsas do paraíso (OLIVEIRA, 2001).

A teoria “relacional”, que seria a terceira identificada pelas autoras, vem a relativizar as noções de dominação masculina e vitimização. Maria Filomena Gregori foi uma das autoras que contribuiu para o desenvolvimento dessa teoria. Para Gregori (1993), a violência de gênero seria uma forma de comunicação, na qual a mulher é cúmplice da reprodução dos papéis de gênero que alimentam a violência, cooperando, assim, na sua posição de vítima. E não compreende o fenômeno da violência como fato que acontece na relação de poder.

Adota-se neste trabalho a teoria relacional, mas, seguindo Santos e Izumino (2005) e Scott (1990), que divergem um pouco de Gregori (1993). Pois entendem que na violência de gênero há relação de poder, uma vez que, conforme as autoras (SANTOS; IZUMINO, 2005), ao afastar a referência de poder, Gregori (1993) está assumindo uma igualdade entre os parceiros.

Segundo Scott (1990), o poder a que as autoras se referem não é estático e sim um poder articulado. Para Grossi (1998), é um poder circular, conforme já analisamos. “O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 1981, p. 183). É com base nesse poder que as mulheres poderão resistir e romper com a violência que sofrem.

Saffioti (2004) define os tipos de violência como sendo a familiar,

envolvendo membros de uma mesma família, ou seja, leva-se em conta a consanguinidade e a afinidade, e pode ocorrer dentro ou fora do domicílio; e a intrafamiliar, que extrapola os limites do domicílio. Cita como exemplo a violência de um avô, cujo domicílio é separado de seu neto e que pode cometer violência contra ele em nome da instituição “família”. A violência intrafamiliar “[...] entretanto, recai exclusivamente sobre os membros da família nuclear ou extensa, embora não esteja restrita ao território do domicílio” (CUNHA, 2007, p. 52).

Violência doméstica é a violência física, a sexual ou a emocional a um indivíduo que coabita no mesmo domicílio do agressor, existindo ou não parentesco entre eles, não importando o sexo da vítima ou o do agressor (CUNHA, 2007). E segundo o Artigo 1º da Declaração para Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a violência contra as mulheres inclui “[...] qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico, ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer isso ocorra em público ou na vida privada”.

Uma das importantes inovações que a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) trouxe em relação à violência contra as mulheres foi ter definido a violência psicológica contra elas, que diz no seu artigo 07- inciso II:

A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

A Lei Maria da Penha ainda define no seu artigo 7º - incisos IV e V, respectivamente, mais duas formas de violência:

- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Para Bourdieu (2003), a mulher, na relação com seu agressor, seria a

parte dominada dessa relação, que acaba por assimilar o ponto de vista do dominador (o homem – seu agressor). O que, segundo Bourdieu, pode levar à autodepreciação, fruto de um tipo de violência: a violência simbólica desse homem.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural [...] (BOURDIEU, 2003, p. 46 e 47).

Os primeiros especialistas a estudarem a violência conjugal, conforme ressalta Hirigoyen (2006), assinalaram que ela se manifesta sob a forma de ciclos. Não é a única forma, mas a mais frequente. A violência que Hirigoyen (2006) descreve é composta por quatro fases que se retroalimentam: fase da tensão (a violência acontece devido às tensões e preocupações que o agressor vive no seu dia a dia); fase da agressão (o agressor utiliza a violência física e, claro, a psicológica, que já ocorre desde a primeira etapa); fase do pedido desculpas ou do apaziguamento (o agressor após extravasar suas tensões sobre sua mulher, por meio de violência física e psicológica, tende a minimizar seu comportamento agressivo, ou mesmo a anulá-lo); e, por fim, a fase da reconciliação ou lua de mel (o agressor se demonstra apaixonado, carinhoso, seduz a parceira, que passa a crer que ele realmente mudou; retorna à esperança de um casamento sem violência). Cunha (2007), por sua vez, inclui a fase da “lua de mel” (quarta fase) dentro da terceira (do apaziguamento).

A violência contra a mulher é uma questão pública, que teve sua inclusão nas políticas públicas com o Movimento Feminista desde a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em 1993, que reconheceu a violência contra as mulheres como violação aos direitos humanos. Os governos dos países-membros da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação dessa violência, também considerada como um problema de saúde pública. As primeiras políticas públicas com recorte de gênero, sob o impacto desses movimentos, foram implantadas na década de 1980, no Brasil (LAZZARI, 2014):

O Movimento Feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na

agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto à medida que a democratização avançada – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero (FARAH, 2004, p. 51).

As mulheres, de alguma forma, sempre se fizeram presentes nas lutas por melhores condições de vida, nos movimentos sociais lutando pela democratização do regime e de reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos. Souza-Lobo salienta “[...] frequentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 247).

4.3 Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que tenciona os aspectos da realidade e centra-se na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2001). A pesquisa qualitativa tem como objetivos mais comuns compreender e discutir a revisão da literatura sobre o tema de pesquisa (TACHIZAWA; MENDES, 2006).

Assim, a discussão dos termos a respeito de gênero, políticas públicas e sociais permitirá a compreensão dos conceitos utilizados pelas várias áreas do conhecimento científico, o que proporcionará um melhor embasamento teórico da pesquisa em pauta. O trabalho faz uso da pesquisa bibliográfica, com base em livros, periódicos, artigos científicos, teses, dissertações etc. O conhecimento pode ser construído por meio do diálogo estabelecido entre os autores selecionados e definidos para a composição do referencial teórico, proporcionando uma sustentação teórica que viabilizará o desenvolvimento do tema de pesquisa. Isto é, o levantamento bibliográfico definido para o projeto tem a finalidade de subsidiar a elaboração de conhecimento, que dará o fundamento para a análise, reflexão e discussão dos objetos e fenômenos da pesquisa (OLIVEIRA, 2007).

Este estudo também se utiliza, ainda, da pesquisa documental, pois ao pesquisar sobre as políticas públicas realizadas no RS faz uso da legislação

estadual. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, *sites*, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

4.4 Políticas públicas de gênero e sua análise

A conjuntura na qual o Brasil se encontra nos dias de hoje em relação à violência, em especial à violência de gênero, revela a crise que ainda assola a questão social no país. Pesquisas demonstram que os índices de violência contra as mulheres pela condição de gênero não param de crescer. Revelam que os registros de crime de ódio contra o gênero feminino aumentaram 12%, em 2018, refletindo que a cada duas horas uma mulher é morta no país pelo simples fato de ser mulher (USP, 2019)⁸.

Diante desse contexto, a desigualdade de gênero, que sempre se fez presente e constantemente foi e ainda é vista por muitos como natural, mostra-se como questão social, isto é, um tema que necessita de uma resposta, uma ação por parte do Estado e da sociedade. Logo, a desigualdade e, conseqüentemente, a violência de gênero como questões sociais demandam políticas públicas, sobretudo, políticas sociais. Sem a pretensão de tratar a temática com a profundidade que merece, mas o necessário para este trabalho, a seguir serão tratados alguns conceitos básicos como políticas públicas, políticas sociais e transversalidade.

Antes, porém, é importante fazer uma breve distinção entre Estado e governo. Considera-se Estado como a totalidade de instituições permanentes como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras, que viabilizam a ação do governo. Governo, por sua vez, pode ser definido como conjunto de programas e projetos que políticos, técnicos, organismos da sociedade e outros propõem para a sociedade como um todo, de acordo com os interesses políticos de um

⁸ Fonte do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP junto ao portal G1 e ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2019.

determinado governo que está desempenhando as funções de Estado por um tempo estabelecido (HÖFLING, 2001).

Em relação às políticas públicas, pode-se dizer, nesse sentido, que é o Estado atuando, isto é, o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas dirigidos a setores específicos da sociedade, em que as políticas públicas são diretrizes de ação do poder público, normas e procedimentos utilizados nas relações entre ele, poder público e a sociedade. São políticas estruturadas em documentos, como leis, programas, linhas de financiamento, que orientam ações que geralmente compreendem recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

Em suma, são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Isto é, ações que os dirigentes públicos selecionam a fim de atender as expectativas da sociedade (elas podem ser econômicas, de gestão, de infraestrutura, sociais) ou necessidades, em especial, da parcela excluída da sociedade. Essas necessidades serão interpretadas e farão parte da agenda de quem ocupa o poder. Geralmente, são pautadas por meio da pressão, da mobilização da sociedade civil, a fim de ter reconhecidos, de ampliar e efetivar seus direitos de cidadania.

Dessa forma, evidencia-se que as políticas públicas passam por um processo de negociações, pressões, alianças que poderão ou não resultar nos interesses preponderantes da sociedade, tendo em vista que dependerão, além da pressão feita por parte da população, do entendimento e das escolhas daqueles que controlam o poder.

As políticas sociais são políticas públicas que explicitam espécime de proteção social por parte do Estado. Elas visam a desenvolver as responsabilidades públicas (estatais ou não) na promoção da seguridade social e do bem-estar da população (saúde, educação...), com o objetivo de diminuir as desigualdades estruturais produzidas, ocasionadas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001).

Carvalho (2007) diz que a principal característica das políticas sociais é a transversalidade. A transversalidade garante uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas. Em relação às mulheres, ela assegura uma

governabilidade mais democrática e inclusiva, a fim de superar as assimetrias de gênero nas distintas esferas de governo (BANDEIRA, 2005). Adiante um sucinto panorama das políticas sociais dirigidas às mulheres.

Devido a uma ideologia sexista e a uma cultura patriarcal, onde predominam o machismo e a misoginia, e pela falta de ações mais efetivas por parte do Estado, as mulheres ainda hoje são alvos de violência de todos os tipos apenas pelo fato de serem mulheres. Os comportamentos violentos ainda são naturalizados, uma vez que fazem parte da construção social proveniente do patriarcalismo e, por consequência, tem-se dificuldade em punir os agressores devido a essa cultura de superioridade do gênero masculino em relação ao feminino, das desigualdades de gênero, ocasionando, dessa forma, a violência de gênero.

Diante disso, com o intuito de buscar a cidadania (PINTO, 2003), a igualdade de direitos, de tratamento, a diminuição da dominação masculina e da submissão das mulheres, o feminismo (no Brasil), desde o início dos anos de 1980, articulou-se em movimentos para acabar com a discriminação e a violência gerada contra elas. Com a busca por parcerias e pressionando o Estado a fim de tratar desse problema social, passou a exigir serviços e ações que buscassem enfrentar o problema da violência contra as mulheres (LAZZARI, 2014).

No entanto, muito antes, as mulheres já batalhavam contra a exclusão social e para mudar o estigma que sempre lhes fixou o papel, único e exclusivo, de reprodutoras, donas-de-casa e o caráter de fragilidade. Constam registros que a partir do século XVII já havia movimentos de mulheres querendo igualdade sexual, estabelecendo-se, dessa forma, como o século que iniciou o feminismo (GARCIA, 2011).

Essa luta pela igualdade de direitos, a pressão das mulheres e do feminismo sobre o Estado fez com que nascessem políticas públicas nesse sentido. No Brasil, os estudos de gênero tornaram-se mais sólidos no final dos anos de 1970, junto com os movimentos feministas (FARAH, 2004). Nesse período, o país passava pela repercussão de um dos crimes passionais mais conhecidos do país: o caso “Doca Street”. Raul Fernando do Amaral Street, o Doca, matou sua namorada, Ângela Diniz, após uma violenta discussão entre o casal, em dezembro de 1976 (LAZZARI, 2014), sob a alegação de legítima defesa da honra.

Cabe salientar que até os anos de 1980 as políticas públicas que existiram no Brasil eram voltadas para as mulheres e não com o intuito de alterar desigualdades de gênero. Na sua maioria, as políticas públicas reforçavam os papéis sociais tradicionais e predominantes das mulheres (CARLOTO, 2004). As poucas políticas nesse sentido, então, levavam em conta o papel das mulheres como mães e “[...] lideranças para a recuperação e encaminhamento de jovens da comunidade para políticas sociais” (OTA, 2014, p. 59) quando, na verdade, essas atribuições devem ser do Estado. Além disso, essas políticas preocupavam-se mais em combater a violência contra as mulheres do que promover, ao mesmo tempo, sua autonomia, o empoderamento delas.

As primeiras políticas públicas brasileiras (década de 1980) com recorte de gênero foram a criação, no Estado de São Paulo, do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (em 1983) e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (em 1985). Após, teve a constituição do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, pelo Ministério da Justiça (em 1985) e essas instituições se disseminaram por todo o Brasil (FARAH, 2004, p. 51).

“O movimento feminista foi um dos grandes responsáveis para que os crimes cometidos contra as mulheres passassem a ser considerados como violação aos direitos humanos” (CAMPOS, 2000, p. 30). A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, Áustria, em 1993, no seu Artigo 18, reconheceu que “[...] os Direitos Humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos Direitos Humanos Universais” e que a violência de gênero é incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, Organização dos Estados Americanos (OEA), de julho de 1994, ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995, define a violência contra a mulher como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada”.

Após a Constituição Federal (CF) de 1988, os casos de violência de gênero eram tratados segundo a égide da Lei 9.099/1995, Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Essa Lei criou mecanismos de solução de conflitos, destinados aos crimes de menor potencial ofensivo, aqueles cujas condutas

tipificadas tenham pena máxima não superior a dois anos.

Os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) foram severamente criticados pelas feministas e demais estudiosos e profissionais que trabalham com a violência doméstica. Os formuladores dos JECRIMs não contavam com a grande demanda dos casos de violência doméstica, pensaram em uma política criminal inacabada, sem uma perspectiva de gênero (PESTANA S/D).

Em 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), vinculada ao Ministério da Justiça. O Ministério do Trabalho, com base no Grupo Permanente de Trabalho da Mulher, implementado em 1996, promoveu a inserção das mulheres no mercado de trabalho e o Ministério do Desenvolvimento Agrário estabeleceu programas que destinavam recursos para as mulheres assentadas pela reforma agrária. Nesse mesmo ano de 2002, houve o Programa Nacional de Ações Afirmativas, também do Ministério da Justiça, o qual garantia a participação de afrodescendentes, mulheres e portadoras de deficiência para o preenchimento de cargos em comissão na administração pública (PINTO, 2006).

Em 2003, foi instituída a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM - PR) e teve início a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, além de uma efetiva rede de atendimento às mulheres em situação de violência, pois foram propiciados recursos para a criação de serviços e para a realização de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Contudo, com a reforma ministerial que houve em 2015, a SPM perdeu sua condição de ministério e passou a integrar o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Com o objetivo cada vez maior de inserir a temática de gênero no governo para aprofundar a transversalidade dessas questões de desigualdade entre homens e mulheres, a SPM promoveu a realização da 1.^a Conferência Nacional de Política Para as Mulheres (CNPM), em julho de 2004, na qual se elaborou o I Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres (PNPM). E, na sequência, a 2.^a Conferência, ocorrida em agosto de 2007, lançou-se o II PNPM e, em dezembro de 2011, na 3.^a Conferência, o III Plano, vigente para o período 2013-2015. Esses PNPM servem para promover a autonomia das mulheres, a igualdade efetiva entre elas e os homens, respeitar a diversidade e combater todas as

formas de discriminação, exercitar o caráter laico do Estado, solicitar a participação ativa das mulheres nas políticas públicas, universalizar os serviços e benefícios oferecidos pelo Estado e utilizar a transversalidade como orientação para todas as políticas públicas (BRASIL, 2013).

Além dos avanços acima citados, o feminismo obteve outra inúmeras conquistas, como a regulamentação que trata da notificação compulsória de violência contra a mulher no atendimento prestado em quaisquer serviços de saúde, sejam públicos ou privados, por meio da Portaria nº 2.406/2004, do Ministério da Saúde; as Delegacias para Mulheres; a Lei Maria da Penha; e diversas políticas públicas no combate à violação aos direitos das mulheres. Essas políticas públicas atuam de forma a complementar as normas jurídicas, junto com as leis, a fim de tornar efetivos os direitos das mulheres previstos no ordenamento jurídico.

O governo federal, através da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, em parceria com cinco organizações não governamentais e atendendo aos importantes tratados internacionais, assinados e ratificados pelo Brasil, criou um projeto de lei que, após aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado Federal, foi transformado, em agosto de 2006, na Lei 11.340. Essa lei é conhecida pelo nome da mulher que se fez notar pela luta por seus direitos e de todas as mulheres do país: Lei Maria da Penha.

A Lei 11.340/2006 prevê mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, medidas protetivas, e dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra ela, o que tem sido viabilizado pelas ações de efetivação da Lei Maria da Penha:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Em 2009, o estupro passou, por meio da Lei nº 12.015, a ser caracterizado

como crime hediondo. Em 2010, adotou-se o conceito de “Rede de Enfrentamento”, o qual chama atenção da importância de cada parceiro no combate à violência e na garantia dos direitos das mulheres. Essa Rede é composta por agentes que executam e fiscalizam as políticas voltadas às mulheres, centros de educação e reabilitação aos agressores, universidades, órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos, serviços de Segurança e Defesa Civil, rede de atendimento e serviços especializados e não especializados para as mulheres.

A rede de atendimento faz referência a um conjunto de ações e serviços relativos à assistência social, à justiça, à segurança pública e à saúde, que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; refere-se, ainda, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência, e à integralidade e humanização do atendimento. Está vinculada à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), onde o Decreto nº 7.765, de 25 de junho de 2012, em seu artigo 7º, prevê as competências da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e reúne ações e serviços de diversos setores que buscam ampliar e melhorar a qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência (LAZZARI, 2014, p. 46).

Com a criação da SPM, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência foi ampliada. Passou a ter outros serviços que não somente as casas, os abrigos e as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), mas também Centros de Referência da Mulher, Defensorias da Mulher, Promotorias da Mulher ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), entre outros.

No Quadro 3 abaixo, são descritos alguns desses serviços, conforme a publicação Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República (SPM/PR).

Quadro 3: Serviços de atendimento às mulheres.

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180	Criada em 2005 pela SPM. É um número que pode ser acessado gratuitamente por mulheres de todo o país, com o objetivo de orientá-las em situação de violência sobre os seus direitos e os serviços disponíveis para o atendimento de suas demandas. Também é responsável por ouvir a sociedade a respeito do atendimento recebido em cada serviço que integra a Rede.

Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência	Fazem acolhimento, acompanhamento psicológico e social e prestam orientação jurídica às mulheres em situação de violência.
Núcleos de Atendimento à Mulher	Prestam acolhida, apoio psicossocial e orientação jurídica às mulheres em situação de violência. Diferenciam-se dos centros de referência de atendimento à mulher pela sua estrutura física e localização. Em geral, funcionam em espaços menores que os Centros de Referência de Atendimento à Mulher e em municípios de menor porte.
Casas-Abrigo	São locais seguros, que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.
Casas de Acolhimento Provisório	Constituem serviços de abrigo temporário de curta duração (até 15 dias), não sigilosos, para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que não correm risco iminente de morte. Vale destacar que as Casas de Acolhimento Provisório não se restringem ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, devendo acolher também mulheres que sofrem outros tipos de violência, em especial vítimas do tráfico de mulheres.
Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)	São unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. As atividades das DEAMs têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal.
Defensorias da Mulher	Têm a finalidade de dar assistência jurídica, orientar, e encaminhar as mulheres em situação de violência. É um órgão do Estado, responsável pela defesa das cidadãs que não possuem condições econômicas de ter advogado contratado por seus próprios meios.
Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	São órgãos da Justiça Ordinária, de competência cível e criminal, que poderão ser criados pela União (no Distrito Federal e nos Territórios) e pelos Estados para processo, julgamento e execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)	São unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social enquanto o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) constitui o principal serviço desenvolvido nos CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a

	função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.
Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS)	Ofertam o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), responsável pelo apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Fonte: LAZZARI, 2014.

A SPM-PR lançou, em 2013, o programa “Mulher, Viver sem Violência”, com o intuito de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência. O programa foi estabelecido sobre seis eixos: implementação da Casa da Mulher Brasileira; ampliação da central de atendimento por telefone; organização e humanização do atendimento às vítimas; implantação e manutenção dos Centros de Atendimento; campanhas de continuidade sobre a conscientização; e unidades móveis de atendimento no campo e na floresta (SPM-PR, 2015). E, em 2015, entrou em vigor a Lei nº 13.104, que incluiu ao Código Penal o feminicídio como homicídio qualificado (CONTERATTO e MARTINS, 2016, p. 10-11).

Trazendo a questão para o Estado do Rio Grande do Sul, esse foi apontado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como sendo o segundo estado onde mais foram instaurados procedimentos policiais, visando ao cumprimento da Lei Maria da Penha entre julho de 2010 e novembro de 2011. Foram 81.197, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, com 157.430 procedimentos instaurados. Esses dados foram divulgados em abril de 2012, durante a 6ª edição da Jornada Lei Maria da Penha, promovida pelo CNJ, e contabilizam, desde a abertura de inquéritos à instauração de ações penais e de medidas protetivas, entre outras medidas e procedimentos. Somado a esses dados, a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (2014) demonstrou que em 2013 os registros policiais foram de 43.696 denúncias de ameaças, 26.179 de lesão corporal, 1.259 denúncias de estupro e 92 casos de feminicídios consumados e 229 registros feminicídios tentados, revelando como esses crimes continuam altos no RS (RIO GRANDE DO SUL, 2014a).

Este fato pode demonstrar que as mulheres gaúchas denunciam mais ou que o RS é um dos estados onde mais existe violência de gênero. Não se pode deixar de salientar que esses números, ainda, são subdimensionados porque

muitas mulheres continuam sem denunciar seus agressores, devido a alguns fatores como medo e/ou vergonha.

Talvez isso tenha sido reflexo da demora do RS em investir no combate à violência contra as mulheres, em políticas públicas direcionadas à proteção das mulheres em situação de violência. A prova disso é que o Estado foi o último a assinar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as mulheres (em vigor desde 2007). O RS aderiu ao Pacto apenas em 2011, dificultando, assim, a possibilidade de os municípios buscarem recursos. Porém a partir de 2011, com a assinatura do Pacto Nacional, os investimentos na Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar pelo governo do RS aumentaram significativamente. Tanto é assim que esses investimentos foram reconhecidos, em 2014, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na categoria 'Governante: A Arte do Bom Governo'.

O governo do RS contou com uma Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres (SPM-RS) de 2011 até o início de 2015. Pois quando o novo governo assumiu, em 2015, uma de suas primeiras medidas, com o intuito de cortar gastos, foi a extinção da SPM-RS, por meio da Lei 14.672, de 1º de janeiro de 2015. A Secretaria, então, foi transformada em Departamento de Políticas para as Mulheres. Em 2017, essa secretaria recebeu o nome de Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e o Decreto nº 54.286, de 11 de outubro de 2018 descreve a sua estrutura, na qual prevê uma relação de órgãos, entre eles o Departamento de Políticas para Mulheres (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Ressalte-se que, ainda no governo de Tarso Genro, entre os anos de 2011 e 2014, houve o Fórum Pró-Equidade de Gênero e Raça/Etnia, associado ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, objetivando condutas que visassem mais igualdade nos ambientes de trabalho, promoção da autonomia da mulher a partir de cursos gratuitos de 4 até 30 horas de duração. Não havia cobrança de inscrição. Tais cursos eram realizados, na sua maioria, em universidades do RS e tinham o investimento da SPM-PR em parceria com a Secretaria de Comunicação do Estado, a Fundação Cultural Piratini, a Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos (ambas as Fundações foram extintas pelo atual governo, eleito em 2014), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e as universidades. A partir dos cursos foi criado o Manual para Uso Não-

Sexista da Linguagem, lançado em 2014, com o propósito de que os programas e ações tenham uma linguagem oral e escrita não sexista, não hierárquica e equitativa, assim como comportamentos e expressões discriminatórias sejam restringidos nas administrações públicas e pela sociedade de uma forma geral (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A SPM-RS, em 2013, instaurou a Rede Lilás com uma administração transversal e não hierárquica para incentivar a troca de informações entre os órgãos governamentais e não governamentais em relação às políticas públicas direcionadas para as mulheres. As principais ferramentas dessa Rede são o Telefone Lilás (central de apoio gratuito para monitorar a proteção das vítimas e acionar os organismos públicos e conselhos da mulher); a Patrulha Maria da Penha (que observa mulheres em medidas protetivas e seus agressores); as DEAMs; e as Casas Abrigo e de acolhida para as vítimas. Existem ainda as Salas Lilás, dentro das DEAMs e dos Postos de Atendimento à Mulher. São salas que permitem mais privacidade às vítimas, para que possam ficar isoladas de seus agressores na Delegacia, em casos de prisões em flagrante. Contam, ainda, com a possibilidade de serem feitos exames de corpo delito com peritos em sexologia forense e técnicas de entrevistas.

A Rede Lilás atua também no empoderamento material das mulheres, como por exemplo, o Programa RS Mais Igual. Esse programa promove o Crédito Lilás e cursos profissionalizantes, com o fim de transferir renda para investimentos e inclusão produtiva das mulheres integrantes da Rede. Porém, em 2015 “[...] essa linha crédito deixou de receber subsídios” (CONTERATTO; MARTINS, 2016, p. 19), o que ocasionou a falta de procura pelas mulheres.

Além disso, em 2013, foi implementado, dentro do Presídio Central de Porto Alegre, o Projeto Metendo a Colher, direcionado ao tratamento dos agressores, com o objetivo de romper com o ciclo da violência contra as mulheres. Esse mesmo Projeto está sendo inserido na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, também em Porto Alegre, com intuito de prevenir a violência doméstica.

De acordo com o Plano Plurianual (PPA), 2012-2015, a Secretaria Estadual de Saúde, que buscava abranger questões de gênero e saúde, promoveu ações educativas para que houvesse redução das doenças físicas e psicológicas provenientes de violência doméstica e sexual e o acesso aos

serviços de assistência e de saúde de um modo geral. A SPM-RS implantou, então, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), a qual visou estabelecer normas que os hospitais devem seguir em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, infecções sexualmente transmissíveis, métodos para fertilidade, prevenção e diagnóstico de câncer de colo de útero e de mama e cuidado com as mulheres em situação de violência e a educação dos profissionais dos Centros de Referência de Saúde (CONTERATTO; MARTINS, 2016, p. 13-14).

Em dezembro de 2014, mulheres vítimas de violência doméstica que possuíam medidas protetivas puderam contar com um novo serviço. Trata-se de um aplicativo de celular (PLP 2.0), ferramenta que surgiu da parceria entre a ONG Themis – Gênero e Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado e instituições como a SSP-RS e a extinta SPM-RS.

O governo de José Ivo Sartori lançou em 2016, no Dia Internacional da Mulher, o programa de políticas públicas voltado para os direitos femininos intitulado “Mulher: Vida e Direitos”. O programa era coordenado pelo Departamento de Política para Mulheres, e tinha como principais ações do governo: a criação do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência às Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas e o fortalecimento da Rede Lilás, que são serviços integrados para articular ações voltadas às vítimas de violência. Outro objetivo foi a implantação e o fortalecimento de projetos voltados à promoção da autonomia da mulher, como a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho.

A fim de examinar, empiricamente, a legislação estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2011 a 2018), (ANEXO 4), correspondente às gestões de Tarso Genro e José Ivo Sartori, isto é, do período de 2011 a 2018, em relação às políticas públicas voltadas às mulheres, constatarem-se os seguintes números dessas políticas em cada ano de governo:

Quadro 4: políticas públicas voltadas às mulheres no RS de 2011 a 2018.

Tarso Genro	José Ivo Sartori
• 2011: 07 • 2012: 04 • 2013: 13 • 2014: 06	• 2015: 06 • 2016: 03 • 2017: 03 • 2018: 00

Fonte: Autoria própria, 2019.

A seleção da legislação consistiu, em primeiro lugar, na identificação de leis, decretos que incluíssem estrutura administrativa do poder executivo que fosse voltada para programas, planos, recursos financeiros dirigidos às mulheres como parte do público beneficiário, seja como foco específico da ação governamental ou por meio de convênios público-privado. Foram encontradas dentre as 30 legislações do governo de Tarso Genro, 22 decretos que destinavam verbas para conselhos e organismos de políticas para as mulheres e 1 decreto que instituiu programa de microcrédito para as mulheres. Em relação à gestão de José Ivo Sartori, dos 12 decretos, 7 previram recursos financeiros para a rede de atendimento às mulheres.

Diante do exposto, observou-se não apenas a diferença numérica das políticas públicas, mas também a diferença no tratamento que cada governo deu às questões relativas à violência contra as mulheres e ao empoderamento delas, já que:

- Na gestão de Tarso Genro, foi assinado o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do governo federal, e foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Foi um governo que apresentou mais ações, políticas públicas, que visaram ao

empoderamento das mulheres e ao combate à violência contra elas.

- Na administração de José Ivo Sartori, além de se promoverem menos políticas públicas, foi extinta a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com a alegação de corte de gastos. Convém destacar que o corte de gastos foi às custas do ataque aos direitos humanos da população, neste caso, das mulheres gaúchas, sem levar em conta, que se tratava de uma Secretaria com o menor orçamento do Estado.

Essas diferenças se refletem nos números de feminicídios no RS. Conforme o Observatório da Violência contra a Mulher, pertencente à Secretaria de Segurança Pública (RS), no final do governo de Tarso Genro, ano de 2014, o número de feminicídios era de 75, e em 2018, fim do governo de José Ivo Sartori, foram registrados 117 casos de feminicídios no Estado, ou seja, houve um aumento de 56%.

Esses dados demonstram que, tendo em vista o período total de 8 anos, ambos os governos deram pouca prioridade às ações de empoderamento e de enfrentamento à violência contra as mulheres, confirmando que as relações entre a sociedade e o Estado refletem e incorporam fatores culturais. Um dos elementos importantes desse processo diz respeito justamente aos fatores culturais,

àqueles que historicamente vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de determinada sociedade. Com frequência, localiza-se aí procedente explicação quanto ao sucesso ou fracasso de uma política ou programas elaborados; e também quanto às diferentes soluções e padrão adotados para ações públicas de intervenção (HÖFLING, 2001, p. 39).

Salienta-se também que, além de proporcionar políticas públicas que fortaleçam as mulheres, que combatam a violência, os governos devem tomar certos cuidados na escolha das políticas sociais a serem aplicadas, pois algumas soluções acabam reforçando a cultura existente, segregando as mulheres ainda mais e não contribuem para uma sociedade mais igualitária, como por exemplo no caso do transporte público com a criação do vagão cor de rosa, posto que não se consegue expor e fazer com que os homens vejam que o que eles fazem

está errado. Se os homens entendessem o quão violento é o simples fato de ser mulher no Brasil, quem sabe não existiriam mais políticas sociais, quem sabe os índices da violência contra as mulheres já não teriam diminuído e se haveria igualdade de gênero real. Porque, apenas a legislação existente, que por sinal é de grande valia e necessária, não é suficiente diante da cultura patriarcal e sexista presente no país.

Porém, apesar de alguns equívocos, é evidente que as políticas sociais podem ser e são, ao contrário de meras reprodutoras das relações de dominação, um lugar, um meio para a transformação social. No entanto, para isso, é necessário que as políticas públicas voltadas às mulheres sejam transversais, que não visem apenas à segurança pública, com o combate à violência, mas que envolvam também a educação, a saúde, a economia, a fim de empoderar e dar tratamento igualitário para as mulheres. “Considerando que a libertação é sempre um ato social, o empoderamento⁹ é somente um pequeno passo em direção à libertação, sendo a conscientização o processo que possibilita a transformação social” (ROSO e ROMANINI, 2014, p. 83).

Assim, como uma alternativa para enfrentar esses problemas, para combater a cultura machista que ainda assola a sociedade brasileira, está a imprescindibilidade da educação, conforme os autores:

La educación para la igualdad de mujeres y hombres (...) El sistema educativo incluirá entre sus fines la educación en el respeto de los derechos y libertades fundamentales y en la igualdad de derechos y oportunidades entre mujeres y hombres. Asimismo, el Sistema educativo incluirá, dentro de sus principios de calidad, la eliminación de los obstáculos que dificultan la igualdad efectiva entre mujeres y

⁹ Guareschi define “empoderamento” sob a ótica de Freire, não como um ato individual, de apenas alguém receber um poder, mas, sim, um “ato social e político, pois o ser humano, para Freire, é intrinsecamente social e político [...]. Além disso, num olhar crítico e detalhado, pode-se dizer que empoderamento está intimamente ligado à conscientização, tanto assim que, em alguns países, como no Canadá, conscientização foi inicialmente traduzida por *empowerment*” (GUARESCHI, 2008, p. 165). Para Leon (2000), *empowerment* refere-se à capacidade de as mulheres terem controle sobre suas próprias vidas, inclusive sobre seus corpos. Freire (1969) diz que, a partir do momento em que as pessoas tomam consciência, elas vão se libertando. “Tal conscientização nos dá ‘poder’ para transformar as relações sociais de dominação, poder esse que leva à liberdade e à libertação” (GUARESCHI, 2008, p. 166). Roso e Romanini (2014) analisam empoderamento e conscientização sobre a ótica de Freire, fazendo referência que conscientização foi a expressão mais amplamente utilizada por Freire, por indicar dinamismo, a ação de tomar consciência de algo, enquanto que o empoderamento “tem como objetivo fortalecer a autoestima e a capacidade de adaptação ao meio e desenvolver mecanismos de autoajuda e de solidariedade”, mas lembram que “empoderamento e conscientização são termos que precisam ser pensados conjuntamente, de modo que possamos entender suas aproximações e diferenças” (2014, p. 85).

hombres y el fomento de la igualdad plena entre unas y otros (OLMEDA e SAN JUAN, 2010, p. 191).

Seguem as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar que um discurso transmite e defende as ideias de uma pessoa, de um grupo, viu-se, no referencial teórico, que os homens criaram construções sociais para se beneficiarem em relação às mulheres, e essas de certa forma aceitaram esses papéis de gênero. As mulheres, ao aceitarem esses papéis de gênero que os homens lhes conceberam, isto é, ao reconhecer esse discurso, acabaram por reconhecer, conferir um poder a eles. Esse poder, então, é o que incide sobre as mulheres e finda na sujeição, submissão delas, pois elas veem como natural as diferenças de gênero, por consequência, as desigualdades.

Desse modo, não apenas as mulheres internalizam essas desigualdades e assumem os papéis que os homens projetaram para elas, como elas e os homens, claro, consideram que essa forma de agir criada para as mulheres é a única maneira correta de atuar e ser. Surge, então, o que se chama de identidade de gênero. Sendo assim, a identidade de gênero é a maneira de categorizar o lugar de um indivíduo, de um grupo em uma determinada cultura.

Essa categorização produz diferenças e desigualdades social, econômica e política que geram a violência de gênero. Cabe ressaltar que, a violência de gênero não é apenas a violência contra as mulheres, mas ela é em tal intensidade que pode e é considerada por muitos estudiosos como sinônimo de violência contra as mulheres. Por ser uma violência advinda da dominação masculina que, na maior parte dos casos, foi e ainda está incutida em homens e mulheres de maneira invisível, fato que acaba por mascarar o poder dos homens nas relações, é uma das causas que torna tão difícil o seu combate e a mudança da condição das mulheres na sociedade.

O feminismo, no início dos anos de 1980, teve um papel importante no Brasil, pois articulou-se em movimentos para acabar com a discriminação e essa violência gerada contra as mulheres brasileiras. As mulheres pressionaram o Estado a fim de tratar desse problema social, exigindo políticas públicas na forma

de serviços e ações que buscassem enfrentar o problema da violência contra as mulheres.

Entendem-se as políticas públicas como a totalidade de ações, planos que os governos, nas três esferas de poder, nacional, estadual ou municipal, que traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Ao pensar em bem-estar das mulheres, viu-se que o mais adequado é falar em políticas sociais, pois elas são, na realidade, políticas públicas que explicitam padrão de proteção social por parte do Estado e visam a desenvolver as responsabilidades públicas, estatais ou não, na promoção da seguridade social e do bem-estar da população mais vulnerável, com o objetivo de diminuir as desigualdades existentes na sociedade.

Ao examinar os dois últimos governos do Estado do RS pôde-se observar aspectos bem distintos em relação às questões de gênero, ou melhor, às políticas sociais para as mulheres. Na gestão de Tarso Genro, verificaram-se, na legislação estadual do seu período de governo, 30 políticas públicas que proporcionaram ações no sentido de tentar empoderar o feminino e diminuir a violência contra as mulheres por meio de medidas como a adesão ao Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e investimentos financeiros nos organismos destinados ao enfrentamento à violência de gênero.

Por outro lado, na gestão de José Ivo Sartori, foram encontradas apenas 12 políticas públicas voltadas para as mulheres durante os quatro anos de sua gestão. Averigou-se, então, que poucos recursos financeiros foram destinados a melhorar as condições das mulheres no Estado e que foi extinta a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com a alegação de corte de gastos. Essa justificativa gerou indignação em muitas gaúchas e gaúchos, pois o que se questionou foi que o corte de gastos realizou-se às custas do ataque aos direitos humanos das mulheres, sem levar em conta, também, que não foi considerado o fato de que se tratava de uma Secretaria com o menor orçamento.

O fim da SPM representou, além da perda na autonomia, também a perda da visibilidade e da prioridade dentro da administração estadual. Em suma, pôde-se constatar que esse governo com suas pouquíssimas políticas públicas e com a extinção da SPM representou um retrocesso nas políticas sociais para as

mulheres e refletiu, na sua maneira de governar, a cultura machista, patriarcal existente no RS.

Assim, viu-se não apenas o contraste numérico das políticas sociais para as mulheres, entre uma gestão e a outra, mas também como a cultura patriarcalista influenciou mais a gestão de José Ivo Sartori. Essas diferenças encontradas entre os governos de Tarso Genro e José Ivo Sartori tiveram uma grave repercussão que se revelou nos números de feminicídios no Estado, isto é, foi registrado um aumento de 56% nos casos de feminicídios entre o término de uma gestão e o término da outra.

Portanto, diante desses dados e tendo em vista que as mulheres ainda se encontram em condições de submissão na sociedade, é de fundamental importância desenvolver políticas que identifiquem, reconheçam as desigualdades econômicas, políticas e sociais entre homens e mulheres, pensando numa dialética de políticas públicas de gênero, com ações voltadas para o fortalecimento das meninas e das mulheres, visto que a desigualdade de gênero é a base da violência contra as mulheres. Porém, não é apenas com a ação do Estado que se conseguirá mudar a cultura da sociedade brasileira, que ainda torna possível e tolera as violações contra as mulheres. É essencial envolver toda a sociedade, incluir os homens e os meninos na busca pela equidade de gênero.

Para que se tenha essa contribuição, é importante mostrar aos meninos e aos homens que a diferença de gênero não tem que ser seguida de desigualdade. Por isso a importância da educação, seja ela formal ou informal, nesse processo. Mas, isso não é o suficiente.

As mulheres também precisam continuar lutando, principalmente, por mais espaços no Poder, ocupando cargos de poder e de decisão, para que realmente se consigam transformações concretas, com políticas que reflitam a diversidade e a igualdade de gênero, enfim com demandas por novos e mais amplos direitos sociais. Pois, não se pode esquecer que o Brasil é composto na sua maioria por mulheres e que os cargos de poder ainda são compostos por mais homens, os quais, na maior parte, apresentam comportamento patriarcalista e machista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49. São Paulo, 2003.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília: SPM, 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/fortalecimento-da-secretaria-especial-de-politicas-para-as-mulheres-avancar-na-transversalidade-da-perspectiva-de-genero-nas-politicas-publicas/view>. Acesso em: 29 abr. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Cidadania e Justiça. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/05/rio-grande-do-sul-assina-pacto-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.compromissoeatitudo.org.br/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-2013-2015-spm-pr-2013/](http://www.compromissoeatitude.org.br/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-2013-2015-spm-pr-2013/). Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ligue 180. **Balanco Anual/2016**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco-anual-180_2016.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Transparência – **DataSenado**, jun. de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado>. Acesso em: 8 jun. 2017.

BUTLER, J. Posições do Sujeito, Atuações de Gênero. In: BESSA, Karla Adriana. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 6, n. 2, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAMPOS, Carmen. Da violência real à institucional, do direito penal clássico ao moderno. **Cadernos Themis Gênero e Direito**: Crimes Sexuais, Porto Alegre: Sulina, v. 1, n. 1, p. 35-36, 2000.

CANO, Julieta Evangelina; YACOVINO, María Laura. **Historias de “amor”, machismo y muerte**. La Plata, Argentina, FAHCE-UNLP, 25 al 27 de septiembre de 2013. Disponível em: <http://jornadascinig.fahce.unlp.edu.ar/iii-2013>. Acesso em: 27 abr. 2019.

CARLOTO, Cássia Maria. **Ruptura ou reforço da dominação**: gênero em perspectiva. In: Políticas Públicas e igualdade de gênero, São Paulo, Caderno 8 da Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata? **Agenda Social**. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.1, n.3, set-dez/2007, p. 73-86. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5075_1204236093.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica**: análise da lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06. Salvador, BA: Edições PODIVM, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CABALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 23-62.

CONTERATTO, Deisi; MARTINS, Clitia Helena Backx. **Transversalidade e integração em políticas públicas de gênero**: análise da Rede Lilás no Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Fundação de Economia e Estatística, 2016.

CUNHA, Tânia Rocha de Andrade. **O preço do silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; PONDAAG, Miriam Cássia Mendonça. A Face Oculta da Violência contra a Mulher: o Silêncio como Estratégia de Sobrevivência. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira (Org.) [et. al.]. **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano**: estudos em representações sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

DIREITOS HUMANOS. **Declaração para Eliminação da Violência Contra as Mulheres**. Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm. Acesso em: 6 jun. 2013.

DIREITOS HUMANOS. **Conferência Mundial dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em: 30 maio 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso do Collège de France. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins, 1999.

GALVÁN, Clara. **Principio de igualdad y transversalidad de género**. Madrid, España: Editorial Dykinson, 2012.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GIORDANI, Annecy Tojeiro. **Violências contra a Mulher**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2006.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Patrícia Krieger. **Rompendo o Silêncio**: violência contra a mulher na esfera doméstica. 1994. 154 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUCRS, Porto Alegre, 1994.

GROSSI, Patrícia Krieger. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde. In: LOPES, Marta Julia Marque; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GROSSI, Patrícia Krieger; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (Orgs.). **Violências e Gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinariedade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (Versão revisada – 2012). Disponível em: www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/publicações.html. Acesso em: 29 out. 2012.

GUARESCHI, Pedrinho. Empoderamento. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

HEISE, L., 1994. **Violence against Women: The Hidden Health Burden**. Relatório Preparado para o Banco Mundial. (Mimeo.) (Manuscrito publicado sob o mesmo título, na série World Bank Discussion Papers 255, Washington, D.C.: World Bank, 1994). http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/04/28/000009265_397071_6144635/Rendered/PDF/multi0page.pdf. Acesso em: 28 mar. 2014.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, novembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em: 28 abr. 2019.

LAZZARI, Kellen. **Violência de gênero: uma análise a partir do Centro de Referência Para Mulheres Vítimas de Violência – Patrícia Esber**. 2014. 117 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – UNILASALLE, Canoas, 2014.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane F.; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MILLET, K. **Sexual Politics**. New York: Doubleday & Company: 1970.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher** – Convenção de Belém do Pará, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 30 maio 2013

OLIVEIRA, Flávia Lopes. **Estupro (e outros crimes contra a mulher): quem é o réu?** Disponível em: < <http://www.apriori.com.br/artigos>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

OLMEDA, Alberto Palomar; SAN JUAN, Isabel Hernández. La acción administrativa al servicio del principio de la igualdad. In: RUIZ, Manuela Mora (Dir.). **Formación y objeto del Derecho antidiscriminatorio de género:**

perspectiva sistemática de la igualdad desde el Derecho Público. Barcelona, España: Atelier, 2010, pp. 167-205.

OTA, Maria Eduarda. **Gênero na teoria crítica e nas políticas públicas: a dicotomia público/privado em perspectiva**. 2014. 93 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

PESAVENTO, Sandra. A construção da diferença: cidadania e exclusão social. In: _____. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra; LANGUAGE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para uso não sexista da linguagem**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 14 nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Final do Planejamento Integral Básico do Rio Grande do Sul para o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Porto Alegre, 2014a.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos**. Porto Alegre, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Assembleia Legislativa, legislação estadual**, 2011 a 2018. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>. Acesso em: 23 mar. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. **Observatório da Violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 28 mar. 2019.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, 3(1), 83-95, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Gênero e Patriarcado. In: M. Castillo-Martín & S. Oliveira (Eds.). **Marcadas a ferro: Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar**, Brasília, DF: Presidência da República, 2005, pp. 35-76.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**, 2005. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acesso em: 6 maio 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, 71-99, 1995.

SENKKEVICS, Adriano. **Críticas ao conceito de patriarcado do feminismo radical**, 2012. Disponível em: <http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/02/25/criticas-ao-conceito-depatriarcado-do-feminismo-radical/>. Acesso em: 14 jun. 2013.

SPM. 2011. p. 13. <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/redede-enfrentamento>. Acesso em 16 mar. 2014.

SOUZA; M. L. R. **Coleção Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo – Livraria e Editora Ltda. 2005.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23961.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

STOLLER, R. J. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity** (1968). Londres: Karnac Books, 1984.

STREY, Marlene Neves. Aprendendo a Ser Inferior: As Hierarquias de Gênero. In: STREY, Marlene Neves; LYRA, Ângela Villachan; XIMENES, Lavínia de Melo e Silva (Orgs). **Gênero e Questões Culturais: a vida de mulheres e homens na cultura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

_____. Gênero e Ciclos Vitais. In: STREY, Marlene Neves Strey [et al.] (Orgs.). **Gênero e Ciclos Vitais: desafios, problematizações e perspectivas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

TACHIZAWA, T. e MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TELES, Maria Cunha de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher?** São Paulo. Brasiliense, 2002. Coleção Primeiros Passos.

_____. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** AATR-BA, 2002. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf.
Acesso em: 28 abr. 2019.

TOMASZEWSKI, Adauto de Almeida. **Separação, violência e danos morais.** São Paulo: Paulistanajur Ltda., 2004. USP. Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP junto ao portal G1 e ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponível em:
<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2019.

VINCENSI, Jaqueline Goulart; GROSSI, Patrícia Krieger. Rompendo o Silêncio: Estratégias de Enfrentamento das Mulheres Frente à Violência Intrafamiliar. In: GROSSI, Patrícia Krieger; JARDIM, Ana Carolina Montezano Gonsales [et. al.]. (Orgs.). **Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber.** 2ª Ed. atual. ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

5 CONCLUSÃO

O que preservar? Como preservar? Por que transmitir? Foram algumas das perguntas que Candau (2016) formulou ao citar Louis-Jean. Essas perguntas ajudaram a pensar na importância que a memória de cada gestão de governo tem para o Estado, para a sociedade. Elas contribuíram não apenas de incentivo para esta tese, mas, principalmente, para perceber a memória que cada um dos dois governos analisados deixou preservada e a identidade deles, revelada na seleção das ações que achavam mais relevantes para a população do Estado que estavam administrando.

A análise da memória dos dois governos do RS, o de Tarso Genro e o de José Ivo Sartori, é resultado da transmissão de seus programas de governo, das políticas públicas registradas na forma de leis, decretos e das notícias vinculadas no *site* oficial do governo do Estado que conservam, dessa maneira, a memória política de suas gestões. Baseada nas lembranças e esquecimentos das suas ações compartilhadas com os cidadãos do Estado, a memória foi capaz de constituir a identidade dessas duas administrações.

Foram examinando os discursos dos dois governos preservados nessas memórias e se procurou perceber se eles foram discursos retóricos ou não em relação às políticas sociais para as mulheres e se as gestões mantiveram ou alteraram a cultura de menos valia das mulheres no RS. Considerando o discurso como uma maneira pela qual os governos podem atuar sobre as pessoas, sobre a sociedade, cabe destacar que é por meio da análise desses discursos, do estudo da ideologia, da retórica que se pode entender os modos pelos quais as formas simbólicas são usadas para a implantação e manutenção de relações de dominação e desigualdades sistemáticas entre homens e mulheres.

Como resultado analítico, em ambos os planos de governo, observou-se que a ideologia se manifestou na língua, no discurso. Logo, cada FD refletiu a formação ideológica dos candidatos, pois o que é dito está associado a uma formação discursiva. Dessa forma, os programas de governo de cada candidato revelaram os rastros dos sentidos dos já-ditos e reditos em outros lugares e momentos.

O plano de governo de Tarso Genro usou expressões mais assertivas e, visando a um crescimento do RS, buscou uma linha de que, se eleito, o Estado cresceria igual ao Brasil, cancelando dessa forma a aprovação da política federal. Procurou uma aproximação com os eleitores por meio do uso dos termos: “tua participação”, “construir juntos” e “cooperação solidária”. Detalhou mais as questões sociais e fez de forma indireta a inclusão das mulheres. Por sua vez, José Ivo Sartori apresentou um plano mais sucinto. Utilizou o termo “desafio” em praticamente todos seus títulos, palavra que pode ser interpretada com mais de um sentido, podendo gerar dúvidas nos eleitores, além do fato de não ter apresentado nenhum programa que previsse algum tipo de solução e, ademais, não mencionou nem de perto políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres.

Outrossim, evidenciou-se que a memória discursiva dos planos de cada candidato é diferente, pois suas formações discursivas refletiram um dizer de lugares da memória discursiva condizentes com seus processos sócio-históricos e suas formações ideológicas do que pode e deve ser dito em cada plano. Infere-se, então, que tudo o que é dito nos programas de governo está ligado a uma memória.

Concebido, geralmente, com argumentos fortemente persuasivos, no discurso político não se fazem escolhas aleatórias. Portanto, a linguagem como discurso não é neutra e sim uma junção entre os fenômenos linguísticos e os processos ideológicos, isto é, ela tem como objetivo: influenciar quem ouve ou lê, e isso muitas vezes passa pela retórica. Sob esse aspecto, pode-se depreender que é pelo discurso que os governos atuam e atuaram, divulgando suas ideias e ações visando, desse modo, à adesão das mentes dos seus auditórios, os quais podem, neste caso, ser denominados de eleitores, cidadãos.

Assim, é por meio do discurso que os governos se ligam às suas eleitoras e aos seus eleitores, e procuram se adaptar a fim de alcançar cada vez mais não apenas essas pessoas como a aprovação de suas ações. Com base nos ensinamentos dos teóricos visto pôde-se concluir que os discursos analisados nas notícias publicadas pelos governos de Tarso Genro e José Ivo Sartori, no *site* oficial do governo do Estado, são do gênero oratório deliberativo e fizeram uso de argumentos retóricos.

Quanto às políticas sociais voltadas para as mulheres, isto é, as ações que cada gestão realizou para enfrentar a violência contra as mulheres para ajudar no empoderamento delas, enfim ações na busca pelo bem-estar das mulheres gaúchas, pôde-se observar aspectos bem distintos. Na gestão de Tarso Genro, na legislação estadual do seu período de governo, verificaram-se 30 políticas públicas que proporcionaram ações no sentido de tentar empoderar o feminino e diminuir a violência contra as mulheres por meio de medidas como a adesão ao Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e os investimentos financeiros nos organismos destinados ao enfrentamento à violência de gênero.

Por outro lado, na gestão de José Ivo Sartori foram encontradas apenas 12 políticas públicas voltadas para as mulheres durante os quatro anos de sua gestão. Averiguaram-se, outrossim, poucos recursos financeiros destinados à melhora das condições das mulheres no Estado, além da extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com a alegação de corte de gastos.

Os dois governos refletiram em suas administrações os seus planos de governo. Tarso Genro, muito embora tenha usado nas suas notícias publicadas o discurso retórico, conforme o analisado, pode-se pensar que suas políticas sociais não foram retóricas, pois se revelaram em uma quantidade considerável de recursos financeiros para o combate à violência contra as mulheres e no empoderamento delas. De outra forma, a gestão de José Ivo Sartori resultou num retrocesso, com a extinção da SPM e, por consequência, pouco dinheiro investido nesse tipo de políticas. Essa análise mostrou, portanto, que esse governo além de poucas ações e notícias publicadas, apresentou discursos e políticas públicas retóricas.

Por isso, conclui-se que na administração de Tarso Genro foi possível perceber um empenho maior no combate à violência e em modificar a cultura machista e patriarcal. Já o governo de José Ivo Sartori apresentou uma administração que acabou, de certa forma, por reforçar a cultura machista e patriarcal do Estado, ocasionando retrocessos aos direitos das mulheres, corroborando, dessa forma, para manter a cultura de menos valia das mulheres existente no RS. Para finalizar, como uma forma de objetivar, passa-se agora a responder os questionamentos feitos na introdução.

Pelo o que foi examinado, é possível afirmar que houve no Estado políticas públicas nesse sentido, mas atualmente elas não foram sendo promovidas pelo governo atual, dando dessa forma uma certa continuidade do governo de Sartori em relação a essas questões. Não há e não houve continuidade no atendimento às mulheres em relação aos governos de Tarso e Sartori, como já visto, por exemplo, pela diferença do número de políticas públicas realizadas por cada governo, dos recursos direcionados às mulheres.

As políticas públicas direcionadas às mulheres foram apresentadas em seus discursos de maneira retórica por ambos candidatos; o governo de Tarso conforme as evidências analisadas, deu mais importância às mulheres, ao público feminino, enquanto o governo de Sartori desde antes de ser eleito demonstrou não ser uma pauta tão importante, no entanto que já falava em acabar com a SPM quando assumisse.

É possível afirmar que a maior continuidade entre os governos está, talvez, apenas no discurso dos dois políticos, ou seja, os dois apresentaram discursos retóricos, com focos diferenciados. Os discursos de ambos os candidatos por serem predominantemente mais retóricos obteve no governador Tarso uma cultura de proteção às mulheres, com ações e políticas mais amplas. Os índices da violência de gênero no Estado do Rio Grande do Sul mostraram alteração entre os governos, pois perceberam-se pelas evidências estudadas que os índices da violência de gênero tiveram uma grande alteração entre as administrações, nesse sentido, houve um aumento de 56% nos casos de feminicídios entre o fim das duas gestões.

Com os questionamentos iniciais respondidos é possível lembrar que houve limitações, entre elas a mais evidente foi que na gestão de Sartori o Estado do RS estava com um déficit orçamentário altíssimo e em recessão. As quantidades de informações coletadas foram muitas e permitiram um pequeno banco de dados o que corrobora com a continuação de novas pesquisas, dessa forma, para finalizar sugere-se como prosseguimento deste estudo pesquisas que foquem não apenas se os governos promoveram políticas públicas, mas também se as que foram implementadas produziram os resultados esperados e se os recursos foram utilizados de modo eficiente, pois valorizar a utilização do dinheiro público deve ser uma preocupação permanente na gestão de qualquer governo.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____. (Org.) **Papel da memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p.11-21.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **DataSenado**: mulheres reconhecem mais a violência doméstica, mas faltam serviços e informações sobre direitos, 2017. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/datasenado-mulheres-reconhecem-mais-violencia-domestica-mas-faltam-servicos-e-informacoes-sobre-direitos/>. Acesso em: 8 jun. 2017.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra as mulheres em dados**, 2019. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica. Trad. Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001.

ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. **Revista de psicologia política**, v. 8, n. 15. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004. Acesso em: 11 jun. 2018.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Revista Estudos Avançados**, v.17, n. 49. São Paulo, 2003.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ASSIS, Cássia Lobão; NEPOMUCENO, Cristiane Maria. Processos culturais: endoculturação e aculturação. **Estudos contemporâneos de cultura**. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estudos_Contemporaneos_Cultura/Est_C_C_A08_J_GR_260508.pdf. 2008. Acesso em: 11 maio 2017.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural Memory Studies**: an International and Interdisciplinary Handbook. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

BANDEIRA, L. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: **Reunión de expertos “políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género”**, 2004, Quito. [Anais...]. Quito: Cepal, 2004. Disponível em: http://www.cepal.org/mujer/reuniones/quito/Lourdes_Bandeira.pdf. Acesso em: 21 abr. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROS, José Márcio. Cultura, memória e identidade – contribuição ao debate. **Cadernos de História**. Belo Horizonte: PUC Minas, out. 1997. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1696/1817>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELTRÁN, Rafael Ríos; VILLAMIZAR, Silvano Pabón. Memoria de Archivo / Memoria Digital: Reflexiones sobre los Archivos Pedagógicos en la Perspectiva Digital. **Revista Nómadas**, Universidad Central. Colombia, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n36/n36a11.pdf>. Acesso em 21.jul.2018.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BIMBER, Bruce. The Internet and Political Transformation: Populism, community, and Accelerate Pluralism. **Polity**, v. 31, n. 1, p. 133-160, 1998.

BOAS, Franz. **The Mind of Primitive Man**. New York: Bibliolife. 1922.

_____. **Antropologia cultural**. Tradução Celso de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v. 1, Brasília: UnB, 1983.

BOSI, Ecléa, **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Os usos do povo. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004b.

_____. **A economia as trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, S. R: Editora da UN1CAMP, 1996. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVp>

nxSZXRyYXN0cmFkdWNhb2ZtdXxneDoxZDU0NzQ1NGY0M2FIYzEy. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha**: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Cidadania e Justiça. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/05/rio-grande-do-sul-assina-pacto-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-2013-2015-spm-pr-2013/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ligue 180. **Balanco Anual/2016**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco-anual-180_2016.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Transparência – **DataSenado**, junho de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado>. Acesso em: 8 jun. 2017.

BUCCI, Eugênio. **Televisão Objeto**: a crítica e suas questões de método. 2002. 299 p. Tese. (Doutorado em Comunicação e Artes), Universidade de São Paulo. São Paulo: ECA-USP, 2002.

BUTLER, J. Posições do Sujeito, Atuações de Gênero. In: BESSA, Karla Adriana. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 6, n. 2, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAMPOS, Carmen. Da violência real à institucional, do direito penal clássico ao moderno. **Cadernos Themis Gênero e Direito**: Crimes Sexuais, Porto Alegre: Sulina, v. 1, n. 1, p. 35-36, 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CANO, Julieta Evangelina; YACOVINO, María Laura. **Historias de “amor”, machismo y muerte**. La Plata, Argentina, FAHCE-UNLP, 25 al 27 de septiembre de 2013. Disponível em: <http://jornadascinig.fahce.unlp.edu.ar/iii-2013>. Acesso em: 27 abr. 2019.

CARLOTO, Cássia Maria. **Ruptura ou reforço da dominação**: gênero em perspectiva. In: Políticas Públicas e igualdade de gênero, São Paulo, Caderno 8 da Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

CARRILHO, M. M. **Itinerários da racionalidade**. Lisboa: D. Quixote, 1989.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata? **Agenda Social**. Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.1, n.3, set-dez/2007, p. 73-86. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5075_1204236093.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro, jan./dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100123&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 6 jun. 2017.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Orgs.). **Horizontes plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

CASADEI, Eliza Bachega. **Os novos lugares de memória na internet**: as práticas representacionais do passado em um ambiente on-line. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: < http://www.bocc.ubi.pt/pag/Casadei_memoria_Internet.pdf >. Acesso em: 8 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, Celso (Org.) **Franz Boas, Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica**: análise da lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06. Salvador, BA: Edições PODIVM, 2007.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CABALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 23-62.

CONTERATTO, Deisi; MARTINS, Clitia Helena Backx. **Transversalidade e integração em políticas públicas de gênero**: análise da Rede Lilás no Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Fundação de Economia e Estatística, 2016.

COSTA, M. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.

CRIPPA, G. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA MARAÑON, Eduardo Ismael. (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010. p. 79-110.

CUCHE, Denys. Gênese social da palavra e da idéia de cultura. In: **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Tânia Rocha de Andrade. **O preço do silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 237p.

DAYOUB, Khazzoun Mirched. **A Ordem das Ideias – Palavra, Imagem, Persuasão**: A Retórica. Barueri, S.P.: Manole, 2004.

DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling; PONDAAG, Miriam Cássia Mendonça. A Face Oculta da Violência contra a Mulher: o Silêncio como Estratégia de Sobrevivência. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira [et. al.] (Orgs.) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano**: estudos em representações sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

DIREITOS HUMANOS. **Declaração para Eliminação da Violência Contra as Mulheres**. Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm. Acesso em: 6 jun. 2013.

DIREITOS HUMANOS. **Conferência Mundial dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em: 30 maio 2013.

DITTRICH, Ivo José. **Por uma retórica do discurso**: argumentação técnica, emotiva e representacional. Alfa, São Paulo, 52 (1): 21-37, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

ELIAS, Norbert. Da Sociogênese dos Conceitos de 'Civilização' e 'Cultura'. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FERREIRA, Daniela. **Discursos Epidícticos em Relações Públicas**: uma análise com base na Nova Retórica. 2011. 157 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas) – Instituto Politécnico de Lisboa Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan; RIBEIRO, Daiane Bertasso. A produção de sentidos em discursos jornalísticos por meio de estratégias de imagem. **Revista Comunicação Midiática**, v. 5, n. 1, p. 61-75, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>. Acesso em: 1 jul. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. O Dispositivo de Sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Éthique du souci de soi comme pratique de la liberté, et Écrits**, v. IV, Gallimard, Paris, 1994.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: Curso do Collège de France. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins, 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREITAS, Ernani Cesar de. **Semântica argumentativa**: a construção do sentido no discurso. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FUJIWARA, Luis. **Governo**: substantivo feminino? Gênero e políticas públicas em governos subnacionais. 2002. 141 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – FGV/EAESP, São Paulo, 2002.

GALVÁN, Clara. **Principio de igualdad y transversalidad de género**. Madrid, España: Editorial Dykinson, 2012.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Isabel Teresa Morais. Retórica e argumentação: continuidade e rupturas. In: **Honorem Professor Doutor Manuel Pulquério**, 2005. Disponível em:

https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23602/1/Mathesis14_artigo4.pdf.
Acesso em: 14 jul. 2018.

GIORDANI, Annecy Tojeiro. **Violências contra a Mulher**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2006.

GOBERT, MULLER In, VAZ., L.G.D. Políticas públicas. **Revista Nova Atenas de educação e tecnologia**. Revista Eletrônica do Departamento. Acadêmico de Ciência da Saúde Educação Física e Esportes – Biologia – Segurança do Trabalho. v. 10, n. 1, jan./jun./2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia B. De M. L. Nunes. RJ: Guanabara, 1998.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Patrícia Krieger. **Rompendo o Silêncio**: violência contra a mulher na esfera doméstica. 1994. 154 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUCRS, Porto Alegre, 1994.

GROSSI, Patrícia Krieger. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde. In: LOPES, Marta Julia Marque; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GROSSI, Patrícia Krieger; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (Orgs.). **Violências e Gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinariedade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em primeira mão**. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (Versão revisada – 2012). Disponível em: www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/publicações.html. Acesso em: 29 out. 2012.

GUARESCHI, Pedrinho. Empoderamento. In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. I e II.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (Org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HEISE, L., 1994. **Violence against Women: The Hidden Health Burden**. Relatório Preparado para o Banco Mundial. (Mimeo.) (Manuscrito publicado sob o mesmo título, na série World Bank Discussion Papers 255, Washington, D.C.: World Bank, 1994). http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/04/28/000009265_3970716144635/Rendered/PDF/multi0page.pdf. Acesso em: 28 mar. 2014.

HEILBORN, M. L., ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (Eds.). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça - GPP – GeR: módulo II**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, 2010.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HITA, Maria Gabriela. Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos. **Lua Nova**, n. 43, p.109-131, 1998.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov./2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 abr. 2017. Acesso em: 22 abr. 2017.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

JIAN, Guowei; SCHMISSEUR, Amy M.; FAIRHURST, Gail T. Discourse and Communication: The Progeny of Proteus. **Discourse and Communication Journal**, 2008, p. 299-320.

KROEBER, Alfred L. **A natureza da cultura**. Lisboa: Edições 70, 1952.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

LAZZARI, Kellen. **Violência de gênero: uma análise a partir do Centro de Referência Para Mulheres Vítimas de Violência** – Patrícia Esber. 2014. 117 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – UNILASALLE, Canoas, 2014.

LEON, M. **Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder**. Estudos Feministas, 2000, pp. 191- 207.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 1999.

LÈVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Os Agenciamentos da Memória Política na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - v. 29, n. 85, pp. 145-245, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n85/10.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

LOWI, Theodor. **American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory**, World Politics, 16: 677-715. 1964.

LOWI, Theodor. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, 1972.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes/Ed. Unicamp, 1997.

MARCHIORI, Marlene; RIBEIRO, Regiane; SOARES, Rodrigo; SIMÕES, Fabiana. **Comunicação e Discurso**: construtos que se relacionam e se distinguem. GT ABRAPCORP 2 – Processos, políticas e estratégias de comunicação organizacional, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/gefacescom/images/Congresso_04_Abrapcorp_2010.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2017.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Formação e desenvolvimento de pessoas em lazer e esporte**. Papirus: Campinas, SP, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUEZAN, Reinoldo. A constituição do corpus de pesquisa. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 33, p. 97-110. Santa Maria, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira L; NECKEL, Jane F.; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.) **Corpo, Gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MILLET, K. **Sexual Politics**. New York: Doubleday & Company: 1970.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO M. S. C.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

MINTZ, Sidney W. Cultura uma visão antropológica. **Tempo**, 2010, vol.14, n.28, pp.223-237. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 1 maio 2017.

MOLINA, Márcia Cristina Gomes. A Internet e o Poder da Comunicação na Sociedade em Rede: Influências nas Formas de Interação Social. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2013.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Juq_Gtr7SycC&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2. Acesso em: 2 jul. 2017.

MOURA, Cláudia Peixoto de; SOUZA, Aline Oliveira de. Memória e Comunicação Institucional: a construção de relacionamentos com base em acervos. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** - XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/111480326/Memoria-e-Comunicacao-Institucional-a-construcao-de-relacionamentos-com-base-em-acervos>. Acesso em: 9 jun. 2018.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória: Um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NAVARRO-BARBOSA, P. L. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. L. (Orgs.) **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

NICHOLSON, Linda. Interpreting Gender. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**. Chicago, v. 20, n.1, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. de 1993.

OEA – **Organização dos Estados Americanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher** – Convenção de Belém do Pará, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 30 maio 2013.

OLIVEIRA, Flávia Lopes. **Estupro (e outros crimes contra a mulher): quem é o réu?** Disponível em: < <http://www.apriori.com.br/artigos>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

OLIVEIRA, MARIA MARLY. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

OLMEDA, Alberto Palomar; SAN JUAN, Isabel Hernández. La acción administrativa al servicio del principio de la igualdad. In: RUIZ, Manuela Mora (Dir.). **Formación y objeto del Derecho antidiscriminatorio de género: perspectiva sistemática de la igualdad desde el Derecho público**. Barcelona, España: Atelier, 2010, pp. 167-205.

ORLANDI. Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

OTA, Maria Eduarda. **Gênero na teoria crítica e nas políticas públicas: a dicotomia público/privado em perspectiva**. 2014. 93 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

PÊCHEUX. M. (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PEDROSA, Breno Viotto. Sauer, Boas, Kroeber e a cultura superorgânica: notas sobre a relação entre geografia e antropologia. **Confins**, n. 23, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9958%3e%A0>. DOI: 10.4000/confins.9958. Acesso em: 6 mai. 2017.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. Itacorubi, Florianópolis – SC: Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, **Revista Linhas**, v. 16, n. 32, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816322015337>. Acesso em: 6 maio 2017.

PERELMAN, Chaim. Argumentação. In: **Enciclopédia Einaudi** – v. 11. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica**. Tradução Vergínia K. Pupi. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PESAVENTO, Sandra. A construção da diferença: cidadania e exclusão social. In: _____. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra; LANGUAGE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2007.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. (Coleção História do Povo Brasileiro). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio e esquecimento. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 13-15.

_____. Memória e identidade social. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 30 out. 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Rita de Cássia de Souza Soares; SALVI, Rosana Figueiredo. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso em Educação Matemática – Um Olhar Sobre a Produção em Periódicos Qualis A1 E A2. **IV Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática Brasília** – Outubro, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/ifhiecem/arquivos/9GT94689598053.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A Crise da Razão**. Brasília: Minc; Rio de Janeiro: Funarte; São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 367-382.

RAUEN, Fábio José. **Tratado da Argumentação de PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA:** resenha, 2008. Disponível em: <http://www.tex.pro.br/home/artigos/66-artigos-abr-2008/6086-tratado-da-argumentacao-de-perelman-e-olbrechts-tyteca-resenha>. Acesso em: 27 jun. 2017.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

REIS, Elisa Pereira. Política e políticas públicas na transição democrática. In: MOURA, Alexandrina de Moura (Org.). **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para uso não sexista da linguagem**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 14 nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Final do Planejamento Integral Básico do Rio Grande do Sul para o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Porto Alegre, 2014a.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos**. Porto Alegre, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Assembleia Legislativa, Legislação Estadual**, 2011 a 2018. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>. Acesso em: 23 mar. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. **Observatório da Violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 28 mar. 2019.

RIOS, Fábio. Memória Coletiva e Lembranças Individuais a partir das Perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak E Beatriz Sarlo. In: **Revista Intratextos**, 2013, v. 5, n. 1, p. 1-22. DOI: [http://dx.doi.org/HYPERLINK\"http://dx.doi.org/10.12957/intratextos\"10.12957HYPERLINK\"http://dx.doi.org/10.12957/intratextos\"/intratextos](http://dx.doi.org/HYPERLINK\). Acesso em: 20.jun.2018.

ROSO, Adriane e ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. **Psicologia e Saber Social**, 3(1), 83-95, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. _____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Gênero e Patriarcado. In: M. Castillo-Martín e S. Oliveira (Eds.). **Marcadas a ferro: Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar** (pp. 35-76). Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

SALISBURY, Robert H. The Analysis of Public Policy: a Search for Theories and Roles. In: CAHN, Matthew A., e THEODOULOU, Stella Z. **Public Policy: the Essential Readings**. New Jersey: Prentice Hall, Upper Saddle River, 1995.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil**, 2005. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acesso em 6 maio 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A Violência na Escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n.1, p. 105-122, jan./jun. 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Anablumme, 2003.

SCAFFO, Maria de Fátima. Violência de gênero e memória social: investigando a complexidade destas relações. In: FARIAS, Francisco Ramos (Org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

SCAFFO, Maria de Fátima; FARIAS, Francisco Ramos de. **Violência conjugal e as consequências para a sexualidade feminina: uma investigação à luz da memória social**. 2012. Disponível em: http://congresoulapsi2012.com/trabajos/1334291243_RESUMO%20EXPANDIDO%20Viol%C3%Aancia%20e%20sexualidade.pdf. Acesso em: 10 jun. 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, 71-99, 1995.

SENKKEVICS, Adriano. **Críticas ao conceito de patriarcado do feminismo radical**, 2012. Disponível em: <http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/02/25/criticas-ao-conceito-depatriarcado-do-feminismo-radical/>. Acesso em: 14 jun. 2013.

SILVA, Alessandro Soares. Por um Lugar ao Sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!). **Revista Bagoas**, n. 8, pp. 77-102, 2012. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n08art04_silva.pdf. Acesso em: 31 maio 2018.

SPM, 2011, p. 13. <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/redede-enfrentamento>. Acesso em 16 mar. 2014.

SOUZA; M. L. R. **Coleção Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo – Livraria e Editora Ltda, 2005.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 24 abr. 2017.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STOCKING, George W. Jr. Introdução: Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: STOCKING, George W. Jr. (Org. e Introdução). **A formação da antropologia americana**. Antologia. Tradução Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del gênero. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23961.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

STOLLER, R. J. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity** (1968). Londres: Karnac Books, 1984.

STREY, Marlene Neves. Aprendendo a Ser Inferior: As Hierarquias de Gênero. In: STREY, Marlene Neves; LYRA, Ângela Villachan; XIMENES, Lavínia de Melo e Silva (Orgs.). **Gênero e Questões Culturais**: a vida de mulheres e homens na cultura. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

_____. Gênero e Ciclos Vitais. In: Marlene Neves Strey [et al.] (Orgs.) **Gênero e Ciclos Vitais**: desafios, problematizações e perspectivas. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

TELES, Maria Cunha de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Brasiliense, 2002.

_____. **O que é violência contra a mulher?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

TOMASZEWSKI, Adauto de Almeida. **Separação, violência e danos morais**. São Paulo: Paulistanajur Ltda., 2004.

USP. **Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP** junto ao portal G1 e ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2019.

VINCENSI, Jaqueline Goulart; GROSSI, Patrícia Krieger. Rompendo o Silêncio: Estratégias de Enfrentamento das Mulheres Frente à Violência Intrafamiliar. In: GROSSI, Patrícia Krieger; JARDIM, Ana Carolina Montezano Gonsales... [et. al.]. (Orgs). **Violências e Gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. 2ª ed. Atual. Ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

TACHIZAWA, T. e MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TYLOR, Edward Burnett. **A ciência da cultura**. São Paulo: Expresso Zahar, 2014.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social**. Ciências Sociais Unisinos, maio/ago, 2006. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6019/3194. Acesso em: 19 jun. 2017.

VIRILIO, Paul. O paradoxo da memória do presente na era cibernética. In: CASALEGNO, Federico. **Memória Cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WILSON. **Theatrum Politicum**: a encenação política na sociedade dos mass mídias. In: BRAGA, José Luiz et alli (Orgs.). **A encenação dos sentidos**: mídia, cultura e política. Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1995, pp. 55-66.

ANEXOS

ANEXO 1

Plano de governo de Tarso Genro



**RIO GRANDE
DO SUL
DO BRASIL
DO MUNDO**

Unidade Popular pelo Rio Grande
PT • PSB • PCdoB • PR



TARSO Governador
13
Vice Beto Grill Senador Paim 131 Senadora Abigail 651

Unidade Popular pelo Rio Grande
PT • PSB • PCdoB • PR

Comitê Estadual de Campanha

Rua Barros Cassal, 68 - Bairro Floresta
- Porto Alegre

51 3323 8900

www.tarso13.com.br



www.blogdotarso.com.br



twitter.com/tarsogenrov



www.facebook.com/tarsogenro



www.flickr.com/photos/tarsogenr



o www.youtube.com/tarsofgenro

CHEGOU A HORA
DO RIO GRANDE
CRESCER NO
RITMO DO
BRASIL.TUA
PARTICIPAÇÃO
VAI FAZER A
DIFERENÇA.

Este é um convite para que cada gaúcho e gaúcha participe da construção de um grande futuro. Chegou a hora de fazer o Rio Grande crescer no ritmo do Brasil. E isso só se constrói com a contribuição de todos. Nos últimos oito anos, o Brasil cresceu muito, mas o Rio Grande do Sul cresceu bem menos do que a força da sua gente é capaz. Isso significa menos para todos os gaúchos e gaúchas.

Os modelos que levaram a essa situação não podem mais se repetir. É preciso trilharmos juntos um novo caminho de crescimento para o nosso Estado. É hora de aprender com experiências que estão dando certo. Vivemos o mundo do diálogo, da interação, da troca entre as pessoas, da cooperação. Antes de falar, é necessário ouvir.

Ao longo dos últimos meses reunimos experiências, visões, classes sociais, universidades, sindicatos, associações empresariais, movimentos sociais, entidades, cooperativas, ONGs e governos, através das caravanas, reuniões, plenárias, seminários e debates realizados por todo Estado. É hora de pensar muito no que foi dito e no que precisamos fazer.

Com as Caravanas Pelo Rio Grande, que contaram sempre com a presença do nosso candidato, Tarso Genro, e uma série de outras formas de participação, fomos a todas as regiões do Estado, reunimos todos os segmentos sociais e temáticos, criamos ambientes e redes de participação direta para ouvir, recepcionar e montar uma proposta de governo com a marca da sociedade gaúcha. É emocionante receber em mãos uma pequena carta com anotações que sintetizam os anseios de toda uma comunidade ou uma ideia postada no site com os sonhos de uma jovem. Assim como documentos mais acabados de associações, de representantes da sociedade organizada.

Agora, neste Programa de Governo, vamos apresentar e debater todas as ideias e projetos sugeridos por tantos gaúchos e gaúchas para o desenvolvimento do nosso Estado e construir com a tua participação um Governo que coloque o Rio Grande no ritmo de crescimento do Brasil. Há muito por fazer.

Para nós, este ainda é um programa em construção, que será feito por todos. Mas parte do que já reunimos está aqui e gostaríamos de apresentar à sociedade gaúcha. Estamos num novo momento. Num novo mundo de possibilidades de interação e cooperação. Afinal, governar com as pessoas e para as pessoas é o que nos move.

DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO COM
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.
**ISSO É COLOCAR O RIO
GRANDE NO RITMO DE
CRESCIMENTO DO BRASIL.**
**Rio Grande no ritmo de
crescimento do Brasil**

O aumento acelerado da capacidade de investimentos, a recuperação das funções públicas do Estado, o desenvolvimento ambientalmente sustentável e uma participação forte e protagonista no cenário nacional são temas fundamentais para pensar um projeto de futuro para o Rio Grande. Estas questões foram assumidas e exitosamente cumpridas, no plano nacional, pelos dois governos do presidente Lula. Em 2010, trabalharemos para que tenham continuidade nacionalmente com **Dilma Presidente**, mas também queremos afirmá-las aqui no Rio Grande do Sul com **Tarso Governador**.

Apesar do excelente período que o Brasil atravessa, no qual se articulam crescimento econômico, diminuição da pobreza e fortes investimentos públicos, o Rio Grande do Sul não conseguiu acompanhar a dinâmica do crescimento nacional. É urgente uma mudança de rumo, que enseje um projeto estratégico e sustentável de desenvolvimento. O principal desafio de 2010 é formular e debater no Estado, com toda a sociedade, um programa gaúcho capaz de apresentar soluções consistentes aos problemas estaduais e atender às necessidades essenciais do nosso povo. É preciso construir um programa que seja tão transformador como o que está sendo realizado no Brasil.

A democratização do estado através de um sistema que garanta ampla participação da sociedade, a promoção da justiça e da inclusão social, o fomento ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável foram e são marcas das nossas gestões nos diferentes níveis de governo. Queremos reafirmá-las como temas centrais de nosso projeto de governo. Queremos também sintonizar e incorporar o Rio Grande do Sul ao projeto nacional iniciado pelo governo do presidente Lula, desenvolvido ao longo destes oito anos, e que tem garantido ao Brasil soberania nacional, protagonismo internacional, crescimento econômico articulado com distribuição de renda, recuperação das funções públicas do Estado e fortalecimento do controle público, através de mecanismos da democracia participativa.

O nosso Estado pode e deve acompanhar o novo ciclo de crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza que o Brasil tem experimentado nos últimos anos. Para tanto, devemos:

1. Potencializar e garantir os investimentos do governo federal no Estado como o PAC I, que prevê recursos de R\$ 30,6 bilhões de reais até 2010 e mais R\$ 8,9 bilhões pós-2010, direcionados à infraestrutura e logística, ao setor energético e ao desenvolvimento social e urbano. Mas principalmente, devemos estar preparados para receber os recursos destinados para todo o País pelo PAC II, lançado este ano, com previsão de investimento da ordem de R\$ 1,59 trilhão. Nele estão incluídos projetos de grande interesse dos gaúchos, como a construção de pontes, duplicação

e construção de estradas, o Metrô de Porto Alegre, a Hidrovia Mercosul, com R\$ 2,7 bilhões para hidrovias, e a Ferrosul, com R\$ 46 bilhões para ferrovias, por exemplo. Em condição diferenciada, mas de grande relevância, o Pré-sal é uma possibilidade importante de investimentos futuros para o Estado que deve receber uma atenção especial por parte do Governo, principalmente em relação à preparação do setor produtivo gaúcho para o fornecimento de insumos à exploração desta riqueza. Devemos levar em conta também os relevantes investimentos da Petrobras no Dique Seco em Rio Grande que representarão um novo ciclo de crescimento para a região.

2. Ampliar o alcance dos programas federais voltados a qualificação de políticas públicas, qualidade de vida e inclusão social nas áreas de educação, saúde, segurança, habitação, assistência social, cultura, esporte e lazer, como os programas Prouni, Pronasci, Bolsa Família, Minha Casa Minha vida, Saúde da Família e outros. Entre as novas perspectivas para o Brasil estão a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Serão momentos de diálogo com o mundo inteiro, de intercâmbio, de movimentação da economia, de reorganização do espaço urbano e de impulso e estímulo à prática do esporte. O Rio Grande será, com **Tarso Governador**, protagonista no planejamento e na indução por políticas públicas do desenvolvimento, da rede de turismo, na mobilização de setores econômicos e no desenvolvimento da prática esportiva. Além da Copa do Mundo de 2014, queremos que o Estado participe do processo de construção das Olimpíadas de 2016. Com ousadia, investimentos, transparência e participação da sociedade.

3. Devemos pensar o nosso desenvolvimento regional articulado com uma estratégia de desenvolvimento nacional, com programas estruturantes e sustentáveis de infraestrutura e logística, energia e desenvolvimento rural e urbano, com um forte caráter social e distributivo. Assim como, programas de incentivo ao mercado interno, a produção, ao investimento e ao empreendedorismo.

4. É necessário promover a expansão dos mercados e das relações internacionais, aproveitando o excepcional momento vivido pelo Brasil, para a produção gaúcha nas áreas: industrial, comercial, cultural, educacional, tecnológica, científica e agrícola, em um ambiente de cooperação e integração regional com o Mercosul, América Latina e países emergentes. A atualidade e a urgência da agenda política internacional mostra que é preciso projetar e trabalhar as oportunidades que tem o Estado numa conjuntura na qual o País ocupa o papel de liderança, com outros países, num mundo multipolar. Para tanto, é preciso enfrentar o tema dos créditos tributários relativos às exportações, do incentivo a maior competitividade do setor produtivo gaúcho.

Equilíbrio fiscal com recuperação do investimento e do crescimento

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul teve um descolamento do ritmo de desenvolvimento do Brasil, crescendo abaixo da média nacional. A maior parte do crescimento que registrou foi produzido pelas políticas econômicas,

sociais e de investimento do Governo Federal.

A nossa participação no PIB nacional caiu de 7,1%, em 95, para 6,37%, em 2009. A participação gaúcha no valor adicionado da indústria caiu de 9,3% para 7,1%, a segunda maior perda relativa do País. A variação acumulada do PIB gaúcho teve seu maior índice durante o governo Collares (1991-994), chegando a 23%, frente a 11% do País, e a taxa de crescimento do Rio Grande superou a do Brasil, nas duas últimas décadas, apenas entre 1999 e 2002, período do governo Olívio Dutra. Entre os anos de 2003 e 2006, iniciou-se uma tendência de queda e, atualmente, esta tendência se aprofundou, com crescimento inferior ao da média nacional.

O Estado cada vez investe menos, com graves consequências no médio e longo prazo em termos de crescimento econômico. Em 2008, o investimento total do governo estadual, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), foi de apenas 3,7%, muito baixo se comparado, por exemplo, com os 8,5% de investimento alcançados em 2000 pelo governo Olívio Dutra. O baixo nível de investimento compromete não só os serviços, mas também o nosso futuro.

Precisamos buscar o equilíbrio das contas públicas para recuperar a capacidade de investimento do Estado. O chamado Déficit Zero, do atual governo, na verdade, deve-se ao baixo investimento e o não cumprimento dos mínimos constitucionais, especialmente na Educação e Saúde. Entre 1999 e 2006, o setor público gastou, por exemplo, 32,0% da Receita Líquida de Impostos e Transferências – RLIT com a **Manutenção e o Desenvolvimento do**

Ensino – MDE. Em 2008, este percentual foi de apenas 27,7%. Por isso, entendemos que é preciso recuperar o papel indutor do Estado e suas taxas de crescimento, buscando o equilíbrio fiscal sem comprometer o desenvolvimento e as políticas públicas.

Além disso, prestar um bom serviço ao cidadão é uma meta a ser perseguida. Para o aumento da eficiência da máquina administrativa do Estado e a diminuição do seu custeio é necessário trabalhar simultaneamente: tecnologia e melhoria nos processos.

O atual estágio de desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação permite ao Estado aumentar as receitas próprias via fiscalização ágil, reduzindo a sonegação. Permite, também, melhorar o controle e a transparência, criando mecanismos nos quais a comunidade fiscaliza as ações do Estado e a qualidade do gasto público.

Nosso compromisso é:

- a. Mais recursos para o Estado – a partir de uma nova postura em relação ao governo federal, com maior integração, potencializando os recursos disponibilizados para o Estado pelos programas nacionais e sua ampliação.
- b. Busca de fontes internacionais de financiamento estabelecendo um novo padrão de relações internacionais, aproveitando melhor os diversos organismos mundiais de financiamento de políticas públicas.
- c. Crescer para melhorar a receita e arrecadação, considerando sempre o papel do Estado como indutor e regulador do desenvolvimento.

Desenvolvimento econômico com distribuição de renda

O Estado passou a crescer menos que o resto do país, o que implica em receitas públicas menores. Não é possível separar as condições das finanças públicas do Estado do seu contexto socioeconômico. Os profundos cortes de investimento em saúde e educação, por exemplo, tem comprometido seriamente políticas públicas essenciais para o crescimento do Estado. Estes direitos fundamentais não são supérfluos, mas sim, uma condição necessária ao desenvolvimento econômico.

Os dois últimos governos gaúchos cristalizaram um círculo vicioso na economia. Procurou-se combater o déficit através do corte de gastos públicos, especialmente os sociais, despotencializando a capacidade de crescimento econômico que, por sua vez, diminui o crescimento da receita pública o que leva a novos cortes. O Estado gasta metade da necessidade prevista em ações de saúde. No ensino superior não se aplica nada, no fomento à educação e à pesquisa nada perto do necessário. Na educação, percebe-se uma queda brutal da aplicação de recursos de quase R\$ 2 bilhões nos três últimos anos.

Precisamos desenvolver políticas de retomada do desenvolvimento para os setores produtivos, garantindo apoio do governo estadual, com fomento, linhas de crédito e formas de financiamento para os empreendimentos estabelecidos e para novos investimentos, incentivando as micros, pequenas, médias e grandes empresas, a agricultura familiar, as cooperativas e a economia popular e solidária, articulando a malha e as cadeias produtivas locais – de forma protegida, produtiva e isonômica – com os grandes empreendimentos,

o parque industrial, o agronegócio e os investimentos externos. Assim, consideramos que é preciso:

1. Crescer para melhorar a receita e a arrecadação do Estado pelo crescimento econômico, incentivo à economia regional, aumento do valor agregado e da competitividade dos nossos produtos. Ao mesmo tempo, na dimensão do gasto público não podem ser desconsideradas medidas para sua democratização e controle pela sociedade, que atuam para potencializar a qualidade deste gasto. Propomos a constituição de um círculo virtuoso de desenvolvimento com um forte caráter de inclusão social e combate às desigualdades. No qual o desenvolvimento econômico oferecerá condições para a sustentabilidade das finanças públicas e estas, por sua vez, fortalecerão o processo no longo prazo voltado para a distribuição de renda e a inclusão social, tendo como eixos centrais: a) universalizar e qualificar a educação; b) ampliar a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde; c) qualificar e intensificar as atividades voltadas à Segurança e à Assistência Social; d) recuperar a capacidade de investimento público; e) recuperar a capacidade do Estado de agir no fomento à geração de emprego e renda e f) harmonizar os projetos de desenvolvimento do Estado com os projetos de desenvolvimento do país, apoiando os setores relacionados com o novo ciclo de crescimento do Brasil e os setores voltados ao mercado nacional e internacional; g) aperfeiçoar os instrumentos de cobrança do estoque de créditos tributários inscritos em Dívida

Ativa, importante fonte de recursos para o Estado.

2. Ampliação dos investimentos, com apoio do sistema financeiro estadual (Banrisul, Caixa RS e BRDE), direcionados prioritariamente para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Como sistema financeiro público, no âmbito de um Programa de Governo, o objetivo do Banrisul, da Caixa RS e do BRDE deve ser o de compor, integrar e participar dos fóruns de governo para formulação de políticas públicas de desenvolvimento, cumprindo assim o importante papel de agentes regionais fomentadores do desenvolvimento.

3. Simplificação e redução da carga tributária para as micro e pequenas empresas com redução do ICMS para produtos de consumo popular e setores estratégicos à manutenção e incremento do emprego. Priorização destas nas compras públicas de acordo com a Lei Geral, bem como, tratar das condições gerais dos benefícios do Simples Nacional. Hoje, parte das micros e pequenas empresas pagam maiores alíquotas porque o atual governo do Estado não reconhece um tratamento tributário diferenciado. Redução de ICMS para produtos de consumo popular e setores estratégicos à manutenção e incremento do emprego, como forma de alavancar a produção e a consolidação dos setores envolvidos.

4. Os programas de Incentivos Fiscais e o Novo Fundopem devem se transformar em importantes instrumentos de combate às desigualdades regionais e complementação das cadeias produtivas garantindo um tratamento isonômico na concessão dos incentivos fiscais que promova um desenvolvimento equilibrado, ampliando os incentivos

para as pequenas e médias empresas, sem prejuízo às políticas voltadas aos grandes projetos e dos incentivos já concedidos. A agroindústria, suinocultura, avicultura, cooperativas de leite e embutidos, vitivinicultura, e os setores metalmeccânico e moveleiro, são exemplos de bases produtivas que devem ser contempladas. Garantir um tratamento isonômico na concessão dos incentivos fiscais para promover um desenvolvimento equilibrado que resgate e integre o importante papel das nossas cadeias produtivas locais. No caso do Fundopem, atualmente 92,9% dos incentivos fiscais são destinados às grandes empresas, sendo 6,7% para empresas médias e apenas 0,4% para as pequenas empresas. Precisamos corrigir esta distorção ampliando os incentivos, através de programa estadual, para as pequenas e médias empresas, sem prejuízo às políticas voltadas aos grandes projetos estratégicos para o Estado e dos incentivos já concedidos, combinando ação de desenvolvimento regional e microrregional e relação com os segmentos produtivos regionais.

5. Formatação de programa de acesso ao Seguro Cambial como política de desenvolvimento e proteção dos setores produtivos gaúchos, em especial os pequenos e médios voltados para a exportação, dos efeitos da variação cambial. Está ação prevê a formação de consórcios com cooperativas, associações e produtores em parceria com o Estado e o sistema financeiro estadual e nacional.

6. É necessário proteger o Estado da crise econômica global e promover

programas para o fomento à economia local – O descaso do atual governo estadual em relação ao fomento do crescimento foi mais grave quando, no início de 2009, a crise internacional repercutiu com força sobre a economia brasileira e gaúcha. Os principais efeitos no Estado foram a queda acentuada das exportações, com consequências graves sobre a produção e o emprego. A estratégia adotada resumiu-se ao anúncio de futuros investimentos, que não se efetivaram, e a manutenção do déficit zero. Não houve uma atitude ofensiva e responsável para proteção do emprego e da produção.

7. Estado deve ser **indutor da formação de estruturas produtivas** voltadas para as novas tecnologias. A crise global da economia revela que o período de hegemonia política do capital financeiro sofreu um importante revés. O sistema econômico mundial busca um novo modelo, e a tendência é um modelo produtivo direcionado às novas tecnologias: ciência, informação, produção de alimentos, fontes de energias renováveis em detrimento do modelo tradicional. Ou seja, a produção relacionada à sustentabilidade do planeta, à comunicação, à saúde e a qualidade de vida. Portanto, o Estado precisa ter a capacidade de antecipar um planejamento adequado à esta nova tendência e preparar cadeias produtivas integradas às novas tecnologias. Propomos para isso a criação do **Programa Novas Economias, Novas Oportunidades** desenvolvido através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, na formação de cadeias produtivas voltadas para as novas tecnologias e setores emergentes (audiovisual, publicidade, cinema). O sistema econômico mundial busca um novo modelo, e a tendência é um sistema produtivo dire-

tecnologias: ciência, informação, produção de alimentos, fontes de energias.

8. Criação da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento- AGDI.

A AGDI terá como objetivo promover a execução das Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Regional do Estado do Rio Grande do Sul e integrará o conjunto de políticas para o desenvolvimento a serem propostas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, junto aos setores públicos (municipal, estadual e federal) e privado, com foco nos temas relacionados aos setores estratégicos para economia do Estado. Terá como missão, também, a articulação desta política com as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Produtivo, de Comércio Exterior, de Desenvolvimento Regional e de Ciência e Tecnologia, estruturadas no Governo Lula e que terão sequência no governo Dilma, aproveitando as oportunidades que estes instrumentos abrem para os setores produtivos do Rio Grande do Sul.

A AGDI estará voltada à promoção da competitividade dos principais complexos econômicos gaúchos, sempre com ênfase na criação de emprego e no crescimento da renda, buscando construir no Estado um ambiente adequado ao investimento e que estimule a inserção dos nossos produtos na economia brasileira e internacional.

Buscará viabilizar em conjunto com a Caixa RS, que será fortalecida e regionalizada, Banrisul e agentes financeiros nacionais e multilaterais projetos/linhas de financiamento para

estímulo ao desenvolvimento econômico do RS e será responsável pelo gerenciamento da política de incentivos fiscais do RS. Atuará de forma regionalizada e em parceria com os municípios gaúchos para a criação e execução de projetos, sempre com a participação dos diversos segmentos empresariais, de trabalhadores, COREDES e COMUDES através da criação de conselhos específicos para este fim.

A Política de Desenvolvimento Produtivo do Rio Grande do Sul será alicerçada em 8 macro-programas:

a. Programa Competir: elevar o patamar de competitividade dos complexos produtivos estratégicos ampliando sua inserção nos mercados nacional e internacional.

b. Programa Regionalizar: implementação de projeto de desenvolvimento que vise o crescimento econômico e a redução das desigualdades regionais, tendo como base as potencialidades locais, econômicas e ou institucionais.

c. Programa Exportar-RS: promover o incremento das exportações gaúchas, criando mecanismos que ajudem as empresas a superar barreiras às exportações.

d. Programa Nova Economia Gaúcha: promover o desenvolvimento de novos setores produtivos, estratégicos para o novo ciclo de desenvolvimento da economia brasileira, portadores de conhecimento e sustentáveis.

e. Programa Inovo no RS: estimular, na cadeia produtiva gaúcha a cultura da inovação e construir as condições para que as empresas invistam mais em pesquisas e tecnologia.

f. Programa Investo no RS: estimular investimentos nos setores estratégicos para o desenvolvimento do RS, atraindo novos

projetos e construindo condições para que os grupos empresariais já instalados priorizem o investimento no RS.

g. Programa Municipalizar: visa à melhoria da atividade administrativa desempenhada nos municípios e o aumento da eficiência no atendimento das solicitações que a sociedade necessita para com a gestão pública municipal. Em conjunto com o Gabinete das Cidades, através deste programa a AGDI disponibilizará recursos (operacionais e financeiros) para o desenvolvimento de projetos solicitados pelos municípios e auxiliará no acesso a fontes de financiamento.

h. Programa Alicerce Econômico: programa com foco exclusivo nas micro, pequenas e médias empresas, visando alavancar sua competitividade, facilitar o acesso a crédito e incentivos fiscais, instrumentos de gestão e inovação de produto e processo, mercados interno e externo, constituição de redes, etc.

9. Iniciar o Programa de Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul – ProRedes RS. Este programa será tratado em detalhes como terceiro eixo deste Programa de Governo.

Relações Internacionais que acompanhe as mudanças na geopolítica mundial, focada na integração regional, na cooperação solidária e a ousadia na inserção da nossa economia em novos mercados.

Temos uma posição geográfica privilegiada e estratégica que nos permite ocupar um

espaço político importante no cenário internacional e articular políticas de integração regional efetivas seja do ponto de vista econômico, político, institucional e cultural.

Esta integração regional que tem o Mercosul como centro, através da cooperação solidária entre as zonas e regiões de fronteira e onde o Rio Grande do Sul vem desempenhando um papel importante, agora necessita se expandir a toda América Latina. O continente latino-americano vem se posicionando no mundo de forma soberana, com políticas inovadoras de gestão pública participativa e está reforçando cada vez mais sua política de integração energética, econômica e regional. Este novo cenário da América Latina pode ser a plataforma para uma política de estímulo às relações econômicas e comerciais, de intercâmbio educacional, de solidariedade e de apoio técnico e tecnológico entre os países da região.

No mesmo sentido é necessário acompanhar e apoiar a nova inserção internacional do Brasil no mundo, que vem sendo conquistada pela política externa do Governo Lula, que trabalha pelo multilateralismo, pelo princípio de igualdade e respeito à soberania de todos os países do mundo. Este novo cenário resgata o importante papel dos países do Sul e emergentes no novo contexto internacional, criando alianças solidárias e estratégicas para potencializar a cooperação Sul-Sul com a Índia, a China e a Rússia, além de resgatar as relações históricas com o continente africano e inovar nas relações com o Oriente Médio. Da mesma forma é muito importante acompanhar as relações do nosso país com os Estados Unidos e seus Estados, diagnosticando as

possibilidades de cooperação técnica e econômica com este país e a América do Norte. Por último, além dessas novas relações que o nosso Estado pode vir a estabelecer, temos intenção de repactuar as relações de cooperação com a União Europeia, seus países e suas regiões já que estes são parte da formação histórica do Rio Grande, sendo importante para o nosso Estado reforçar os laços culturais, econômicos e políticos com este continente.

TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE DIALOGANDO E CONSTRUINDO JUNTOS. É ASSIM QUE O RIO GRANDE VAI CRESCER NO RITMO DO BRASIL.

A gestão participativa, o controle público e a transparência das ações e decisões do estado são referências centrais para um projeto democrático e popular. A prática da democracia participativa caminha na direção da democratização do Estado, visando constituir uma nova relação do estado com a sociedade. A constituição de esferas públicas democráticas, dirigidas para a partilha do poder público e para a articulação política, entre a democracia representativa e participativa, é um fator chave para o desenvolvimento econômico e o combate às desigualdades, ao patrimonialista e à corrupção. Assim, as conquistas estão vinculadas não apenas à melhoria imediata das condições de vida, mas também, ao protagonismo da sociedade na esfera pública, que vise à construção de uma nova perspectiva de transformação social. Neste sentido propomos: **CDES RS**

– Para a construção de um processo ativo, participativo e articulado com a sociedade de aceleração do desenvolvimento, propomos a reestruturação do **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul – CDES RS**, nos moldes do Conselho de Desenvolvimento nacional. Este será um espaço de amplo diálogo social, que deverá envolver empresários, trabalhadores, produtores rurais, agricultores familiares, movimentos sociais, universidades, sindicatos e representações da sociedade civil organizada para a formulação de políticas públicas e metas de desenvolvimento do Estado. O objetivo é criar condições políticas para a concertação de um caminho estratégico para o estado em um ambiente de mediação de conflitos e interesses, e de construção de consensos. A exemplo do Conselho de Desenvolvimento criado pelo governo do Presidente Lula, e que explica muito do seu êxito pela capacidade de diálogo social proposto, queremos também que o CDES RS aponte diretrizes de ação programática a respeito dos investimentos públicos em logística, infraestrutura, políticas públicas de educação, saúde, segurança, meio ambiente, geração de emprego e renda, inovação tecnológica e em todas as áreas relacionadas com o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Participação Popular e Redes Sociais: organizar um sistema de participação popular, considerando a experiência do Orçamento Participativo, para a definição de investimentos estratégicos, regionais e microrregionais, com base na participação presencial direta dos cidadãos no seu município e região, mas também na participação digital, integrando no processo

participativo as novas tecnologias para a democracia, colocando as consultas e a própria produção do orçamento na era digital.

Participação Digital: Possibilitar a participação direta e cidadã através das redes sociais, viabilizando não só a informação, o debate e a votação de propostas e demandas, mas também os elementos necessários para a organização de reuniões, fóruns, conferências, plenárias e muitas outras formas de participação presencial. Inovações tecnológicas são importantes aliadas no fortalecimento da democracia participativa. A formação de redes sociais e espaços virtuais de interação são valiosas ferramentas facilitadoras do processo de comunicação, fiscalização e acompanhamento, assim como, da realização de fóruns de debates virtuais e da votação de demandas e propostas no processo de participação popular.

Orçamento Participativo e o Sistema de Participação Popular: a partir de um processo de cogestão entre governo e sociedade, com planejamento participativo e controle social, baseado num sistema de participação popular com Orçamento Participativo, combinado e articulado com as políticas dos conselhos estaduais e municipais de direitos, temáticos e setoriais e dos movimentos sociais. O processo de participação tem como princípios fundamentais a participação direta, voluntária e universal dos cidadãos com caráter deliberativo nas assembleias públicas do OP; autorregulamentação do processo de participação popular pelos próprios participantes que estabeleça as

regras de participação, planejamento, decisão, distribuição de recursos, composição e proporcionalidade na representação de delegados e conselheiros; discussão de todo o orçamento e das políticas públicas; transparência e prestação de contas do Governo sobre tudo que for decidido no OP com publicação de um Plano de Investimentos e Serviços com todas as decisões tomadas; controle da execução orçamentária, fiscalizando as intervenções realizadas pelo Governo e/ou entidades e outras esferas de governo. Assim, nossos compromissos são:

Continuar avançando e inovando na construção e desenvolvimento do Orçamento Participativo e de outros instrumentos e mecanismos de democracia participativa; implementar a participação cidadã num processo de democracia direta, voluntária e universal, nas regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e nos municípios do Estado, nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual da Administração Pública Direta, das Fundações e das Autarquias estaduais; a participação se dará em assembleias públicas nos municípios que compõem cada uma das regiões dos COREDES.

Conferências estaduais, plenárias públicas temáticas, plebiscito e referendos – potencializar e incorporar os vários instrumentos de participação, debate e decisão na busca da permanente qualificação e aperfeiçoamento das políticas públicas, tanto setoriais e temáticas, quanto regionais e municipais. Realizar, em 2013, a Conferência Internacional dos 25 anos de experiência de

participação popular no Rio Grande do Sul, envolvendo a comunidade, pesquisadores, universidades, ONGs, prefeituras, entre outros.

Fórum de Entidades de âmbito estadual: criar um fórum de entidades que componha juntamente com o governo uma comissão de organização, acompanhamento, articulação e mobilização do processo do OP, com representação dos vários segmentos da sociedade.

Conselhos Estaduais: recuperar o papel dos conselhos estaduais – regionais, municipais, temáticos e setoriais – e integrá-los ao Programa de Desenvolvimento Econômico e Social e ao processo democrático de gestão do Estado. Devemos ainda integrar os sistemas de participação e redes sociais aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES) e conselhos temáticos e setoriais (saúde, educação, cultura, e outros) constituindo um processo de integração e mobilização da sociedade gaúcha, valorizando e fortalecendo o trabalho dos conselhos setoriais estaduais, com estímulo à participação da sociedade civil organizada nestes conselhos. Os COREDES são organizados em 28 regiões, articulados através de seu Fórum Estadual e propõem à sociedade gaúcha uma pauta de políticas, programas e ações consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado e de suas regiões. Incorporamos ao nosso Programa de Governo a CARTA DE SÃO BORJA, apresentada em março de 2010, com as metas para o quadriênio de 2011-

2014, que é um conjunto de propostas e de reflexões apresentadas pelos COREDES para a discussão com a sociedade gaúcha e à formulação de programas de governo. A incorporação das propostas é fundamental para a qualificação do nosso programa de governo, pela relevância dos temas elencados, mas também é uma demonstração de integração, diálogo e respeito que desejamos estabelecer com os conselhos regionais.

Gabinete dos Municípios: Espaço administrativo ligado ao gabinete do governador para receber e consultar, de forma permanente, os prefeitos municipais, assim como, as entidades e lideranças políticas de representação municipal visando ao desenvolvimento e ao estímulo dos consórcios públicos e do municipalismo como elemento de vitalização do Estado, promovendo políticas comuns de largo espectro federativo, auxiliando também na elaboração de projetos para a captação de recursos junto ao Governo Federal e outras fontes de financiamento. Através deste Gabinete será possível fortalecer a regionalização e a descentralização da gestão de políticas públicas do Estado.

Gestão e Controle público do Estado com ética, transparência e combate à corrupção.

O aprofundamento da transparência democrática, com o uso das novas tecnologias, com o acesso às informações pela cidadania e a prevenção e o combate à corrupção são fundamentais para a boa gestão do Estado. Recentemente o Estado do Rio Grande do Sul foi surpreendido por uma série de denúncias e suspeitas de corrupção no centro do poder político. Para coibir, prevenir e investigar eventos desta natureza, nosso compromisso é

com o controle público do Estado através do estabelecimento de um novo paradigma ético na relação do poder público com a sociedade gaúcha.

Na busca por soluções, consultamos os órgãos competentes e a população para propor mecanismos mais efetivos de controle público e aprimoramento da fiscalização estatal. Consideramos para elaboração deste programa os documentos e propostas publicamente apresentados à sociedade gaúcha da Associação dos Membros do Ministério Público Estadual, entidades de servidores e da população. Este modelo de colaboração institucional e de controle público e externo, implementaremos em nosso governo. Para tanto propomos:

Constituir ferramentas modernas no ambiente da Administração Pública com o intuito de aproximar o cidadão do Estado. Dentre estes estão o **Conselho de Ética Pública**, que elevará os padrões de comportamento e de aplicação de normas no trato da coisa pública, na aplicação de recursos públicos e gestão dos bens e serviços públicos.

Também fomentaremos a implementação de um **Observatório das Contas Públicas do Estado**, desvinculado do Governo, para que a sociedade utilize instrumentos de transparência da administração dos recursos públicos (receitas e despesas) e que permitam um efetivo controle social dos agentes públicos e o acompanhamento das decisões políticas que afetem os interesses dos administrados, e onde o uso das novas tecnologias de informação, como meio de informação e transparência, disponibilize de forma integral e automática os dados

necessários para acompanhamento pelo observatório.

A instituição de um **Departamento Especializado na Prevenção e Combate à Corrupção** no setor público, com o aporte de funcionários especializados, tecnologia e inteligência.

O departamento deverá funcionar de forma semelhante à Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Corregedoria Geral da União, adaptado a realidade local, um órgão específico responsável pela veiculação de inteligência voltada ao combate a corrupção e as fraudes, e formado pela expertise de servidores oriundos de diferentes áreas, como por exemplo, Auditores, Fiscais, Policiais, Engenheiros e Procuradores, com autoridade, orçamento, estabilidade funcional e base legal suficiente para identificar áreas sensíveis aos problemas. Atuar preventivamente em projetos públicos e sugerir mudanças legais ou administrativas que minimizem as possibilidades de perpetração de ilícitos.

Ampliar o quadro da Contadoria e Auditoria Geral do Estado – CAGE e reforçar a transparência e a impessoalidade nos processos de licitação e terceirização, através do uso mais abrangente do Pregão Eletrônico, da formação de comissões de licitação e do planejamento mais cuidadoso das despesas para tentar prevenir as dispensas de licitações devido às situações emergências. **Reconstituir os presídios**, recompondo a concepção de sanção legal e buscando a não proliferação do sentimento de impunidade, em que hoje, efetivamente, presos estão sendo soltos devido à superlotação do sistema carcerário. Este ponto seria levado aos termos do que é

proposto pelo Pronasci, onde o investimento em presídio resulta em investimento na Segurança Pública.

Uma nova relação com os servidores públicos

Recuperar o diálogo e instituir uma **Comissão Permanente de Negociação** entre governo e servidores públicos, movimentos sindicais e associativos do funcionalismo, para tratar de temas vinculados aos planos de carreira das diversas categorias profissionais, salários, melhoria de condições de trabalho, questões funcionais, previdência, direitos e metas. Estará vinculada diretamente ao gabinete do governador e ao CDES RS. Será um espaço de entendimento, negociação e formulação de propostas. Somos conscientes de que a modernização da gestão pública e do Estado passa pela valorização dos servidores, salários e condições de trabalho, mas também pela busca da eficiência do serviço prestado à população. Temos compromisso com a manutenção da Previdência Pública, o fortalecimento do IPE e a criação de um fundo público de previdência complementar no estado a partir de amplo debate com os servidores e demais poderes.

A relação com os servidores públicos e sua valorização em cada área é também desenvolvida e detalhada nos demais eixos e temas deste Caderno de Propostas.

Por uma Comunicação Pública, Democrática e de Qualidade

A Comunicação Social terá um papel estratégico e formulador da política governamental de comunicação no âmbito

do Poder Executivo. Deverá ser organizada de forma a articular os diversos órgãos com atuação na área e que estão sob a coordenação de outras secretarias e atuará no sentido de: Estabelecer uma política articulada com Governo Federal priorizando o fomento às Políticas Públicas de comunicação.

Garantir uma política de investimento de recursos publicitários buscando assegurar condições isonômicas de destinação das verbas oficiais contemplando os diversos veículos de comunicação de massa, alternativos, comunitários, blogs e sites.

Estabelecer uma política em relação à mídia, buscando a uniformidade de atuação e de tratamento pelo conjunto dos agentes de governo.

Promover a qualificação técnica de seus profissionais e a composição de seus quadros através da realização concursos públicos na área da comunicação social.

Garantir a adoção de critérios para a produção gráfica e eletrônica, que promovam a inclusão dos diferentes setores sociais sem qualquer tipo de discriminação.

Criar o Conselho Estadual de Comunicação Social (CECS) com base no Projeto de Lei da criação do Conselho Municipal de Comunicação de Porto Alegre, elaborado em 2004. O CECS deverá ter caráter independente e ser responsável pela elaboração de ações e diretrizes fundamentais em relação às políticas públicas de comunicação social e inclusão digital do Estado.

PROREDES RS UM PROGRAMA DE TODOS PARA O RIO GRANDE CRESCER NO RITMO DO BRASIL ProRedes RS

O Rio Grande está passando, ao longo dos últimos oito anos, por um período de forte estagnação e perda de espaço econômico, político e social no cenário nacional e internacional, com profundas consequências para o Estado. Esta situação nos revela o quanto é necessário produzir um programa para o Rio Grande crescer no ritmo do Brasil. Estamos propondo o **Programa de Retomada do Desenvolvimento Econômico Social do Rio Grande do Sul - ProRede RS**, para mobilizar a nossa gente em torno de metas claras e objetivas de justiça e inclusão social, crescimento econômico, combate às desigualdades sociais e regionais e recuperação de uma atuação forte e consistente do Estado, frente ao país e ao mundo.

Esse projeto de aceleração do desenvolvimento deve ser sustentável a partir de uma proposta que articule e equilibre as questões econômicas, sociais e ambientais. Mas, sobretudo, deve superar a estagnação e impulsionar nossas forças produtivas a fim de que possam gerar mais e melhores empregos, combater as desigualdades regionais, promover o crescimento do nosso PIB de forma desconcentrada e financiar o Estado para que cumpra o seu papel de suprir as necessidades essenciais do nosso povo, melhorando a sua qualidade de vida e estabelecendo um amplo e abrangente processo de inclusão social e combate à miséria. No **ProRedes RS**, haverá lugar e papel para as grandes, pequenas e médias empresas, para os trabalhadores e trabalhadoras, para os produtores rurais e

agricultura familiar, para as cooperativas e a economia popular solidária.

Ao próximo Governo do Estado caberá a responsabilidade de induzir e regular esse desenvolvimento, criando um ambiente de diálogo e articulação da sociedade; formulando uma política fiscal justa, capaz de estabelecer mecanismos transparentes de desoneração e incentivo das nossas cadeias produtivas estratégicas; implementando as obras de infraestrutura necessárias, estabelecendo as condições para um intenso desenvolvimento tecnológico e impulsionando a industrialização da produção primária. A elaboração de uma proposta de desenvolvimento no ritmo do vigoroso crescimento brasileiro também deverá ter como marca um forte caráter de inclusão social, comprometida fundamentalmente com o combate à miséria e à exclusão, garantindo dignidade humana e qualidade de vida para os gaúchos e gaúchas.

Organização e estrutura do ProRedes RS

O **ProRedes RS** será vinculado diretamente ao Gabinete do Governador e terá como órgão indutor, com o objetivo de definir metas e estabelecer as prioridades de desenvolvimento, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O CDES RS deverá contar para realização deste trabalho, especialmente, com a parceria da nossa UERGS, da UFRGS, das universidades comunitárias, assim como buscar a colaboração de outras entidades, como, por exemplo, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A produção e execução do Programa deverá ser realizada de forma articulada e integrada entre todas as secretarias de Estado, bem

como contar com a contribuição ativa da participação popular, dos Conselhos Estaduais e dos municípios.

Fontes de financiamento

Inicialmente, os recursos previstos para o Programa serão advindos do Governo Federal, disponibilizados aos Estados a partir dos órgãos de financiamentos federais e dos seus diversos programas, como por exemplo o PAC I e II; dos recursos próprios do Estado para investimento; das fontes de financiamentos internacionais (BID, BIRD, Banco Mundial, Fonplata e outros); dos agentes locais de fomento, como o Banrisul, Caixa Estadual e BRDE; e da parceria com a iniciativa privada.

Diretrizes de elaboração

Serão consideradas cinco diretrizes fundamentais: **diagnóstico da situação econômica e social** do Estado, **definição hierárquica de prioridades** para o desenvolvimento, planejamento para sua execução, **metas a serem alcançadas** em médio e longo prazo para o quadriênio 2011-2014 e **previsão de fontes de financiamento** que garantam a realização das ações. O objetivo é propor ações, investimentos e políticas públicas efetivas do Governo Estadual, a partir do diagnóstico e do planejamento, que garantam um salto de qualidade para o Estado e promovam o desenvolvimento acelerado de setores produtivos, científicos e tecnológicos, de regiões e microrregiões, da infraestrutura e logística, da inclusão social e combate à miséria, das áreas rurais e urbanas (luz, água, habitação), dos serviços públicos essenciais (saúde, educação, segurança, transporte), do

saneamento, energia e da sustentabilidade ambiental.

Comitê Gestor ProRedes

Será instituído um comitê de gerenciamento com o objetivo de garantir a transversalidade, a relação integrada e a realização do planejamento das ações das diversas áreas efetivamente em rede. Conectando demandas e necessidades de cada setor, região ou área à um programa global de desenvolvimento. O comitê será formado por todas as esferas de governo integradas no ProRedes RS e as coordenações do CDES, OP, COREDES, Comudes, bem como, o presidente de cada conselho setorial e temático, em um ambiente administrativo de gerenciamento com reuniões periódicas e deliberativas.

Nesse sentido, sugerimos, inicialmente, algumas Redes que consideramos indispensáveis para o desenvolvimento do Estado.

Redes Educação

É responsabilidade do Estado garantir o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para todos. Qualidade social enquanto processo permanente, de formação integral e emancipação; conhecimento enquanto construção da identidade humana e meio de compreensão do mundo, reconhecendo o contexto, as diversidades culturais, sociais e políticas, o respeito às diferenças, o avanço da sustentabilidade ambiental e o exercício da democracia.

A nossa Política Educacional tem como base a **democratização da educação em três dimensões: a democratização da gestão, do acesso à escola e do acesso ao conhecimento com qualidade social.** A democratização da escola deve garantir a todos o acesso e a permanência com aprendizagem,

independente da faixa etária e de sua condição peculiar de desenvolvimento. Onde se aprende a democracia pela vivência da gestão democratizada – do Sistema de Ensino à sala de aula. Onde o acesso ao patrimônio cultural acumulado pela humanidade seja garantido para que, em diálogo com os saberes populares, através da ação-reflexão-ação, numa perspectiva interdisciplinar, possa ser construído o conhecimento significativo, libertador, contextualizado, ferramenta de transformação, de emancipação e de humanização.

No caminho inverso, a herança do atual governo é demonstrativa do desmonte da educação: da afronta à dignidade dos trabalhadores à precarização física da rede de escolas, da redução da qualidade da formação dos estudantes ao esvaziamento da gestão democrática. A falta de professores, o enxugamento do apoio pedagógico, a falta de diálogo, de formação continuada e de investimento, são marcas que precisamos superar para a construção da garantia da qualidade social da educação para todos.

Já os oito anos do Governo Lula, instituíram um novo patamar de acesso e qualidade para a educação com o PROUNI, a ampliação das Escolas Técnicas – IFETs, da Rede Federal de Ensino Superior como o Unipampa, ampliação de investimentos em todos os níveis de ensino com construção do FUNDEB, realização da Primeira Conferência Nacional da Educação, ou seja, tudo isto com democracia.

Eixos prioritários de programa para a educação:

1. Assegurar uma Educação de Qualidade: Mobilizar todos os esforços para que as escolas e espaços educacionais se tornem lugares de organização, construção e difusão da cultura: no campo das ciências, das humanidades, das artes e da tecnologia onde crianças, jovens e adultos aprendem a construir conhecimento. Tal perspectiva deve materializar-se no projeto da escola, por intermédio da clara definição dos fins da educação escolar, da reorganização dos espaços e tempos, da identificação de conceitos relevantes no processo ensino aprendizagem, da avaliação processual e diagnóstica voltada para a correção de dificuldades que impedem uma aprendizagem significativa, da utilização intensa e adequada dos recursos pedagógicos e tecnologias educacionais, do envolvimento da comunidade escolar, do planejamento e gestão coletiva do trabalho pedagógico, da qualidade do ambiente escolar e de suas instalações, e, sobretudo, no investimento na qualificação e valorização do trabalho docente, por meio da garantia de formação inicial e continuada e de salários condizentes com a enorme responsabilidade e desafio de ser professor. Estimular e garantir suporte a promoção de uma profunda Reestruturação Curricular nas escolas, com ampla participação da comunidade escolar e apoio das Instituições de Ensino Superior, visando à garantia do acesso ao conhecimento-aprendizagem para todos os que estão na escola, a partir da realidade contextualizada historicamente; da articulação do saber popular ao saber científico; da superação da fragmentação do currículo através da integração das áreas do conhecimento (interdisciplinaridade); do respeito às questões culturais e sócio-antropológicas; do incentivo à pesquisa da realidade e da dialogicidade, como

método de construção social do conhecimento; repensando a reorganização dos espaços e tempos da escola, as relações de convivência, o planejamento da ação coletiva do trabalho docente; aprofundando os processos de avaliação diagnóstica, sistemática, investigativa e emancipatória, respeitando os tempos e ritmos de aprendizagem dos educandos, diagnosticando avanços e dificuldades, capaz de apontar todas as possibilidades de intervenção, de provocação, de desafio intelectual necessários ao avanço e a construção do conhecimento.

Com as políticas de acesso à escola desenvolvidas pelo governo federal, como o FUNDEB e a instituição do Bolsa Família, a educação pública está vivendo, de fato, a entrada das classes populares na escola. Elas vêm de outro universo cultural diferente da realidade com que a escola tradicionalmente lidou. Aí, na escola padronizada, a diferença cultural é tida como problema de aprendizagem. Além de repensar a escola, através do processo de Reestruturação Curricular, vamos construir em parceria com as universidades a instrumentalização dos trabalhadores em educação através da garantia de espaço de pesquisa, estudo, formação continuada e recursos didático-pedagógicos e tecnológicos que supram suas necessidades.

Promover a participação do Estado nos convênios com o governo federal que dão acesso aos cursos de graduação e especialização aos professores das redes públicas, bem como para a formação continuada, através da Plataforma Paulo

Freire –Programa Nacional de Formação de Professores.

Buscar, em colaboração com os municípios, a universalização do ensino fundamental através de sua qualificação pedagógica e da articulação de ações com outras políticas públicas, bem como criar o Pacto pela Educação Infantil consolidando políticas, diretrizes e ações destinadas à ampliação do acesso e qualificação deste nível de ensino no Estado.

Promover a Inclusão Escolar com responsabilidade, considerando os diversos espaços como parte do processo inclusivo, respeitando o direito do aluno e da família, promovendo o aprofundamento do debate, da formação, dos apoios pedagógicos e de recursos humanos, das tecnologias, da acessibilidade e da inclusão em todas as instâncias da sociedade. Retomar o MOVA-RS, buscando a superação do anal- fabetismo, numa perspectiva de educação popular.

Apoiar a iniciativa de projetos de educação não formal, fundamentados na Educação Popular e voltados ao atendimento de populações em vulnerabilidade social, bem como a formação dos educadores populares. Desenvolver ações educativas na rede de ensino estadual sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualificar e ampliar a implantação do Pró Jovem pela Secretaria Estadual de Educação de forma articulada com o protagonismo da juventude. Implementar oficinas de hip hop e oficinas de Cultura Popular, como teatro, dança e música na rede pública estadual de ensino.

Utilizar a Educação à Distância (EAD), em parceria com o governo federal, como alternativa complementar a educação presencial no desenvolvimento de

competências, habilidades e conteúdos, e como instrumento de ampliação à Informação, capacitação e educação no Estado.

Implementar progressivamente projetos de tempo integral, integrados ao currículo escolar, que valorizem todas as dimensões dos seres humanos, tanto no espaço escolar quanto em parceria com os espaços comunitários, buscando uma educação integrada ao contexto social do bairro e da cidade.

A partir do projeto de desenvolvimento que respeite a identidade e a cultura dos povos, possibilitar a constituição de Programas Alternativos para atender as populações indígenas, afrodescendentes, comunidades quilombolas, acampados e assentados rurais e urbanos, agricultores familiares e outras demandas de grupos sociais.

2. Democratização da Educação para construção da Qualidade na Educação Básica:

Criar a Conferência Estadual de Educação – CONAE/RS – ela terá o papel de desencadear o Planejamento Participativo com a construção coletiva do Plano Estadual de Educação, desenvolvendo um amplo processo de discussão, envolvendo as comunidades escolares, o conjunto de organizações da sociedade ligadas a educação, sindicatos, associações, conselhos, secretarias municipais de educação, universidades e o Conselho de Desenvolvimento Social do nosso Governo, garantindo o protagonismo dos professores.

Garantir a eleição direta por chapa de diretores e vice-diretores, interligada ao projeto político-pedagógico-administrativo

e cultural da escola, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Contribuir para o fortalecimento dos Conselhos de Escola por meio de processos de formação de Conselheiros.

Investir, em regime de colaboração com União e Municípios, no transporte escolar dos estudantes – ampliando, com critérios de distância e de renda das famílias, para o Ensino Médio nos Centros Urbanos; incluir atividades de prevenção à saúde, em interação com outras secretarias de governo; implementar uma política pública de alimentação escolar qualificada, priorizando uma alimentação balanceada e o consumo de produtos agroecológicos locais. Defender o repasse 50% dos royalties do Pré-sal para a educação.

3. A valorização dos trabalhadores em educação e relação de respeito e diálogo com o CPERS- Sindicato:

Para promover essa escola de qualidade social é necessária uma política de valorização profissional dos trabalhadores em educação, estamos empenhados em garantir a melhoria e modernização das condições de trabalho. Reconhecemos o Piso Nacional Profissional do magistério como vencimento básico da carreira, e assumimos o compromisso de criar as condições financeiras necessárias para o pagamento do mesmo.

Implementar a formação continuada e em serviço, financiadas pela mantenedora e em cooperação com universidades; intercâmbio e troca de experiências nacionais e internacionais, mantendo o professor atualizado na área da educação e promovendo a recuperação dos professores enquanto produtores de conhecimento e promotores

culturais pelo apoio à produção coletiva de materiais pedagógicos.

Realizar a qualificação do quadro de trabalhadores em educação através da seleção e admissão por Concurso Público, substituindo gradativamente os contratos temporários e respeitado o Plano de Carreira e os seus direitos – orientada por políticas afirmativas para a composição dos quadros e direcionada para a comunidade indígena, negros, pessoas deficientes.

Manter uma política de diálogo e respeito à categoria, através de uma relação aberta e construtiva com o CPERS-Sindicato. Exemplo dito será a imediata liberação dos dirigentes sindicais regionais.

4. A qualificação dos espaços físicos, segurança nas escolas e criação de políticas que valorizem o esporte:

Resgatar a escola enquanto espaço de aprendizagem, ciência e cultura, de convivência respeitosa entre os diferentes atores que fazem a educação. E neste sentido, a construção participativa de políticas e programas de enfrentamento à drogadição e violência nas escolas. Estimular o esporte como prática de integração e desenvolvimento físico pleno e saudável através da implementação de programas esportivos diversificados, dentre eles a construção de quadras poliesportivas cobertas, investimento em equipamentos, formação dos professores e a criação das Olimpíadas Estaduais, propiciando ao aluno o contato e a vivência com diversas modalidades esportivas, ampliando suas possibilidades de desenvolvimento e identificação.

Promover a recuperação física das escolas viabilizando a construção, restauração e reforma dos prédios escolares, abolindo totalmente as escolas de lata.

Garantir o pleno funcionamento dos laboratórios de ciências físicas, biológicas e de informática, espaços pedagógicos importantes para a formação e preparação dos estudantes. Readequar o repasse trimestral de recursos às necessidades das escolas a partir do diálogo com as comunidades escolares.

5. O acesso da comunidade escolar à tecnologia e à cultura:

A garantia e qualificação da informatização da escola com acesso a todos os seguimentos da comunidade escolar, com a devida capacitação de gestores e educadores para utilização das novas tecnologias.

A implantação de um projeto que possibilite a cada professor ter seu computador, criando condições para o incremento de seu papel de educador pesquisador e facilitando a troca de experiências docentes.

Criar espaços de multimídia nas escolas estaduais, com recursos tecnológicos e em parceria com o governo federal.

O investimento na escola pública enquanto referência cultural e de espaço comunitário, que acolhe e integra as manifestações da comunidade aos processos educacionais.

6. Acesso, suporte à permanência e qualificação do Ensino Médio e Profissional:

Nenhum Jovem sem Escola: Buscar a universalização do Ensino Médio através de um conjunto de ações que passam pelo investimento na qualificação curricular, em tecnologia e inovação, na aproximação com o mundo do trabalho e na formação permanente dos professores. Para isso, construiremos políticas de suporte ao acesso e permanência

com sucesso, como o transporte escolar - ampliando para os centros urbanos - a Bolsa Juventude e os estágios que complementem a formação e subsidiem a sustentação do jovem na escola.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) abrange a formação inicial e continuada ou qualificação profissional; a Educação Profissional Técnica de nível médio e a de Educação Profissional Tecnológica de graduação e pós-graduação). Partindo desta compreensão e amplitude, o Governo Tarso desenvolverá uma forte Política Pública de Estado de Educação Profissional, em conjunto com a sociedade, articulada com as Políticas de Desenvolvimento, Educação Básica e Superior, Trabalho e Renda, Ciência e tecnologia, Agricultura e Inclusão Social.

• Buscar a ampliação e qualificação do ensino profissional, bem como sua integração com o médio, nas regiões urbanas e rurais, com medidas para garantir a permanência e conclusão com sucesso dos jovens. Para tanto, construiremos uma efetiva articulação da rede estadual com as redes federal e municipal, escolas comunitárias e Sistema S, constituindo um Fórum Estadual de Educação Profissional. Investir na formação e na permanência dos professores do ensino técnico nas escolas e na recuperação de laboratórios e equipamentos e na articulação dos cursos com os arranjos produtivos locais e regionais, com a sustentabilidade e com a inclusão social. E, quando esta for uma alternativa, disponibilizar cursos de Educação à Distância. Fortaleceremos a educação agrícola e do campo, articulando

com as políticas de agricultura familiar e com os assentamentos da reforma agrária.

Essas medidas visam garantir de uma formação geral sólida e uma educação tecnológica no ensino médio, como base para a inserção crítica dos educandos no mundo do trabalho e para a construção de uma cidadania ativa, voltada para a transformação social e materialização de um projeto de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

7. O resgate, revitalização e consolidação da UERG:

O resgate e reconstrução da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), garantindo gestão democrática e participativa, reconhecimento de todos os atos eletivos de seus gestores em todos os níveis, estrutura, condições de funcionamento adequado aos cursos existentes e qualificação dos cursos demandados pela comunidade regional no Estado. Resgatar o papel da UERGS de promotora de formação de licenciandos conforme as carências regionais e propor que a UERGS se credencie como instituição formadora de quadros para a administração pública. vincular a UERGS novamente à área da educação. Respeitar e construir a autonomia administrativa e financeira da UERGS. Dotar a universidade de orçamento próprio, mediante Projeto de Lei que garanta um percentual fixo de recursos vinculados ao orçamento do Estado. Ampliar e transformar a UERGS em Instituição Universitária Referência na pesquisa, extensão e construção de conhecimentos articulada com as comunidades e vocações regionais, valorizando sua importância para o desenvolvimento econômico, social, cultural e

ambientalmente sustentável da sociedade e do Estado gaúcho.

Apoiar o resgate dos cursos de pedagogia da UERGS, voltando a Universidade para a formação de professores das redes públicas e comunitárias, em nível de formação inicial, continuada e pós-graduação, estabelecendo parcerias com as Universidades Comunitárias, Públicas e os Institutos Federais.

Zelar pelo cumprimento pleno dos dispositivos legais estabelecidos na Lei de Criação, Estatuto e Lei de Cargos e Salários; a garantia, de forma permanente, do quadro legal previsto de técnicos e docentes, mediante concurso público, e eventual ampliação conforme definição do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

8. A criação do PROUNI/RS:

Constituir no Estado um pacto de colaboração horizontal entre as instituições de Ensino Superior pela qualidade, ampliação do acesso, pesquisa e formação de professores, onde a UERGS terá um papel estratégico.

Criar o programa de suporte aos estudantes universitários, garantindo condições aos jovens de famílias de baixa renda acesso ao ensino superior, de forma articulada com o sistema federal e instituições comunitárias. Estabelecer políticas de transporte, estágios, casas de estudante e criar a Bolsa Juventude, com a finalidade de viabilizar ao jovem carente a permanência e a conclusão do ensino médio e o acesso ao ensino superior.

Redes Segurança Pública

É importante destacar que o aumento da insegurança pública verificada nos últimos

anos no Estado tem afetado diretamente não só a vida da população gaúcha, mas também tem fortes efeitos negativos no desenvolvimento econômico, sobretudo, na atração de novos investimentos, ou mesmo, na permanência de empreendimentos no Estado. Este é um tema central para a economia do Estado, pois não há desenvolvimento econômico sem segurança pública, que cada vez mais é considerada um dos fatores determinantes para os investimentos. Por isso, na área da segurança é preciso uma ação rápida do poder público estadual para oferecer respostas satisfatórias à sociedade. É necessário recuperar os efetivos dos servidores da segurança pública, agentes penitenciários, peritos, bombeiros e seus equipamentos, qualificar e reestruturar o sistema prisional, diante do colapso de vagas e da superlotação e, ainda, buscar um piso salarial mínimo para os policiais, como está sendo defendido pelo Ministério da Justiça.

Buscar a igualdade de oportunidades para as mulheres policiais na gestão da Segurança Pública, bem como garantir o acesso de seus filhos à creches.

A proposta de segurança pública prevê a criação do **Programa Rio Grande Território da Paz** que buscará implementar plenamente o Pronasí nacional no Estado e a estruturação do **Pronasí RS**, um programa gaúcho de segurança com cidadania que irá instalar as **Áreas Integradas de Segurança Pública e os Territórios da Paz** em todas as regiões do Estado em parceria com municípios. Enfrentará o tema da segurança pública no Estado, a partir da combinação de políticas preventivas, inteligência policial e reforço qualificado da estrutura preventiva e ostensiva do Estado. Integrando a ação do Estado em segurança com os poderes públicos

municipais. Este reforço deve priorizar a valorização profissional dos operadores da segurança pública.

Conjugar o trabalho das polícias estaduais com a Polícia Federal, no combate à corrupção, ao contrabando, ao abigeato e outros crimes federais que afetam o Estado. Formar áreas integradas de segurança pública, de observatórios regionais sobre segurança pública, em parceria com as Universidades Públicas e Privadas, de modo a definir políticas públicas de segurança com base em sistemas de informação e pesquisas científicas. Nosso Estado necessita **desenvolver uma nova cultura política acerca da segurança**, orientada pela prevenção e pela repressão eficiente e qualificada do crime e das violências, em especial, do crime organizado; pela incorporação da participação social, lutando contra todas as formas de discriminação, inclusive as raciais, incorporando o planejamento como tecnologia social de governabilidade e assumindo a segurança como direito fundamental na sociedade brasileira.

Qualificar as informações fornecidas pelo Instituto Geral de Perícias (IGP) e que são direcionadas aos órgãos policiais e para o Ministério Público, descentralizando a prestação desse serviço no Estado.

O **Corpo de Bombeiros** do Rio Grande do Sul terá estrutura própria e será revitalizado e modernizado. Conjuntamente, vamos garantir maiores investimentos na formação e na especialização do trabalho dos bombeiros, bem como, em seus equipamentos e condições de trabalho.

Por meio dos **Gabinetes de Gestão Integrada dos Municípios**, vamos qualificar as ações de defesa civil com a realização de Planos Municipais de contingenciamento para os principais eventos conhecidos da natureza em cada região, atuando preventivamente, com a realização dos planos de apoio mútuo nas empresas e diretamente nas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Criar **observatórios da violência e criminalidade** e serão implementadas **Áreas Integradas de Segurança Pública**.

Para a repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas torna-se fundamental intensificar a repressão e a vigilância, especialmente nas fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados e reforçando a cooperação internacional com os países vizinhos.

A “**epidemia do crack**” tem atingido de forma vertiginosa as pessoas das mais diversas faixas etárias, econômicas e sociais. Entendemos que o problema do usuário de drogas é um problema de Saúde Pública e não apenas de Segurança Pública. Criaremos uma rede transversal, capacitando e envolvendo os profissionais da educação, saúde, assistência social e segurança, a fim de identificar, em especial, crianças e adolescente.

O **sistema prisional** representa uns dos maiores problemas na área da Segurança Pública do Estado. O sistema prisional gaúcho deverá ser uma prioridade para o Governo, e seus problemas enfrentados a partir da construção de ações efetivas a fim de evitar a interdição das casas prisionais no Estado e buscando alternativas para solução do

problema da superlotação e do controle estatal sobre os presídios. O Conselho Estadual Penitenciário será reestruturado, vitalizado e ampliado.

O desenvolvimento de **programas de geração de renda para apenados e egressos do sistema carcerário**, por meio de cooperativas de economia popular e solidária, ou o associativismo. O tratamento dos presos será diferenciado conforme a gravidade dos delitos, reforçando os **programas de reinclusão social com ênfase no trabalho e ensino**, além das políticas de atendimento aos egressos do sistema. Será expandido o sistema prisional orientado pelo princípio da reabilitação dos apenados, prevenindo a reincidência.

Será realizado o debate com o Poder Judiciário sobre a **aplicação de penas alternativas**, de programas de justiça comunitária e de justiça restaurativa, bem como a consolidação do monitoramento eletrônico, com fortalecimento do sistema do trabalho assistencial necessário a ser prestado aos presos, em especial, no regime semiaberto e aberto.

Devemos **alterar a forma de funcionamento do Manicômio Judiciário, IPF**, com políticas públicas que integrem ações para efetivação do conjunto de medidas de segurança articuladas com a Saúde Mental obedecendo aos Princípios e as Diretrizes do SUS e cumprimento da Lei 10216 – 2001 – Reforma Psiquiátrica Brasileira que busca a desinstitucionalização.

Realizar políticas de **valorização profissional do trabalhador em segurança pública** com recomposição

salarial. Promover a instituição de **Bolsa Complementar de Formação** de modo a buscar a qualificação profissional dos servidores da Segurança Pública.

Investir na **modernização tecnológica** das instituições e de suas práticas (perícia, investigação e policiamento ostensivo) com qualificação técnica e integração das ações. É necessário **reformular a Gestão da Segurança Pública**, com a aplicação efetiva do planejamento, na montagem de um Sistema de Informações confiável e capaz de fornecer aos Gestores Públicos e às Polícias um conjunto de estatísticas criminais georreferenciadas, propiciando à expansão de uma Polícia Inteligente e forte, orientada para a cidadania.

Fomento à implementação e qualificação dos **Conselhos Municipais de Justiça e Segurança** e a **reestruturação do Conselho Estadual de Segurança Pública** para que tenham caráter deliberativo. valorizar as **Corregedorias das Instituições do Sistema de Segurança Pública**. Também será realizada a articulação, integração e disseminação de informações, de serviços de inteligência policial e/ou penitenciária nos quais os padrões técnicos de policiamento ganham relevância e significam mais eficiência e eficácia na desarticulação do crime organizado e na redução das práticas de violências.

O quadro efetivo da Brigada Militar, assim como, do **quadro de servidores da segurança pública**, será preenchidos, de forma programada, **por concurso público**. O Estado ampliará os cursos da **RENAESP – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública**, com a formação integrada dos profissionais, e incentivar os

convênios entre universidades e as instituições de ensino policial.

Será construído um **projeto de saúde mental**, de acordo com a Portaria 17777 – Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, resgatando o papel da equipe técnica do Sistema Prisional do Rio Grande do Sul, composta por odontólogos, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, enfermeiros e médicos.

Ampliar o debate e a participação democrática da sociedade no tema da segurança através da realização de **Conferências Estaduais sobre Segurança Pública** com a participação dos trabalhadores, gestores e da comunidade, como forma de aprimorar e qualificar a política pública de segurança. Também serão constituídos **Fóruns Regionais de Segurança Pública**, os quais irão dialogar com as regiões por meio dos COREDES e das associações representativas dos municípios. O governo do Estado desenvolverá uma política habitacional para os servidores da área da segurança pública, por meio do BANRISUL, em parceria com a CEF. Desenvolvimento de programas de saúde mental e do trauma físico direcionado para os servidores ativos da segurança pública.

Redes Atenção à Saúde

A redução drástica dos recursos orçamentários para a saúde, a má qualidade no atendimento e acesso aos serviços, a falta de condições de trabalho dos profissionais de saúde, o retorno dos surtos de doenças como a dengue e a febre amarela, a falta de medicamentos especiais, tudo isso preocupa profundamente e atinge diretamente a população gaúcha. Em 2009,

os recursos destinados a investimentos em saúde no RS representaram apenas 4% da receita corrente líquida do Estado. Portanto, diante dessa situação, é preciso afirmar o nosso compromisso com Sistema Único de Saúde – SUS, universal, gratuito e de qualidade, com a recuperação do mínimo constitucional orçamentário de 12% em saúde e com o estabelecimento de metas anuais de recuperação e cumprimento da EC-29/2000, reafirmando o acesso universal, gratuito e igualitário dos cidadãos ao SUS, revitalizando a municipalização e o controle social. Devemos ainda potencializar a relação com o Governo Federal nos serviços de atenção à saúde e nos diversos programas federais de investimento em infraestrutura e atendimento, como por exemplo, o Qualisus, a Saúde da Família, o SAMU, Brasil Sorridente, articulando-os com os futuros programas estaduais de qualificação da saúde pública. O desafio para o Rio Grande é fazer o SUS avançar, operando em rede solidária com as demais políticas governamentais e comprometer-se com a qualidade de vida das pessoas. Uma nova cultura de saúde e um novo patamar de articulação do Estado: esse é o desafio que devemos assumir com a sociedade gaúcha e brasileira.

Para responder a esse desafio, o governo precisa reconhecer que a saúde move um grande complexo produtivo, responsável por quase 10% do PIB, gerando emprego e renda em diversas áreas e sendo potencialmente um gerador de desenvolvimento regional. Além de serviços de assistência à saúde, cabe à ação governamental na área a regulação de todas as ações e serviços de saúde, a vigilância aos fatores de riscos à saúde e agravos, a vigilância ao meio ambiente e ao

ambiente de trabalho, assim como, a articulação com outras áreas de políticas públicas para a promoção da vida saudável. A partir de uma visão geral dos problemas e do papel da saúde como política pública e dever do Estado em promovê-la, apresentamos **13 pontos de fundamental importância para qualificação da saúde pública e universal no Rio Grande**, que atenda ao conjunto das necessidades da população gaúcha. Para esta elaboração apresentamos três diretrizes que alicerçam uma gestão responsável na saúde e que buscam ressignificar o Sistema Único da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

Financiamento – buscar o cumprimento do que estabelece a Constituição Federal 12% do Orçamento do Estado para a Saúde – com compromisso sobre a aplicação da recomposição orçamentária na área da saúde. Estabelecer um debate republicano com a sociedade e governos sobre flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal para a área de saúde.

Gestão Democrática – com efetivo fortalecimento do Controle Social, a partir da atuação do Conselho Estadual de Saúde e das instâncias do Controle Social do RS (Conselhos Municipais e Conselhos Regionais de Saúde, Plenária de Conselhos, Conferências de Saúde, entre outros). Participação e valorização dos trabalhadores na gestão.

Rede Estadual de Serviços de Saúde – Enfrentamento dos vazios assistenciais do Estado a partir da Atenção Básica resolutive e de fácil acesso, estruturando os serviços de saúde especializados, de forma regionalizada, diminuindo “superlotação

nas emergências”, pelas “filas para acesso às especialidades”, com infraestrutura e capacitação técnico/gestencial para a gestão integrada de todas as áreas da saúde e estas, integrada às demais redes de serviços do Estado (saúde, educação, segurança, meio ambiente, assistência social, entre outras), e a serviço dos municípios. Uma das propostas é a criação do **Pacto Gaúcho pela Saúde**, inspirado no Pacto Nacional criado no Governo Lula, entre municípios, gestores, trabalhadores e usuários da saúde para promover ações de parcerias, repasse e contrapartida de recursos e financiamento do sistema, buscando o **cumprimento dos 12%** constitucionais destinados à saúde. O Pacto buscará constituir Redes Solidárias e Resolutivas que inclui o Pacto pela vida, voltado para a melhoria das condições de saúde da população, o Pacto em Defesa do SUS, voltado para a defesa dos princípios fundamentais registrados na Constituição, e o Pacto de Gestão, voltado para melhorias na gestão, com a implantação de uma cultura de resultado nos serviços do SUS. Buscará ainda, junto com os municípios, soluções para a situação de precariedade nas relações de trabalho no PSF, em especial dos agentes comunitários de saúde, no que se refere à contratação, padrão salarial, repasses do incentivo anual, formação e qualificação permanente em parceria com o Governo Federal. Outra proposta é a criação do **Programa Aqui tem Saúde** que prevê a criação, ampliação e qualificação dos **hospitais regionais** para média e alta complexidade. Regionalização da saúde com implantação das **UPAs** para atendimento de média complexidade, ampliação dos **PSFs** em parceria com municípios para atenção básica.

Treze Pontos para a Saúde Pública que consideramos fundamentais para a recuperação e qualificação dos serviços no Estado:

1. Ênfase na Atenção Básica: articular a ampliação da atual cobertura em Saúde da Família, com equipes completas de Saúde da Família, buscando atingir as metas do Ministério da Saúde; flexibilizar a organização programática da Estratégia de Saúde da Família com base nas realidades locoregionais, garantindo os aspectos vinculados à qualidade e à resolubilidade do cuidado em saúde; ampliar as equipes de saúde bucal e os Centros Especializados de Odontologia; implantar Clínicas de Atenção Integral ao idoso, à criança, aos homens e mulheres, adolescentes e adultos, com ações de promoção, proteção, cura e reabilitação, articuladas em rede com os demais serviços; informatizar as unidades básicas de saúde (UBS) e integrá-las em rede de informação e comunicação, possibilitando o agendamento por telefone e internet do atendimento na rede especializada, Clínicas de Atenção Integral à Saúde da Família e ambulatorios; implantar pontos de coleta de exames laboratoriais nas unidades de atenção básica; implantar academias da saúde e outras ações de promoção; qualificação no Estado para saúde da família, como estratégia permanente e solidária da união, do Estado e dos municípios que garanta fixação dos profissionais, mobilidade, formação e educação permanente (como funciona a justiça e garante que todos os lugares tenham profissionais); oferecer residência e/ou especialização em saúde

da família para os profissionais (médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, odontólogos, educadores físicos, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e outros) que atuam nas equipes nos municípios com descentralização da formação.

2. Política de Vigilância em Saúde:

rearticular e organizar as estruturas e instrumentos de Estado para que, por meio de ação multidisciplinar e intersetorial, e através de um plano estadual permanente de objetivos e metas, se fortalece e se aumente a capacidade de enfrentamento e de resposta às doenças emergentes e endemias, com ênfase na AIDS, dengue, hanseníase, tuberculose, leptospirose, influenza e febre amarela entre outras. Estimular a produção de conhecimento em vigilância em saúde, buscando integrá-la à política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Fortalecer o processo de descentralização das ações de vigilância (epidemiologia, vigilância sanitária, vigilância ambiental e vigilância em saúde do trabalhador) de forma integrada para uma política em saúde mais efetiva.

Enfrentamento aos principais problemas de saúde da população e as filas de espera: além de reorganizar e ampliar a oferta de ações e serviços de saúde, qualificar a atenção em direção à integralidade do cuidado e melhorar a efetividade social dos serviços ambulatoriais e hospitalares através de redesenho de processo e da hierarquização, integração e regulação dos atendimentos de urgências e emergências dos hospitais gaúchos.

A organização de redes solidárias e resolutivas de serviços e a articulação com outros setores e com as redes populares de

atenção à saúde serão feitas de forma concomitante à qualificação das práticas, avançando na gestão do cuidado e enfrentando os principais problemas de saúde da população e as filas. Serão implantadas linhas de cuidado para as pessoas com as principais necessidades de saúde, como problemas do coração e circulatórios, trauma e vítimas de violência, idosos, portadores de câncer, pré-natal e nascimento, mulheres, saúde do homem e crianças, portadores de doenças crônicas, de sofrimento psíquico, entre outras; combate à AIDs/DSTs e controle da disseminação do vírus HIV garantindo a distribuição de preservativos e medicamentos antirretrovirais para todos os hospitais e portadores de HIV, o controle da Transmissão vertical (mãe/bebê), aprimorando o pré-natal nos municípios, e realizar campanhas de conscientização e informação DSTs/AIDs; incentivar a implantação da Internação Domiciliar, especialmente para pessoas idosas, diminuindo a média de permanência nas internações hospitalares e propiciando maior rapidez na disponibilidade de leitos para o atendimento aos casos de maior gravidade.

4. Saúde da Mulher e da Criança: com políticas para redução da mortalidade materna e infantil garantindo pré-natal de qualidade, referência hospitalar para as gestantes, qualificando os serviços de referência para gestação de alto risco, incluindo as mulheres nos programas de saúde existentes na rede SUS, viabilizando em todos os Municípios exames para detecção e prevenção do câncer de mama e do colo do útero e

combater à mortalidade infantil melhorando a cobertura vacinal, a segurança alimentar e incentivando o aleitamento materno.

5. Saúde Mental: observar os princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica, do SUS, da Política Nacional de Humanização e da Redução de Danos nos serviços e nos processos seletivos dos profissionais de saúde mental. Reorganização da rede de atenção integral à saúde mental de forma que os CAPS sejam efetivamente acessados por pessoas com transtornos, priorizando também o apoio matricial para atenção básica; criação e regulamentação do agente redutor de danos integrando sua participação aos diferentes serviços de saúde pública, especialmente nos CAPS AD (álcool e drogas) e promover a ampliação dos serviços de saúde mental nos municípios; sistema de informações informatizado integrado e transversal com o sistema de saúde para subsidiar o monitoramento da rede de saúde mental; garantir as conquistas obtidas com a reforma psiquiátrica, em especial a desinstitucionalização e a inclusão social. Desenvolver uma política especial e ampla para tratamento das pessoas com transtornos derivados do uso de substâncias psicoativas, em especial para os dependentes do crack, álcool e outras drogas, incorporando diversas modalidades de acompanhamento dos usuários, suas famílias, pessoas em situação de rua, risco e vulnerabilidade social.

6. Medicamentos e assistência farmacêutica: dentro da política de aumento dos investimentos em saúde, o Estado deverá repassar recursos fundo à fundo para os municípios, para implantação, adequação e qualificação das farmácias públicas garantindo os medicamentos básicos

para a população; investir no laboratório estadual de produção de medicamentos, hoje dentro da FEPPS; investir em pesquisa e produção de insumos na área farmacêutica e apoiar à organização e produção de fitoterápicos, considerando as experiências e conhecimentos já existentes e acolhimento às experiências populares, incentivara a ampliação do programa federal Farmácia Popular.

7. Regionalização da saúde: Revisar o Plano Estadual de Regionalização, fortalecendo a estrutura físico-financeira das Regionais e Macrorregionais, valores e estratégias de regulação da atenção ambulatorial regionalizada, ampliando a equidade e ajustando a oferta às necessidades de saúde identificadas por indicadores epidemiológicos, demográficos e de demanda. Garantir que o cidadão ao ingressar em um serviço de saúde do Estado ou do SUS, tenha acesso aos níveis necessários para a solução do seu problema de saúde, sem necessitar regressar a novas filas para marcação de consultas e exames, a partir de um processo de organização, planejamento e informatização plena do sistema no Estado, implementar o prontuário eletrônico na rede com a disponibilização para as Unidades Básicas de Saúde, implantar um sistema estadual de regulação, controle e monitoramento, eficiente e qualificado; regionalizar o atendimento às urgências e emergências com implantação e ampliação do programa federal de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e reorganização e ampliação da cobertura do SAMU no território gaúcho; implantar nos ambulatorios especializados e hospitais

regionais e macrorregionais serviços de matriciamento para os profissionais da atenção básica através da tele-saúde e outros; criar as centrais de interpretação dos exames de imagem – as pessoas fazem os exames o mais próximo da sua casa e os profissionais recebem as imagens para análise centralizadamente nas sedes das macrorregiões e encaminham o resultado pela internet; fomentar a implantação em todas as macrorregiões de serviços ambulatoriais e hospitalares públicos de referência para a região; ampliar os investimentos na rede hospitalar pública; qualificar as parcerias com os hospitais filantrópicos e os demais hospitais privados contratados pelo SUS. O Estado, os municípios, hospitais e outros serviços devem promover conjuntamente a implantação de uma rede informatizada que facilite a atenção ao usuário e a gestão integrada e regionalizada de todas as áreas da saúde.

8. Gestão democrática, participativa, regionalizada e com controle social: reestruturação das Coordenadorias Regionais de Saúde, como suporte técnico e político; garantir que os investimentos em saúde e definição de políticas sejam discutidos e aprovados nas instâncias de controle social do SUS; estímulo à intersetorialidade na saúde através de um plano de metas a ser traçado em conjunto com os profissionais em saúde, sociedade civil e governo federal, participação ativa do Estado no Conselho Estadual de Saúde, respeitando e implementando suas deliberações. Apoiar o processo de formação dos conselheiros de saúde. Apoiar os conselhos de saúde, conferências e os movimentos sociais que atuam no campo da saúde, reconhecendo o

seu papel no SUS. Criar a Ouvidoria Geral Estadual do SUS com autonomia e estimular a criação de ouvidorias municipais, com vistas ao fortalecimento da escuta do cidadão e do trabalhador e de instrumento de avaliação da qualidade da gestão e dos serviços de saúde. Apoiar o processo de mobilização social e institucional em defesa do SUS e discussão do PACTO DA SAÚDE. Apoiar os processos de educação popular na Saúde, para ampliar e qualificar a participação social no SUS.

9. Política de Saúde do Trabalhador: reorganizar os Cerests (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), para que estes desempenhem o papel fundamental de prevenção de doenças e acidentes do trabalho, comprometendo os municípios para o desenvolvimento de políticas que melhorem as condições de trabalho do trabalhador urbano e rural.

10. Gestão do Trabalho e Educação em Saúde: valorização dos Trabalhadores da Saúde com a realização de concursos públicos, formulação de plano de carreira, planejamento e metas em saúde, incentivos para a qualificação técnica, formulados a partir da discussão entre Estado, municípios, conselhos profissionais, trabalhadores da saúde e representações dos usuários, que vise a garantir maior profissionalização e qualificação do servidor e do próprio serviço público de saúde; implantar a Política do SUS de Educação Permanente em Saúde aprovada pelas duas últimas Conferências Nacionais de Saúde, que considera a articulação entre o trabalho em saúde e a educação como capaz de produzir

conhecimentos válidos para a qualificação das práticas no interior do sistema de saúde. Fortalecimento e reestruturação da Escola de Saúde Pública do RS, como polo de formação de trabalhadores do e para o SUS.

11. Raça, etnia, gênero, acessibilidade e mobilidade: todas as políticas de saúde do RS devem ser planejadas e devem conter na sua abordagem e no conteúdo do cuidado das pessoas, a temática de raça, etnia, gênero, acessibilidade e mobilidade. Compromisso com as diretrizes da **Política de Atenção ao Portador de Deficiência e da Política Nacional de Saúde da População Negra. Política Nacional de Saúde da População Indígena, população em situação de rua e Saúde Prisional.**

12. A Rede de Saúde e suas transversalidades: integrar ações de saúde entre os setores governamentais e da sociedade, como a Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Pública, Meio Ambiente, Cultura, Lazer, entidades populares e sindicais, entre outros. Ampliar, em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), a articulação entre as ações de saúde com outras políticas públicas para fomentar a qualidade de vida e a promoção da saúde, como o PRONASCI, os Pontos de Cultura, geração de emprego e renda (Primeiro Emprego, Jovem Aprendiz), educação de jovens e adultos (EJA), entre outros. Ampliar a integração entre as instâncias federais (MCT, CNPq, Ministério da Saúde, CAPES) e as instituições estaduais, articulando efetivamente a área da saúde, a UERGS, CIENTEC, CEITEC, FAPERGS, ESPM as demais universidades e instituições de ensino e pesquisa e as instituições de desenvolvimento e inovação

na saúde para o fortalecimento da regulação pública no complexo produtivo da saúde e para fomentar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a prospecção na área da saúde, particularmente nos problemas de maior relevância e com incidência diferenciada na população gaúcha.

13. Financiamento da saúde: atualmente os recursos para a saúde destinados pelo Estado são de apenas 4% do orçamento, devemos construir as condições necessárias para a recuperar o investimento e o cumprimento do mínimo constitucional de 12% para saúde com o estabelecimento de metas anuais de recuperação e cumprimento da EC-29/2000, garantindo acesso universal e igualitário dos cidadãos ao SUS. Todos os projetos de saúde criados terão garantia de sustentabilidade financeira, para além da Emenda Constitucional (EC) 29, que estabelece os valores mínimos de recursos por esfera de governo. Não se trata apenas de cumprir a EC 29, mas de sustentar financeiramente os projetos de saúde (cronograma físico e financeiro), o que cria um ambiente de legitimidade e credibilidade social.

Redes Empreender para Crescer

A vocação empreendedora do Rio Grande do Sul, tanto na área urbana quanto rural, é uma marca importante dos gaúchos e uma característica fundamental da nossa economia para o crescimento do Estado. É necessário promover e ampliar a inserção dos setores produtivos gaúchos no mercado nacional e internacional, incentivar o

empreendedorismo empresarial e estimular as Cooperativas e a Economia Popular e Solidária. Portanto, precisamos desenvolver políticas que garantam o apoio do governo estadual para o fomento, linhas de crédito, formas de financiamento e divulgação para os empreendimentos estabelecidos e para novos investimentos, incentivando o enorme potencial das pequenas, médias e grandes empresas do comércio e serviços, da agricultura familiar, das cooperativas, da agroindústria e da economia popular do Estado, articulando a malha e as cadeias produtivas locais de forma protegida, produtiva e isonômica, com os grandes empreendimentos, o parque industrial, o agronegócio e os investimentos externos.

Outra vocação destacada no Estado é a capacidade exportadora de parte importante da nossa matriz produtiva que requer uma postura ofensiva por parte do Governo do Estado no sentido de abrir novos mercados, diversificar nossas relações comerciais internacionais, inclusive para superar dependências históricas e geradoras de graves crises no passado, e proporcionar novas oportunidades de negócios. Queremos incentivar e ampliar as exportações, garantindo a infraestrutura de estradas e transporte necessária para o escoamento da produção e promover uma política de atração de investimentos nacionais e internacionais que fortaleçam o Rio Grande como centro de articulação e integração do sul do Mercosul, que possam participar de forma integrada com a nossa malha produtiva local.

Potencializar o Setor do Turismo Gaúcho – Neste contexto destaca-se também o setor do turismo, que pode cumprir um importante papel nas políticas de desenvolvimento regional. O

turismo é fortemente intensivo em termos de mão de obra, e tem uma relação muito direta com os territórios e as culturas locais. Nesta medida é uma política que complementa e potencializa as ações para o desenvolvimento regional. Implementar o **Programa Conheça o Rio Grande** que busca incrementar a comercialização dos atrativos do Estado em nível nacional e internacional, especialmente com as comunidades do Mercosul e Chile. Articular o turismo a outros arranjos produtivos tradicionais da economia gaúcha, como o enoturismo, estimulando a acessibilidade e a produção associada ao turismo. Potencializar as oportunidades turísticas do Estado com a realização da Copa do Mundo 2014 e mesmo das Olimpíadas 2016. O apoio ao turismo deve partir das conquistas obtidas com o Governo Lula como a formulação do Plano Nacional do Turismo I e II, a Lei Geral do Turismo, as estratégias de regionalização, segmentação, roteirização, diversificação da oferta, promoção nacional e internacional e ampliação dos destinos indutores. De forma articulada, portanto, devemos apoiar no Rio Grande do Sul o fortalecimento das 23 microrregiões turísticas através do apoio às instâncias de governança, formadas por poderes públicos, universidades, associações empresariais e micro, pequenas e grandes empresas.

O setor de Serviços deve e precisa ser incentivado e qualificado, pois representa uma parte significativa da economia do RS. Do total do **Valor Agregado Bruto do PIB** gaúcho, 63% correspondem ao setor de serviços. Desconsiderando a parcela deste valor que é oriunda da administração pública,

temos ainda 42% do vAB do PIB relacionado com o setor de serviços. O Rio Grande do Sul tem setores de excelência com alta competitividade nas áreas da saúde, da produção audiovisual, das telecomunicações e da educação. Somos o terceiro polo de produção cinematográfica, ocupamos um papel importante nas áreas de publicidade e radiodifusão, dispomos de uma rede altamente qualificada em termos de serviços de saúde e de educação. São setores econômicos que vem sendo secundarizados nas políticas de desenvolvimento dos últimos governos. Nosso projeto de desenvolvimento reconhece a importância estratégica do setor de serviços, que cumpre um papel importante em termos de geração de emprego e renda no Estado, e que precisa também de políticas de fomento da mesma forma que os distintos setores industriais e agrícolas.

Na Geração de Emprego e Renda, buscamos o fortalecimento do mercado interno, com medidas que melhorem a renda da população e facilitem o acesso ao microcrédito, através do sistema financeiro estadual para os pequenos negócios do comércio e serviço, o artesanato e os produtos locais que são promovidos nas diversas festas organizadas por todo o Estado. Estabelecer um conjunto de programas específicos para viabilizar acesso ao emprego para os jovens que desejam entrar no mercado de trabalho e para as pessoas maiores de 40 anos que estão fora do mercado de trabalho. Instituir estas e outras políticas públicas de apoio e incentivo que garantam não só o crescimento, mas emprego e renda para os gaúchos, reduzindo ainda mais os atuais níveis de desemprego, especialmente, na região metropolitana do Estado.

Redes Desenvolvimento Regional e Microrregional Apoio ao planejamento e ao desenvolvimento regional.

O Rio Grande do Sul possui uma longa tradição de debate sobre o desenvolvimento regional. Desde o surgimento dos COREDES, em meados dos anos 90, a sociedade gaúcha vem construindo instrumentos voltados para pensar processos de desenvolvimento orientados pelas características e vocações das suas distintas regiões. As instituições universitárias, tanto as federais como as comunitárias, com seus s Tecnológicos cumpriram um papel fundamental neste debate, e o surgimento da UERGS tinha como objetivo estratégico contribuir na produção de conhecimento voltado para o desenvolvimento regional. Todo este processo era baseado na construção coletiva e participativa por parte dos atores sociais regionais como os governos locais, os empresários, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. No entanto, nos últimos anos, este processo vem sofrendo uma enorme perda de qualidade. A relação do governo estadual com os COREDES vem se resumindo a alocar uma pequena parcela dos investimentos através da Consulta Popular. E mesmo estes investimentos, que por si só são extremamente limitados, sofrem com sistemáticos atrasos e descumprimentos. Os dois últimos governos não foram capazes de enfrentar de maneira objetiva o tema das desigualdades regionais, limitando-se a um discurso genérico ou à proposição de soluções superficiais para os problemas das regiões.

E as diferenças de dinâmicas socioeconômicas regionais são de fato um obstáculo para o desenvolvimento do Rio Grande. A estagnação da metade sul, os problemas vividos pela agricultura familiar no noroeste do Estado contrastam com a aceleração do crescimento no eixo Porto Alegre-Caxias, o que gera desequilíbrios econômicos e problemas sociais. Por isso qualquer projeto sustentável de desenvolvimento para o RS passa por construir políticas que promovam um crescimento mais equilibrado e mais bem distribuído geograficamente. Por isso, é fundamental que o projeto de desenvolvimento para o Estado tenha como ponto de partida um processo de desenvolvimento endógeno que tenha como base as cadeias produtivas locais de cada uma das regiões. Respeitadas as características e as diferenças dentro de uma mesma região do Estado, é necessário desenvolver um programa subsidiário direcionado às microrregiões, que desbloqueie e retire os impedimentos para o desenvolvimento local. Estes programas devem considerar, fundamentalmente, financiamento para a produção e empreendimentos, investimento em infraestrutura para escoamento da produção e para o turismo, acessibilidade e mobilidade entre os municípios, apoio técnico e logístico, ampliação e apoio aos programas de qualificação profissional e educação, inovação tecnológica, bem como considerar as vocações regionais, acesso aos serviços públicos e o apoio do governo estadual às ações dos governos municipais.

Construção de um processo de debate, coordenado a partir do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, que articule uma visão estratégica de desenvolvimento do Estado com a construção, em parceria com os COREDES,

do Plano de Desenvolvimento Regional e Microrregional, envolvendo governo, a sociedade civil, os setores empresariais, governos locais e movimentos sociais do debate sobre as demandas e o desenvolvimento regional e microrregional.

Fortalecimento dos COREDES como espaços de articulação da sociedade civil nas regiões, reconhecendo e implementando seu papel como parte do Sistema de Planejamento do Estado. Articulação das iniciativas para o desenvolvimento local com as ações do governo federal, como os “Territórios da Cidadania”.

Redes Cadeias Produtivas Locais e Regionais

Um dos pressupostos do desenvolvimento é a inclusão de regiões, setores produtivos e pessoas na dinâmica econômica, com participação ativa nas cadeias produtivas locais e regionais. Neste sentido é necessário garantir, a partir do Estado e do incremento dos programas federais, uma política de apoio, indução e crédito para os setores produtivos e geradores de emprego e renda do nosso Estado. Incentivando e apoiando ao mesmo tempo os setores históricos da nossa economia, como a agricultura e a pecuária, que devem estar inseridas na estratégia de desenvolvimento da cadeia produtiva gaúcha e também plenamente integradas à nossa malha produtiva, com atenção à agricultura familiar, aos pequenos produtores, aos trabalhadores do campo, cadeias produtivas tradicionais do RS, como arroz, soja, milho, carnes (bovina, suína e aves) e leite. Proporcionando acesso à terra, as políticas de apoio à comercialização, ao seguro agrícola e ao

crédito para investimento e articulação nacional, tendo em vista o mercado internacional destes produtos.

Assim, cumprem papel fundamental os bancos públicos, agências de fomento e microcrédito, a política tributária e os incentivos fiscais para as cadeias de produção integradas na malha produtiva local, para que fortaleçam a economia e impulsionem o crescimento regional, tanto para suprir lacunas de produtos ou insumos necessários, como para, a partir de critérios bem definidos, gerar empregos e melhor distribuição da renda. É preciso apoiar, através das relações nacionais e internacionais, a qualificação e a inovação tecnológica como forma de conferir qualidade superior ao perfil produtivo do Estado, tanto na produção rural quanto industrial. O Estado do RS possui uma base econômica diversificada, que se constitui em patrimônio sociocultural dos gaúchos, pois ali se expressa não somente a riqueza da economia, mas também a história, a cultura local e as tradições. Estes setores tradicionais da nossa economia têm passado por transformações e vem sendo pressionados pelas conjunturas políticas e macroeconômicas, crises internacionais, blocos econômicos, inovações tecnológicas e de gestão, investimentos externos e outros fatores.

Acreditamos e temos o compromisso de fortalecer essas atividades econômicas que nasceram nas diversas regiões do Estado. Elas representam iniciativas, energias criatividades e muitas vezes trajetórias de vida de famílias e grupos de pessoas que formaram suas cooperativas, enraizadas na sociedade local, induzindo o crescimento e fortalecendo-se mutuamente. Estas cadeias precisam ser valorizadas, com apoio, crédito, financiamentos,

capacitação de recursos humanos, com inovação em conhecimentos, tecnologias, infraestrutura e logística que possam garantir competitividade à nossa produção. Um exemplo disso é o Programa Mais Alimentos do governo federal direcionado à agricultura familiar, onde o crédito em melhores condições, a desoneração fiscal e a contrapartida às empresas impulsionaram os setores agrário e metalmeccânico, que estão conectados a várias cadeias industriais e agrícolas, e que gerou milhares de empregos e de renda para diversas famílias. Ao Estado cabe estar ao lado destes setores, criando um ambiente virtuoso de crescimento econômico com distribuição de renda. Algumas iniciativas são fundamentais para o desenvolvimento das cadeias produtivas locais:

Garantir **tratamento isonômico nas políticas de incentivos**, proporcionando condições de competitividade às cadeias produtivas e às cooperativas.

Formular os **Planos Microrregionais de Desenvolvimento** com planejamentos territoriais e respeito às vocações instaladas, com o objetivo de correção das desigualdades regionais e com prioridade em regiões de maior carência de infraestrutura e de IDH abaixo das demais.

Apoio à formação de **Redes Econômicas**, como a **Rede de Agroindústrias Familiares**, proporcionando as condições de escala de produção e viabilidade econômica à industrialização, prestação de serviços e comercialização. Estimulando as Redes com financiamentos dirigidos, logística, assessoria técnica, e parcerias em pesquisa desenvolvimento de

tecnológico de produtos e informações para gestão e comercialização.

Geração e formatação de políticas e projetos comuns articulados de forma horizontal entre todas as formas de cooperação já existentes na sociedade gaúcha (Arranjos Produtivos Locais, Redes de Cooperação, Cooperativas Agrícolas e Agroindustriais, Cooperativas de Crédito, etc.).

Construção e ampliação das políticas públicas que facilitem esforços verticais (que contribuam para ampliar a eficácia e a capacidade competitiva dos arranjos interorganizacionais já existentes) e horizontais (que contribuam para a sinergia das ações entre as empresas e cooperativas que operam nas mais diferentes formas de cooperação verticais).

Qualificar e **fortalecer a cadeia da vitivinicultura**, apoiando os produtores e estimulando a modernização industrial, a pesquisa, engarrafamento na origem. Qualificar o laboratório de Enologia e outras ações de promoção da qualidade.

Apoiar a cadeia da triticultura, articulada com o Governo Federal, com estímulo de preço, comercialização e geração de tecnologia. Buscar que o excedente de trigo do Mercosul faça parte de acordos comerciais do Brasil, como forma de evitar o sufocamento da produção nacional.

Incentivar a cadeia produtiva dos recursos minerais ornamentais, desenvolvendo uma política específica para seu fortalecimento e qualificação.

Fortalecer estruturas estatais de armazenamento, como a CESA, no apoio às cadeias produtivas de grãos.

Reorganizar e fortalecer os atuais os Fundos Setoriais, com o objetivo de alavancar

e potencializar setores, como cadeia uva e vinho, lácteos, conservas de pêssego, maçã, citricultura, arroz, avicultura, suinocultura, carne bovina, entre outros.

Fortalecer as câmaras setoriais como espaço de diálogo e construção de políticas para os diferentes elos das cadeias agrícolas e industriais. Política do Estado para a **prospecção de novos mercados**, no âmbito nacional e internacional para os produtos regionais, por meio de presença em fei-as e eventos nacionais e internacionais e criação de um ambiente de empreendedorismo, com desburocratização, agilidade e eficiência do Estado na prestação de serviços públicos.

Apoio ao setor moveleiro, com diálogo setorial, incorporando demandas do setor, promovendo ação da perspectiva da qualificação técnica, com parcerias em pesquisa e inovações tecnológicas, design, desenvolvimento de novos produtos e promoção.

Apoio ao setor metalmeccânico de máquinas e equipamentos para que possam dar suporte ao crescimento e ampliar investimentos.

Articulação de **novas alternativas de utilização do carvão mineral**, agregando inovação tecnológica, alta empregabilidade e responsabilidade ambiental, como um projeto de polo carboquímico.

Programa para a cadeia agroindustrial da carne, investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica, qualidade de produtos, garantia da sanidade, certificação e rastreabilidade.

Qualificar a **Política Estadual de Cooperativismo**, com programa intersetorial e fortalecimento do Conselho, formulando as

diretrizes da ação de Estado direcionado ao conjunto de cooperativas, com o objetivo de fortalecê-las e dar-lhes capacidade de competitividade. **Apoio ao Artesanato** produzido no Estado, com programa de aperfeiçoamento, capacitação, convênios e parcerias, buscando a excelência na produção de artesanato, com acesso técnicas e desenvolvimento de tecnologias e inovações de materiais e insumos alternativos, que gerem trabalho e renda, mas ao mesmo tempo projetem e protejam nossa cultura e tradições para além das fronteiras.

Fórum ampliado de governo, setor produtivo e sociedade para defender e formular diretrizes estratégicas do Estado do RS em relação ao bloco MERCOSUL, de modo a criar mecanismos que evitem fragilizar setores importantes de nossa economia.

Incentivo às atividades rurais não-agrícolas, como o turismo rural, gastronômico, ecológico, dialogando diretamente com a paisagem natural, história, cultura e vocações regionais, com isso impulsionam uma rede de serviços e estímulos permanentes a novos investimentos.

Redes Desenvolvimento Urbano e Habitação

No tema do Desenvolvimento Urbano precisamos retomar os investimentos em habitação, saneamento, reassentamentos e regularização fundiária, estimulando ainda a criação e o financiamento de cooperativas habitacionais. Devemos buscar a integração das ações do Estado com a política nacional de saneamento, com os programas do Ministério das Cidades, da FUNASA e dos PAC I e II, como o Minha Casa, Minha vida. Ampliar e simplificar a participação do BANRISUL na implantação das políticas de habitação, regularização fundiária,

pavimentação e saneamento e estabelecer uma política de parceria e cooperação com os governos municipais e suas ações de desenvolvimento urbano, especialmente de moradia popular.

As principais perspectivas do Redes Desenvolvimento Urbano e Habitação é a promoção da justiça social, do desenvolvimento habitacional e de construção de um ambiente sustentável, garantindo moradia e ocupação adequada da cidade para que o RS acompanhe o ritmo de crescimento do Brasil. Com base na gestão democrática do Estado deverá garantir o direito à cidade para todos os cidadãos e criar as condições de para uma transformação social, com forte redução da pobreza e melhorar a qualidade de vida de todos.

Para atingir estes objetivos, propomos:

Desenvolvimento Urbano

A reestruturação da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, buscando potencializar sua ação através do fortalecimento e da integração das políticas de planejamento territorial urbano, habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana alinhando as políticas locais às políticas nacionais desenvolvidas pelo Ministério das Cidades.

Fortalecer e revitalizar os órgãos como importantes para a gestão de políticas urbanas como a Metroplan, a CORSAN, a Fepam e o IPHAE.

Incentivar e contribuir para o planejamento das cidades, na elaboração e **adequação dos Planos Diretores ao Estatuto da Cidade**, na elaboração de proposições legislativas, disponibilizando

assessoria técnica para a construção de diretrizes. Disponibilizar recursos para a realização de projetos habitacionais, de acordo com o estatuto da cidade, e implementação efetiva dos instrumentos de planejamento urbano e de combate à especulação imobiliária.

Fortalecer o Conselho Estadual das Cidades e o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, assegurando uma política permanente de formação e capacitação para movimentos e organizações sociais, quadros técnicos municipais e equipes não-governamentais. Investir no fortalecimento dos instrumentos de participação popular e controle social, especialmente com fóruns regionais de reforma urbana. Retomar o **planejamento estratégico para o desenvolvimento urbano** especialmente nos temas relacionados à mobilidade criando mecanismos de promoção do transporte coletivo de passageiros, com incentivos para melhorias da frota e novos meios de transportes como o metrô.

Habitação

Garantir **100 mil unidades habitacionais** buscando enfrentar o déficit habitacional do Estado, a partir da construção, aquisição, reforma, arrendamento, linhas de crédito, financiamento e apoio às cooperativas habitacionais no Estado, para famílias de baixa renda e habitação de interesse social.

Potencializar as políticas federais como o Programa Minha Casa Minha Vida, a regularização fundiária e ampliar o crédito habitacional, elaborar o mapa da irregularidade fundiária no Estado, incentivar as cooperativas habitacionais e implementar o Programa Urbanizador Social.

Trabalhar pela **efetivação do Sistema e Fundo Estaduais de Habitação de Interesse Social**, pela elaboração e implementação do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e apoio às Prefeituras na elaboração dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social.

Destinar áreas públicas estaduais não utilizadas e subutilizadas para a produção de **Habitações de Interesse Social** para as famílias de baixa renda.

Nos projetos habitacionais do Estado, buscar **garantir um percentual mínimo de moradias para servidores civis e militares estaduais**, além de viabilizar a utilização de precatórios na aquisição da casa própria. **Criar uma equipe de prevenção de conflitos fundiários** e promover a regularização. Elaborar o mapa da irregularidade fundiária no Estado e implementar as medidas previstas no Plano Nacional de Habitação.

Estabelecer programa de regularização fundiária em áreas de ocupação consolidada e programa de titulação das ocupações consolidadas que preencham as condições legais para sua regularização, utilizando-se de procedimentos simplificados como o “More Legal” e outros. Implementação imediata do **Programa de Assistência Técnica Pública e Gratuita** às famílias de baixa renda, visando à autoconstrução de moradias e a regularização fundiária.

Agilizar o licenciamento e a aprovação dos projetos urbanísticos, priorizando aqueles de interesse social.

Buscar de soluções tecnológicas, arquitetônicas e urbanísticas adequadas

para as diferentes realidades regionais, com a participação de gestores públicos, universidades, técnicos, construtoras e lideranças populares.

Instituir programa de **capacitação de agentes públicos**, técnicos e lideranças comunitárias, para trabalharem com a Regularização Fundiária e de produção de Habitação de Interesse Social.

Apoio à criação e efetivo funcionamento dos Sistemas, Conselhos e Fundos Municipais de Habitação de Interesse Social.

Apoio à PEC 285, que prevê, durante 20 anos, a destinação de 2% do Orçamento da União e 1% de Estados e Municípios para a produção de Habitação de Interesse Social.

Conceber ou **reestruturar um Programa Integrado de Melhoria Social** similar ao PIMES, considerando a necessidade de suprimir as carências de infraestrutura urbana da grande maioria dos municípios do Estado, e aproveitando o acúmulo de anos de experiência no financiamento dessa atividade pela equipe da Caixa RS, o novo PIMES deverá ser retomado e revitalizado, além de estar articulado com o conjunto de prioridades e ações do Governo Estadual.

Redes Infraestrutura e Logística

Para garantir a capacidade de expansão da nossa economia, devemos retomar imediatamente os investimentos e as obras em infraestrutura e logística, especialmente, os modais de transporte, rodovias, hidrovias, ferrovias, bem como metrô, portos e aeroportos. Nosso governo terá toda a capacidade de articular as ações do Estado com os investimentos do Governo Federal em execução ou previstos para o Rio Grande a partir do PAC I e II. O Estado tem que assumir um papel

protagonista e indutor garantindo acessibilidade, mobilidade e velocidade para a produção e a comunicação, retomando investimentos e formas de financiamento para a ampliação, recuperação e manutenção das áreas essenciais ao escoamento da produção, mobilidade social, à promoção do turismo e ao desenvolvimento global do Estado.

Plano Integrado de Desenvolvimento dos Transportes

Cabe ao Governo Estadual potencializar os investimentos federais e ampliar os investimentos estaduais e realizar uma efetiva integração do sistema de transportes no Estado através um plano conjunto e integrado dos diversos modais de transportes.

Apoio Técnico aos Municípios

Investimentos do Governo do Estado, por meio de parceria com o Banco Mundial (BIRD), para oferecer aos municípios informações técnicas de restauração e manutenção de rodovias. Criaremos um projeto de capacitação dos técnicos dos municípios para manutenção de suas vias, em especial, as estradas vicinais.

Implantação de Centros Multimodais de Logística

Em discussão com o CEDES, COREDES e os fóruns do Orçamento Participativo, identificaremos as áreas, o número e o cronograma para implantação destes centros cujo objetivo é integrar as modalidades de transporte e disponibilizar a infraestrutura necessária para conferir maior eficiência à circulação dos produtos.

Desvinculação dos fundos de transporte e logística (transporte coletivo, pedágios e portos) do caixa único do Estado
Duplicação, Qualificação e Implantação de Rodovias Estaduais vamos investir com planejamento em obras de duplicação de importantes trechos estaduais. As interrupções de projetos e de obras iniciadas em um determinado governo, que acabam não tendo continuidade no próximo, geram acúmulo de deficiências e demandas. vamos enfrentar e estabelecer um cronograma de Estado para enfrentar os seguintes desafios: RS 389 (Estrada do Mar); RS 344 (Entre Ijuí/ Santo Ângelo/ Santa Rosa); RS 342 (Cruz Alta/ Ijuí); RS 324 (Passo Fundo/ Marau/ Casca); RS453 (Bento Gonçalves/ Farroupilha); RS 135 (Passo Fundo/ Erechim); RS 118 (BR 116, Sapucaia do Sul/ viamão); RS122 (São vendelino/Farroupilha); RS240 São Leopoldo/Portão). Requalificação da RS040 (viamão), hoje concedida e pedagiada; e das rodovias RS030 (Gravataí/Santo Antonio da Patru- lha) e da RS020 (Gravataí/Taquara). Implantação da RS010, discutindo com a sociedade o melhor traçado e o melhor modelo de gestão e implantação.

Melhorias das Travessias Urbanas
Também será prioritária a requalificação de rodovias, quando atravessam ambientes urbanos. Resolvendo estes gargalos no centro das cidades, diminuiremos os engarrafamentos, a insegurança no trânsito, além de prejuízos ao meio ambiente e à economia das cidades afetadas.

Revitalização de Portos e Hidrovias

Nosso Governo reverterá, em parceria com o Governo Federal, a decadência dos portos e hidrovias de nosso Estado. Para isto

reavaliaremos as tarifas portuárias para aumentar sua competitividade. Investiremos na modernização de Rio Grande e na revitalização dos portos interiores. Assim como tomaremos as medidas para a implantação gradativa das condições de navegabilidade em qualquer tempo e condições, como sinalização e calado, nas hidrovias do Estado, como a hidrovia Estrela/Porto Alegre/Pelotas/Rio Grande. Revitalizaremos a atividade portuária em Porto Alegre – Cais Navegantes. Em parceria com o Governo Federal, implantaremos a sinalização hidroviária necessária, qualificaremos a retroárea, e os acessos ao cais. Aceleraremos os projetos e a análise do impacto ambiental para aprofundar o calado do Porto, recuperando os R\$ 130 milhões, destinados pelo Governo Federal, e não utilizados até agora. Também qualificaremos o porto de Pelotas, e iniciaremos a análise da viabilidade do Porto de São Leopoldo. A ideia é transformá-lo em ponto de escoamento pluvial da produção industrial até Porto Alegre ou Rio Grande. Também apresenta um grande potencial turístico e ecoturístico.

Aeroportos do tamanho do Rio Grande

Com a revitalização da economia brasileira, surgem novas exigências no setor aeroportuário, com demandas de ampliação e qualificação dos aeroportos, o que exige também que o Departamento Aeroportuário da Secretaria dos Transportes e a Divisão de Serviços Aéreos – DSA/RS passem por um processo de revitalização. Fortalecer o transporte aéreo para produtos de alto valor e baixo volume. vamos enfrentar os seguintes desafios: novo aeroporto da Serra; aeroporto de cargas em vacaria;

modernização do aeroporto de Rio Grande; revitalização do Aeroporto de Torres; implantar estudos sobre a viabilidade do Aeroporto do vale do Rio Sinos.

Conservar e Expandir a Malha Ferroviária do Estado

O Governo do Estado construirá as condições necessárias, concentrando esforços, mobilizando o quadro técnico e ampliando o diálogo social e com o Governo Federal para potencializar a proposta da Ferrosul prevista no PAC II. Além disto, constituirá ações para garantir, defender e ampliar a malha ferroviária instalada. Garantindo a infraestrutura estratégica para a ampliação do transporte ferroviário.

Prioridade à manutenção de Rodovias

No último período ocorreu a interrupção de programas com financiamento internacional, em especial o Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias (CREMA). O Estado agirá na restauração e manutenção das estradas e das obras de arte.

Novo modelo de pedágio justo e decidido pela comunidade

É necessário superar o atual modelo de concessão de Pedágios em vigor no Estado. As rodovias estaduais incluídas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias – PERS, com prazos fixados nas respectivas leis – Lajeado – 10.698/96, Gramado 10.699/96, Metropolitano 10.700/96, Carazinho 10.702/96, Santa Cruz 10.703/96, vacaria 10.704/96, Caxias do Sul 10.705/96 não terão seus contratos prorrogados após o término dos atuais contratos de concessão. Estabeleceremos, imediatamente, um diálogo aberto e amplo com a sociedade gaúcha por

intermédio de um grupo específico de trabalho do CDES RS, que conjuntamente com os municípios abrangidos por pedágios, os COREDES, as associações de usuários e as entidades representativas de transportes e cargas do Estado, formulará uma nova política adequada às realidades locais e às necessidades infraestruturais. Buscando outros modelos de pedagiamento, como os pedágios comunitários, o programa de pedágios do Governo Federal, com tarifas mais acessíveis e também outras formas concertadas de solução para as estradas e rodovias. Os modelos devem prever como diretriz e objetivo a manutenção, conservação, construção e ampliação das rodovias e estradas do Estado. Com efetivo controle social, transparente e público, dos recursos advindos deste sistema, que devem ser destinados exclusivamente para qualificação da malha viária do Estado.

Nenhum Município sem asfalto

A infraestrutura necessária para que o Estado cresça no ritmo do Brasil passa pelo marco de que todos os municípios gaúchos possuam acesso pavimentado. Para tanto é preciso formular um Plano Estadual com planejamento de obras e investimento para a viabilização da construção dos acessos municipais. Nosso Governo perseguirá a meta de implantar, ao menos, um acesso viário pavimentado em todos os municípios do Estado. Neste sentido, os investimentos não serão cortados, ao contrário, serão ampliados. As obras em andamento não serão paralisadas.

Transporte Coletivo e Implantação do Metro de Porto Alegre – Linha 2

O Governo qualificará o transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano de Passageiros. Com qualificação técnica e democratização de sua gestão. O Governo do Estado será protagonista na conquista da Linha 2 do Metrô, junto ao Governo Federal, o qual prevê recurso no PAC II. Para isto, se empenhará na viabilização do projeto, na aprovação de suas etapas e na facilitação da implantação em tudo que lhe couber.

Programa Estadual de Pavimentação Poliédrica.

O Estado investirá na pesquisa para pavimentação com materiais alternativos; pois, em experiências anteriores, já se verificou, em alguns casos, reduzir em até 30% o custo da pavimentação. O Programa irá contemplar trechos de rodovias municipais que ligam distritos, vilas ou povoados à sede de municípios ou às rodovias estaduais e federais. Contempla, também, trechos, com extensão limitada em até 15 km utilizados como via de escoamento de produção agrícola.

Apoio aos Caminhoneiros

Buscar articular soluções para questões da categoria, como tabela mínima referencial para os valores dos fretes, incidindo sobre o ICMS, para reduzir o valor dos fretes. Ampliar a fiscalização para o cumprimento da Lei do vale Pedágio no RS.

Redes Porto Alegre e Região Metropolitana

A Capital dos Gaúchos e a Região Metropolitana exigem atenção especial do Governo do Estado. Com um planejamento estratégico de médio e longo prazo que responda às necessidades urgentes do seu

desenvolvimento. Que aumente o desempenho das suas cadeias produtivas através de investimentos que busquem ampliar e qualificar a infraestrutura econômica existente.

A Região Metropolitana de Porto Alegre agrega 31 municípios e reúne mais de 36% da população gaúcha, sendo uma das áreas de maior densidade demográfica do país. Produz cerca de 45% do PIB gaúcho. Além da importância da Capital, centro político e econômico do Estado, importantes municípios da RMPA são responsáveis, em boa parte, pela dinâmica econômica do Estado. Em seu território desenvolvem-se cadeias produtivas fundamentais na atual estrutura econômica. A Região é polo de serviços e comércio além de centro de logística. Caracteriza-se por uma forte industrialização com alto componente tecnológico agregado. Com universidades, centros de pesquisa, hospitais e serviços de saúde referenciais.

Tratamos de uma Região Metropolitana plural e complexa, com microrregiões distintas entre si, que se construíram em função de sua vocação econômica, composição social e estrutura urbana. Onde a interdependência entre os municípios é crescente e as áreas conurbadas são cada vez maiores. Falamos de cidades metropolitanas. A Região concentra problemas urbanos e sociais relacionados ao sistema de transportes, à habitação, à oferta de serviços públicos básicos como saúde, educação, assistência, segurança, saneamento e energia.

Investimentos e ações do Governo Federal, como a construção da segunda ponte sobre o lago Rio Guaíba, a duplicação da BR-116,

a construção da BR-448, a ampliação do Trensurb, a construção da Linha 2 do Metrô, devem ser potencializadas e estar articulados com investimentos estaduais, como a construção da RS-010 e a duplicação da RS-118. Intervenções que reorganizem o espaço social e econômico da Capital e da Região Metropolitana com o sentido de permitir o desenvolvimento pleno com qualidade de vida, pleno emprego e sustentabilidade ambiental. A articulação também deve acontecer entre as políticas públicas dos governos municipais e estadual, para a ampliação das possibilidades de transporte público de qualidade. Como a revitalização e ampliação das Transversais Metropolitanas e o transporte hidroviário de passageiros entre Porto Alegre e a cidade de Guaíba. Como o apoio ao setor produtivo e investimento em saneamento básico, moradia popular e nas redes de atendimento ao cidadão, especialmente das periferias das maiores cidades.

Nosso Governo participará, diretamente, de soluções para temas importantes para a Capital e a Região Metropolitana, que sofreram com o descaso ou com falta de ações para sua solução. Um exemplo é o Parque Delta do Jacuí, onde moram centenas de famílias em áreas impróprias, sem as menores condições de habitabilidade. Tampouco as medidas de preservação ambiental foram tomadas. O Governo do Estado atuará em conjunto com os municípios da RMPA e com o Governo Federal, com base nos princípios da integração entre as ações e programas. Para isto buscará um novo modelo de gestão do desenvolvimento, com base na Metroplan e nos consórcios municipais. O Governo do Estado determinará a formação de um grupo especial do CDES

RS para tratar do Desenvolvimento Metropolitano, envolvendo todos os COREDES da Região, os prefeitos municipais, representação das câmaras municipais e dos conselhos do Orçamento Participativo.

Gestão Metropolitana

Parceria com a Sociedade e com os Municípios. A gestão da RMPA será compartilhada e terá um forte investimento no planejamento para que se busquem soluções, articuladas, eficazes e perenes. Assim constituiremos na Metroplan um **Escritório Metropolitano de Apoio Técnico** em planejamento, desenvolvimento urbano e captação de recursos e incentivaremos os Consórcios Municipais, com participação do Estado.

Revitalizaremos o PIMES para apoiar as ações dos municípios. Criaremos uma **Câmara Temática Metropolitana no Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social**, ligado diretamente ao Governador, para tratar do desenvolvimento da Capital e da Região Metropolitana e um **Comitê Gestor para a Região** que reúna prefeitos, órgãos de governo estadual e governo federal com representação dos ministérios das Cidades, dos Transportes, da Integração Nacional.

Segurança

Criaremos o **Plano Metropolitano de Segurança Pública** como estratégia de pacificação, tranquilidade e segurança, constituído com a participação ampla da sociedade, dos órgãos da segurança pública e dos municípios.

Criação do **Gabinete Integrado de Gestão Metropolitana** e fomentaremos a

criação de novos **Territórios da Paz** na Região Metropolitana.

Ampliaremos as Delegacias de Pronto Atendimento (DPPA) e criaremos novos Centros Integrados de Operações descentralizados, com o devido aparelhamento dos órgãos de segurança através da aquisição de viaturas e sistema de telecomunicações e dados.

Implantação de novos **Núcleos Municipais de Videomonitoramento**, dando prioridade à prevenção e à informação, para o enfrentamento ao Tráfico de Drogas.

Mais e Melhores Presídios. Concluiremos a construção dos presídios de São Leopoldo e Canoas e buscar parcerias com os demais municípios da Região para criarmos novas vagas no sistema carcerário do Estado.

Saúde

Descentralização do Atendimento de Média Complexidade.

Implantar Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) regionalizadas.

Além da reorganização e ampliação da cobertura do SAMU.

Descentralização e Regionalização das Consultas Especializadas.

Apoio aos Hospitais Municipais e Conveniados para Ampliar o Atendimento Regional.

Ampliação do Programa de Saúde da Família, implantando as **Clínicas de Atenção Integral à Saúde da Família** e ambulatorios. Além de pontos de coleta de exames laboratoriais nas unidades de atenção básica.

Combate à Drogadição através de um sistema informatizado integrado e transversal com o sistema de saúde para subsidiar o monitoramento da rede de saúde mental.

Estabelecer parceria com os municípios para ampliar a rede e a qualidade dos Centros de Apoio Psicossocial (CAPS).

Protagonismo Juvenil no Combate às Drogas – Desenvolver projetos de ação, em conjunto com a rede de assistência social e com as entidades da sociedade civil que atuam na área, transformando os próprios jovens em protagonistas de oficinas e campanhas de informação, qualificação profissional e de educação. Estes projetos estarão articulados com programas do Governo Federal, como o PRO- JOvEM e com o conjunto de nossas propostas para a juventude, como Centros de Referência da Juventude, o PROUNI/RS e a Bolsa Juventude.

Educação Descentralização das Escolas de Ensino Médio.

A **universalização do acesso**, qualificação e suporte à permanência no Ensino Médio, e profissional através da Bolsa Juventude vinculada ao PROUNI/RS, com facilitação de transporte.

Criação do PROUNI/RS como programa de suporte aos estudantes universitários, garantindo condições aos jovens de famílias de baixa renda acesso ao ensino superior na região metropolitana, de forma articulada com o sistema federal e instituições comunitárias da região.

Revitalização das unidades da UERGS na RMPA. Revitalização e ampliação da Rede Estadual de Educação Profissional.

Parceria com os municípios para a ampliação da cobertura da Educação Infantil.

Mobilidade e Transportes Prioridade à qualidade no Transporte Coletivo Metropolitano.

Implantação de Corredores Metropolitanos de Ônibus. Implantação de Terminais Metropolitanos de Bairros. Implantação de abrigos para ônibus.

Renovação, constante e sustentável, da frota de ônibus.

Ampliação progressiva da integração das linhas metropolitanas com a linha do Trensurb e com as linhas de ônibus municipais.

Revitalização e ampliação das Transversais Metropolitanas.

Ampliação do efetivo de fiscalização do transporte coletivo e Universalização do serviço 0800, de discagem gratuita, para o atendimento e apoio à comunidade usuária do transporte.

Duplicação, Qualificação e Implantação de Rodovias Estaduais e Articulação com os Investimentos do Governo Federal

Integraremos as ações e os esforços para otimização das obras planejadas e em execução pelo Governo Lula e pelo Governo Dilma, como a segunda ponte sobre o lago Rio Guaíba, as intervenções sobre a BR-116 e a BR-448/Rodovia do Parque. Em relação a esta rodovia o governo Tarso buscará articular com o Governo Federal sua complementação no sentido norte, de Sapucaia do Sul até Estância velha. No âmbito estadual, algumas intervenções são imprescindíveis: conclusão da Duplicação da RS-118 e RA-240; implantação da RS-010, discutindo com a sociedade o melhor traçado e o melhor modelo de gestão; requalificação da RS-040 (viamão), hoje concedida e peda-

RS-030 (Gravataí/Santo Antonio da Patrulha), RS-104 (Estrada do Conde em Eldorado do Sul e Guaíba) e da RS-020 (Gravataí/Taquara).

Perimetrais Metropolitanas – Programa de Restauração da Mobilidade Urbana

Implantar vias alternativas às rodovias capazes de realizar as ligações entre os municípios, desafogando as estradas hoje totalmente saturadas. vias que, ao exemplo da Avenida do Trabalhador (Porto Alegre/viamão/Canoas), Av. Mauá (Novo Hamburgo/São Leopoldo/Sapucaia do Sul), Av. Guilherme Shell (Esteio/Canoas/Porto Alegre), Av. Tomas Edson (São Leopoldo RS-240/BR-116), Av.

Boqueirão (Canoas/Cachoeirinha/Gravataí), permitam a acessibilidade, aumento da fluidez e mobilidade, em áreas urbanas envolvendo e integrando mais de um município da RMPA.

Melhorias das Travessias Urbanas

Também será prioritário a requalificação de travessias urbanas como as de viamão (RS-040), Gravataí (RS-030 e RS-020), Cachoeirinha (Avenida Flores da Cunha e RS-020), Sapucaia do Sul (RS-118) e o eixo dos demais municípios ao Longo da BR-116/vale do Rio dos Sinos. O objetivo é aumentar a fluidez e a segurança no trânsito.

Implantação do Metro de Porto Alegre – Linha 2 Implantação do Transporte Hidroviário entre Guaíba e Porto Alegre Incentivo ao uso de Bicicletas.

Revitalização da Atividade Portuária em Porto Alegre – Cais Navegantes e análise da viabilidade do Porto de São

Leopoldo. Análise da viabilidade do Aeroporto do vale do Rio dos Sinos **Desenvolvimento Urbano e Ambiental Programa de Apoio ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos** e instalação de aterros sanitários descentralizados, com o objetivo de diminuir os custos do destino final.

Ampliar, em parceria com os municípios e o Governo Federal, o **tratamento de esgotos na Região Metropolitana de Porto Alegre**.

Nosso Governo irá implementar um projeto piloto de **Ecoparque**, na Região Metropolitana. Para, a partir do tratamento de resíduos sólidos, gerar composto para agricultura e energia elétrica a partir do Biogás gerado pelos resíduos orgânicos. **Programa Metropolitano de Macrodrenagem e Proteção contra as Cheias** em articulação com os comitês de gerenciamento das bacias hidrográficas da Região Retomaremos o **Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas**, do Governo Olívio Dutra, que a partir das bacias hidrográficas da RMPA, intervenha na diminuição da pobreza e da degradação ambiental. Criaremos o **Museu das Águas e efetivaremos o Parque Delta do Jacuí garantindo os direitos da população**. Implantaremos os **parques Delta do Gravataí e Morro Santa Teresa** com a garantia da regularização fundiária para as comunidades residentes no local.

Infraestrutura e energia

Articulação para garantir a operação da UTE **Jacuí** Extensão da rede de **distribuição de Gás Natural de Petróleo** e garantia de energia para o desenvolvimento e a inclusão social para toda a RMPA.

Desenvolvimento Econômico e Tecnológico Plano de Desenvolvimento Econômico coordenado a partir do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, que articule uma visão estratégica de desenvolvimento do Estado, em parceria com os COREDES.

Política do Estado para a **prospecção de novos mercados e Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Metropolitano** para empreendimentos que utilizem insumos reutilizados e que assumam a responsabilidade pelo destino final de seus resíduos; que utilizem mão de obra egressa do sistema prisional; complementem elos das cadeias produtivas já instaladas na RMPA e agreguem alto valor de desenvolvimento tecnológico. Organização da **Rede Metropolitana e serviços Tecnológicos** Articulação de **novas alternativas de utilização do carvão mineral**, agregando inovação tecnológica, alta empregabilidade e responsabilidade ambiental, como um projeto de polo carboquímico.

Ampliaremos a **inclusão digital**, em parceria com o Plano Nacional de Apoio à Inclusão Digital, o programa do Governo Federal TELECENTROS.BR.

Criaremos a **Rede de Incubadoras Tecnológicas Metropolitana e a Rede de Incubadoras para empreendimentos solidários e autogestionários**.

Apoio às micro, pequenas e médias empresas e à Economia Popular e Solidária Apoio à Agricultura Metropolitana e Abastecimento com: Programa Metropolitano de Extensão Rural

Programa Metropolitano de Crédito Agrícola. Programa de Apoio a Agricultura Orgânica e Ecológica Criação de Centros Descentralizados de Abastecimento e Qualificação da CEASA.

Apoio à exploração do potencial turístico com: Constituição de um Consórcio Turístico Metropolitano, com programas de capacitação de mão de obra, redes de informações e incentivos aos serviços receptivos de turismo.

Revitalização do Cais Mauá de Porto Alegre: A utilização e fruição do Cais Mauá do porto de Porto Alegre será articulada com a humanização e revitalização do Centro Histórico da Capital. Bem como, com a melhoria da acessibilidade e mobilidades do seu entorno. Em qualquer hipótese, a Feira do Livro de Porto Alegre e a Bienal do MERCOSUL, patrimônios culturais do Estado, serão garantidos, assim como outros eventos. Em nosso Governo ampliaremos a área de parque. Incentivaremos o transporte hidroviário de passageiros e de turismo. Em articulação com a sociedade e com o município de Porto Alegre implementaremos, progressivamente, as medidas para que a população possa se apropriar daquele patrimônio ambiental e histórico de nosso Estado. Privilegiando atividades e negócios que valorizem as tradições e a cultura gaúcha como forma de atração de turistas e de viabilizar a apropriação e a fruição, por partes dos gaúchos, deste patrimônio cultural, econômico e ambiental do Estado.

Redes Energia, Recursos Minerais e Telecomunicações

A ampliação da infraestrutura energética, em usinas, linhas e redes de energia elétrica, poços de petróleo e gás, refinarias, unidades

de processamento petroquímico, dutos, reservatórios, plataformas de petróleo e a exploração dos recursos minerais, de forma ambientalmente correta, além de fundamental para o nosso desenvolvimento, é uma grande geradora de postos de trabalho e de renda. Neste sentido iremos promover os setores de energia, recursos minerais e telecomunicações como vetores de aceleração do desenvolvimento social e econômico do Estado do Rio Grande do Sul, estruturando-o para planejar, articular e implementar a política energética, de recursos minerais e de telecomunicações de forma democrática, com a participação da sociedade civil, destacando a criação do **Conselho Estadual de Energia, Recursos Minerais e Telecomunicações** em consonância com o **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul – CDES RS**. Também será reorganizado o COPERGS (Comitê Empresas de Energia Elétrica do RS) ampliando a discussão de solução de problemas e alternativas integradas, relacionadas à expansão, operação e manutenção do sistema eletroenergético do Estado. **Instituiremos o Programa Gaúcho de Petróleo, Gás Natural e Indústria Naval (PGPN)** com a finalidade de estruturar as ações governamentais junto ao setor e em direção ao governo federal, à promoção de investimentos e o incentivo à pesquisa em inovação tecnológica em gás natural, petróleo e indústria naval no âmbito do Rio Grande do Sul. Será criada a **Câmara Setorial de Petróleo, Gás Natural e Indústria Naval do Estado do Rio Grande do Sul**, junto ao Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, como espaço de concertação e elaboração de políticas destinadas ao setor. O Programa buscará potencializar os benefícios econômicos e sociais que as atividades relacionadas ao petróleo, ao gás natural e à indústria naval poderão gerar no território do Rio Grande do Sul como fortalecimento da indústria gaúcha, geração de emprego e renda, combate às desigualdades regionais, avanço tecnológico, fortalecimento empresarial e melhoria da qualidade de vida da população gaúcha. Também pretende ampliar a formação e a qualificação da mão de obra estadual. Qualificar e apoiar as empresas gaúchas visando sua melhoria em escala e competitividade, e buscando a ampliação da sua participação no fornecimento de insumos para a cadeia produtiva do gás natural e petróleo e para indústria naval.

Ampliaremos o papel estratégico das empresas estatais do setor – CEEE, CRM e SULGÁS – que representarão instrumentos essenciais à aceleração do desenvolvimento econômico e social do Estado, promovendo seu saneamento e fortalecimento, com qualificação e a democratização da gestão, nas suas relações com seus trabalhadores e sociedade. Estas estatais deverão articular com o governo federal, recursos para ampliar seus investimentos, individualmente ou em parcerias, viabilizando os empreendimentos necessários.

Mais e Melhor Energia para Todos

Os mais variados cenários calculados por vários especialistas indicam que a demanda por energia vai aumentar, tendo em vista a continuidade do crescimento econômico brasileiro. Entre nós não será diferente com o programa de governo voltado para acelerar o desenvolvimento da economia gaúcha.

As necessidades crescentes de energia no Estado demandam a ampliação da geração de energia elétrica. Tornaremos o Estado autossuficiente, ampliando a geração em todas as suas modalidades – hídrica, térmica, eólica e outras –, com a implantação de novas usinas hidrelétricas de porte, como é o caso de Garabi e Itapiranga; estimulando a implantação de pequenas centrais hidroelétricas; aproveitando o grande potencial eólico do Estado, com implantação de parques de geração eólica; implantação de novas termelétricas à carvão, acompanhadas de todas as medidas ambientais necessárias; implantação de novas termelétricas a casca de arroz e restos de madeira, resíduos cuja destinação é um problema histórico em nosso Estado. Buscar soluções também à viabilização da UTE Uruguaiana. Promover o desenvolvimento de outras fontes alternativas, como as ações de reciclagem energética do lixo. O Governo do Estado criará o **Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia**, como novos parques de geração Eólica, considerando as demandas relacionadas ao desenvolvimento regional, suas necessidades e as cadeias produtivas. O Nosso governo implementará políticas de incentivo tributário às Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

O Grupo CEEE ampliará a infraestrutura energética, em usinas, subestações, linhas e redes de energia elétrica e de telecomunicações a elas vinculadas, bem como investirá em ações de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, e em ações de conscientização para uso racional e eficiente da energia

elétrica, e iniciativas de identificação de novos aproveitamentos hidráulicos, realizando inventários nos rios em que houver essa possibilidade.

Para explorar os serviços de Telecomunicações e suas linhas de transmissão será criada a empresa pública **CEEE TELECOM**, dentro do Grupo CEEE, que já possui a outorga da Anatel para esta finalidade. Através da empresa, ampliar a abrangência da banda larga de qualidade, com autonomia, oferecendo serviços e promovendo a inclusão digital, em consonância com o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), do Governo Federal.

Deve também estudar o aproveitamento de barragens existentes para a geração de energia, como por exemplo, as novas barragens do Rio Santa Maria.

Igualmente deve ser garantida a renovação de suas concessões, evitando que novas privatizações prejudiquem o cenário eletroenergético do Estado. Integraremos estas medidas com o apoio a empreendimentos privados, parcerias público privadas ou não, que ampliem a oferta de energia no Estado.

Articulado com o Governo Federal, o Estado desenvolverá o **Programa Mais e Melhor Energia Para Todos**, com o objetivo de universalizar e reforçar as redes de energia elétrica, eliminando os gargalos hoje existentes, como é o caso das redes trifásicas, para que todos os gaúchos e gaúchas tenham a energia necessária ao atendimento de suas necessidades, essencial ao desenvolvimento econômicos das regiões e municípios.

Pela Secretaria de Estado, será retomado o planejamento e implementação de planos

estaduais de telecomunicações, integrando as diferentes regiões do Estado através de redes de radiodifusão de sons, imagens e transmissão digital, articulando com o Governo Federal um programa de universalização da telefonia no meio rural. A **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGAS** – desenvolverá todos os esforços necessários para que o gás natural seja disponibilizado em todas as regiões do Estado. Sua atuação estará baseada em uma política energética que priorize a conservação e eficiência energética, quer para reduzirmos a fatura energética, quer para planejar de forma coerente e ambientalmente sustentável a oferta de gás natural.

A **Companhia de Mineração Riograndense (CRM)** potencializará a efetivação das políticas de recursos minerais e utilização do carvão. Em parceria com órgãos federais irá diagnosticar as potencialidades minerais municipais e regionais, fomentar a criação de cooperativas ou associações de pequenos mineradores, irá mapear as áreas de risco estabelecendo convênios com órgãos federais, estaduais e municipais de fiscalização e/ou fomento, para implementação de suas atividades.

Intensificaremos o uso do carvão respeitando os parâmetros ambientais estabelecidos, fomentando sua cadeia produtiva, visando a formação e crescimento de fornecedores locais de produtos, obras e serviços, pela sua relevância do ponto de vista da quantidade de suas reservas em nosso Estado. Seremos protagonistas numa solução para a entrada em operação da **UTE (Usina Termelétrica) Jacuí I** e

consequentemente a reativação da Mina Leão II, empreendimentos que beneficiam o desenvolvimento da região. Além do uso do carvão na produção de energia elétrica, de forma complementar buscaremos o aproveitamento das cinzas para o uso em cimenteiras e argila para o fomento e a constituição de um polo cerâmico na região sul do Estado, além de outros subprodutos, e o incentivo à formação e qualificação de mão de obra para o setor. Será articulada a constituição de um polo carboquímico na região da campanha.

Já a produção de agrominerais será uma prioridade. O tema dos fertilizantes é de fundamental importância para a economia gaúcha, e construiremos mecanismos alternativos, como a exploração do pó de rocha para obtenção de fertilizantes de origem mineral. Assim como o aproveitamento dos recursos minerais ornamentais será o centro de uma política de desenvolvimento e qualificação.

Adotaremos políticas para elevar de 2% para 10% o fornecimento de insumos e equipamentos produzidos pela indústria gaúcha para a indústria naval e a Petrobras. O Pré-sal é uma possibilidade importante de investimentos futuros para o Estado, principalmente em relação à preparação do setor produtivo gaúcho para o fornecimento de insumos à exploração desta riqueza. O Estado deve articular e fomentar os setores produtivos para ampliar a sua participação no fornecimento de produtos e serviços aos setores de petróleo, gás e indústria naval, auxiliando na grande demanda já estabelecida, que será incrementada com as atividades do Pré-sal, através da potencialização da Cadeia Produtiva do Petróleo e Gás e outras medidas. Hoje

enfrentamos a incômoda condição de ter um dos mais elevados preços de combustíveis do Brasil encarecendo o custo de vida para os consumidores e aumentando o custo da produção de produtos agropecuários e industriais, bem como dos serviços.

Esse comportamento dos preços se relaciona com a produção estadual desses combustíveis inferior à demanda, fazendo com que os custos de frete elevem os preços finais. Mas também está associado ao mecanismo de cálculo do ICMS e nas alíquotas do imposto cobrado pelo Estado. vamos costurar um pacto com as entidades representativas do setor, de modo a executar políticas focadas no aumento da oferta de produtos, ao mesmo tempo em que ajustaremos a política tributária, de modo a minimizar seu impacto na elevação dos preços.

O Governo Estadual somará esforços com o Governo Federal para **consolidar o dique seco em Rio Grande**, assim como envidará esforços para que a REFAP avance seus projetos de ampliação e modernização, consolidando-a como relevante fornecedora local e exportadora de derivados de petróleo. Articulará uma alternativa de funcionamento adequado para a Refinaria Riograndense (ex-Ipiranga), de Rio Grande, além de fomentar as atividades de 3ª geração petroquímica no RS. Em consonância com a política nacional de produção e uso dos biocombustíveis, criaremos o Programa Estadual de Produção e Uso de Biodiesel (PEPB), um programa intersecretarias que visa implementar de forma sustentável, tanto técnica como economicamente, a **produção e uso do Biodiesel**, com

ênfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda, e complementar à produção de alimentos. Instituiremos em parceria com o governo federal uma **política de incentivo às microdestilarias de Etanol** e de seus derivados, com apoio e assistência técnica através de nossos órgãos de pesquisa e assistência (Fepagro e Emater). O Governo do Estado criará o **Selo Social para o etanol** produzido através de produtos oriundos da agricultura familiar.

Redes Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário

A agricultura e a pecuária são importantes para o Estado do RS, pois são elas que fazem movimentar as cadeias agroindustriais, que no seu conjunto, respondem por 50% da economia gaúcha. Entretanto, a parte agrícola estritamente, vem perdendo espaço e alguns setores diminuindo sua competitividade. Isso porque o setor como um todo é influenciado por um conjunto de variáveis, oscilações de preços por oferta e demanda, globalização de mercado, barreiras protecionistas e sanitárias, presença de empresas multinacionais, competição com produtos de outros lugares, política agrícola, além de questões climáticas e políticas macroeconômicas. Precisamos identificar e potencializar as vocações regionais. Agregar valor à produção agrícola via redes de cooperação e fortalecimento da agroindústria familiar.

No Estado pesa o fato de que a agricultura gaúcha nos últimos tempos não recebeu o tratamento e os investimentos necessários. Os investimentos foram realizados foram em sua imensa maioria do governo federal, como por exemplo, os recursos do crédito em

investimentos e custeio, o seguro agrícola, as políticas de comercialização e abastecimento, para o desenvolvimento da pesca, para a assistência técnica, entre outras. Estas políticas e investimentos beneficiaram tanto a agricultura familiar, como a não-familiar. Estas ações do governo federal são referências para no próximo período fazer desenvolver a agricultura, e com isso, alavancar um conjunto de setores que estão associados à produção agrícola, seja pelo fornecimento de insumos e serviços, seja pelo processamento agroindustrial, com produção agropecuária, gerando trabalho e renda.

Buscamos um novo caminho para a agricultura familiar a ser construído em diálogo permanente com os movimentos de agricultores e trabalhadores rurais baseando-se na premissa de que a busca pela diversificação da produção e a obtenção de uma renda estável são dois pontos fundamentais para uma vida no campo mais digna, segura e rentável. Considera ainda a tradição gaúcha de associativismo e cooperativismo, que deve estar no centro deste novo modelo. A integração entre produção de alimentos, energias renováveis e serviços ambientais aponta novas possibilidades de produção e geração de renda. A busca por uma produção sustentável se articula com o manejo ecológico e o uso produtivo da biodiversidade, inseridos em uma estratégia de convivência com os biomas do Rio Grande. O fortalecimento da assistência técnica, viabilizando a diversificação da matriz produtiva e o uso equilibrado de tecnologias e mecanização

é um dos eixos estruturantes, no qual a descentralização dos sistemas de secagem e armazenagem, beneficiamento e industrialização assegurará novos padrões de renda e de trabalho digno no campo.

As ações de Estado serão para todos, mas a prioridade será para aqueles setores que mais gerem postos de trabalho, descentralizem renda e riquezas e possam responder rapidamente aos estímulos, porque o RS precisa estar em sintonia com o Brasil, que cresce e se desenvolve. Para isso propomos como programa de governo:

Criar a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo com a finalidade de propor, formular e executar políticas para o fortalecimento da agricultura familiar buscando o desenvolvimento rural, o fomento às redes de cooperação e a potencialização das políticas federais de desenvolvimento agrário no Estado.

A Secretaria de Agricultura será fortalecida para na gestão da política agrícola coordenando a ação das grandes cadeias agroindustriais, mercado de exportação, defesa sanitária animal e defesa vegetal, armazenamento estadual, cadeias especiais como arroz e pecuária bovina tradicional, entre outras atribuições.

Atenção à agricultura familiar por ser estratégica para economia, sociedade e cultura. As políticas públicas serão integradas com ações para além da produção, com investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos na perspectiva da cidadania no campo, qualidade de vida e dignidade. Trabalhar nos Territórios da Cidadania aspectos da agricultura familiar em nível local e possíveis parcerias para inclusão dos produtos nos mercados.

Resgatar e fortalecer o programa da agroindústria familiar, fomentando a criação de pequenas agroindústrias e programas de formação com a finalidade de incentivar a adoção de boas práticas de fabricação, de qualificar a produção e de buscar a eficiência na gestão dos negócios.

Criar o **Programa Mais Terra, Mais Alimento** que compreenderá a criação de uma linha de financiamento para compra de terras por arrendatários de arroz e de outras culturas, a partir do sistema financeiro estadual em parceria com o governo federal (Banrisul, Caixa Fomento, BRDES), com condições especiais que garantam o pagamento, assim como, a sustentação econômica e social da lavoura, com a redução de custos, segurança do produtor e justiça com quem planta e produz. E ainda, em conjunto com o governo federal, o governo estadual buscará garantir a distribuição de água através da associação dos produtores, integrado-os com as políticas federais para a construção de barragens e canais de distribuição de água.

Implementar o Programa Melhor Carne do Mundo que buscará a excelência da carne gaúcha utilizando o sistema financeiro estadual como instrumento de crédito e fomento para a agropecuária, assistência técnica e ações de defesa sanitária animal, para garantir a qualidade e acesso aos mercados nacional e mundial.

Resgatar e ampliar o **Programa Sabor Gaúcho** com múltiplas ações, linhas de crédito para investimentos e custeio, apoio à comercialização e capacitação técnica para gestão, implementação de política de fiscalização sanitária para pequenas

agroindústrias e para agricultura familiar. Estabelecer política de **profissionalização dos agricultores**, visando eficiência na gestão dos negócios.

Buscar **adequação tributária** – diferenciando alí-quotas para a agroindústria familiar, ampliando os limites de faturamento anual vigentes atualmente.

Programa de fomento à produção leiteira, com investimentos em sanidade animal. Atuar contra a exclusão de famílias de atividades, com políticas de proteção e ações de qualificação dos sistemas de produção, como setor socioeconômico estratégico.

Implementar com urgência o SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária no Estado, com a finalidade de manter e promover a saúde animal e vegetal para garantir a sanidade, desburocratizar a defesa e inspeção sanitária no RS.

Conduzir ações de defesa sanitária animal e vegetal, equipando as estruturas de Estado, garantindo a qualidade da produção para acessar aos mercados às cadeias de aves, suínos, bovinos, ovinos, leite, grãos e frutas.

Fortalecer o serviço de Educação Sanitária criando parcerias com municípios e assistência técnica.

Rever as formas de indenizações por ocasião de ocorrência de descarte de animais infectados por doenças que obrigam os sacrifícios dos mesmos (FESA E FUNDESA).

Estruturação e qualificação da CEASA como instrumento de Estado para comercialização e abastecimento, realizando compras institucionais da agricultura familiar.

Reformular o programa de aquisição e distribuição de sementes e fertilizantes,

com a participação das entidades conveniadas – FETAG-RS e outras entidades, prefeituras e fornecedores de sementes e insumos.

Buscar alternativas técnicas e gerenciais para a **manutenção dos armazéns da CESA** com estrutura pública de armazenamento de grãos no RS.

Fortalecer o Fundo Estadual de Apoio à Pequena Propriedade Rural – FEAPER, para que o mesmo possa continuar realizando a equalização dos recursos destinados ao programa troca-troca.

Garantir junto ao governo federal o **apoio e a ampliação do seguro agrícola no RS** visando minimizar os prejuízos decorrentes de mudanças climáticas bruscas.

Criar, a nível estadual, o **Fundo Estadual contra Catástrofes**, com a finalidade de socorrer produtores e combater os efeitos da seca e outros eventos danosos ao setor primário.

Fortalecer o Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário – FEASP, visando desencadear ações de apoio à melhoria nas estradas de acesso às propriedades rurais e o escoamento da produção.

Programa Estadual de Agroecologia, com múltiplas ações integradas e intersetoriais, visando estimular adesão à transição para sistemas de produção ecologicamente sustentáveis, que aliem produção agrícola com preservação ambiental.

Política de apoio aos produtores familiares para estruturação de espaços de comercialização direta, entrepostos e pequenas centrais de armazenamento, aquisição de equipamentos e transporte.

Recuperar a assistência técnica, extensão rural e pesquisa pública, com serviços de qualidade, com revitalização da Emater, Fepagro, UERGS, promovendo parcerias com instituições universitárias e organizações da sociedade civil.

Programa Estadual de Irrigação, direcionados às regiões mais vulneráveis às estiagens e déficit hídrico, com concepção sustentável e gestão de uso múltiplo dos recursos hídricos.

Programa de apoio e fortalecimento de polos de fruticultura, e pesquisa de novos locais de produção, buscando a qualidade das frutas e acesso a novos mercados, com estímulo a produção integrada e transição agroecológica.

Programa Estadual de Pesca Sustentável, com um conjunto de ações integradas, de valorização dos pescadores, promoção do pescado e fomento como atividade socioeconômica.

Utilizar o sistema financeiro estadual, Banrisul e Caixa RS, como instrumento de **crédito e fomento para todos os segmentos da agropecuária gaúcha**.

Estabelecer uma nova relação e uma **política estadual clara e concertada com os diversos setores do agronegócio**, integrando-os ao programa de retomada do desenvolvimento para as cadeias produtivas locais.

Criar uma política para a juventude rural, estimulando a permanência destes no campo, que inclui acesso à terra, inclusão digital, saúde, lazer, esporte, cultura, habitação e educação profissional. Aos jovens empreendedores que permanecerem no meio rural estabelecer um programa de bolsa de apoio.

Apoiar e ampliar as escolas “**Casa Familiar Rural no RS**” bem como reconhecê-las como educação formal profissionalizante no meio rural.

Para as mulheres trabalhadoras rurais as **políticas públicas terão um recorte de gênero**, que permita e estimule as mulheres à participação nas instâncias de formulação e no acesso às políticas públicas existentes ou a serem criadas de acordo com as demandas dos movimentos sociais.

Ampliar o FUNTERRA/RS – Fundo e Estadual de Terras do Estado que trata do crédito fundiário, para aquisição de terras.

Promover programas de formação em associativismo e cooperativismo para os beneficiários da reforma agrária, em especial para a juventude.

Fortalecimento do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável como instância de formulação de diretrizes estratégicas, controle social e participação efetiva da representação da agricultura familiar, reforma agrária e públicos especiais. Formação de um **comitê estadual gerenciador de fundos para pesquisa agrícola**, com a participação de representantes da sociedade civil e poder público.

Resgatar e ampliar os convênios com os municípios e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a fim de **agilizar o licenciamento ambiental** para os empreendimentos da agricultura local.

Retomar o Programa de Habitação Rural em parceria com o governo federal, visando auxiliar na manutenção dos jovens no campo, dar condições de aquisição, construção e reforma de moradias no meio

rural, bem como promover o estímulo à autogestão e projetos alternativos.

Criar um **programa estadual de regularização fundiária para o meio rural.**

Redes Meio Ambiente

Queremos o Rio Grande do Sul sintonizado com as preocupações globais sobre crescimento sustentável e preservação ambiental, protagonista de soluções locais para enfrentar os grandes temas que envolvem o Meio Ambiente. O desenvolvimento regional sustentável, ou seja, um futuro construído com a preservação dos recursos naturais, fará com que o Rio Grande volte a figurar entre os Estados com melhor qualidade de vida. Recuperação das estruturas ambientais, maiores investimentos em saneamento ambiental, ampliação da geração de energias limpas e propostas sustentáveis para os centros urbanos serão marcas de um projeto compromissado com a sustentabilidade do campo e da cidade, no médio e longo prazo.

O desafio da atualidade é desenvolver-se criando riquezas, infraestrutura, gerando emprego, mas preservando o meio ambiente. Esta não tem sido uma tarefa fácil, pois é preciso formar uma cidadania planetária consciente dos seus limites, e despertar na sociedade a responsabilidade para com seu meio, senso de coletividade e compromisso com as futuras gerações.

O governo do presidente Lula tem iniciativas importantes nesse sentido, como combater o desmatamento, propor internacionalmente metas ousadas de enfrentamento ao aquecimento global e promover a preservação ambiental.

No Rio Grande contamos com excelentes condições sociais e históricas para avançar nas questões ambientais, somos pioneiros nas organizações preservacionistas, em muitas legislações avançadas sobre sustentabilidade

e em movimentos sociais comprometidos com o meio ambiente. Queremos ampliar os esforços, os investimentos e as iniciativas de preservação ambiental a partir das seguintes propostas:

Meio Ambiente como variável transversal em todas as ações de governo, com adoção de uma **Agenda de Sustentabilidade no RS** que busque fomentar a instalação e a criação de negócios sustentáveis e de uma economia verde com incentivos, investimentos e assistência técnica e tecnológica.

Combate Local ao Aquecimento Global estabelecer uma agenda de iniciativas do setor público em conjunto com a sociedade com ações de combate ao aquecimento, como preservação ambiental, controle de emissão de poluentes e estabelecimento de diretrizes e metas para o Estado na perspectiva de promover uma economia sustentável.

Zoneamento econômico-ambiental como instrumento de orientação e de planejamento das atividades econômico-produtivas. Implementar, com características estaduais, o **Programa Mais Ambiente** do Governo Federal, que tem por objetivo proporcionar aos agricultores adequação à legislação ambiental.

Política Estadual de Serviços Ambientais, articulado com a política nacional, com ações e incentivos de diversas formas às unidades familiares que produzem em sistemas sustentáveis.

Dotar os órgãos do Estado de capacidade operacional, com profissionais e infraestrutura de trabalho, eficiência nos serviços prestados, educação ambiental, operacionalização de políticas

públicas, licenciamento e fiscalização, pesquisa, gestão de parques e reservas ambientais.

Atuação descentralizada e ação pedagógica e orientadora dos órgãos ambientais estaduais, de forma a evitar conflitos e agilizar processos, aproveitando as oportunidades de desenvolver o Estado com respeito à legislação e à preservação ambiental.

Qualificação e reestruturação da FEPAM e de seu quadro funcional, garantindo tratamento isonômico na liberação dos licenciamentos ambientais e fiscalização para os grandes, médios e pequenos empreendimentos no Estado.

Aplicação da Legislação Ambiental e fiscalização em conjunto com os demais órgãos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Municípios e Batalhão Ambiental da Brigada Militar.

Avaliação, monitoramento e divulgação de informação sobre a qualidade ambiental. Este trabalho é a base para a priorização e avaliação da efetividade das ações desenvolvidas (como o próprio licenciamento ambiental). Diagnóstico e Planejamento, para que a ação do **Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISE- PRA)**, a avaliação das mudanças ambientais e o licenciamento ambiental de atividades individuais sejam vistos dentro do marco de diretrizes regionais e da capacidade suporte do ambiente. Constituir no Estado do RS um **espaço permanente de diálogo** e parceria entre governo, setores produtivos e organizações da sociedade civil, na busca de entendimentos para problemas ambientais do Estado e proposta a serem levadas ao âmbito estadual e nacional.

Política Estadual dos Recursos Hídricos, com gestão sustentável, implantação do Programa Água para Todos, em parceria com o governo federal, para múltiplos usos.

Política Estadual de Serviços Ambientais, articulada com a política nacional, com ações e incentivos de diversos tipos às unidades familiares que preservarem e produzirem em sistemas sustentáveis, com certificações de origem para produção sustentável.

Estruturar uma Rede de Pesquisa Integrada (com metas de curto, médio e longo prazo) para gerar conhecimentos e tecnologias que possam se transformar em serviços, métodos processuais, softwares, bens, máquinas e equipamentos de inovação ecológica, criando uma economia verde (limpa), tornando o Estado do RS referência e vanguarda em geração de tecnologias sustentáveis, gerando postos de trabalho e riquezas. Ampliar o número de bolsistas de pesquisa científica e implantar bolsa de agentes de desenvolvimento ambiental.

Fomentar a instalação e a criação de negócios sustentáveis, garantindo incentivos que propiciem investimentos em serviços, desenvolvimento de conhecimentos, geração de insumos, novos materiais, tecnologias de baixo impacto, tecnologias sociais, geração de energias renováveis, reciclagem, construção civil, entre outros.

Incentivar **produção regionalizada** de produtos agrícolas perecíveis (hortifrutigranjeiros).

Criação de órgão para coordenar a **gestão de resíduos urbanos** (domiciliares,

empresariais, hospitalares, da construção civil).

Implementar o Proinfra buscando produção de energia a partir de biomassa (bagaço de cana de açúcar e dejetos da suinocultura).

Planejar o aproveitamento da **Orla do Guaíba**. Criar o **Museu das Águas** na Orla do Guaíba para contribuir na educação, informação e participação da sociedade.

Redes Saneamento

A gestão democrática e qualificada das águas, a partir das diretrizes do **Sistema Estadual de Recursos Hídricos**, tem enorme relevância para o futuro do Rio Grande do Sul. O saneamento é um indicador de uma sociedade desenvolvida e pode ser avaliado pelo acesso à água potável de qualidade, rede de esgoto tratado, coleta e destino adequado ambientalmente de resíduos sólidos, e drenagem nos casos necessários. Ações desta natureza ficaram por muito tempo à margem dos investimentos públicos, avançando em algumas regiões mais desenvolvidas e estagnando em outras. No Estado do RS o acesso à água tratada atinge a maioria da população, mas o Estado tem apenas 14% do esgoto tratado, o que é muito baixo. É preciso investimentos para garantir estes serviços à população, isso se traduz na melhoria do IDH, em saúde pública, qualidade de vida e cidadania. No RS o governo estadual investiu muito pouco em saneamento. Os investimentos realizados foram, na sua maioria, oriundos do governo federal.

O governo do presidente Lula definiu o saneamento como uma das prioridades do PAC, e destinou R\$ 40 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões por ano, através do Ministério das Cidades, Funasa (cidades com menos de 50 mil habitantes) e Caixa Econômica Federal. A

CORSAN foi beneficiada com quase um bilhão de reais do Governo Federal para os seus programas de saneamento.

Na nossa visão, além da prevenção de doenças e promoção da saúde, estes investimentos também contribuem para alavancar a economia, estimulando o crescimento de diversas regiões, com consequente geração de emprego e renda. Portanto, o saneamento é uma prioridade do nosso programa, para o qual devemos garantir investimentos do Estado e buscar parcerias com o Governo Federal e municípios, com transparência e participação no acesso e na gestão dos recursos. As propostas para o programa estadual de saneamento são:

A água como um bem comum e um direito humano universal, sob controle público, tendo o Estado com papel de regulador, fiscalizador, indutor e investidor.

Plano Estadual de Saneamento com estratégia, objetivos e metas, que contemple o curto, médio e longo prazo, estabelecendo como horizonte a universalização de abastecimento de água e saneamento básico como direito de todos. Para tanto habilitando-se o Estado e os municípios para a captação de recursos do governo federal do PAC I e do PAC II.

Apoiar os municípios à elaboração de **Planos Regionais e Municipais de Saneamento**, com capacitação de profissionais e gestores públicos na captação de recursos, elaboração de projetos, planejamento e gestão, bem como ações de caráter técnico.

Implantar o **Programa Água para Todos** através da CORSAN e em parceria com governo federal implementar políticas de

universalização do abastecimento, envolvendo ações nas áreas que sofrem com estiagem, programa de irrigação para a produção agrícola e acesso à água potável para população do campo e da cidade.

A **CORSAN como empresa pública**, de controle estatal, deverá ser adequada a prestar os seus serviços atendendo criteriosamente aos parâmetros estabelecidos pelo Marco Regulatório (Lei 11.445). Como instrumento do governo para abastecimento e saneamento, a CORSAN deverá ser fortalecida, ampliando o investimento na melhoria constante dos serviços prestados à população, com uma gestão profissionalizada, qualificada, democrática e participativa. Para a CORSAN como empresa prestadora de serviços na qualidade exigida pelos usuários, é necessário ter um bom quadro funcional e condições de trabalho adequado, para isso, capacitações e valorização das carreiras profissionais.

Qualificar a relação na negociação com todos os municípios que mantém contratos com a CORSAN, visando à manutenção da empresa como prestadora de serviços de abastecimento e saneamento. Adequar a estrutura organizacional da CORSAN às necessidades de regionalização e atendimento aos Contratos de Programa Firmados. Promover a **modernização da infraestrutura** da CORSAN e da rede de distribuição de água, para atender os padrões de qualidade e a atenção à saúde pública. Afirmar o **Conselho Estadual dos Recursos Hídricos** como instância qualificada de participação social, elaboração e de controle social na gestão das águas. Promover a **educação ambiental** para uso sustentável dos recursos hídricos. Criação do

Fundo Estadual de Abastecimento e Saneamento para proporcionar investimentos no setor. Política estadual, com crédito, assessoramento técnico e captação de recursos para investimento em sistemas de drenagem e controle de enchentes para zonas urbanas. Criar instrumentos de **controle público e participação da sociedade** e dos usuários na avaliação das políticas e dos serviços prestados.

Redes Pesquisa e Inovação Tecnológica

Para acelerar o desenvolvimento é essencial integrar as políticas de pesquisa, ciência e tecnologia com o conjunto das políticas de governo de forma a restabelecer o laço entre as ações do governo estadual com a produção científica do Estado. Devemos ainda: articular o planejamento estadual com o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia, que propõe a integração com os governos estaduais e municipais; ampliar a integração entre as universidades públicas e privadas com as cadeias produtivas; fortalecer as instituições públicas de pesquisa e redimensionar e revitalizar a UERGS; integrar as políticas de pesquisa, C&T, com o conjunto das políticas de governo, fortalecendo setores de ponta como o CEITEC e os polos tecnológicos já em funcionamento (PUC, Unisinos) e em instalação (UFRGS) na concepção das tecnópoles desenvolvidas nos anos 90 por nossa administração na Prefeitura de Porto Alegre.

A experiência do projeto Porto Alegre Tecnópole, que articulou Governos Locais,

empresas e universidades da região metropolitana é a base para uma estratégia de utilização da pesquisa e inovação como instrumento decisivo para promover, mediante a educação, a ciência e a tecnologia, um processo de desenvolvimento regional sustentado e competitivo na economia globalizada da sociedade do conhecimento. Esta iniciativa, que resultou na implantação do CEITEC, de incubadoras de empresas nas universidades da Região e parques tecnológicos como o Polo de Informática de São Leopoldo e o Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (TECNOPUC), é um exemplo de nossa abordagem do tema do papel da pesquisa e inovação para o desenvolvimento. Esta abordagem contrasta com a atual situação do setor, que se caracteriza por um esvaziamento da Secretaria da Ciência e Tecnologia, o sucateamento da UERGS, a redução a mínimos históricos dos investimentos da FAPERGS e o abandono dos Polos Tecnológicos das universidades comunitárias no interior. Para superar esta situação propomos:

Criação do **Projeto RS Tecnópolis** – com a finalidade estabelecer uma política para a área de ciência, tecnologia e inovação no Estado articulando governos locais, empresas, universidades e os parques e corredores tecnológicos para uma estratégia de investimento e apoio à pesquisa e inovação como instrumento decisivo para promover a ciência e a tecnologia voltadas para o processo de desenvolvimento sustentável, com implantação de incubadoras de empresas nas universidades das regiões e centros tecnológicos. Buscará identificar as macrorregiões com potencial de desenvolvimento e as áreas de conhecimento

envolvidas (energias renováveis, tecnologias da informação e comunicação, saúde e biotecnologia, meio ambiente, planejamento urbano e regional, microeletrônica, indústria naval, etc.), e assim contribuir para um novo ciclo de desenvolvimento, com foco na Inovação. Trata-se de um projeto com escopo regional, que identifique as **REPOTs (Regiões de Potencial Tecnológico)**, a partir de uma visão de desenvolvimento do Estado com foco na melhoria da qualidade de vida de nossa gente.

A **determinação e caracterização das REPOTs (Regiões de Potencial Tecnológico)** e das políticas de incentivo, atração e retenção de investimentos com alto valor agregado, sob a coordenação do Governo Estadual em conjunto com o setor empresarial e as instituições de ensino e de pesquisa presentes no Estado, estaduais, comunitárias ou federais.

O **fortalecimento da Secretaria de Ciência e Tecnologia** e das suas fundações, com foco na atuação como uma Secretaria de C&T e Inovação, conduzindo programas de longo prazo que visem à alteração da matriz tecnológica de processos produtivos que serão mais importantes para a sociedade do conhecimento. Reativação do Conselho Estadual de C&T com vistas a propor metas e programas de longo prazo nesta direção, envolvendo as forças ativas em C&T&I no RS.

O **fortalecimento imediato da FAPERGS**, criando as condições para que ela volte a ser protagonista do desenvolvimento científico e tecnológico

do Estado, voltando a financiar de maneira consistente a pesquisa no RS.

O alinhamento com as políticas públicas federais na área de ciência, tecnologia e inovação. O envolvimento do CEITEC, enquanto projeto nacional de desenvolvimento na área de microeletrônica, nas estratégias de desenvolvimento regional desta área. **A identificação do papel e da vocação da UERGS**, de modo a atuar de forma alinhada com as demais Instituições Federais e Comunitárias, com grande envolvimento e serviços nas suas regiões de atuação.

Reformatação e agilização dos programas de apoio às regiões de potencial tecnológico, ampliando o programa de Parques Tecnológicos para uma ação mais abrangente como o RS Tecnópolis.

Redes Tecnologia da Informação e Inclusão Digital

O avanço das Tecnologias da Informação e dos novos níveis de comunicação e organização social, política, econômica e cultural, chamados de Sociedades em Rede, conectadas globalmente, é um dos grandes fenômenos contemporâneos. Um projeto de governo transformador precisa potencializar e integrar esta nova era de comunicação digital ao seu programa de desenvolvimento e levar o RS à Sociedade da Informação e o governo para a casa de cada gaúcho.

Para a realização de um governo aberto e digital utilizaremos todas as ferramentas da Tecnologia da Informação (TI) que possibilitem o acesso democrático a todas as informações sociais e de governo priorizando as políticas da inclusão digital. Além disso, é importante fortalecer a estrutura do Estado na área da TI, fortalecendo a PROCERGS e trabalhando no

sentido da ampliação dos acessos via Banda Larga em todas as regiões, a partir de parceria com o Governo Federal, universidades e os Polos e corredores tecnológicos do Estado. Para isto é importante:

Criar o Programa Inclusão Digital e Cidadania que amplie o acesso via Banda Larga em todas as regiões e implante uma rede de telecentros em todo o Estado, promovendo a inclusão digital. Busque ainda estabelecer uma política que combine a ampliação do acesso à tecnologia, através do Programa da Rede de Telecentros RS, a parceria com o Governo Federal no Projeto “Um Computador por Aluno”, além da criação de **CRCs (Centros de Recondicionamento de Computadores)**, de linhas de crédito para aquisição de computadores e de parcerias com programas de inclusão digital promovidos no âmbito da sociedade civil. Prover o Estado de **infraestrutura tecnológica**: criar um Programa de Conectividade Estadual, articulado com as iniciativas do governo federal. Criar Polos regionais de hardware e software, visando atender o Programa de Conectividade Estadual. Estimular a implementação de Parques Tecnológicos e Incubadoras voltados para o desenvolvimento da Indústria de Software. Estabelecer parcerias para destinação do lixo eletrônico.

Programa Governo em Casa: implementar políticas de Governança Eletrônica com o uso das redes sociais e das tecnologias da informação para aproximar governo e sociedade, com

transparência e controle público. Garantindo três níveis de acesso digital: 1) Informação e Controle Público. 2) Prestação de Serviços Públicos. 3) Participação, interação e fóruns de debate. Ampliar a utilização de **Softwares Livres**: a utilização de programas de código aberto pode cumprir um importante papel na redução da dependência tecno- lógica e na diminuição dos custos das políticas de TI. Incluir as **Ciências da Computação no Ensino Básico**: trabalhar no sentido da inclusão da ciência da computação como parte dos currículos da rede pública de ensino.

Fortalecer a PROCERGS: resgatar o papel estratégico da empresa, recuperando seu papel como instrumento de implementação de políticas de TI. A PROCERGS pode cumprir um papel essencial na elaboração de um Plano Diretor de Informática para o RS. Para isto a empresa precisa ser valorizada através de investimentos contínuos no desenvolvimento de novas tecnologias, da qualificação e capacitação do seu funcionalismo, da redução da terceirização e da subcontratação em áreas estratégicas e do fortalecimento dos planos de carreira.

Redes Cultura

O Brasil mudou nos últimos anos. Para melhor. Ultrapassou paradigmas, abriu-se para sua diversidade cultural. Foi líder e um dos principais signatários da Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em 2005 e ratificada em 2007 pelo parlamento brasileiro. Nesse documento, o Brasil expressa que a base de nossa identidade é a diversidade.

O Rio Grande do Sul é e sempre foi território de fronteira, de cultura híbrida, mestiça,

mesclada em cores, raças, usos e cosmogonias provenientes de distintas tradições e cantos do mundo. O Estado acolhe uma população de origem muito variada, a qual, em sua totalidade, forma um dos povos mais diversos do Brasil. Desde gaúchos mestiços do pampa, negros trazidos pelo escravismo, indígenas, portugueses dos Açores e demais europeus que, em distintos períodos, vieram para povoar o território, os gaúchos habitam com a riqueza de seus costumes de norte a sul e de leste a oeste do território mais meridional do Brasil. Estado de culturas rurais, mas cada vez mais urbanizado, é ele também lugar de culturas urbanas em suas distintas periferias, muitas vezes invisibilizadas por suas versões pasteurizadas via cultura de massa. Essa riqueza cultural é vista pela Unesco, inclusive, como fator propulsor de desenvolvimento econômico e social, bem como importante fator de qualificação do ambiente social, do desenvolvimento coletivo e individual. É geradora de oportunidades no campo econômico, contribuindo cada vez mais com a geração de emprego e renda, principalmente aos mais jovens. Assim como a média mundial, cerca de 7% da economia brasileira é economia da cultura. Nossa política cultural deverá ter um caráter indutor da economia da cultura, criando condições para a sustentabilidade das práticas culturais assim como dos grupos, pequenas empresas, cooperativas e associações de produtores e criadores culturais.

A gestão cultural será democrática e republicana, garantindo o acesso e a

acessibilidade dos bens, produtos e serviços culturais à todas as pessoas. Deverá ser compreendida não apenas como entretenimento, mas como fonte geradora de valor simbólico (criativo e estético), civilidade, solidariedade e pluralidade. Respeitar e fomentar toda a Diversidade Cultural do Rio Grande do Sul. As manifestações culturais tradicionais, rurais e urbanas, étnicas e todas as linguagens artísticas deverão ter espaço, ações, programas e investimentos no Governo Tarso. Devem-se criar as condições onde as Belas Artes, os grandes debates intelectuais e acadêmicos aconteçam, assim como os Festivais de Culturas Populares, das Etnias e das manifestações da Juventude. En- fim, nossa política cultural deve contribuir para que o acesso e a produção cultural seja de fato um Direito Social Básico do Povo Gaúcho.

É preciso, também, reposicionar a cultura gaúcha no cenário nacional e internacional, romper com a posição provinciana e isolada em que o RS hoje se encontra. Trocas culturais promovem conhecimento mútuo, autoestima, paz, solidariedade e tolerância. Para um Estado que abrigou de forma pioneira o Fórum Social Mundial, é fundamental desenvolver um programa de intercâmbio que, não apenas humaniza, mas complementa e amplia trocas econômicas e simbólicas. Neste sentido, devemos apoiar as iniciativas da Agenda 21 da Cultura e dialogar permanentemente com nossos irmãos e vizinhos da América Latina.

Propomos então os **13 pontos para a cultura** do Rio Grande crescer no ritmo do Brasil:

1. Convocação de uma grande Conferência Estadual de Cultura e Conferências

Regionais para definir planos de metas e ações.

2. Criação de um Sistema Estadual de Cultura, articulado com os Sistemas Municipais de Cultura, constituídos de Conselhos, Planos e Fundos municipais de cultura, possibilitando unidade institucional, harmonização da gestão e assegurando ampliação dos serviços de cultura ao cidadão.

3. Esse sistema será alavancado por um Plano Estadual de Cultura com metas, objetivos e ações bem definidos e articulados com as diversas áreas da cultura e todos os setores sociais, de forma democrática e com a ampla participação.

4. Criação e institucionalização dos Colegiados Setoriais e dos Planos Setoriais discutidos entre os diferentes setores culturais e/ou as diversas linguagens artísticas.

5. Fortalecimento do Conselho Estadual de Cultura como uma instituição independente e de representação plural e democrática, em conjunto com Conselhos Regionais e Municipais, definidores de políticas públicas.

6. Implantação do Programa Cidadania Cultural que tem como objetivo garantir o acesso à cultura da população de baixa renda a partir de um programa estadual de subsídio para espetáculos, exposições, apresentações, shows, recitais, cinema.

7. Implantação de 500 pontos de cultura, de leitura, pontinhos de cultura, pontos de memória e Cine Mais Cultura. **500 bibliotecas públicas modernizadas** em todo o Estado e **500 projetos em todas as cidades** do Estado, entre Teatro na

Escola, Música na Escola, Autor Presente, Cinema na Escola, Cultura na Escola.

8. Qualificação e reestruturação dos espaços públicos de cultura do Estado como: bibliotecas, museus, galerias de arte, teatros, estúdios públicos.

9. Implementação do Fundo de Apoio à Cultura – FAC – com recursos públicos e editais por setores culturais, desde o artesanato, as culturas populares, as culturas tradicionais, até a produção cultural urbana e de vanguarda.

10. Reforma da LIC, Lei de Incentivo à Cultura buscando torná-la mais transparente, democrática, ampliando a distribuição e o acesso dos recursos disponíveis.

11. Reestruturação da Sedac (Secretaria de Estado da Cultura) compreendendo a ampliação do orçamento, a adequação da estrutura institucional e a transversalidade da gestão. Desta forma buscaremos uma maior articulação com os programas e editais do Governo Federal, parcerias e investimentos privados e internacionais e linhas especiais de financiamento através das instituições financeiras. Criaremos órgãos gestores para coordenar projetos e programas que protejam e promovam a Diversidade e a Cidadania Cultural, a universalização do acesso à cultura e políticas de fomento à Economia Criativa. Garantiremos a transversalidade através do desenvolvimento de políticas conjuntas com as diversas áreas.

12. Estabelecer novos programas de fomento a criação, formação e profissionalização de artistas e gestores das mais diferentes áreas: no teatro, na dança, no circo, nas artes visuais, no audiovisual, na música, na literatura, na memória e patrimônio,

no hip hop, no artesanato, além e dos novos campos da criação.

13. Fortalecimento da TVE e FM Cultura, como veículos de comunicação públicos e espaço de promoção e divulgação da diversidade cultural do Rio Grande do Sul, através da implantação de políticas de gestão democráticas, financiamento, programação, atualização tecnológica, adotando as medidas necessárias para migrar de sistema estatal para sistema público, garantindo uma atuação transparente, democrática, com autonomia sobre a sua programação.

Redes Assistência Social e Combate à Pobreza

O SUAS, que completa cinco anos em 2010, introduziu significativas mudanças nas referências conceituais, na estrutura organizacional e na lógica de gerenciamento e controle das ações. Reafirma também a primazia da responsabilidade do Estado na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em parceria com a sociedade civil, de forma continuada e como direito assegurado a todos que dessa política necessitar. Este novo paradigma, que segue os princípios da Constituição Federal e da Lei Orgânica de Assistência Social, reconhece diferentes formas de proteção e promoção social a serem garantidas pelo Estado: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, concretizando os diretos constitucionais. A configuração e materialização da Proteção Social Básica nos municípios brasileiros é a existência do Centro de Referência de

Assistência Social (CRAS). No caso da Proteção Social Especial de Média Complexidade é a existência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), já a Alta Complexidade se organiza por meio de equipamentos como Abrigos, Asilos, Albergues, República, entre outros.

O SUAS reafirma o princípio do cofinanciamento como responsabilidade da União, Estados e Municípios. No caso do Estado Rio Grande do Sul, os dois últimos governos não tiveram como prioridade esta área, o que nos colocou em ampla desvantagem em relação a grande maioria das outras unidades federadas do Brasil. Assim, integram o programa de governo as seguintes diretrizes e propostas:

Garantir a implantação do SUAS a partir do debate com os operadores da política de assistência social, reafirmando o princípio do cofinanciamento como responsabilidade da União, Estados e Municípios.

Organizar o Plano Estadual de Assistência Social, como definido na Lei Federal 7842/93 - LOAS.

Reordenar institucional e programaticamente o órgão gestor da assistência social conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social e a NOB/SUAS.

Adequação do atendimento socioeducativo gaúcho às diretrizes do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

Respeitar os parâmetros arquitetônicos previstos no SINASE para as novas unidades de atendimento socioeducativo.

Promover capacitação e treinamento continuado para os servidores responsáveis pelo atendimento socioeducativo.

Buscar a transversalidade no atendimento socioeducativo e desenvolver ações e campanhas preventivas sobre diversos temas: DSTs/AIDS, pré-natal, violência virtual, drogas, importância dos vínculos familiares, valorização do trabalho e a educação, etc..

Organizar em conjunto com os municípios um sistema de colaboração e parceria para a utilização dos recursos destinados à assistência social.

Buscar, em parceria com os municípios, alternativas para o combate à pobreza extrema, principalmente no que se refere aos moradores de rua, promovendo sua subsistência, através de moradia e geração de renda. Instituir o Programa Casas da Cidadania com a finalidade de garantir aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS – que necessitem de tratamento médico-hospitalar e/ou de realização de exames fora de seu município, a disponibilização de meios de hospedagem, estendido, quando comprovada a necessidade, ao seu acompanhante. Estes meios de hospedagem serão mantidos diretamente pelo poder público estadual e viabilizado por meio de convênios, acordos, e consórcios com órgãos e entidades públicos e privados, bem como, com municípios e o Governo Federal. As Casas da Cidadania terão caráter público e acesso universal, sendo preferencialmente localizadas em municípios com serviços de referência em saúde como Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Maria, Caxias, Ijuí, Pelotas, Erechim, Santa Rosa, Frederico Westphalen e Uruguaiana. A implantação, a estruturação, o funcionamento e o acompanhamento dos meios de

hospedagem serão definidos pelo governo, sociedade, poderes judicial e legislativo, com a participação ativa dos Conselhos municipais, regionais e do Conselho Estadual de Saúde.

Fortalecer o processo de controle social com valorização das instâncias de participação da população e de seus representantes.

Promover conferências permanentes sobre políticas sócioeducativas envolvendo os servidores responsáveis pela execução das medidas.

Fortalecer e descentralizar os serviços da FASE voltados ao atendimento das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional aproximando o jovem de sua família. Realizar de Concurso Público para a FASE, visando compor o quadro de pessoal de acordo com as exigências do SINASE.

Rediscutir o plano de carreira da FASE com ampla participação dos servidores na Comissão Permanente de Negociação.

Revisar o PEMSEIS (Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade) com ampla participação dos servidores da FASE. Buscar a adequação das condições de trabalho nas instalações da FASE para qualificação no atendimento aos jovens em conflito com a lei. Estabelecer o acompanhamento contínuo e preventivo da saúde dos servidores que atuam em áreas penosas/perigosas.

Rever o modelo terceirizado de atendimento nas medidas de semiliberdade e nas medidas de internação. viabilizar uma maior aproximação com o Ministério Público Estadual e a Justiça da Infância e Juventude do RS.

Buscar a aplicação de medidas sócio-educativas de acordo com o grau de

comprometimento de ressocialização conforme parâmetros da Justiça Restaurativa.

Ampliar e qualificar o Programa Bolsa Família no Estado no RS com estratégias de emancipação das famílias e seus integrantes.

Promover ação intersetorial no enfrentamento e prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas.

Implantar o Parque no Morro Santa Teresa com a garantia da regularização fundiária para as comunidades residentes no local.

Na Segurança Alimentar e Nutricional, considerando:

Que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar já estão definidos em legislação federal (Lei Federal Nº 11.346, de 15/setembro/2006). Que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) já está bem delineado no nível federal e que são necessários encaminhamentos para efetivação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISANS-RS) – aprofundando e regulamentando o que consta na Lei Estadual Nº 12.861, de 18/dezembro/2007. Que o Estado do RS precisa entrar nesta concertação para o atendimento pleno da população e, principalmente, daqueles que são desnutridos e/ou mal nutridos por excesso ou inadequação de alimentos (obesos), para que o direito à alimentação se efetive através de políticas públicas de SAN – com componentes emergenciais e estruturantes.

Que há instâncias constituídas de ações conjuntas de governos e da sociedade civil

no trato das questões da Segurança Alimentar, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, mas que políticas governamentais nesta área são indispensáveis para garantir operacionalidade e regular relações, o programa de governo integra as seguintes propostas: Instituir o **Programa RS Sem Fome** com a finalidade de erradicar a pobreza absoluta e a fome a partir da articulação da produção da agricultura familiar e urbana com os restaurantes populares, distribuição de cestas básicas, merenda escolar e ampliação do programa Bolsa Família no Estado.

Viabilizar a rearticulação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul – SISANS RS.

Promover, fomentar e cofinanciar iniciativas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Inclusão Social Produtiva, conforme pactuação na esfera federal dos diferentes ministérios.

Promover a Conferência Estadual de SANS prevista para agosto de 2011, bem como as Conferências Municipais e microrregionais que a antecederão e a Delegação Gaúcha eleita para a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional prevista para outubro de 2011.

Viabilizar programas, projetos e ações integradas dos Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição com os Programas de SANS como por exemplo: o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, Programa da Alimentação Escolar além de outros programas de proteção e de desenvolvimento social.

Viabilizar qualificação e formação dos profissionais e gestores públicos que atuam na área de SAN – como forma de aproximar os

serviços técnicos com as políticas traçadas pela área nacional, estadual e municipal.

Redes Inclusão Social, Justiça e Dignidade

Os direitos humanos, o combate ao racismo, o respeito às minorias e às diferenças são compromissos de um governo democrático e popular. Assumimos, portanto, o compromisso com uma política de Direitos Humanos e Justiça e com a elaboração de um programa de retomada do desenvolvimento social voltado ao atendimento de políticas de inclusão e dignidade humana, que reconheça que somos diferentes e que a diferença, portanto, é que nos dá a condição de indivíduo.

A acessibilidade universal, com direitos e respeito, reconhecidos pelo Estado e pela sociedade, nos dá a condição de cidadãos plenos – homens e mulheres, negros, índios e brancos, crianças, jovens e idosos, pessoas com deficiência, independente da etnia, condição física, orientação sexual, política, religiosa ou econômica – e devem orientar a formulação de políticas do Estado de forma transversal, atingindo todos os setores do governo e da sociedade. Para tanto propomos a criação de uma Coordenadoria de Direitos Humanos, Diversidade e Dignidade.

Política Estadual de Juventude – a juventude brasileira vive seu pico geracional. Segundo dados do IBGE, são 52 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, um contingente populacional recorde, que especialistas têm chamado de “bônus demográfico”, estratégico para se pensar o presente e o futuro do país e do Rio Grande

do Sul. No Estado, os jovens foram pouco contemplados por programas locais com recorte juvenil. Iniciativas importantes como o Programa Primeiro Emprego do Governo Olívio, foram descontinuadas pelos governos que sucederam. A maioria das medidas teve origem federal, instituídas pelo Governo Lula, como o PROJOVEM e o PRONASCI, e replicadas pelos executivos estaduais e municipais. Entretanto, no RS a aplicação dos programas se mostrou irregular, devido a falta de comprometimento com a juventude. Na prefeitura de Porto Alegre, uma etapa do PROJOVEM foi cancelada pelo não cumprimento de metas, reafirmando o caráter problemático da efetivação das políticas juvenis.

O fato é que a juventude precisa ter suporte público eficaz, que contemple a sua diversidade cultural, racial, de gênero, classe, região e orientação sexual. Os principais desafios de uma Política Estadual de Juventude estão na garantia do acesso e permanência à educação de qualidade, o acesso ao trabalho decente, emprego formal com carteira assinada; e o direito a uma vida digna e segurança pública (nos últimos anos os homicídios ultrapassaram os acidentes de trânsito como a principal causa de morte entre os/as jovens).

Para isto deverá ser criado o **Plano Estadual de Juventude** visando estabelecer políticas públicas para a juventude forma transversal e em sua totalidade, agregando a diversidade de programas e projetos direcionados para esse segmento. Para garantir a participação dos diversos segmentos da juventude na gestão das políticas propomos a criação do **Conselho Estadual de Juventude** de caráter consultivo e deliberativo.

Um dos focos desta política deverá ser o acesso e permanência à educação de forma articulada com o mundo do trabalho e a garantia da vida digna para a juventude, constituindo um sistema onde o jovem não precise evadir os estudos para trabalhar e tenha condições de construir a sua autonomia. Para isto, a exemplo do que ocorre com a Bolsa Família, é necessário, viabilizar em parceria com o governo federal, universidades públicas, comunitárias e centros tecnológicos a criação do **PROUNI/RS e da Bolsa Juventude** que implantará ações de suporte para permanência do jovem no ensino médio, técnico e superior para estudantes de baixa renda do campo e da cidade. O **Programa Estadual de Assistência Estudantil** investirá na criação de restaurantes universitários com baixo custo; casas de estudantes; destinação de prédios públicos ociosos e abandonados para moradia estudantil.

É preciso **fortalecer e ampliar a UERGS**, retomando o foco no ensino, pesquisa e extensão, voltado para o desenvolvimento e as especificidades regionais, para as cadeias produtivas regionais, garantindo alternativas e permanência dos jovens nas suas regiões.

É preciso instituir, em parceria com o Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho uma **Política Estadual de Garantida do Trabalho Decente para a Juventude**, capaz de estabelecer pactos com o setor privado e que inicie pelo fim da política institucionalizada de precarização do serviço público estadual que vem ocorrendo por meio do uso indiscriminado das contratações em caráter

emergencial, terceirizações e da proliferação da política de estágio em substituição à mão de obra concursada.

É preciso retomar uma política cultural por parte do Estado com foco na juventude, a exemplo do Roda Som e do Roda Cine no Governo Olívio e de outras iniciativas que promovam a integração da juventude, alternativas de lazer e disseminação de valores de respeito às diferenças, combate às diferentes formas de violência, discriminações e preconceitos. Estabelecer uma política pública estadual direcionada à juventude de periferia através da cultura hip hop, que passa pela reformulação do programa Hip Hop Sul (TvE), pela retomada do projeto de oficinas de hip hop na Fase, pelo financiamento para as diversas ações do hip hop.

Para garantir a elaboração, monitoramento, aplicação e transversalidade da Política Estadual de Juventude, a exemplo do Governo Lula, é necessário criar uma estrutura administrativa capaz de garantir e promover o diálogo entre governo e sociedade civil, a participação popular da juventude, através de instrumentos como a Conferência Estadual de Juventude e campanhas públicas estaduais.

É preciso enfrentar a questão da violência e em especial o problema do Crack na juventude. Os remédios tradicionais da repressão policial ao longo dos anos têm se mostrado necessários, porém insuficientes frente a uma escalada de violência e consumo de drogas. O desafio de uma política estadual de juventude está em implementar com seriedade ações preventivas, que apresentem alternativas concretas para os milhares de jovens em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido precisam ser multiplicadas em parceria com o

governo Federal e municípios experiências como os Territórios de Paz e os **Centros de Referência da Juventude – CRJ’s**, financiados pelo PRONASCI, do Governo Lula, que inseridos nas comunidades mais vulneráveis, a partir da realidade local, estão construindo outros caminhos para a juventude e promovendo a cidadania.

A questão da drogadição e a epidemia do Crack precisam ser enfrentadas sobretudo como um problema de Saúde Pública, através de campanhas preventivas, programas alternativos de Redução de Danos, tratamento psicossocial e, no limite, leitos para internação de dependentes de drogas pesadas como o Crack. Nesse sentido, será necessário criar um **Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack** que integre a prevenção, a desintoxicação, o tratamento, a qualificação profissional e educacional e, reinserção no mercado de trabalho e acompanhamento. Em parceria com o Governo Federal e municípios precisam ser multiplicados os Centros de Apoio Psicossociais – CAP’s – que tem como objetivo oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Política Estadual de Mulheres – com o Governo Lula as políticas de gênero tiveram um salto sem precedentes na história do país. A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi um passo importante na afirmação dos direitos das mulheres e na promoção da igualdade de gênero. Garantindo a assessoria direta às diversas esferas do Governo Federal na

formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; na implementação de campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional; articulando, promovendo e executando programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres.

Em consonância com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, assinar o Pacto de Enfrentamento à violência contra a Mulher; promovido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres que tem como objetivos: 1) Reduzir os índices de violência contra as mulheres. 2) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz. 3) Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.

Para reduzir os índices de violência contra mulheres propomos:

A exemplo do Governo Lula, criar campanhas públicas estaduais que incentivem a igualdade de gênero e o respeito a diversidade no mundo do trabalho, na escola, no meio rural, e nos meios de comunicação, enfrentando a violência contra a mulher e estabelecendo metas, parcerias e acordos com o setor público e privado, organizações da sociedade civil; pactuar com o Judiciário a ampliação das varas de violência Doméstica e Familiar no Estado; estimular e promover consórcios intermunicipais para a implantação de **Centros de Referência da Mulher e Casa Abrigo**

para Vítimas de Violência em todas as regiões do RS. Ampliar e qualificar as **Delegacias da Mulher** no RS; aderir ao **Programa Sentinela do Governo Federal**, que previne e combate à exploração, tráfico e violência contra mulheres. Assinar – em parceria com entidades sindicais e empresariais – o **Protocolo de Combate ao Assédio Moral e Sexual** nas organizações; **divulgar a Lei Maria da Penha** e demais normas jurídicas nacionais e internacionais de **enfrentamento** à violência contra as mulheres.

Para promover uma mudança cultural acerca do respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz, propomos:

Implementar, a exemplo do Governo Lula, em parceria com as Universidades, **centro de pesquisas sobre a situação das mulheres no RS** que realize o monitoramento dos resultados das políticas públicas implantadas e disponibilize cursos de formação/capacitação para servidores estaduais e municipais sobre a violência de gênero.

Promover uma educação inclusiva, não sexista, que trate das questões de gênero e orientação sexual, enfrentando o preconceito e as discriminações de qualquer tipo, desde a educação infantil ao ensino superior e a formação continuada de educadores e educadoras.

Retomar os cursos de Pedagogia na UERGS. Fazer da TVE e da Rádio Cultura veículos modelos para a mídia, com uma linguagem e uma programação inclusiva, não-discriminatória. - Criar uma orientação para

toda a produção de materiais gráficos realizadas pela Administração Direta e Indireta no sentido de coibir linguagens ou imagens politicamente incorretas. **Para promover a autonomia das mulheres, especialmente àquelas vítimas de violência propomos:**

Estabelecer políticas de combate à jornada dupla de trabalho e de promoção da autonomia das mulheres. **Capacitar 40 mil mulheres** no Estado, durante o mandato, em setores com demanda de mão de obra; ampliar a participação do RS no Programa Bolsa Família, com prioridade para as mulheres chefes de família; ampliar a participação do RS no **Programa Próximo Passo** (qualificação profissional para pessoas incluídas no **Programa Bolsa Família**); Incentivar, através de apoio técnico, os Municípios na implantação dos **Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)**; criar microcrédito para as mulheres chefes de família. Criar programa de habitação popular para mulheres chefes de família.

Retomar o papel das Agências SINES como Casa do(a) Trabalhador(a), garantindo o recorte de gênero na sua atuação; retomar o **Programa Coletivos de Trabalho**, fomentando coletivos de mulheres nas comunidades; incentivar programas que tratam da inclusão de lavanderias comunitárias e restaurantes populares visando reduzir a dupla jornada de trabalho; implantar a **Política Estadual de Economia Solidária**, afirmando os valores da ética, da solidariedade, da democracia e autogestão, da construção coletiva, da transparência, da igualdade de direitos entre gêneros, da valorização do meio ambiente e do compromisso social. Implementar programas de alfabetização para mulheres, a exemplo do **MOVA. Para estabelecer a gestão das**

políticas públicas para as mulheres será criada a Secretaria Estadual das Mulheres garantindo a proposição, aplicação, acompanhamento e a transversalidade das políticas entre as diversas secretarias e órgãos de governo; fortalecer o **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher** e, a partir da atuação deste, os **Conselhos Municipais de Direitos da Mulher**; realizar a **4ª Conferência Estadual da Mulher**; apoiar o funcionamento permanente do **Fórum Estadual de Mulheres do RS**, realizar cursos de Formação e Capacitação de Mulheres Lideranças Comunitárias para fortalecer a participação popular feminina no OP e na Administração Pública. Buscar garantir a ampliação do direito à **Licença Maternidade** para 06 meses às servidoras Estaduais e Municipais; avançar na implantação do **PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher)** visando à totalidade do Programa, incluindo a atenção à saúde das mulheres negras e indígenas; criar o **Programa de Atenção às Mulheres Gestantes**, com prioridade de atendimento médico e hospitalar na hora do parto, garantindo o parto humanizado; criar o **Programa de Planejamento Familiar**, incluindo a política de **Prevenção da Gravidez na Adolescência**, garantindo a informação e o direito de escolha entre os diferentes métodos contraceptivos; garantir o atendimento humanizado para mulheres vítima de violência e em situação de abortamento; garantir a fiscalização da implementação da Lei do Parto (Nº 11.634 de 27/12/07) que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à

maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS.

Política Estadual de Livre Orientação Sexual

No Brasil a homossexualidade e as diversas formas de manifestação das identidades de gênero (aqui nos referimos às travestis e transexuais) não são consideradas crime, mas o nível da violência homo-lesbo-transfóbica chega a índices elevadíssimos (198 assassinatos em 2009 – Fonte: Grupo Gay da Bahia), fruto da visão de parte da sociedade calcada numa postura heteronormativa, que reage violentamente contra aqueles e aquelas que não cumprem com as especificidades de gênero dominante.

Homossexualidade tampouco é doença, pois a Organização Mundial de Saúde – em 1990 retirou-a do Código Internacional de Doenças – CID, o que gerou vários desdobramentos. Por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia publicou uma Portaria, em 1999, proibindo que os/as psicólogos/as “curassem” a homossexualidade, visto que não é doença, mas que poderiam ajudar homens e mulheres homossexuais a viver com mais conforto sua orientação sexual e sua identidade de gênero. Várias leis, em mais de 100 municípios e em mais de 10 Estados brasileiros, proíbem a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero (No RS temos a Lei Estadual 11.872/2002 – Governo Olívio). Mesmo com esses avanços, a situação está longe de ser tranquila para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Acompanhamos ainda inúmeras violações de direitos humanos dessa população.

Para enfrentar essas violências e estas deficiências é necessário que o Estado cumpra

o seu papel de garantidor de direitos e implemente políticas públicas eficientes que reduzam de forma eficaz as violências sofridas.

Nesse sentido, propomos:

Instituir programas afirmativos sobre Consciência Homossexual e visibilidade Lésbica. Apoiar o desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao racismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e todo e qualquer tipo de violência e opressão; apoiar à realização de Paradas Livres. Possibilitar aos funcionários públicos estaduais a inclusão de seus companheiros e companheiras como dependentes para fins previdenciários; implementar o Programa por um RS sem Homofobia; apoiar a criação de centros de referências em direitos humanos; estimular a participação do segmento LGBTT em mecanismos de controle social no Estado; implementar programas de saúde para as mulheres lésbicas; criar um programa educacional estadual pela escola sem homofobia; ampliar o debate sobre a diversidade sexual na sociedade gaúcha. Implementar o Plano Estadual de Enfrentamento da Epidemia de Aids entre gays, mulheres, homens, travestis e transexuais.

Políticas de Promoção da Igualdade Racial – a histórica exclusão da população afrodescendente e indígenas em nosso país é uma das piores heranças da escravidão e do colonialismo. A pobreza atinge mais a parcela negra e indígena da população, como decorrência, entre outros fatores, do racismo estrutural da sociedade brasileira e da omissão do poder público, o que aponta para a necessidade de que o Estado incorpore nas políticas públicas

direcionadas à população de baixa renda a perspectiva de há diferenças de tratamento e de oportunidades entre estes, em desfavor de negros e indígenas.

A ausência de políticas públicas em relação ao tema foi a característica dos governos em todos os níveis no Brasil. Só muito recentemente é que o governo federal passou a enfrentar o assunto através da SEPPIR, que marca um primeiro esforço de formular políticas que enfrentem este desafio.

No RS, o tema da promoção da igualdade racial deve ter como ponto de partida os princípios da transversalidade, da descentralização e da participação.

A transversalidade implica em que o combate às desigualdades raciais e a promoção da igualdade racial passem a constar como pressupostos a serem considerados no conjunto das políticas de governo. A descentralização implica num modo de gestão que comprometa os demais entes do governo, municípios, universidades, empresas, movimento negro. A participação pressupõe que a política de promoção da igualdade racial deve se construir através do diálogo e participação ativa da sociedade civil. Um importante instrumento de gestão democrática poderá ser o Conselho de Desenvolvimento da População Negra CODENE que deverá ser reestruturado.

Nossa política incorpora propostas a partir de:

1. Um modelo de gestão da política de promoção da igualdade racial.

Incorporação do tema da igualdade racial como um eixo transversal em todas as ações de governo. Fomentar a perspectiva cultural interétnica e interracial no planejamento, orçamento e execução das políticas públicas, para a inclusão social das diferenças,

respeitando o direito de todos(as) se manifestarem, com ênfase às populações afrodescendente e indígena.

2. Assegurar a implementação efetiva das Diretrizes Curriculares sobre as histórias da África e da cultura afro-brasileira, previstas na Lei nº 10.639/03, através de ações de capacitação dos professores, planejamento e avaliação de projetos político-pedagógicos que proporcionem à população negra e outros segmentos discriminados o acesso a sua história e origem.

3. Desenvolvimento e Inclusão Social, garantindo a implementação das convenções 100, 111 e 169 da OIT concernentes à discriminação em matéria de emprego, salário e profissão. Implementação de políticas específicas de inclusão voltadas para a população negra e indígena, com ênfase para iniciativas de educação, saúde e geração de trabalho e renda para jovens e mulheres.

4. Implementação de Ações Afirmativas reconhecendo que o patrimônio cultural material e imaterial negro e indígena foi fundamental à formação da cultura do país, devendo ser considerado tão importante quanto às contribuições de origem europeia na formação da identidade nacional.

5. Criar mecanismos de fiscalização quanto à prática de discriminação racial na ocupação de vagas no mercado de trabalho.

6. Estimular programas de ações afirmativas pela diversidade e equidade racial e de gênero nas administrações centralizadas, autarquias, fundações, empresas públicas, privadas e cooperativas.

7. Apoio com políticas públicas efetivas às comunidades remanescentes de quilombos e às comunidades indígenas.

8. Fortalecer a capacidade de sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica de comunidades quilombolas e indígenas, bem como ações que promovam a melhoria da qualidade de vida dessa população, com ênfase para as mulheres chefes de família.

9. Criar programa de gestão territorial e proteção da biodiversidade dos territórios quilombolas.

10. Fortalecer e qualificar as escolas indígenas da rede estadual e debater com as comunidades quilombolas a perspectiva de construção de um modelo de educação específico para estas comunidades.

11. Produção de conhecimento com levantamento de dados para estruturar um sistema de indicadores de raça e gênero para avaliação e monitoramento das políticas públicas de geração de emprego e renda, combate à discriminação racial e à pobreza, que contribuam para dar maior visibilidade e contribuam para a formulação e avaliação de políticas públicas.

12. Implementar políticas públicas efetivas para a titulação das terras remanescentes de quilombos e das comunidades indígenas.

Políticas para Pessoas com Deficiência – historicamente, as ações de Estado no que se refere às pessoas com deficiência se fundamentam no entendimento de que a “questão da deficiência” é restrita a algumas áreas de atuação. É como se todas as necessidades da pessoa com deficiência coubessem dentro da Saúde, Educação e Assistência Social, como se a mesma não tivesse necessidades nas áreas do trabalho, da acessibilidade, da agricultura, da segurança, do transporte, da cultura, do desporto e do lazer, entre outras mais. A equiparação de oportunidades só se efetiva se tivermos capacidade técnica, disponibilidade financeira e

vontade política de articularmos políticas públicas afirmativas. Para o desenvolvimento da **Política Estadual para Pessoa com Deficiência** é fundamental que possamos ter uma diretriz política unitária e coordenada entre esses diferentes espaços. Da mesma forma, entendemos que é imprescindível para a mudança cultural e o enraizamento da Política Estadual para a Pessoa com Deficiência garantir agentes políticos competentes nos diversos órgãos da administração estadual, que serão responsáveis pela qualificação das políticas setoriais para contemplar a inclusão das pessoas com deficiência.

A questão da visibilidade dessa Política Pública também é questão central. As pessoas com deficiência necessitam ter afirmada a sua condição de sujeito de suas vontades, de protagonistas políticos. Não é mais admissível que em pleno século XXI as políticas voltadas às pessoas com deficiência sejam geridas por pessoas sem deficiência, pois essa tem sido precisamente a maior expressão da visão de mundo tradicional, paternalista e assistencialista, que relega às pessoas com deficiência uma condição de mero objeto das vontades alheias. Estas diretrizes implicam na execução das políticas através de ações realizadas de maneira articulada e intersetorial. Este processo precisa ser coordenado por alguma estrutura (fundação/assessoria/coordenadoria/etc.) que se constituirá, em instância de interlocução com a sociedade civil, de coordenação e articulação das ações de Estado para esse setor social e de formação e capacitação de agentes políticos para implantação dessa política.

Os programas e ações desenvolvidos se estruturarão a partir de 4 eixos:

1. Constituição de Grupos de Trabalho GT's setoriais, com acessibilidade universal, para implementação da política pública.
2. Articulação de rede estadual de serviços.
3. Participação da sociedade na elaboração das políticas e no controle da sua implantação.
4. Aplicação dos preceitos contidos na Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência e no Estatuto das Pessoas com Deficiência.

Redes Esporte e Lazer

O Esporte e o Lazer são direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira, entretanto o Rio Grande do Sul experimentou um retrocesso lamentável nesta área.

Enquanto isso o Governo Lula avançou na institucionalização do Esporte e do Lazer como políticas de Estado, foi criado o Ministério do Esporte, realizados os Jogos Panamericanos e, pela primeira vez, o Para Pan. O Brasil será sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e o Rio de Janeiro será sede dos Jogos Olímpicos de 2016. No Esporte Educacional e de Participação foram criados os Programas 2º Tempo, vida Saudável (para 3ª Idade) e o PELC/PRONASCI. Entendemos que as políticas de Esporte e Lazer, além de direitos sociais, melhoram a qualidade de vida da população e estão integradas com as políticas de saúde, educação, segurança, cultura. Investir em Esporte e Lazer é garantir a inclusão social, é contribuir com a redução dos índices de violência e drogadição, é promover a saúde e contribuir para o desenvolvimento humano. Devemos promover políticas direcionadas e amplas para todos os segmentos da sociedade respeitando as diversidades de seus públicos e priorizando o acesso daqueles

historica mente excluídos. Algumas propostas para desenvolver o esporte e o lazer no Rio Grande:

Instituir um **Sistema Estadual de Esporte**, que contemple órgão gestor, controle social e fontes de financiamento, em parceria com as organizações esportivas e da sociedade civil.

Criar um **Programa de Desenvolvimento do Esporte** que organize e promova a sinergia das ações de governo e da sociedade atuando em três eixos: **massificação do esporte** via rede escolar, associações comunitárias e prefeituras municipais; **criação de polos regionais de desenvolvimento do esporte**, e em parceria com clubes e federações encaminhar os talentos **garantindo-lhes a infraestrutura necessária para seu aprimoramento**.

Buscar ampliar os recursos aplicados pelo Estado na área do esporte e criar a **Lei de Incentivo ao Esporte** para fomento ao atleta amador, esporte educacional e de participação.

Lutar pela ampliação da carga horária e valorização da Educação Física escolar.

Criar **Núcleos de Esporte** nas escolas estaduais, de modo a apoiar os programas sociais de esporte e fazer da escola um polo de democratização da cultura esportiva.

Implantar **Praças da Juventude** em comunidades vulneráveis socialmente, ampliar os municípios que hoje são atendidos pelo PELC, implantar o PELC/PRONASCI em todos os municípios onde serão construídos os **Territórios da Paz**.

Implantar programa intersetorial que articule os projetos sociais de esporte à

Estratégia de Saúde da Família, aos CAPS e Unidades Básicas de Saúde, humanizando a atenção à saúde e promovendo a qualidade de vida.

Incentivar à implantação e construção de espaços e equipamentos públicos para prática de atividades físicas, como academias nas praças, ciclovias e pistas de caminhada.

Retomar os JIRGS, incluindo o **Para JIRGS, os Jogos de Integração do Idoso**. Aprimorar os JERGS e desenvolver jogos e festivais esportivos municipais e regionais, a partir de um calendário esportivo estadual construído coletivamente. Criar os Jogos de Integração da Juventude.

Fortalecer pesquisas, redes e grupos de pesquisa do esporte, articulando-as aos interesses do desenvolvimento do esporte em cada região, em parceria com a FAPERGS, CBCE e as instituições de Ensino Superior.

Construir, em conjunto com as Federações e Ligas Esportivas, um **Plano Estadual do Esporte de Alto Rendimento**, contemplando a criação e revitalização de centros estaduais de treinamento esportivo em cada região do Estado, em acordo com a vocação esportiva de cada região. Estimular a realização de grandes eventos esportivos no Estado, promovendo a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento da cadeia produtiva do esporte. Apoiar os arranjos produtivos locais que estimulem o relacionamento entre as cooperativas, as micro, pequenas e grandes empresas do esporte.

Estimular o crescimento do programa **Pintando a Liberdade** nas unidades prisionais do Estado, oferecendo matéria-prima adequada gerando material esportivo de baixo custo para sua própria utilização. Realizar conferências e fóruns de debate e planejamento

em esporte e lazer com todos os segmentos da sociedade.

Estabelecer divisão equitativa dos recursos financeiros para o esporte de rendimento, educacional e de participação.

Retomar as políticas de Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência e/ou Necessidades Especiais. Implantaremos em parceria com diversos setores, Programas para qualificar os espaços públicos através de melhorias de instalações e implantação de atividades sistemáticas de Esporte e Lazer.

Copa de 2014

Formar, a partir do CDES RS e da sociedade civil, um grupo de trabalho para constituir um comitê gestor com participação popular para as obras, projetos e diretrizes da Copa do Mundo. Como afirmamos anteriormente, entre as novas perspectivas para o Brasil estão a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Serão momentos de diálogo com o mundo inteiro, de intercâmbio, de movimentação da economia, de reorganização do espaço urbano e de impulso e estímulo à prática do esporte. O Rio Grande será, com **Tarso Governador**, protagonista no planejamento e na indução por políticas públicas do desenvolvimento, da rede de turismo, na mobilização de setores econômicos e no desenvolvimento da prática esportiva. Além da Copa do Mundo de 2014, queremos que o Estado participe do processo de construção das Olimpíadas de 2016. Com ousadia, investimentos, transparência e participação da sociedade.

CHEGOU A HORA DO RIO GRANDE CRESCER DORITMO

DOBRASIL. E CUIDAR DA NOSSA GENTE.

Programas de Emergência Social

Temos enfrentado no Estado graves problemas sociais que necessitam ação efetiva, urgente e ágil do poder público. Questões como as calamidades climáticas, a violência no trânsito e a epidemia do crack têm causado inúmeras mortes e fragilizado diversos segmentos da população gaúcha. São temas que não podem mais esperar, questões de emergência social que precisam intervenção imediata do governo estadual e programas específicos que busquem o enfrentamento e a solução desses problemas. Neste sentido propomos:

Plano Estratégico para Enfrentamento das Calamidades Climáticas (secas, enchentes, ciclones)

Os efeitos das recorrentes mudanças climáticas e de fenômenos naturais, como os ciclones extratropicais, bem como, a ocorrência de secas e enchentes, que atingem o nosso Estado todos os anos, exigem de nós a elaboração urgente de um plano para fazer frente à esta situação, que tem como consequências principais, entre outras, a drástica redução ou a perda de safras agrícolas e o aumento da vulnerabilidade social da população dos municípios atingidos por estas calamidades. Para além dos dramas sociais que envolve às populações atingidas por estes fenômenos naturais, as perdas econômicas para o Estado são evidentes. Assim, propomos as seguintes iniciativas:

Plano Estratégico de Enfrentamento às Calamidades Climáticas: Criar o **Grupo de Trabalho Estratégico (GTE)** para planejar ações e políticas públicas de prevenção e enfrentamento às calamidades climáticas.

Elaborar e executar medidas que minimizem as consequências, as soluções de problemas e que reduzam os danos sociais e econômicos das calamidades climáticas e cíclicas buscando o envolvimento de todos os atores da sociedade gaúcha (agricultores, prefeituras, sociedade civil, governo do Estado, trabalhadores e empresários), especialmente às populações das áreas constantemente atingidas. **Decreto de Áreas de Emergência Social** – apresentar Projeto de Lei criando um instrumento legal pelo qual o governo estadual pode decretar Áreas de Emergência Social para as regiões atingidas por secas, enchentes ou ciclones nas quais a população esteja em situação de vulnerabilidade social e econômica. Por este instrumento o governo estadual estará previamente autorizado pela Assembleia Legislativa para: formar, nos municípios e regiões atingidos, postos avançados de atendimento dos órgãos estaduais de serviços públicos essenciais (saúde, assistência social, infraestrutura, saneamento, energia, segurança, defesa civil, educação, agricultura); captar recursos extraordinários e emergenciais, em organismos nacionais e internacionais, para o atendimento destas situações; suplementar extraordinariamente o orçamento estadual para viabilizar as ações necessárias. O objetivo é responder o mais rápido possível ao sofrimento e as necessidades das famílias e municípios gaúchos vítimas de calamidades climáticas, que tem atingido o Estado sazonalmente nos últimos dez anos, e ao mesmo tempo, minimizar os prejuízos para a economia

local (produção agrícola, comércio, serviços). Criação do **Fundo Estadual para Regiões Atingidas por Calamidades Climáticas**, com repasse fundo a fundo entre governos municipais, estadual e federal agilizando a solução dos problemas e o atendimento das famílias atingidas.

Programa Integrado de Segurança no Trânsito

Por um DETRAN Comprometido com a Vida Estudo do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), publicado neste mês de julho/10, aponta que o número de vítimas em colisões e atropelamentos no semestre ficou próximo ao total de homicídios registrados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP). **Ao longo dos primeiros 180 dias desta ano, foram 846 óbitos no trânsito e 848 assassinatos.** Na prática, é como se diariamente morressem quatro pessoas em acidentes e outras quatro assassinadas. Cerca de 43% das mortes ocorrem em acidentes em vias urbanas e aproximadamente 55% dos óbitos, entre as 19h e as 7h.

Falta conscientização para os motoristas de que trânsito mata e uma política de governo, que aponte como prioridade, a redução de mortes e lesões no trânsito. O Detran deve ser uma autarquia que mostre seriedade, eficiência, transparência e austeridade em sua gestão; que prime pela satisfação no atendimento dos condutores de veículos e zele pelo cumprimento do Código Brasileiro de Trânsito. Assim cumprirá um papel decisivo. Segundo dados do site do Detran, “Levantamento da Acidentalidade no Trânsito RS em 2009”, o total de vítimas em acidentes de trânsito no RS (inclui mortos e feridos) foi de **48.036 pessoas** ou seja uma

taxa de 44 vítimas para cada 10 mil habitantes. Por uma providencial e emblemática coincidência, 2011 marca o início do mandato do próximo mandato governador e também o primeiro ano da década de ações para a segurança viária, proposta pela Organização das Nações Unidas, e que vai durar até o ano de 2020.

Nosso Governo vai elaborar um **Plano Estadual de Segurança no Trânsito**, com metas e programas que visem, de forma obstinada, perseguirmos objetivos claros e mensuráveis, a fim de passarmos a contabilizar vidas salvas, ao invés de mortes nas nossas cidades e rodovias.

a. Aplicar os recursos arrecadados com multas de trânsito para financiar o Plano.

b. Criar **Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito** junto ao gabinete do vice-Governador. O governo do Estado liderará ações que visem chamar a atenção para a gravidade da violência no trânsito, através de campanhas, informativas e educativas, e procedimentos de fiscalização no trânsito. Envolveremos os municípios, câmaras municipais, organizações não governamentais, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, Movimento Gaúcho pelo Trânsito Seguro, especialistas, fabricantes e concessionárias de veículos, a imprensa gaúcha e a sociedade em geral para elencarmos ações prioritárias que envolvam campanhas educativas de trânsito permanentes.

c. Promover uma **política específica para reduzir acidentes, mortes e lesões com motociclistas**, envolvendo sindicatos e profissionais da área de moto, frete e empresas do ramo.

d. Criar o Observatório de Trânsito – Centralizar todos os dados e estatísticas de trânsito, de rodovias estaduais e federais; elaborar o **Mapa do Trânsito** por município; produzir mensalmente uma tabela com o número de mortes e feridos no trânsito; produzir diagnóstico das causas dos acidentes; identificar pontos críticos nas rodovias e vias que devam ser modificados para evitar acidentes. Melhorar a coleta de dados nacional e a comparabilidade internacional, incluindo a adoção da definição do padrão de mortalidade causada pelo trânsito de qualquer pessoa que morre de imediato ou no prazo de 30 dias após um acidente de trânsito, e de definições padronizadas de lesão, e facilitar a cooperação internacional para o desenvolvimento de sistemas confiáveis de dados e harmonizados.

e. Combate à mistura álcool e direção:

adotar recomendação da OMS, a fim de que, anualmente, um terço dos condutores sejam fiscalizados, especialmente através do teste do bafômetro. O impacto da abordagem do policial e/ou agente de trânsito, através das blitzes, tem um efeito muito maior sobre os condutores do que os equipamentos eletrônicos usados para o controle de velocidade.

f. Promover a 1ª Conferência Estadual de Gestão e Fiscalização de Trânsito – reunindo os órgãos municipais de engenharia e tráfego, bem como agentes de trânsito.

g. Criar, em parceria com outras organizações, o Prêmio Gaúcho de Segurança no Trânsito, em várias categorias, que enalteça os esforços concretos e iniciativas educativas que reduzam os acidentes de trânsito.

h. Efetuar esforço especial para desenvolver e implementar **políticas e soluções de infraestrutura** para proteção dos usuários das

vias de circulação, em particular os mais vulneráveis, como pedestres, ciclistas, motociclistas, usuários do transporte público e os dependentes como crianças, idosos e deficientes.

i. Criar **sistemas mais seguros e sustentáveis de transporte**, incentivando a utilização de meios alternativos de mobilidade.

j. Reforçar e manter a aplicação da legislação existente e a consciência dela e, se necessário, melhorar a legislação e os sistemas de registro de veículos e de condutores sob normas internacionais adequadas.

k. Incentivar as organizações a contribuírem ativamente para melhorar a **segurança viária no local de trabalho**, incentivando a adoção de melhores práticas de gestão de frotas de veículos e de profissionais.

l. Fortalecer a **atenção pré-hospitalar e hospitalar do trauma**, os serviços de reabilitação e reinserção social, através da aplicação da legislação pertinente, desenvolvimento das capacidades humanas e a melhoria no acesso aos cuidados de saúde.

Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack

Hoje, pelo menos 1, 2 milhão de pessoas são usuárias de crack no Brasil, sendo a maioria jovens. Essa verdadeira epidemia atinge toda uma geração. Esta é uma triste realidade que vem fazendo crescer a violência e as mortes no Rio Grande do Sul. Entendemos que o problema deve ser enfrentado com a atuação firme do governo estadual na formulação de uma política

pública para o enfrentamento ao crack que seja capaz de:

a. Compreender o tema “crack” como **uma das faces do problema maior**, que envolve o uso de drogas lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas e suas consequências sobre o indivíduo, a família e a sociedade.

b. Compreender o tema do “crack” **como parte do campo de conhecimento e intervenção da saúde mental**.

c. Compreender o tema do uso e abuso de drogas, lícitas e ilícitas, como uma questão que **transcende as áreas da saúde ou da segurança**, e que exige uma **abordagem transdisciplinar, multimodal e multifacetada a uma série de outras políticas**, particularmente no campo da inclusão social, econômica e política.

d. Definir **abordagens específicas, articulando-se com as políticas federais e fomentando a participação dos municípios** para a elaboração de estratégias de **intervenção em diversos níveis** (estadual, regional, municipal; político, educacional, de segurança, comunitário, social, etc).

e. Prover **financiamento e infraestrutura adequados às intervenções prioritárias**, com **dotação orçamentária** específica para o setor.

f. **Articular os recursos das redes assistenciais do SUS e SUAS** com os diferentes equipamentos e serviços públicos e privados (principalmente ONGs e filantrópicos), de forma a intervir eficazmente sobre os indicadores de vulnerabilidade.

g. **Fomentar atividades de pesquisa** voltadas especificamente para o acompanhamento das políticas e ações programáticas (p.ex. estudos de custo/

efetividade) e para o desenvolvimento de recursos terapêuticos (p.ex. pesquisa básica), seja diretamente, seja através de **articulação com agências de fomento** (FAPERGS, CNPq) e **institutos tecnológicos** públicos e privados (FEPPS, UFCSPA, PUCRS).

h. Estruturar uma **rede assistencial qualificada e hierarquizada** (com sistema de referência e contra referência) capaz de dar conta da diversidade e pulverização da demanda. Para dar consequência a essa política pública propomos a criação de um **Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack** que integre a prevenção, a desintoxicação, o tratamento, a qualificação profissional e educacional, a reinserção no mercado de trabalho e o acompanhamento dos usuários, suas famílias, pessoas e situação de rua, risco e vulnerabilidade social. O primeiro passo necessário é o levantamento da estrutura disponível e o planejamento da **qualificação, recuperação, complementação e construção de equipamentos** capazes de abordar o usuário e fazer a adequada intervenção terapêutica, em seus diversos níveis. Para isso propomos:

Implantação de 60 Centros de Atendimento Psicossociais – CAPS (em suas diversas modalidades, especialmente os CAPS AD).

Criação dos Consultórios de Rua, capazes de abordar os usuários em seu meio, fazendo busca ativa e qualificando o atendimento no Estado.

Capacitação dos profissionais de Atenção Primária à Saúde (Equipe de

Saúde da Família e ambulatório) em saúde mental.

Atendimento de urgência e emergência: qualificação e capacitação (humana e material) para o atendimento do usuário de drogas em emergências clínicas de todo o Estado.

Suporte hospitalar: oferta de leitos qualificados de internação clínico-psiquiátrica suficientes para dar conta da demanda, nas diferentes estruturas hospitalares disponíveis no Estado.

Apoio e parceria do Estado na **ampliação das Casas Protegidas, Residenciais e Comunidades Terapêuticas** qualificando e fortalecendo o atendimento.

Criação de programas preventivos: abordagem de gestantes em condição de vulnerabilidade social, com objetivo de diagnóstico de risco e oferta de suporte para criar condições de vínculo materno-infantil saudável e de paternidade responsável, em parceria com os serviços básicos de saúde e as maternidades, especialmente os “hospitais amigos da criança”.

Outro passo importante é estabelecer uma interface efetiva e produtiva das diversas áreas (saúde, assistência social, segurança, educação, cultura, esporte e lazer, entre outras) atuando em conjunto para o enfrentamento do problema. Para isso buscaremos:

Instituir programas de educação básica e de capacitação profissional concomitantes à desintoxicação ou reabilitação.

Criar programas de reinserção laboral, com acompanhamento ativo.

Investir na constituição de escolas vocacionadas (rede de escolas colaboradoras) para a abordagem de

estudantes usuários de drogas, focadas no desenvolvimento de estratégias de inclusão e ensino-aprendizagem para esse público, capazes de difundir esse conhecimento na rede de ensino público e privado.

Articular e fomentar programas educacionais e de informação já consagrados, como o PROERD (BM/RS) e o VIVA-VOZ (UFCSPA/SENAD) que atuam em momentos diferentes do enfrentamento do problema.

Articular e incentivar serviços comunitários e filantrópicos já existentes, como a Cruz vermelha, o NARANON e outros, com vistas à constituição de um programa de educação sustentável.

Incluir no **debate da comunidade escolar** o tema do uso de drogas sob a ótica da informação e da conscientização para o problema em uma abordagem transversal.

Promover o protagonismo juvenil através de ações prevenção à violência como os Territórios de Paz e criar os **Centros de Referência da Juventude – CRJs**, financiados pelo PRONASCI, do Governo Lula, que inseridos nas comunidades mais vulneráveis, a partir da realidade local buscará construir outros caminhos para a juventude, promovendo a cidadania. Os Centros têm a tarefa fundamental de desenvolver ações preventivas através da formação, qualificação profissional, arte, cultura, esporte, lazer, multimídia e cidadania buscando promover a inserção social e o protagonismo dos jovens em suas comunidades. Implementar novos **pontos de cultura** no estado.

ANEXO 2

Plano de governo de José Ivo Sartori

O NOVO CAMINHO PARA O RIO GRANDE

*Plano de Governo de
José Ivo Sartori e José Paulo Cairolí.*

Coligação

- PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC -

Julho de 2014

Este documento de plano de governo, elaborado de acordo com as exigências da legislação eleitoral, não deve ser visto somente como o cumprimento de uma formalidade legal. Ele é também o termo de referência do que nossa coligação tem por objetivo realizar. Nele são apresentadas as diretrizes mais gerais que deverão orientar nossa ação comum já desde a campanha e, depois, na ação de governo. Embora aproveite o patrimônio programático e a experiência administrativa do PMDB e dos demais partidos da coligação, não é um documento acabado ou definitivo: é um texto oferecido para o exame e a reflexão de todos, aberto a críticas, acréscimos e emendas. Para cumprir essa tarefa precisaremos estar atentos às diferentes vozes e demandas dos gaúchos e de nossas regiões.

Nossas primeiras palavras dirigem-se, portanto, às lideranças, aos militantes e aos simpatizantes de nossa aliança que, por todos os quadrantes do Estado, ouvem os reclamos mais sentidos de nossa sociedade. O profundo enraizamento social de nossas agremiações, suas histórias de lutas pelos interesses de nossa coletividade, assim como a grande experiência administrativa do PMDB, representam o alicerce político, a sólida base social sem os quais toda ação de governo é instável e precária. Sem experiência administrativa, sem estabilidade política, sem sustentação social nenhum governo é capaz de desenvolver e implementar políticas públicas consequentes.

Da contribuição de todos resultará uma linha de ação que queremos sintonizada com as necessidades e as oportunidades abertas aos rio-grandenses, pois não pretendemos expressar tão só interesses de grupos ou de parcelas da sociedade, por legítimos que sejam, mas almejamos expressar os sentimentos e as aspirações mais profundos de todos os gaúchos.

O diálogo, a reflexão e o esforço comum que servirão de base para a campanha e para o governo se baseiam nessas diretrizes gerais. Adiante, no curso da disputa eleitoral, e, depois, quando da preparação e organização do Governo, outros documentos detalharão os problemas e as linhas de política pública aqui programaticamente apresentados.

O texto a seguir compõe-se de sete partes. Na primeira, examinamos o caráter oportuno, a força e as motivações da coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC e indicamos os objetivos mais gerais da caminhada que estamos iniciando. Na segunda, apresentamos os problemas e desafios que a economia gaúcha

tem pela frente, assim como a avaliação que fazemos das potencialidades de nosso Estado e das oportunidades que nos são oferecidas nesta segunda década do século XXI. Na terceira, expomos as ideias que norteiam nossa concepção de desenvolvimento regional, cuja marca é o compromisso de fazer um governo que trabalhe *com e para* as regiões do Estado. Na quarta parte, discutimos as condições em que se encontram o Governo e o Setor Público, notadamente com relação aos grandes serviços da área social, e indicamos as tarefas prioritárias para a melhoria e, em alguns casos, para recomposição de sua capacidade de ação. Na quinta parte, tratamos dos problemas e necessidades da infraestrutura estadual. Na sexta parte, apresentamos nossa visão da situação das contas públicas estaduais e das iniciativas que precisam ser tomadas para conter o agravamento de seu desequilíbrio e paulatina recuperação da capacidade de investimento do setor público. Na sétima, finalmente, apresentamos as diretrizes gerais para uma nova política cultural para o RS.

1- UMA ALIANÇA PELA MUDANÇA: PELA INTEGRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NO NOVO CICLO HISTÓRICO CUJO INÍCIO SE AVIZINHA.

Neste momento, tanto o Brasil como o Rio Grande do Sul enfrentam uma situação complexa e desafiadora. Tudo indica que estamos diante do esgotamento de um ciclo político e que o desenvolvimento do país e do Estado requerem profundas mudanças.

O Brasil experimentou importantes avanços nos últimos 30 anos: o processo de redemocratização liderado, não será demais lembrar, pelo MDB; o controle da inflação; a adoção de novos e mais produtivos padrões de distribuição de encargos entre os setores público e privado na prestação dos grandes serviços públicos; e, mais recentemente, a incorporação de um grande contingente de brasileiros a condições de vida mais dignas, a que se tem denominado de criação de uma nova classe média. A despeito disso, a verdade é que o desvirtuamento do sistema de representação política ocorrido nos últimos anos impõe inadiavelmente uma mudança de lideranças e de direção.

Quando o objetivo estratégico principal dos governantes torna-se a perpetuação das forças que estão no poder, quando os recursos para consecução desse objetivo são a transformação de importantíssimas áreas da administração pública em

moeda de troca para a garantia de apoios políticos, quando, para consecução desse mesmo objetivo, admite-se até mesmo as escandalosas iniciativas de penalização das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo que ficaram conhecidas como o "Mensalão" torna-se gritante e imperiosa a necessidade de mudança. Além disso, o retorno de pressões inflacionárias e um a cada dia mais insuportável bloqueio do desenvolvimento do país pela insuficiência e precariedade de nossos grandes serviços de infraestrutura são também fatores que poderosa e justificadamente alimentam o desejo e as forças mudancistas.

É verdade que esses fatos geraram na sociedade brasileira, além da insatisfação e mesmo da revolta, um grande descrédito na política e nos políticos. Contudo, essa maneira de posicionar-se diante das dificuldades atuais, a crítica que amalgama a censura das lideranças à desmoralização das instituições evidentemente não é solução para nada e, por isso, tem como utilidade apenas a de fazer com que o país se dê conta dos graves problemas que o afligem e da imperiosa necessidade de mudança. Par andarmos à frente é indispensável, porém, compreender que não há solução para os problemas de uma sociedade que possa se fazer ao largo da política e alheia ao modo como o poder político é exercido. Desesperar da política é entregar-se à anarquia ou fomentar a nostalgia pelos regimes autoritários. O necessário é não esquecer que há boa e má política e que a responsabilidade dos cidadãos é saber escolher entre esses dois caminhos, embora sabendo que não há obra humana sem falhas.

Não há dúvida de que o Brasil e o Rio Grande do Sul têm a sua frente oportunidades históricas inéditas, um amplo leque de condições promissoras e circunstâncias favoráveis que podem nos levar não só a novos patamares de desenvolvimento econômico, mas à criação de uma sociedade mais próspera, equilibrada e justa.

No entanto, sem a alteração do modo de fazer política hoje predominante, sem um compromisso rigoroso e sem concessões de partidos e governantes com o interesse público, sem a adoção de práticas de governo estritamente respeitadoras não apenas da legalidade mas também da moralidade dos atos de governo não reencontraremos o ambiente de tranquilidade e confiança que é indispensável para o desenvolvimento econômico sustentável, para a promoção social e, assim, para a prosperidade de nosso país e de nosso Estado.

Estes são elementos que não por tratarem de mudanças de condutas e de providências institucionais deixam de ser condições objetivas que subjazem ao descontentamento dos brasileiros em geral e dos gaúchos em particular nos dias que vivemos. Os riograndenses estão prontos a apoiar a quem se disponha a enfrentar o desafio das mudanças de atitude e de comportamento sem otimismo fácil, sem espírito de seita, sem promessas irresponsáveis ou personalismos midiáticos. Por esta razão nos empenhamos em ter uma visão clara dos problemas econômicos e sociais a enfrentar, dos caminhos políticos e institucionais a seguir. Não o fazemos levianamente, mas confiantes na base política em que assentamos nossa proposta: a da seriedade comprovada na experiência administrativa e na capacidade de governar com iniciativa e com o compromisso com os interesses do Rio Grande de que o PMDB gaúcho tem dado repetidas provas ao longo de sua história. É essa base que nos permite não apenas anunciar mudanças, mas dizer em que direção mudar, o que mudar e o modo de fazê-lo.

É, pois, no empenho para darmos esse passo novo e, ao fazê-lo, mais uma vez esposarmos os sentimentos e expectativas mais de fundo dos gaúchos, que estruturamos o projeto político de nossa coligação, assim como do Governo que pretendemos conquistar e administrar.

Para esclarecer o sentido da mudança que é indispensável fazer, é conveniente começar pela explicitação dos pressupostos e implicações políticas que a caracterizam. E é com este ponto que daremos início à apresentação de nossa proposta.

A alternância regular do exercício do poder político, associada à limitação do tempo de seu exercício por meio dos mandatos, é talvez a maior das virtudes da forma democrática de governo. Isso não quer dizer que a continuidade político-administrativa seja em todos os casos maléfica. No entanto, quando o exercício do poder político se divorcia das expectativas dos cidadãos e contrapõe-se ao sentimento majoritário da opinião pública, não há dúvida que é chegada a hora de mudar.

Isto é o que vemos hoje em nosso Estado e no Brasil. Não se trata de negar os avanços sociais e econômicos dos últimos anos, mas de entender que tais progressos, além de resultarem de um esforço que não têm dono, porque é de toda a sociedade brasileira, está batendo em seus limites. A verdade é que tais avanços têm sido acompanhados por um custo institucional que ameaça o próprio reconhecimento da democracia como a única forma de governo aceitável em países politicamente

maduros e esclarecidos. O profundo desgaste da imagem dos poderes Legislativo e Executivo alimenta não só os repetidos e radicalizados protestos que por várias vezes têm tomado conta do país, mas também a perniciosa fantasia de que é possível ter uma sociedade sem Estado e sem Governo.

Por essa razão resgatar a política como única forma de conduzir democraticamente o desenvolvimento torna-se uma prioridade. Para tanto é preciso reconhecer que há boa e má política e que a escolha de quem possa representar a boa política deve ser a mais urgente e importante de nossas prioridades.

No entanto, a mudança que precisamos não se reduz à simples troca dos dirigentes, mas exige, no plano institucional, um compromisso sério com a reforma política. No plano das políticas de desenvolvimento, é preciso reconhecer que enfrentar as carências de infraestrutura é uma necessidade inadiável. Esta prioridade não é só compatível, mas indispensável para a continuidade do desenvolvimento social, uma vez é evidente e que o processo de desenvolvimento do país está em grande parte travado pelos problemas de competitividade decorrentes de nossa precária logística de transportes, dos gargalos de mobilidade urbana a cada dia mais graves, assim como do retardo dos investimentos necessários à expansão da infraestrutura energética do país.

Essa prioridade a ser atribuída à modernização da infraestrutura nacional e estadual, convém repetir, não conflita com o desenvolvimento social, uma vez que se a economia não avança se presa nos gargalos da infraestrutura insuficiente, não é menos verdade que os ganhos de produtividade dependem criticamente de avanços não só da educação, mas das condições de saúde da população, assim como da garantia de boas condições de vida para o maior contingente possível de cidadãos. E tampouco haverá verdadeiro desenvolvimento se não se restabelecer uma situação de tranquilidade e confiança na comunidade brasileira, clima profundamente prejudicado pela terrível situação de insegurança pessoal e patrimonial em que hoje se encontram os brasileiros, nosso Estado, infelizmente, não fazendo exceção neste quadro lamentável.

Estes pontos todos fazem parte da caracterização do momento histórico por que passa atualmente o Brasil. Entendemos indispensável retratá-lo, ainda que em grandes linhas, porque este é o quadro em que, queiramos ou não, encontra-se inserido o nosso Estado. É por essa razão que a oferta aos riograndenses de uma candidatura ao

governo do Estado, como a representada por José Ivo Sartori e seu programa de Governo não podem deixar de sustentar que a alternância nas forças políticas que conduzem o país é uma prioridade nacional. Uma prioridade que envolve o apoio incondicional à urgente reforma política e, no plano estadual, o compromisso inegociável com uma administração séria e transparente. São estas mesmas razões que, a nível nacional, nos levam a ver com simpatia a opção representada pela candidatura de Eduardo Campos.

A opção que ele representam é a de uma mudança que, se atenta à preservação dos avanços sociais alcançados nos últimos anos, entende como prioritário uma mudança profunda no modo de fazer política, uma mudança que envolva mais seriedade no trato das ameaças inflacionárias, mais seriedade e profissionalismo na gestão dos ministérios e das empresas estatais, melhor compreensão de que uma resposta pronta para a inadiável expansão da infraestrutura do país só pode ser feita mediante uma colaboração mais estreita e rápida com o setor privado, assim como a consciência não menos enfática de que só teremos um verdadeiro desenvolvimento se ele for sustentável.

No plano estadual, além dessas razões mais gerais que justificam, neste momento, a luta pela alternância no poder, embasam a proposta de governo e de renovação a ser conduzida pela coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC um conjunto de razões mais específicas ligadas à situação em que se encontra a economia de nosso Estado, ao modo como estão sendo prestados os grandes serviços públicos – seja os da área social, seja os de infraestrutura –, assim como aos problemas recorrentes e críticos das finanças estaduais. Na sequência deste documento trataremos de retratar concisamente o modo como vemos a situação em cada uma dessas frentes e as diretrizes gerais que, em cada uma delas, orientarão nossa campanha e, posteriormente, com os ajustes e aprofundamentos devidos, a ação de nosso governo.

2- OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO GAÚCHO E A INOVAÇÃO.

a] A modernização e a diversificação da base produtiva do estado.

Muito embora em vários momentos do passado recente tenham sido feitos diagnósticos de que a economia estadual encontrava-se em seu limite, tendendo a

perder progressivamente sua posição destacada no contexto da economia nacional, a verdade é que os avanços do Paraná e, na frente agrícola, das novas regiões de grande produção de grãos no Centro-Oeste não foram capazes de deslocar nossa economia da quarta posição na comparação interestadual nacional, nem nos afastaram da disputa pela terceira posição no ranking dos estados exportadores. A verdade é que a economia gaúcha é forte e diversificada. Temos um agronegócio pujante, uma agricultura familiar produtiva, uma indústria importante, com grande destaque para o setor metalmeccânico, serviços modernos, uma rede de boas universidades que estão a criar as bases para parques tecnológicos, como se vê no TECNOPUC e no TECNOSINOS.

No entanto, seria um ufanismo irresponsável desconhecer que a despeito dessa força e da resiliência de nossa base econômica não temos problemas nem novos desafios a vencer. O grande impacto negativo sofrido pela indústria calçadista do Vale dos Sinos por força da produção de calçados na China e em outros países da Ásia é uma evidência inquestionável dos riscos a que está exposta a base industrial do Estado. A forte concorrência internacional é um limitador também evidente para o pleno florescimento da vitivinicultura do Estado, agravado, como se sabe, pela forte apreciação do real. A interrupção e o atraso dos grandes investimentos para a produção de celulose é outra evidência no mesmo sentido, assim como também o é o fato de que a despeito de ter havido nos últimos 5 anos um novo ciclo de investimentos na indústria automobilística do país em nenhum caso o Rio Grande do Sul foi considerado como uma opção verdadeiramente séria. Também no caso da produção agropecuária, malgrado se vejam auspiciosas iniciativas de expandir as práticas de irrigação na produção graneleira, a verdade é que o caminho a ser trilhado nesta direção é longo e que continuamos gravemente dependentes das e vulneráveis às variações das condições climáticas. Além disso, nossa capacidade de absorver e criar tecnologias de ponta para os processos produtivos típicos da economia contemporânea é ainda incipiente. Em função de todas estas limitações não surpreende que a participação da economia gaúcha na economia brasileira tenha decrescido entre de 6,94% em 2000 para 6,36% em 2011, queda que dá continuidade a uma tendência, só ocasionalmente infletida, de redução do peso da economia riograndense na economia nacional. Essa tendência negativa, embora não tenha grande aceleração, é obviamente um motivo de preocupação para quem quer que acompanhe responsavelmente os vetores de crescimento da econômica estadual em comparação com a nacional.

Nessas circunstâncias, sem cair em considerações simplistas e simplórias sobre o antagonismo entre as cadeias produtivas tradicionais do Estado e a busca de diversificação de nossa base econômica, parece evidente que o Governo Estadual, com determinação e energia, precisa fazer tudo que estiver a ser alcance

– o uso do FUNDOPEM, das demais opções de política tributária, das políticas de crédito do BANRISUL e do BADESUL, para citar somente os instrumentos mais conhecidos – para dar sustentação e fortalecer o agronegócio e a agricultura familiar do Estado, assim como para apoiar nossa indústria tradicional.

Mas não é menos importante reconhecer a necessidade de incentivar e lutar pela diversificação de nossa base industrial e isso envolve desenvolver uma política ativa de atração de investimentos. Nessa frente o caso mais fácil de entender é o da indústria automotiva, com relação a cuja recente grande expansão a participação de nosso Estado, como aludido acima, foi nula, como se o clamoroso caso da perda do grande investimento da FORD não fosse uma lição a não ser esquecida.

Há, no entanto, vários outros desafios e oportunidades que estamos a desperdiçar, pois não se vê traço de esforço para integrar a indústria metal mecânica do Estado na cadeia de suprimento do polo naval. Também não há sinergia alguma entre iniciativas do poder público estadual com os esforços de geração de parque tecnológicos desenvolvidos pelas Universidade gaúchas. O aproveitamento das grandes jazidas de carvão do Estado encontra-se ainda bloqueado não obstante a óbvia conveniência de diversificação da matriz energética do país decorrente da instabilidade climática e dos recorrentes períodos de grandes secas.

Estes são todos exemplos claros de importantes áreas em que é necessário avançar e com relação às quais avulta a omissão ou o escasso alcance das iniciativas do atual governo. Uma outra frente de iniciativas diz respeito a inovações na pecuária, especialmente bovina, cuja larga fronteira de aumentos de produtividade continua inexplorada, a despeito do forte incremento da demanda mundial de proteína animal e da clareza dos bons resultados que se encontram entre alguns poucos produtores inovadores.

b] Os desafios da Inovação em uma Economia de Transição.

A economia rio-grandense, convém repetir, deve diversificar sua matriz produtiva, incorporando novas áreas de atividade com produtos de maior valor agregado, intensivas em vantagens competitivas não naturais, atentas ao uso de conhecimento e tecnologias de ponta.

A matriz tradicional da economia gaúcha está diante do desafio de aumentar sua eficiência e produtividade, seja aprimorando seus processos de produção e gestão, seja criando novos produtos que incorporem tecnologias avançadas, seja ainda buscando novos mercados. As vantagens competitivas naturais, que no passado sustentaram o dinamismo da economia tradicional do estado, são hoje de todo insuficientes.

Todos esses movimentos voltados para os diferentes setores da economia estadual supõem a *incorporação ativa de uma cultura de inovação* pelas lideranças públicas e empresariais, bem como por amplos setores da população.

O papel do Governo do Estado nesse processo de reestruturação, reconversão, fortalecimento e diversificação de nosso parque produtivo será decisivo nas seguintes frentes:

- i) atuar de maneira consequente na melhoria de nossa infraestrutura;
- ii) promover a formação intensiva de mão de obra com os diferentes níveis de qualificação;
- iii) estimular a produção e a difusão de pesquisas científicas e novas tecnologias e
- iv) apoiar de maneira continuada a atração de novas empresas que contribuam para a diversificação de nossa matriz econômica.

Nesses procedimentos, *a atenção equânime às necessidades e potenciais de nossas diferentes regiões* é indispensável para o sucesso das ações de governo. Mas não menos importante, seja pelos resultados, seja pelo exemplo, é a adoção sistemática, generalizada e visível – mesmo que gradativa – de *novas práticas de planejamento e gestão pela administração pública estadual* – em outras palavras, *a incorporação efetiva de uma cultura de inovação na gestão dos assuntos públicos*. Na etapa de transição em que se encontra a economia gaúcha, o desafio do setor privado e do setor público do estado, *é adotar e disseminar uma cultura de inovação*.

Assim, uma política de inovação que pretenda ter impacto sobre as diferentes regiões e áreas da economia estadual deve, necessariamente, *identificar* com precisão *os ritmos de inovação* (ritmos de implantação) requeridos para cada setor e região, *as etapas* que primeiro devem ser implementadas (qualificação de pessoal, processos de gestão e produção, produtos, etc.) e, finalmente, *os programas de espectro e efeito mais geral* (apoio a pesquisadores e instituições de pesquisa, formação de mão de obra com qualificação tecnológica, estímulos à integração universidade-empresa, criação de incubadoras e parques tecnológicos, linhas de financiamento, etc.), dedicados ao fortalecimento de uma infraestrutura institucional, de recursos humanos e de conhecimentos.

O ponto de partida da nova Política Estadual de Inovação são as práticas, projetos e resultados relevantes já existentes no Rio Grande do Sul e no país. Exemplares, nesse sentido, são iniciativas como o TECNOPUC (e que já abriga empresas de tecnologia da informação, energia, meio ambiente, ciências da vida e indústria criativa), o TECNOSINOS, o VALETEC (Universidade Feevale), o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade- PGQP, a Universidade Sebrae, os Polos Tecnológicos da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, os cursos tecnológicos da UERGS, entre muitas outras. Todas elas devem ser levadas conta, apoiadas e desenvolvidas.

Neste contexto, merece especial atenção o TECNOPUC, que tem se dedicado a atrair empresas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para trabalhar em parceria com a Universidade; promover a criação e o desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica; atrair projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em geral; estimular a inovação e a interação empresas-Universidade; gerar uma sinergia positiva entre o meio acadêmico e o empresarial e atuar de forma coordenada com as esferas governamentais municipal, estadual e nacional. Esta experiência pode ser uma referência importante na reestruturação das unidades de pesquisa e transferência de tecnologia existentes no âmbito da administração estadual, como é o caso do CIENTEC.

Outro pressuposto decisivo diz respeito à formação permanente de mão de obra qualificada, nos diversos níveis demandados (lideranças empresariais, gestores públicos, pesquisadores, engenheiros, administradores, gerentes, trabalhadores de variada qualificação técnica, etc.) como parte *fundamental da nova política estadual*

de inovação na escala da empresa individual, do setor produtivo, tanto local como regionalmente. A aplicação desta diretriz exige a formação de parcerias com instituições privadas, incumbidas da representação empresarial, tais como FIERGS, FARSUL, FEDERASUL, OCERGS, Universidades, entre outras.

Por último, mas não menos importante, o Rio Grande do Sul precisa dispor de uma *estrutura de difusão de bons resultados e melhores práticas*, capaz de disseminar informações capazes de promover a adoção de atitudes e modelos de inovação bem-sucedidos.

Todos esses aspectos devem ser considerados na necessária valorização e fortalecimento da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e dos órgãos de pesquisa e fomento a ela vinculados (*Cientec, Fapergs e Uergs*).

Além disso, é preciso reconhecer o importante papel que a nova Lei Estadual de Inovação poderá desempenhar em uma política estadual de inovação, colocando-a e efetivamente em prática, em uma escala significativa.

3- O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL EQUILIBRADO.

As considerações que acabam de ser feitas sobre a situação da economia estadual precisam ser complementadas, porém, com uma visão mais determinada com relação as questões relativas à geografia econômica do Estado e dos mecanismos institucionais necessários para ter uma política responsável com relação às questões de organização da base territorial do desenvolvimento estadual.

Com relação a esta problemática, a primeira observação a fazer é que o Rio Grande do Sul já possui uma cultura de valorização dos programas de administração regionalizada, bem como instituições voltadas para a promoção dessas iniciativas, de que os COREDES são a maior expressão. Estão dadas, portanto, pelo menos parte das pré-condições institucionais necessárias para a incrementar a regionalização de atividades do Governo do Estado.

Na verdade, o desenvolvimento regional deve ser considerado como um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o Rio Grande do Sul. A base institucional de que dispomos permite tanto identificar com maior precisão as oportunidades e potenciais regionais para impulsionamento do desenvolvimento do conjunto do Estado quanto desenhar e executar políticas de estímulo e fomento

específicas, adequadas às peculiaridades das várias regiões. A regionalização favorece ainda a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aumentando a efetividade de políticas e programas de ação, além de estimular as práticas de transparência dos órgãos públicos e o controle por parte das comunidades e cidadãos concernidos.

Diferentemente, porém, de outras iniciativas voltadas nessa direção, a coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC não a concebe apenas como um instrumento de consulta e diálogo com as comunidades regionais. O que precisamos ter é uma política que baseada em uma avaliação criteriosa dos problemas e potencialidades de cada uma de nossas regiões, articuladamente com as lideranças regionais, trate de identificar gargalos e oportunidades, canalizando para os respectivos desbloqueios e aproveitamentos não só os recursos do Tesouro estadual mas também a maior capacidade articulação e alavancagem que o Governo Estadual tem com relação ao direcionamento tanto dos recursos fiscais e de crédito da União quando das políticas públicas federais. Os diagnósticos e propostas do Projeto Rumos 2015, elaborado durante o Governo Germano Rigotto, são um acervo de grande riqueza cujos recursos e subsídios continuam subaproveitados por força dos maus efeitos da descontinuidade administrativa. Tomá-lo como base para o detalhamento de nossa política de desenvolvimento regional será o passo natural que, em desdobramento destas diretrizes agora apresentadas, não deixaremos de dar na caminhada em direção ao Governo do Estado a que agora damos início.

Tomando ainda em consideração às questões relativas à distribuição espacial da população, das atividades econômicas, dos serviços de infraestrutura no território gaúcho não podemos deixar de registrar que, tal como acontece por todo mundo pelo menos desde o século XIX, é constante e acelerado o aumento da participação das cidades nesses agregados, pois a diferença à maior da população urbana em comparação com a população rural não cessa de crescer, assim como também crescem as diferenças entre o peso da economia urbana em comparação com o peso da produção de base agrícola, tendência de distanciamento que se verifica ainda em maior proporção quando consideramos os grandes serviços de infraestrutura pois é evidente a concentração urbana da oferta de energia, dos serviços de telefonia, de saneamento básico e mesmo de transporte.

Em vista disso, muito embora o país não tenha uma política nacional de desenvolvimento urbano e de apoio aos aglomerados metropolitanos, é óbvia a necessidade de que o poder público, nas três esferas de poder e governo que constituem a federação brasileira, oriente e regule a dinâmica de crescimento de nossas cidades e dos aglomerados metropolitanos. Neste sentido, nossa coligação tem como uma primeira resposta aos problemas que se colocam nesta área criação da Rede Gaúcha de Cidades Sustentáveis, instrumento institucional mediante o qual sejam acordadas metas integradas – políticas, econômicas, sociais e ambientais - para o desenvolvimento urbano de nosso Estado. Quando do detalhamento dessa proposta examinaremos o modo de estruturar um instrumento financeiro para este fim, quem sabe mediante a revitalização do antigo FUNDURBANO articuladamente com a sempre adiada implantação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre. Igualmente indispensável é avançar no estímulo ao consorciamento entre os municípios desta última, tanto no planejamento como na tomada de decisões. A Metroplan, a despeito de que atualmente enfraquecida e com sua vocação original mais lembrada do que exercida, é o instrumento natural para a promover a criação da Rede e, fortalecida, dar-lhe o indispensável suporte técnico-administrativo.

4- O DESAFIO DA EXPANSÃO E DA MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS.

Não se promove um verdadeiro desenvolvimento só com crescimento econômico, nem apenas com a construção de infraestruturas. Se tais realizações não estiverem voltadas à promoção e ao atendimento dos anseios dos menos favorecidos ter-se-á, na melhor das hipóteses, crescimento, não um verdadeiro desenvolvimento. Esta a razão pela qual a questão social é foco central do programa de governo de nossa coligação.

O objetivo maior nesta frente é a busca da maximização da inclusão social, para cuja consecução é preciso não medir esforços. Nada tem sentido na gestão pública senão vier ao encontro dos menos favorecidos, das crianças, dos velhos e dos necessitados em geral. Um governo que não tenha políticas para o enfrentamento de tais problemas não tem sentido como governo. Também importa entender que os esforços a serem realizados nesta direção não se limitam a aumentar os recursos alocados a oferta dos serviços da área social mas envolvem também melhorias de gestão e incrementos de produtividade.

Outro requisito importante de um serviço moderno e adequado às condições atuais é prover a gestão pública de ferramentas modernas e atualizadas de gestão. Isso implica tanto a aquisição dos instrumentos e ferramentas digitais e o desenvolvimento de uma nova cultura integrada ao uso das redes sociais. Esses novos recursos propiciam mais eficiência na prestação dos serviços, maior acesso e conforto para os usuários. *O Rio Grande precisa de um serviço público do século XXI.*

Olhado o panorama da área social segundo os três maiores setores – educação, saúde e segurança – a situação que encontramos e as diretrizes que devem orientar a ação de nosso governo podem ser sucintamente apresentadas nos termos seguintes:

a) Os desafios da educação estadual: melhorar a qualidade, a gestão e infraestrutura escolar.

O sistema estadual de ensino é a maior das instituições do setor público gaúcho. Não existe no Estado nenhum outro serviço público de maior importância e impacto social, dado o enorme potencial da educação em melhorar todos os demais indicadores sociais, particularmente o nível de renda dos indivíduos e das famílias. A educação é a variável mais potente para garantir a igualdade de oportunidades, a base de uma sociedade democrática e aberta ao esforço e ao êxito individual e coletivo. A rede estadual pública de ensino é responsável pelo atendimento de aproximadamente 1 milhão de crianças e jovens, contando com 2.570 estabelecimentos de ensino sob administração estadual e 95 mil servidores nas funções de docência, técnica e administrativas em atividade (Censo Escolar/2013-SEC/RS). O atendimento do sistema representa aproximadamente 50% de todas as matrículas escolares.

Apesar dessa reconhecida importância, é de amplo conhecimento que a educação pública do Rio Grande Sul enfrenta dois graves problemas. O primeiro é de natureza política, o desentendimento recorrente entre as lideranças sindicais do magistério e o Governo do Estado. O segundo diz respeito ao desempenho insatisfatório da aprendizagem, expresso nas diversas avaliações que vem sendo feitas no Brasil e no RS, conforme veremos adiante. No ensino médio, a situação é mais crítica uma vez que i) a taxa líquida de matrículas na faixa etária de 15-18 anos é em torno de 50%; ii) o percentual da taxa de conclusão do ensino médio é também em torno de 50%. Isso significa que de cada 100 alunos que ingressam no ensino médio,

apenas 50 concluem o terceiro ano. Além disso há uma comprovada queda nos indicadores de qualidade da educação oferecida pelo sistema.

Esses dois fatores – conflito permanente e desempenho qualitativamente insatisfatório - são, em larga medida, responsáveis pelas dificuldades que enfrentamos nesta área e que representam um grande desafio para o Governo estadual e para a comunidade rio-grandense em geral.

As carências estruturais devem ser enfrentadas com a identificação clara das necessidades, da constituição de um sistema de planejamento detalhado e da elaboração de uma política permanente e estável de gestão dos recursos financeiros, operacionais humanos e pedagógicos.

O conflito precisa ser superado pela criação de um novo ambiente na educação gaúcha: os debates e posições, naturais e legítimos, precisam se expressar num clima de cooperação, construção e respeito aos direitos e competências de todos – gestores públicos, professores, servidores de escola, alunos, pais e demais agentes sociais que vêm na educação um fator de desenvolvimento e democracia.

Igualmente importante é o esforço a ser feito na melhoria da remuneração dos professores. Embora limitado pelas restrições orçamentárias, esse objetivo estratégico precisa ser assumido e realizado progressivamente em prazos compatíveis com a melhora das finanças públicas estaduais. Sem isso, persistirão os problemas de recrutamento de quadros qualificados, evasão e baixa autoestima dos professores, no final, a má qualidade da educação.

É igualmente importante reverter a trajetória de baixa performance da educação gaúcha, retratada nas avaliações recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB¹⁰. Os indicadores referentes ao período de 2005 a 2011 revelam um quadro extremamente preocupante e que exige providências consistentes da Administração Estadual.

Com efeito, não se pode aceitar que, neste período, as notas obtidas pelo RS na avaliação da 4ª série do ensino fundamental tenham nos conduzido da 6ª posição (nota 4,2) entre todos os estados do país em 2005 para a 7ª posição em 2011 (nota 5,1).

¹⁰O IDEB avalia o i) Rendimento: considera a taxa de aprovação de um ano para outro, abandono e retenção; ii) Desempenho: é medido pelas notas dos alunos nas avaliações da Prova Brasil (4ª a 8ª séries) e SAEB (3º ano do ensino médio por amostragem).

Não se pode aceitar, igualmente, a estagnação das notas de avaliação da 8ª série do ensino fundamental no período 2005-2011, o que fez com que passássemos da 4ª posição (nota 3,5) para a 11ª posição (nota 3,8) no ranking nacional, certamente a pior da história.

E, por fim, também não se pode aceitar que as notas referentes ao aprendizado na terceira série do ensino médio tenham se mantido no mesmo baixo patamar entre 2005 e 2011 (nota 3,4), situação que deslocou a posição do RS do 2º para o 9º lugar no ranking nacional.

Não podemos nos conformar com melhorias insignificantes nas notas, ou mesmo a sua estagnação, quando outros estados avançam, deslocando a nossa tradicional posição de referência nacional em educação pública para o passado.

É verdade que os indicadores dos demais estados da Federação ainda estão distantes do que pode ser admitido como um padrão de qualidade educacional compatível com a existente nos países desenvolvidos, cujas médias das notas compatíveis em avaliações similares ao IDEB é de 6,0 pontos. *No caso do RS, o problema é que não apenas estamos distantes do padrão internacional, mas também estamos ficando atrás dos demais estados brasileiros, o que nunca havia ocorrido até os últimos anos.* A educação gaúcha precisa reagir.

Além dos problemas já apontados, verificam-se ainda importantes carências e necessidades. Elas se expressam, principalmente, na insuficiente infraestrutura física e operacional, no inadequado planejamento e gestão global dos recursos, na restrita autonomia e responsabilidade das unidades escolares, na carência de programas de apoio aos estudantes e ao funcionamento da rede escolar, assim como nas deficiências no planejamento das atividades curriculares e extracurriculares.

Diante do diagnóstico sumariado acima, a conquista de um novo patamar de qualidade educacional constitui um enorme desafio e envolve esforços planejados e persistentes em várias frentes.

Em primeiro lugar, investir na qualificação dos professores, promovendo e incentivando ampla e permanente atualização.

Em segundo lugar, intensificar iniciativas voltadas para o aprimoramento dos gestores e da gestão das escolas.

Em terceiro lugar, aperfeiçoar o processo de recrutamento dos professores, valorizando os conhecimentos específicos nas respectivas áreas de atuação.

Em quarto lugar, adotar estratégias pedagógicas compatíveis com as deficiências diagnosticadas e com as melhores experiências nacionais e internacionais.

Em quinto lugar, redobrar esforços para dotar, progressivamente, nossas escolas de equipamentos e meios que potencializem a aprendizagem, tais como laboratórios, bibliotecas e salas digitais.

Finalmente, em sexto lugar, mas não menos importante, dar continuidade aos esforços de avaliação permanente do desempenho dos alunos, não apenas para medir os resultados, mas também para permitir o justo e emulador reconhecimento de professores e alunos.

Já com relação ao ensino médio, responsabilidade precípua da esfera estadual, o desafio é ainda maior, pois trata-se de acrescentar às políticas acima referidas, iniciativas destinadas a:

- a) implantar políticas que conduzam à universalização do acesso, assegurando a matrícula aos jovens 15 a 18 anos, uma vez que aproximadamente 40% dessa faixa etária encontra-se fora da escola;
- b) promover uma ampla reforma do ensino médio contemplando a diversificação curricular, tornando-o mais atrativo e adequado às necessidades dos jovens.
- c) melhorar o desempenho geral das escolas, com especial atenção aquelas que apresentam pior desempenho; e
- c) e realizar ações visando elevar o número de egressos formados.

Alta prioridade deve também ser atribuída ação da Superintendência de Ensino Profissionalizante da Secretaria Estadual da Educação. Embora existam, no sistema, escolas de reconhecida excelência, como a Escola Parobé e a Escola Liberato Salzano, no contexto da estratégia mais geral do desenvolvimento regional defendida neste programa de governo, é importante que a exemplo dessas, sejam criadas pelo menos uma Escola de Educação Profissional de referência em cada uma das regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

Uma avaliação menos global e mais focada na articulação do sistema estadual de ensino com a formação dos recursos humanos necessários à condução do Estado a uma posição mais destacada no contexto nacional torna-se quase inevitável constatar que nossos sistemas educacionais que parecem ter renunciado a uma de suas funções mais essenciais: a formar jovens capacitados e vocacionados a ingressarem no ensino universitário com condições para, ao termo do terceiro ciclo de estudos, virem a desempenhar funções vanguarda e de liderança nas áreas críticas da pesquisa científica, da inovação tecnológica e do desempenho profissional de alta qualificação, pois é consensual o diagnóstico de que um mau ensino médio é, com as exceções que sempre ocorrem, o prenúncio de estudos universitários pouco aproveitados e de medíocre qualificação.

A necessidade de criar estímulos para a reversão desse quadro tem que ser uma prioridade da ação de governo na área educacional e seus princípios devem ser orientados pelas seguintes premissas: a) os avanços da política nacional da educação obtidos nas duas últimas administrações federais, particularmente no que diz respeito às práticas de avaliação e promoção do melhor desempenho de professores e alunos; b) as demandas e prioridades e potencialidades existentes no âmbito das várias regiões gaúchas, que deverão merecer especial atenção da Governança Regionalizada.

Além disso, em termos gerais é possível, já neste momento iniciar a concepção de nosso plano de governo apontar ser princípio que devem nortear a ação de nosso governo na área educacional e que são os da *integralidade, valorização do conhecimento, gestão, inclusão e valorização profissional*. Exemplos do conteúdo a ser dado à aplicação de tais princípios são os seguintes:

- **ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL:** implantação de pelo menos duas Escolas por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), segundo as concepções de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro;
- **EXPANSÃO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DO ALUNO:** ampliação do tempo de permanência dos alunos do Ensino Fundamental em toda a Rede Estadual;
- **ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA:** aprimorar o ensino de línguas estrangeiras na rede, notadamente do espanhol e do inglês;

- ENSINO MÉDIO: universalização do Ensino Médio de 15 a 18 anos, em consonância com a meta do Todos pela Educação;
- ESCOLA ACESSÍVEL: inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, implantando programa de apoio, qualificação de RH, contratação de profissionais com formação adequada e investimento em acessibilidade, a partir de 2015;
- INCLUSÃO DIGITAL: universalização do uso de Tecnologias da Informação como ferramentas pedagógicas inovadoras;
- JOGOS ESCOLARES: fortalecimento dos Jogos Escolares do RS, revitalização do Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE e criação de centros poliesportivos nas 30 CREs, a partir de 2014;
- FORMAÇÃO DOCENTE: programa de formação permanente para qualificar professores e funcionários da Rede Pública Estadual, instituindo um número mínimo de cinco formações obrigatórias por ano, com duração de no mínimo quatro horas, com implantação imediata; é preciso potencializar todas as fontes de recursos para esta tarefa, em especial as do FUNDEB.

b) O desafio do sistema público de saúde: atenção básica, regionalização da medicina especializada e presteza no atendimento ao cidadão.

A prestação de serviços básicos de saúde constitui uma das atribuições mais nobres, importantes e irrenunciáveis do Estado. No Brasil o principal instrumento de intervenção na saúde pública é o Sistema Único de Saúde – SUS, responsável pela articulação e coordenação das ações da União, Estados e Municípios, instituição cuja criação nas condições econômico-financeiras de um país ainda em desenvolvimento é um feito notável, que a todos nos deve orgulhar. Não ignoramos, por certo, suas muitas deficiências que motivam grandes e intensas reclamações e críticas vindas de muitas frentes, muitas, sem dúvida, justificadas e feitas de boa fé e com intenções construtivas. Mas é impossível começar a tratar dos problemas e dos avanços que é preciso fazer no enfrentamento dos desafios colocados à melhora da saúde pública sem fazer este reconhecimento do patrimônio que já temos nesta área.

Desde sua criação, o SUS procura desenvolver e aprimorar a descentralização das ações de saúde, através da regionalização e da municipalização do planejamento, gestão e execução dos serviços. É natural que um sistema que envolve todas as instâncias administrativas do poder público nacional e engloba uma ampla rede de ações e programas continuados de prevenção, atendimento ambulatorial, e serviços hospitalares em múltiplas especialidades, se depare com o desafio de, permanentemente, aprimorar normas, procedimentos, protocolos e mecanismos de financiamento.

Embora haja grande concordância quanto à melhoria dos indicadores básicos de saúde no Brasil, que se refletem principalmente na queda da mortalidade infantil e na elevação da expectativa de vida dos brasileiros, as políticas de prevenção e as redes de atendimento ainda apresentam grandes e importantes insuficiências.

A precariedade do atendimento hospitalar de emergências e tratamentos especializados se expressa na falta de vagas para internações, na demora, às vezes de meses, para a realização de consultas, cirurgias e revisões, na ausência de estruturas adequadas de UTIs, apenas para citar as carências mais evidentes.

De outra parte, as políticas preventivas ainda apresentam um alcance extremamente limitado: apenas a metade da população brasileira é atendida na Estratégia de Saúde da Família (54%% de cobertura). Na falta de cuidados básicos preventivos e de diagnósticos precoces, as pessoas são acometidas por doenças que poderiam ser evitadas, onerando ainda mais o sistema.

Além disso, a saúde pública enfrenta novos desafios no plano nacional, e também regional, com o crescimento da drogadição – especialmente do consumo de crack – e da elevada prevalência de alcoolismo entre adolescentes e jovens, bem como a alta incidência de AIDS no RS.

Finalmente, como agravante, a saúde pública dos brasileiros é, ainda, afetada por outros fatores estruturais, entre os quais, a condição de pobreza e desnutrição em que ainda se encontram milhões de pessoas e a precaríssima estrutura de saneamento básico, responsável pela geração e transmissão de dezenas de doenças que afetam principalmente as famílias e as crianças que vivem nas periferias das médias e grandes cidades.

O Rio Grande do Sul não constitui exceção nesse cenário de desafios e problemas, muito embora nossa situação não se encontre entre as de pior situação no contexto nacional. Apesar do RS já contar com uma ampla rede de prestação de serviços hospitalares no âmbito do SUS, com 350 hospitais de diversas naturezas jurídicas (filantrópicos, públicos municipais, privados, federais e estaduais), ainda nos deparamos com uma distribuição geográfica bastante desigual e concentrada desses serviços.

Por isso, nos últimos governos, acertadamente, envidaram-se importantes esforços para promover a regionalização do atendimento e dos serviços de média e alta complexidade, para evitar o deslocamento, sempre oneroso, de doentes para a Capital ou para as cidades médias do RS. No entanto, apenas 60% das necessidades de atendimento e procedimentos especializados são atendidos pela rede pública ou conveniada. Neurocirurgias, procedimentos cirúrgicos de otorrinolaringologia e politraumatismos ainda dependem de deslocamento para a capital do Estado. A expansão desses serviços se dará por meio da regionalização do atendimento a partir das cidades-polo das macrorregiões de saúde: Santa Maria, Ijuí, Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e Lajeado.

De outra parte, embora o RS tenha sido um dos primeiros estados brasileiros a adotar políticas de atenção básica à saúde, através do programa de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde e, no Governo Rigotto, também de forma pioneira, criado o programa inovador PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR, direcionado ao desenvolvimento pleno da saúde e capacidade cognitiva dos bebês e crianças, ainda temos um largo caminho a percorrer em direção à universalização dessas importantes ações de prevenção e promoção da saúde.

Um exemplo disso é a necessidade de expandir a população atendida pelas ações da chamada Estratégia de Saúde da Família. Nosso desafio é atingir 100% da meta de cobertura da população do RS com Estratégia de Saúde da Família, até o final do Governo, o que significa um incremento anual de 15% por ano. Não se faz isso simplesmente com recursos mas também com gestão e gerenciamento do sistema.

O mesmo ocorre com o programa PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR criado pioneiramente no governo de Germano Rigotto. Apesar de ter evoluído em ritmo bom, as ações do programa podem e devem ter metas mais ambiciosas de cobertura, pelo menos, duplicar o universo de crianças atendidas.

É certo que o ritmo de expansão de ações e programas de prevenção e atenção básica, como os acima citados, é fortemente dependente da cooperação entre as esferas de governo – União, Estados e Municípios. Essa característica do SUS, de repartição de responsabilidade entre as esferas públicas, reafirma a necessidade de persistir e intensificar esforços para ampliar as relações de cooperação interinstitucional, sem partidarismos ou preferências ideológicas, para que os serviços cheguem de forma mais rápida, ampla e efetiva aos cidadãos. Para isso, é necessário não apenas vontade e determinação, mas a criação de mecanismos de financiamento e incentivos que promovam a adesão das partes.

As diretrizes gerais que as corporificam devem apontar para a ambiciosa meta para tornar o Rio Grande do Sul referência nacional em todos os indicadores de saúde pública. Programaticamente, na área da saúde pública, podemos desde logo enunciar como metas gerais do Governo que pretendemos fazer as seguintes.

AMPLIAR A ATENÇÃO BÁSICA: elevar substancialmente a cobertura das ações de atenção básica, ampliando as parcerias com os municípios, tendo como meta levar as ações da Estratégia de Saúde da Família a 100% dos lares gaúchos até 2018.

AJUSTAR O PERFIL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE AO MOMENTO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁFICO-EPIDEMIOLÓGICA EM QUE SE ENCONTRA O RS: neste caso trata-se de tirar as consequências de que o Rio Grande do Sul está passando a ter um perfil demográfico típico dos países mais desenvolvidos, com o aumento da população da chamada terceira idade e uma redução relativa da população infantil na pirâmide etária. Este fenômeno evidentemente exige um reposicionamento dos serviços de saúde que precisam preparar-se para atender, em muito maior proporção, os problemas cardiovasculares, as neoplasias e as doenças mais frequentes nas pessoas idosas.

GARANTIR AS CONSULTAS: ampliar o acesso e agilizar as consultas de baixa complexidade. Em parceria com os municípios, ampliar o horário de atendimentos dos Postos de Saúde, especialmente nas regiões de maior concentração populacional e de reconhecida grande demanda dos serviços.

REGIONALIZAR O ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: intensificar os esforços de regionalização do atendimento de

média e alta complexidade, para que as necessidades sejam atendidas na região em que as famílias vivem.

MAIOR ATENÇÃO À INFÂNCIA E ÀS MÃES: fortalecer as políticas preventivas e de promoção da atenção básica direcionadas à infância e atenção materna, fortalecendo a presença do Primeira Infância Melhor e da atenção pré-natal nas comunidades gaúchas.

GESTÃO EFICIENTE: aprimorar, permanentemente, a gestão do sistema de saúde com ênfase na qualificação dos gestores, sistemas tecnológicos de suporte e diagnósticos epidemiológicos; da mesma forma, urge aperfeiçoar os sistemas de avaliação do impacto, efetividade e resolutividade das ações e programas na saúde dos gaúchos.

Registre-se ainda que a promoção da saúde precisa ser complementada pela ampliação dos investimentos em áreas diretamente correlacionadas, tais como saneamento básico, combate às drogas e ao alcoolismo e redução da acidentalidade no trânsito.

Requisito *financeiro* indispensável para o cumprimento destes objetivos e metas é cumprir escrupulosamente as previsões legais de destinação de recursos orçamentários para o setor. Requisito *institucional e operacional estratégico* é a regionalização do atendimento de média e alta complexidade, para cuja consecução não mediremos esforços.

c) o desafio da segurança pública:

Os gaúchos estão inseguros. Muito e gravemente inseguros, e com razão. Esta é a premissa de qualquer consideração sensata dos problemas de segurança público no Rio Grande do Sul no presente momento. O registro deste fato já não precisa apelar para as sondagens de opinião pública, pois este é um tema quotidianamente presente em nossas vidas, tanto pela alta frequência com que somos vítimas, quanto porque o tema se faz permanente presente em nossas conversas e nos esforços a cada dia maiores para nos acautelarmos e protegermos com os meios que tivermos a nosso alcance.

Tão importante quanto o estresse psicológico derivado da percepção geral da deterioração das condições de segurança pública, são os custos decorrentes do aumento

da criminalidade na subtração de vidas, destruição de famílias, deterioração da vida comunitária e em perda materiais significativas e definitivas impostas aos gaúchos.

Esse sentimento universalizado de grande insegurança pessoal e patrimonial agrava-se em consequência da percepção igualmente generalizada da enorme insuficiência da resposta do Estado a essa situação crítica. Nem os serviços de prevenção e investigação policial, nem a gestão do sistema prisional, nem em programas de prevenção criminal têm escala e eficiência compatível com o agravamento da situação. O esforço das diversas administrações estaduais recentes em manter o nível do gasto público na segurança em reposição parcial do efetivo policial, manutenção e equipamentos, em um contexto de severas restrições financeiras, embora meritório, se mostrou insuficiente frente às necessidades associadas ao crescimento da criminalidade.

A criminalidade e a insegurança crescentes produzem um novo tipo de segregação social na sociedade gaúcha: entre aqueles que podem se proteger recorrendo a meios privados – guardas, grades, alarmes, câmeras de vigilância – e aqueles que, privados desses meios, dependem apenas do sistema público de segurança. Essa nova forma de segregação, evidentemente, não se coaduna com o modelo de sociedade com a qual todos sonhamos. Urge, portanto, enfrentar com firmeza e decisão o desafio de tornar nossa sociedade mais segura. Essa não é uma tarefa fácil, nem passível de ser resolvida de um dia para outro. Mas se não lhe atribuirmos a prioridade devida não haverá esperança de virmos a em prazo médio superá-la. É com o compromisso de atribuir atenção prioritária à segurança pública que queremos nos comprometer.

Ressalte-se que na dinâmica recente da criminalidade, certamente um dos fatores mais decisivos na elevação dos patamares de ocorrência é a disseminação das drogas, mais particularmente do *crack*. O aumento do consumo dessa substância, devido ao elevado poder e velocidade na geração da dependência, tem sido apontado como uma das causas do aumento do volume de roubos, assaltos e homicídios nas médias e grandes cidades. Além desse fenômeno relativamente recente, permanecem como temas importantes a merecer atenção a violência doméstica, a segurança no ambiente escolar e o acentuado nível de acidentalidade e mortes no trânsito.

Também da maior relevância para entendimento da situação em que nos encontramos é que uma das consequências mais graves da crise estrutural das finanças

públicas estaduais das últimas quatro décadas foi também um quadro crônico de subinvestimento na área da segurança pública. Com efeito, entre 2000 e 2013, a média anual da rubrica Investimentos em relação à Receita Corrente Líquida foi de apenas 0,33%, o que corresponde a um vigésimo do total dos investimentos realizados pela Administração Estadual.

Tal condição estrutural tem como reflexo:

- a sempre insuficiente dimensão do efetivo policial, tanto na Polícia Civil quanto na Brigada Militar;
- a permanente dificuldade na manutenção e reposição dos equipamentos essenciais à operação policial, principalmente veículos e estruturas de apoio;
- a precariedade e desatualizada estrutura de apoio técnico (perícias e exames) à investigação criminal;
- a ausência de sistemas de tecnologia de informação modernos e atualizados, cada vez mais importantes no desenho de metodologias de policiamento preventivo e repressivo mais efetivas,
- a ausência de um sistema eficiente de acompanhamento e controle do regime semiaberto, o que acaba por se refletir num alto índice de reincidência criminal.
- a inexistência de um processo de organização e avaliação permanente da evolução dos indicadores criminais, procedimento fundamental para o planejamento dos gastos e ações operacionais do sistema de segurança pública gaúcho.

De outra parte, o reduzido nível de investimentos, muito aquém das necessidades mínimas no sistema prisional, gerou um enorme déficit de vagas – de aproximadamente 8 mil vagas –, sem falar na deterioração da quase totalidade das unidades existentes em termos físicos, humanos e segurança.

Além do crescimento vertiginoso dos crimes de furtos e roubos nas pequenas e médias cidades do Estado nos últimos anos, é muito preocupante também a elevação dos índices de homicídios, de 18,3 casos por cada 100 mil habitantes em 2002 para 22 casos em 2012, bem como a defasagem de 32% no provimento do efetivo da Brigada Militar (diferença entre o efetivo autorizado e o efetivo provido) e de 39% na Polícia Civil. O quadro é dramático: de um lado o crime aumenta e se interioriza e, de outro, o Estado continua a enfrentar enormes dificuldades para realizar os investimentos em

recursos humanos e equipamentos para ampliar, modernizar e aperfeiçoar os serviços de prevenção, investigação e punição criminal.

Com efeito, os investimentos realizados pelo Estado na criação de novas vagas prisionais estão sempre aquém do necessário, fazendo com que a efetiva punição criminal seja prejudicada pela incapacidade do Estado em prover as condições para a efetiva execução penal.

É claro que o gasto público em segurança não constitui o único fator a explicar a dinâmica criminal recente, que tem condicionamentos de ordem econômico-social e culturais, mas é sim o principal responsável pela perda de efetividade do Estado no cumprimento de seu papel constitucional de prover segurança pessoal e patrimonial.

A recomposição dos serviços públicos de segurança deve ser orientada por três diretrizes básicas:

INVESTIMENTOS: elaborar e executar um programa permanente de investimentos em recursos humanos e materiais, de modo a criar uma estrutura adequada às necessidades e demandas dos gaúchos por mais segurança.

TRANSPARÊNCIA: estimular e incentivar práticas de maior transparência nas políticas de segurança pública, com o objetivo de melhorar os canais de comunicação e informação entre os agentes públicos e a sociedade.

PARTICIPAÇÃO: otimizar a parceria com as prefeituras e comunidades locais nas ações preventivas policiais e de natureza social e focalizar e dar maior efetividade às ações policiais em consonância com as peculiaridades das diversas regiões do RS.

Além destas diretrizes gerais, a política estadual de segurança deverá fortalecer e renovar o papel das comunidades locais e promover uma articulação mais efetiva das instituições às quais está afeta a produção da segurança e da justiça no RS. Isso implicará, entre outras, as seguintes providências.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: os conselhos devem ter seu papel valorizado e ampliado, auxiliando a Polícia civil e Militar na definição das ações preventivas, aproximando e

integrando as instituições policiais das comunidades e promovendo e coordenando ações preventivas multidisciplinares.

SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL INTEGRADO E COOPERATIVO: propor a formação de um comitê permanente integrado por todas as instâncias do sistema de justiça criminal: o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Governo do Estado (Polícia e Sistema Prisional), com o objetivo de planejar, articular e coordenar esforços no sentido de melhorar as condições de segurança pública e da promoção da justiça, evidentemente, respeitando as atribuições e competências constitucionais e legais das partes. Uma das formas possíveis para promover esta integração é conferir tais atribuições ao CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

AUMENTO DO EFETIVO DA BRIGADA MILITAR. Dar continuidade à recomposição do efetivo da Brigada Militar, de forma a recompor, pelo menos, a meta histórica de 3,0 policiais para cada 1.000 gaúchos.

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE POLICIAMENTO PREVENTIVO. Investimentos em sistemas de comunicação e georreferenciamento para aprimorar o sistema de planejamento e execução de ações preventivas pela Brigada Militar.

FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INVESTIGATIVA DA POLÍCIA CIVIL. Ampliação do quadro de delegados e investigadores, investimentos em tecnologia de informação e logística, especialmente nas regiões com maior incidência de criminalidade violenta. Avaliar e propor a criação de novas delegacias especializadas, principalmente, de homicídios, nas cidades médias.

AÇÕES INTEGRADAS PERMANENTES. Fortalecer o papel coordenador e integrador do CIOSP. Reavaliar e reorganizar as bases geográficas e operacionais da Polícia Civil e Brigada Militar visando desenvolver ações integradas de forma estruturada e permanente.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO. Melhorar a presteza e a qualidade do atendimento aos cidadãos nas delegacias de polícia, tanto no registro das ocorrências como na prestação das informações. Criar um mecanismo ágil e fácil, via internet ou 0800, que permita ao cidadão acompanhar o andamento dos inquéritos, respeitadas as disposições legais.

CRIAR BASES DE PATRULHAMENTO COMUNITÁRIO. Desenvolver

programas permanentes de patrulhamento nos bairros mais violentos das médias e grandes cidades, em parceria e cooperação com as prefeituras municipais e entidades comunitárias. Incentivar e fortalecer programas de Policiamento Comunitário e Policiamento Orientado para a Solução de Problemas.¹¹

ZERAR O DÉFICIT DE VAGAS PRISIONAIS. Dar continuidade aos investimentos na ampliação do sistema prisionais, com a meta de criar 8 mil novas vagas prisionais. Serão priorizadas a construção ou ampliação de unidades de médio porte adequadas ao perfil de periculosidade dos presos.

REINSERÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA. Criar e desenvolver programas e ações de reinserção de ex-apenados no mercado de trabalho mediante um sistema de incentivos à empregabilidade e à capacitação profissional e formação educacional dos apenados.

PROGRAMAS INTEGRADOS DE PREVENÇÃO. Fortalecer a presença do Estado no desenvolvimento de programas permanentes de educação e prevenção do uso de drogas e álcool, em conjunto com as prefeituras municipais, entidades sociais e escolas públicas, com foco prioritário em adolescentes e jovens.

TRÂNSITO SEGURO. Intensificar os programas de combate ao uso do álcool no trânsito, integrando a Polícia Rodoviária estadual, Brigada Militar, Detran, Prefeituras e organizações sociais.

FORTALECIMENTO DA REDE DE SAÚDE NO TRATAMENTO DA DROGADIÇÃO. Abertura de mais vagas nas redes pública e filantrópica de saúde e ampliação da rede de comunidades terapêuticas.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS INFRATORES. Em parceria com o setor privado, alterar o *modus faciendi* de recuperação de menores infratores através (i) a descentralização radical da instituição mantenedora de jovens infratores; (ii) ampliação dos programas de ressocialização dos jovens infratores com bolsa em dinheiro específica para famílias de menores infratores; (iii) incentivar a

¹¹ Modelo de policiamento desenvolvido pelo criminologista Herman Goldstein e já utilizado em muitos países. Nesse modelo, o escopo da ação policial é ampliado para além do crime como um incidente isolado, de forma a captar e buscar soluções para o conjunto de circunstâncias sociais, físicas e culturais que o incentivam. É, essencialmente, um modelo de parceria e transversalidade, que tende a envolver, na prevenção criminal, todos os agentes públicos e sociais que operam numa determinada área geográfica com alta concentração de crimes.

participação e a parceria com as organizações sociais vocacionadas na gestão das casas mantenedoras e de apoio psicossocial a jovens em situação de risco e infratores.

5- OS DESAFIOS DA INFRAESTRUTURA: TRANSPORTES, ENERGIA E SANEAMENTO

Nas sociedades modernas, uma função crítica do setor público é prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades e à preservação da competitividade sistêmica de suas economias. No caso do Rio Grande do sul, assim como no Brasil, o cumprimento desses encargos foi prejudicado, nos últimos anos, em razão dos desequilíbrios financeiros do setor público.

Para ter êxito nesta frente decisiva para o nosso futuro, além de criar soluções inovadoras nos processos de produção propriamente ditos – em termos de recursos tecnológicos e humanos -, a economia gaúcha deverá contar com uma oferta de infraestrutura, que nos coloque num patamar de competitividade em posição vantajosa, ou pelo menos de igualdade, em relação aos demais estados brasileiros. Para isso, é preciso dar a atenção e a prioridade que o tema exige no âmbito do planejamento da intervenção estatal, das prioridades dos investimentos públicos e no contexto mais geral do desenvolvimento regional.

Em consonância com estas considerações mais gerais, entendemos como diretrizes para a recuperação, ampliação e modernização da infraestrutura estadual as prioridades elencadas a seguir.

a) Transportes

Tendo em vista a importância estratégica desta área para a economia gaúcha é indispensável modernizar, qualificar e dar um tratamento rigorosamente profissional aos problemas do setor.

Isso implica em reestruturar e modernizar o DAER, fazendo com que a entidade recupere a sua capacidade técnica para enfrentar em termos adequados as necessidades atuais, notadamente no que se refere ao desenvolvimento e gestão de projetos de engenharia rodoviária. Com relação à EGR, o desafio é fazer com que a natureza empresarial da nova entidade seja empregada para a captação de financiamentos que permitam a expansão e duplicação das estradas sob sua jurisdição.

Por exemplo, é o caso da duplicação de trechos como a ligação Passo Fundo-Marau, Venâncio Aires-Santa Cruz e Santa Maria-Camobi e a duplicação da RS 118, beneficiando diretamente os municípios de Viamão, Gravataí, Cachoeirinha, Esteio e Sapucaia do Sul. Igualmente importante é a implementação do Plano Estadual de Logística e Transportes- PEL, a qual permitirá embasar as decisões de investimento em critérios técnicos seguros e adequados às reais necessidades da economia e da comunidade.

Também é importante dar continuidade aos investimentos em curso, evitando os malefícios que costumam acompanhar as trocas de governo em todos os setores quem compõem o amplo domínio dos serviços de infraestrutura.

Outra providência imperiosa é buscar novos financiamentos internacionais, notadamente com relação às necessidades de logística, à malha rodoviária e às oportunidades, sempre negligenciadas, referentes ao melhor aproveitamento de nossos cursos de água para alternativas hidroviárias.

Reconhecer que a poupança fiscal passível de ser gerada mesmo com uma boa administração das contas públicas é insuficiente para prover as carências de infraestrutura que nos tiram competitividade. É importante prospectar a constituição de parcerias público-privadas, sem preconceitos ideológicos e políticos, dentro dos parâmetros, condições e diferentes modalidades contratuais que melhor ajustem o interesse entre as partes, a empresa privada e o poder público. Nesse sentido, é indispensável fazer um trabalho minucioso de levantamento de necessidades e oportunidades para a provisão dos serviços de infraestrutura estadual.

É igualmente importante avançar ações junto à União para aumentar a participação da ferrovia no transporte de cargas, meta maior de mudança na Matriz de Transportes. Apoiar a criação da Ferrosul, um investimento de grande impacto na matriz de transportes e na economia gaúcha.

Finalmente, se faz necessário modernizar os serviços de Estações Rodoviárias tanto pelo estímulo à adoção de sistemas informatizados de gestão e vendas de passagens, quanto pela exigência de que os concessionários garantam aos usuários um atendimento confortável e limpo.

b) Energia

No final dos anos 1990, o Brasil e o Rio Grande do Sul passaram por um processo de redistribuição de encargos entre o setor público e o setor privado em relação à oferta dos serviços de infraestrutura. O Rio Grande do Sul apresenta, atualmente, o seguinte desenho institucional: três empresas de distribuição, a CEEE-D, a RGE e a AES, sendo as duas últimas privadas; a CEEE-GT, que atua na geração e na transmissão e a CGTEE, empresa de geração térmica, vinculada à Eletrosul. Além disso, mais recentemente, foi criada a SULGAS, uma empresa do Governo do Estado e da Petrobrás, que opera a distribuição de gás para os mercados veicular, industrial, comercial e residencial. Portanto, no que diz respeito à oferta de energia, a responsabilidade do Governo do Estado ainda se faz presente, com grande importância, na geração e distribuição de energia elétrica e de gás natural.

O Grupo CEEE responde por 75% da transmissão de energia elétrica no Rio Grande do Sul, que é distribuída por 47 mil km de rede nas áreas urbana e rural. A companhia possui 15 plantas de geração hídrica, agrupadas no sistema Jacui-Salto.

Além da hídrica, que representa 63% da capacidade de geração, a companhia tem ainda usinas termelétricas que respondem por 11% de sua produção, 16,9% provenientes do gás natural e, por fim, 6,2% oriundas de fontes renováveis.

Além da geração de energia, a CEEE é responsável direta pela distribuição de energia, através da CEEE-D, para 4 milhões de gaúchos, em 72 municípios do Estado. Do ponto de vista da demanda de energia elétrica, a capacidade instalada atual foi suficiente para atender o consumo final de 25.427.246 de MWh. No entanto, projetando-se uma taxa de crescimento econômico de 5% ao ano, teremos em 2015 uma demanda de 35.778.68 MWh. Nesse cenário, a margem de segurança do sistema é muito pequena.

Com relação à capacidade de geração, é crítica a necessidade de que a ANEEL volte a fazer leilões de compra de energia, que são no atual sistema de gerenciamento do setor elétrico brasileiro, a base para qualquer decisão de investimento. Só assim serão executadas as obras em Garabi, a Termelétrica do Seival e a expansão dos parques eólicos.

Já quanto à distribuição, a ação principal é elevar a capacidade de transmissão, com a construção do anel de 525 kV interligando os principais pontos das regiões Sul e Norte do Estado. Certamente, o crescimento do RS nos próximos anos,

com a instalação de novas usinas termoeletricas em Candiota, com o crescimento expressivo da fabricação de celulose, com o polo naval de Rio Grande e outros investimentos na chamada metade Sul, irá impor ao Sistema Integrado Nacional (SIN) a necessidade de interligações no nível de tensão de 525 kV no Estado. O RS deve exercer papel político de pressão juntos aos órgãos da União visando pautar este importante tema, especialmente em razão das futuras usinas de carvão na região de Candiota e do complexo hidrelétrico de Garabi no rio Uruguai, bem como o reatamento de tais investimentos na interligação regional com Uruguai e Argentina.

Esses dados já são conhecidos e estão apropriados nos modelos de investimento do setor elétrico, porém, a CEEE tem tido grandes dificuldades de acompanhar os cronogramas de investimento.

Outra dificuldade de grande monta a que está confrontada a Companhia reside nas consequências da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2011, que afetou fortemente sua receita. O agravamento do quadro financeiro torna forçoso a reabertura de negociações com o governo federal.

Nesse contexto, é também indispensável que a CEEE melhore significativamente a sua gestão operacional e financeira. Isto requer, antes de mais nada, que o Governo do Estado, dê uma atenção prioritária às questões relativas ao desempenho da Companhia.

Essa avaliação do setor energético deve levar em conta ainda as potencialidades de diversificação da matriz energética. A Sulgás e o Parque Eólico de Osório são empreendimentos importantes já em pleno funcionamento e, no caso específico, em expansão.

A expansão da Sulgás em direção ao Vale dos Sinos e Porto Alegre, depois de ter já atendido parcialmente a região da Serra, é um fato promissor e que deve ser apoiado. O incremento da disponibilidade dessa fonte energética é uma contribuição relevante para o desenvolvimento da indústria e do comércio do Estado.

c]Saneamento básico.

No plano estadual, os serviços de saneamento básico – que compreende o fornecimento de água tratada e coleta e tratamento do esgoto - são de

responsabilidade da CORSAN, empresa tradicional e que já prestou relevantes serviços ao Estado.

A Companhia Estadual de Saneamento - CORSAN atende a 349 localidades numa área de extensão que compreende 318 municípios, abrangendo mais de 70% da população urbana, com abastecimento de água tratada. Nos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul, Bagé, Santana do Livramento, Vera Cruz, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Uruguaiana estes serviços são operados diretamente pelas prefeituras municipais ou empresas concessionárias. A CORSAN é a única companhia estadual, no país, que não possui concessão dos serviços na capital do respectivo estado, bem como em nove outros municípios de médio e grande porte.

É importante sublinhar, ainda, que existem no RS aproximadamente 1,5 milhão de gaúchos, moradores de pequenos aglomerados urbanos e zona rural, sem acesso ao sistema formal de abastecimento de água tratada.

Com relação ao esgotamento sanitário, embora inexistam dados precisos, mas pode-se estimar que, no RS, os serviços de coleta e tratamento de esgotos atingem apenas 14% dos domicílios. As obras do Programa Integrado de Saneamento Ambiental - PISA, recentemente inauguradas em Porto Alegre, deverão elevar esse índice para algo a 30%. Porém, ainda assim, a oferta desses serviços continuará num patamar inaceitavelmente baixo, portanto, a exigir novos e maiores investimentos.

A principal dificuldade para a ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário reside no seu elevado custo de implantação, estimado em cinco vezes o volume de recursos necessário à implantação de sistemas de abastecimento de água. Some-se a isso, a dificuldade adicional de que a tarifa cobrada para a coleta e tratamento de esgoto é de 70 % do valor cobrado para o consumo de água e de 50% no caso de somente ocorrer o afastamento do esgoto, traduzindo-se em média 47% de faturamento da água.

Nos últimos anos, a CORSAN ampliou os investimentos em sistemas de esgotamento sanitário com recursos próprios e também logrou êxito em incluir novos aportes de recursos no âmbito do PAC, do OGU e da Caixa Econômica Federal. No entanto, a execução e os desembolsos desses financiamentos continuam em grande parte pendentes.

O desafio do próximo governo será o de viabilizar o efetivo desembolso desses recursos e a concretização das obras correspondentes. No entanto, tais investimentos

estão longe de atender o déficit estadual de serviços de coleta e tratamento do esgoto, que continuará no patamar de 70%.

Ao lado da execução e ampliação dos investimentos, continua crítica a gestão operacional da companhia, notadamente com relação às perdas físicas e financeiras no sistema de abastecimento de água (aproximadamente 40% da água produzida).

6- AS FINANÇAS PÚBLICAS

Como é de amplo conhecimento não apenas dos especialistas, mas da opinião pública em geral, as finanças públicas de nosso Estado encontram-se em situação de graves dificuldades há muitos anos. Os déficits orçamentários são recorrentes, a dívida cresce, o comportamento da despesa é cada vez mais rígido e o crescimento das receitas próprias não dá conta da expansão do gasto. Em vista da magnitude desses desequilíbrios a administração das contas converteu-se na tarefa prioritária dos governos estaduais que, apelando para recursos e expedientes diversos – endividamento, aumento de impostos, privatizações, uso do caixa único, redução drástica e necessariamente provisória e insustentável do gasto, algum socorro emergencial da União – tratam de a cada exercício fechar contabilmente as contas e manter o funcionamento ordinário dos serviços públicos.

Em vista da gravidade desse quadro e da rigidez da despesa – em sua quase totalidade compulsória, como é o caso da folha de pessoal, do pagamento da dívida pública, das vinculações constitucionais e legais da despesa com educação e saúde, da total independência da despesa executada pelos demais poderes, assim como das limitações estruturais do crescimento da receita, deve-se reconhecer que nossos governos têm sido habilmente capazes de evitar o colapso fiscal e manter o funcionamento dos serviços públicos. O preço pago por essa situação tem sido a redução dos investimentos e a prestação de serviços públicos em escala e qualidade decrescentes.

Os constrangimentos que tornam esse quadro muito rígido – obrigações contraídas por força de legislação constitucional, como é o caso da despesa dos outros poderes, ou de legislação federal, como é o caso das vinculações de gasto, ou de funções indelegáveis do setor público, como é o caso da prestação dos serviços de educação, saúde e segurança, ou, em outra frente, de oferta de serviços básicos de

infraestrutura, como é o caso dos encargos com a malha viária tornam os ajustes pelo lado da despesa limitados e de execução necessariamente longa.

Não obstante isso, um trabalho contínuo em busca do aumento da produtividade dos serviços, de busca de consenso com relação à necessidade de contribuição de todos os Poderes do Estado e de todas as categorias de servidores para a indispensável melhoria da qualidade do gasto público é uma das linhas de ação que é preciso paciente e denodadamente trilhar.

Nesse sentido, é decisivo estabelecer uma condição de diálogo que permita consensualizar entre todas as forças e agentes políticos e a opinião pública uma regra que vincule o crescimento da despesa pública ao crescimento da economia e da produtividade. A experiência brasileira já contém dispositivos deste tipo, como é caso da regra de reajuste do salário mínimo, indicando que este é um caminho factível para a boa gestão dos recursos disponíveis.

Também é importante levar a termo a renegociação da dívida estadual, que precisa avançar em relação à proposta do Governo Federal, em tramitação no Congresso Nacional. A proposta de manter o serviço da dívida em 13% da RLR não impacta o fluxo imediato dos dispêndios, não beneficiando as finanças estaduais no curto e médio prazo, embora reduza o saldo devedor da dívida em 2028. A reforma que interessa ao Rio Grande é aquela que reduz o percentual da RLR com o serviço da dívida e alongue o prazo de pagamento das prestações.

Este conjunto de esforços só terá resultados sustentáveis, se, porém, pelo lado da receita houver avanços significativos. Nesta frente, sem elevação da carga tributária, os avanços só podem provir do aumento da eficiência da gestão da arrecadação tributária e, com muito maior importância e sobretudo, do crescimento econômico, da diversificação da base produtiva do Estado, especialmente em relação a bens e utilidades destinados ao consumo interno.

Muito embora os mecanismos de ressarcimento das perdas tributárias decorrentes do peso das exportações na economia estadual tenham sido extintos, as perdas continuam tão expressivas quanto antes e impactando as finanças estaduais. *A luta pelo ressarcimento de tais perdas é uma agenda econômica e política que o Rio Grande e seu governo não podem abandonar.*

Igualmente irrenunciável é a bandeira da Reforma Tributária. As diversas modificações no sistema tributário nacional nos últimos 50 anos resultaram na redução da participação dos estados na repartição das receitas. Com efeito, no início da década de 1960, os estados tinham participação de 34% da receita tributária disponível no país, índice que foi reduzido para apenas 24,6% em 2012. Tais perdas não foram compensadas pela arrecadação direta dos estados, a despeito do aumento da abrangência do ICMS, a partir de 1988, principalmente nos setores de combustíveis, minerais, transportes e comunicações. O fato indiscutível é que a melhor repartição das receitas tributárias é um passo indispensável para a recuperação mais consistente das finanças dos estados e o estabelecimento de relações federativas mais equilibradas. Na verdade, é todo o pacto federativo que precisa ser redefinido, pois também do lado dos encargos e responsabilidades os estados e especialmente os municípios estão sendo cada vez mais sobrecarregados.

Diante desse contexto, pode-se dizer que o maior desafio da gestão fiscal no Rio Grande do Sul continua sendo o de manter o equilíbrio das contas de forma consistente e duradoura, de modo a:

- recuperar sustentavelmente a capacidade de investimento do Estado e, assim, direcionar maior quantidade de recursos para as demandas mais reprimidas do setor de infraestrutura e de logística, tão importantes para a competitividade da economia gaúcha;
- recompor a capacidade de prestação de serviços de nosso setor público, principalmente nas áreas de educação, de saúde e de segurança, mas também em outras áreas, como a da promoção da inovação, da assistência social e do fomento ao desenvolvimento regional, o que exige recursos, inclusive destinados a melhora das remunerações.

A recuperação das finanças estaduais não se fará de forma isolada e separada da condução da economia gaúcha a um novo patamar de crescimento econômico. Essa nova condição depende não apenas dos esforços que devem ser feitos no âmbito local – melhoria da infraestrutura e da logística, incentivo à inovação tecnológica e diversificação e desconcentração das atividades econômicas – como também das condições macroeconômicas.

7- OS DESAFIOS DA POLÍTICA CULTURAL

No mundo contemporâneo, todas as sociedades democráticas com expressivo desenvolvimento econômico e social apresentam intensa vitalidade cultural. A dimensão cultural é parte fundamental dos processos sociais que estão na base do dinamismo dessas sociedades. Em primeiro lugar, porque as atividades e as realizações culturais preservam os elementos mais importantes das experiências e valores passados – a memória das comunidades humanas. Em segundo lugar, porque a cultura, quando é viva, explora novas formas de experiência humana e antecipa novas possibilidades de afirmação individual e coletiva. Por essas duas razões, o acesso continuado às produções culturais é indispensável para a formação de identidades pessoais e coletivas.

Que papel cabe ao Governo do Estado na promoção e desenvolvimento dos diferentes aspectos e funções da cultura no Rio Grande do Sul? Destaque-se, desde logo, que ao poder público não compete substituir e tutelar a sociedade, procurando dirigir, definir e moldar os esforços e os objetivos culturais que os agentes e instituições culturais devem alcançar. Ao Estado cabe o estímulo refletido à preservação e ao desenvolvimento das tradições, valores e acervos culturais da sociedade, mas também ao fomento e ao fortalecimento das atividades que a eles dão origem, garantindo o pluralismo de perspectivas e a liberdade de expressão e de experimentação em todos os setores da atividade cultural. Não é o Estado que faz a cultura – essa é tarefa de toda a sociedade.

a] Uma Nova Política Cultural

Uma política cultural adequada deve partir de um diagnóstico preciso tanto dos resultados positivos já alcançados pelos diferentes setores culturais das várias regiões do Estado ao longo das últimas décadas, como dos pontos de estagnação e paralisia que marcaram o mesmo período e se projetam no presente. Igualmente importante é a identificação de novos atores e novos projetos culturais, em gestação ou ainda em seus passos iniciais.

Nossa experiência acumulada mostra que o procedimento mais adequado para dar consequência a essa tarefa – um diálogo e troca de informações coma comunidade cultural – é a realização do II Congresso Estadual de Cultural, nos moldes de evento

similar pela primeira administração de Carlos Jorge Appel durante o Governo Pedro Simon. Da mesma forma, a interação permanente e o intercâmbio ativo de órgãos como o Conselho Estadual de Cultura, o CODIC, (Conselho dos dirigentes municipais de cultura da Famurs), das secretarias e das instituições municipais de cultura com a Secretaria Estadual de Cultura é indispensável para manter o fluxo de informações necessário para a constante avaliação e correção de rumos das políticas que vierem a ser adotadas para a área. No Governo José Ivo Sartori, merecerá especial atenção o levantamento criterioso da situação em que se encontram, em todo estado, os diferentes setores da cultura, tanto no tocante ao grau de profissionalização das atividades realizadas, como às formas de gestão e financiamento disponíveis (ou ausentes) e à abrangência e continuidade dos projetos executados.

A modernização da política cultural do Estado deve compreender a mudança sobrevinda nos espaços e na produção cultural em razão das novas formas e ferramentas de comunicação que permitem a integração da produção cultural aos vários e diversos ambientes de mídia, inclusive a web, televisão, cinema. Uma consequência dessas inovações pode ser a constituição de um Portal da Cultura Gaúcha, que funcione como um canal de divulgação e promoção das muitas iniciativas individuais desenvolvidas no Estado.

Com base nesse trabalho, é importante desde já elencar as diretrizes mais importantes:

- conceber as diversas manifestações e expressões culturais produzidas no RS, nas mais diversas áreas, como um patrimônio e que, como tal, deve ser mais amplamente utilizado para a divulgação e o conhecimento do nosso Estado;
- desenvolver uma gestão de governo que acolha, valorize e impulsione a produção cultural independente, de forma não atrelada ao Estado, que afirme o setor como cadeia produtiva, geradora de emprego e renda, e que respeite e ressalte a diversidade das manifestações culturais do RS;
- realizar, apoiar, articular e promover projetos culturais de grande efeito multiplicador – festivais, bienais, feiras, mostras, espetáculos, etc - nas várias expressões da cultura regional, entre as quais a música, o folclore, as artes plásticas, o cinema e a literatura.
- Utilizar os recursos viabilizados pela Lei de Incentivo à cultura de forma equilibrada, por meio de editais de concorrência pública e com atenção à

diversidade da produção cultural, em estrita obediência às exigências legais em relação ao uso dos recursos;

- Revitalizar o projeto de um polo regional de cinema, como forma de bem aproveitar a enorme geração de talentos que existe no RS nesta área da produção cultural.
- Apoiar e promover projetos culturais que tenham uma função educativa no sentido de qualificar a produção cultural, permitindo que alcancem níveis mais elevados e sejam reconhecidos nacional e internacionalmente.
- formular políticas culturais para macro-regiões do Estado centradas em alguns centros urbanos importantes, que possam exercer um papel catalizador para as atividades culturais de localidades menores em seu entorno;
- promover cursos de formação técnica especializada que estimulem a profissionalização das atividades de indivíduos, grupos e associações, tanto públicas como privadas. Essa profissionalização, traduzida em atividades mais qualificadas, é indispensável para a geração continuada de empregos no setor;
- estimular projetos culturais em diferentes regiões do estado que possam gradativamente adquirir estabilidade financeira, tornando-os o mais possível independentes do patrocínio público continuado;
- promover cursos de treinamento em novas tecnologias com crescente aplicação em projetos das diferentes áreas da cultura;
- apoiar projetos culturais integrados com os programas e políticas nas áreas da educação e do turismo;
- organizar calendários semestrais das atividades para cada setor da cultura, articulando iniciativas públicas e projetos privados, evitando a competição pelos mesmos públicos e pelos mesmos recursos;
- Implantar uma Rede Estadual de Cultura, que divulgue e faça circular informações sobre as atividades das instituições e grupos culturais de todo Estado, públicos e privados. E, ao mesmo tempo, estimule intercâmbios e projetos em parceria entre grupos e instituições de todo Estado;
- Redefinição e ajustamento da estrutura e das finalidades dos diferentes órgãos da Secretaria da Cultura, com base no diagnóstico da situação da atividade cultural no Estado e nos objetivos e prioridades definidos no Plano Estadual de Cultura;

Notícias publicadas no site oficial do governo do RS

Governo de Tarso Genro, notícias sob o enfoque (b) Ações Efetivas:

(b1) Recursos Financeiros: entrega de locais, equipamentos para a estruturas dos organismos de políticas para as mulheres, como por exemplo: CRM, Sala Lilás, e dinheiro para auxílios diversos, como empoderamento das mulheres.

Ano de 2013:

- 1) Estado divulga ações para mulheres e entrega equipamentos para a Brigada Militar

Publicação: 07/03/2013 às 16h36min



Semana da Mulher - Foto: Pedro Revillion/Palácio Piratini

Mulheres que passaram pelo Largo Glênio Peres nesta quinta-feira 0(7), em Porto Alegre, tiveram a oportunidade de conhecer os programas desenvolvidos pelo Governo do Estado para fortalecer o atendimento de suas demandas. Durante todo o dia, servidoras de diversas secretarias estaduais, coordenadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), esclareceram dúvidas e prestaram informações sobre os direitos das mulheres e as ações transversais implementadas a partir do programa RS Lilás.

Em solenidade realizada no início da tarde para marcar a ação, o vice-governador Beto Grill e o secretário de Segurança Pública, Airtón Michels, também entregaram para a Brigada Militar 250 coletes balísticos com bojo, adaptados ao corpo feminino. A BM também recebeu quatro viaturas para uso das Patrulhas Maria da Penha, ações desenvolvidas nos Territórios de Paz para combater a violência doméstica.

Ao cumprimentar as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher no dia 8 de março, Beto Grill afirmou sentir-se honrado por oferecer uma estrutura especializada em atendê-las. Tenho convicção de que esta secretaria (SPM) está à altura das necessidades, tendo a capacidade de interlocução com os movimentos e construindo, efetivamente, mecanismos e ferramentas que são indispensáveis para que essa luta avance cada vez mais.

Além da SPM, também participaram da atividade servidores das secretarias de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Segurança Pública (SSP) e de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe), que forneceram às empreendedoras informações sobre o Programa Gaúcho de Microcrédito.

A secretária de Políticas para as Mulheres, Márcia Santana, disse que este é um momento para celebrar as conquistas do público feminino e as ações empreendidas pelo Governo do Estado. Todas as vezes em que há divulgação, nós temos mulheres buscando esses serviços. É isso que queremos: que elas saibam que o Estado está presente. Queremos que elas cheguem, mas nós também vamos buscá-las.

O secretário Airton Michels destacou a criação das Patrulhas Maria da Penha como uma ação inovadora no combate à violência contra as mulheres e afirmou que as ações da Secretaria de Segurança Pública serão ampliadas.

O ato também marcou o aniversário de 25 anos da instalação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Hoje, o Estado conta com 16 delegacias especializadas, além de 20 postos de atendimento.

Texto: Juliano Pilau

Foto: Pedro Revillion

Edição: Redação Secom (51)3210-4305

2) Secretaria fortalece os organismos de políticas para as mulheres em Torres

Publicação: 01/08/2013 às 09h55min



Secretaria fortalece os organismos de políticas para as mulheres em Torres

A Secretaria de Políticas para as Mulheres participou da colocação da placa de início da construção do Centro Municipal de Referência da Mulher, em Torres, nessa quarta-feira (31). Conforme a titular da pasta, Ariane Leitão, além de um importante espaço para o atendimento às mulheres vítimas de violência, o centro deve servir como ferramenta para a discussão do desenvolvimento de novas políticas públicas.

Precisamos de ações interligadas. Com parceiras e parceiros, com uma mobilização efetiva com os demais poderes, podemos conseguir que os casos de violência contra as mulheres tenham a mesma importância que os demais, destacou a secretária.

Ariane acrescentou, ainda, ser preciso trabalhar na prevenção e não mais na causa e na consequência. A secretária fez referência à morte de Priscila Selau, vítima de violência cometida pelo companheiro e que dará nome ao centro de referência em Torres. Vamos acompanhar de perto o julgamento deste caso, para termos a certeza de que não haverá impunidade. Para mostrarmos à sociedade que a Lei Maria da Penha é para valer, finalizou.

A prefeita de Torres, Nilvia Ferreira, e a coordenadora de mulheres da cidade, Paula Fernandes, destacaram a satisfação em iniciar a construção de um espaço que servirá para o atendimento das mulheres de toda a região. Para Nilvia, o município está fortalecido para ampliar o atendimento e reduzir consideravelmente os índices de violência. Esta é uma conquista do movimento de mulheres e o primeiro passo para a articulação da nossa rede de atendimento, aponta a coordenadora.

Fortalecimento da Rede Lilás

Durante o evento, que foi promovido pela Coordenadoria da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Torres, Ariane ainda entregou de um automóvel para o município. O veículo faz parte do processo de instituição da Rede Lilás, que busca promover o fortalecimento dos organismos municipais de políticas para as mulheres. A cedência do carro é parte do convênio entre a SPM gaúcha e a SPM nacional, e prevê a destinação de 20 automóveis e 50 kits de mobiliário e informática para o fortalecimento dos organismos municipais de políticas para as mulheres em diferentes cidades de todas as regiões funcionais do Estado.

Fórum de Políticas para as Mulheres

Ainda na passagem pelo litoral norte, a secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão, esteve em Arroio do Sal. No município, participou do I Fórum de Políticas para as Mulheres, dentro da programação da 12ª Festa do Pescador. Na atividade, a secretária falou sobre as ações desenvolvidas pela pasta e sobre a importância dos municípios estarem alinhados em prol das mulheres.

Texto e foto: Luana Mesa

Edição: Redação Secom (51) 3210.4305

3) Inaugurada nova sede do Centro Estadual de Referência da Mulher

Publicação: 17/12/2013 às 10h33min



Centro de Referência da Mulher - Foto: Gustavo Gargioni/Especial Palácio Piratini
O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, inaugurou (SPM) nesta terça-feira (17) a nova sede do Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRMVAM). O prédio está localizado na Travessa Tuyuti, nº 10, esquina com a rua André da Rocha, em Porto Alegre. A

cerimônia contou com a presença do governador Tarso Genro e da secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão. Durante visita ao Centro de Referência, o governador ressaltou a importância das políticas públicas voltadas para as mulheres e da ampliação deste local de acolhimento e orientação. Não tenha medo de denunciar, o Governo do Estado está ao seu lado, destacou. De acordo com a secretária Ariane Leitão, a expectativa é de que, com o novo espaço, aumente consideravelmente o número de atendimentos presenciais às vítimas da violência, que até então eram, em sua maioria, realizados através do Telefone Lilás. O Centro de Referência nos dará uma nova condição não só no enfrentamento, mas também na quebra do ciclo da violência, ressaltou a secretária, lembrando ainda que o espaço é muito mais que um centro de atendimento, é um catalisador das políticas para as mulheres. O prédio onde fica o Centro de Referência, cedido pelo Instituto de Previdência do Estado (IPE), foi amplamente reformado, com investimento total da obra no valor de R\$ 178.489,46, com recurso da dotação própria da SPM. O Centro de Referência foi reaparelhado através da execução do convênio federal nº. 763640/2011 firmado entre as secretarias de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul e da Presidência da República, com investimento de R\$110.930,25 em equipamentos de informática, eletroeletrônicos, Aparelho GPS, ar condicionado, mobiliário e veículo.

O CRMVAM é uma rede estadual de acolhimento às mulheres, vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Entre suas funções, realiza assistência sistemática às mulheres, com o apoio de juizados e delegacias, e monitoramento de conselhos e de coordenadorias de políticas para as mulheres. No Centro de Referência, as mulheres são orientadas por psicólogas, advogadas e assistentes sociais capazes de promover o atendimento integrado dessas mulheres que se encontram em situação vulnerável de violência. O atendimento do Centro de Referência acontece de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h, pelo Telefone Lilás 0800 541 0803.

Somente em 2013 (janeiro a novembro), o Telefone Lilás realizou 3009 atendimentos, diante dos 879 registrados em 2012 e 1205 no ano anterior. Isto significa que, somente do ano passado para este registramos um crescimento de 342,3% em relação aos atendimentos e acolhimentos realizados, revela a secretária Ariane.

Os atendimentos pressupõem articulações com a rede de atendimento e enfrentamento à violência. Muitas vezes, um caso demanda intervenção de toda a equipe técnica do Telefone Lilás e pode levar dias e até meses de envolvimento, estudo do caso.

RedeLilás

Diversas autoridades e apoiadores das causas relacionadas ao direito de família e das mulheres participaram da inauguração. A secretária Ariane aproveitou para realizar uma breve reunião com todas as representações para falar sobre a Rede Lilás. Essa já é uma prévia dos encontros periódicos que teremos a partir do dia 7 de janeiro, quando vamos nos reunir para estabelecer o fluxo de atendimento da Rede, afirma.

Na ocasião, a subdefensora pública-geral do RS, Luciana Kern, falou sobre as ações em parceria com a SPM e destacou a iniciativa de criar o grupo de defensores populares. Existem muitos lugares onde a gente ainda não consegue chegar e a ideia é de que, através das defensoras, a gente consiga ir até as comunidades e já identificar essas pessoas vítimas de violência.

A juíza Madgéli Frantz Machado, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, destacou a importância de mais esta conquista para a rede de enfrentamento à violência doméstica, mas lembrou que ainda é preciso pressionar e lutar pela ampliação da rede de juizados voltados para a questão da violência doméstica também no interior do Estado. Temos não só que prevenir, mas também punir a violência doméstica, disse.

Crédito Lilás

Também durante a visita às instalações do CRMVAM, autoridades destacaram a importância de um suporte ideal para a efetivação da Lei Maria da Penha, o que deve incluir além de um bom acolhimento e acompanhamento, suporte financeiro. O Crédito Lilás é um programa de investimento para mulheres empreendedoras. Coordenado pelo Banrisul, em parceria com a SPM, é oferecido pelo programa RS Mais Igual, para mulheres que integram a Rede Lilás. Com ele, poderemos oferecer novas oportunidades às mulheres que possuem o perfil empreendedor, contribuindo para aumentarem sua geração de renda e a saída do ciclo da violência, disse a secretária Ariane.

Telefone Lilás

O Telefone Lilás é serviço de acolhimento seguro às mulheres em situação de violência e tem como objetivo realizar o acolhimento, através de linhas telefônicas, às mulheres gaúchas, bem como dos equipamentos governamentais e não governamentais, no que diz respeito às orientações jurídicas, psicológicas e sociais no enfrentamento à violência. Busca acolher, escutar, avaliar cada situação e referenciar a rede de atendimento do município no qual a mulher reside, de maneira a promover seu empoderamento para que acesse os equipamentos de atendimento e de enfrentamento à violência, garantindo seus direitos fundamentais. Desde 2011, o serviço vem se organizando para qualificar os dados de maneira que forneça estatísticas diárias e mensais quanto ao acolhimento das mulheres e dos equipamentos. Exerce papel importante ao integrar a Rede Lilás - Rede de Enfrentamento e Atendimento Especializado às Mulheres em Situação de Violência, as redes estaduais de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher. Atua diretamente na prevenção, promoção, assistência e enfrentamento a todas as formas de violações de direitos humanos das mulheres gaúchas. Bem como na garantia de acesso aos serviços e programas estaduais de inserção no mundo do conhecimento e trabalho.

Texto: Luana Mesa

Foto: Gustavo Gargioni/Especial Palácio Piratini

Edição: Redação Secom (51) 3210.4305

Ano de 2014

1) Crédito Lilás quer estimular o empreendedorismo feminino no Estado

Publicação: 11/03/2014 às 17h12min



Dia Lilás - Foto: Claudio Fachel/Palácio Piratini

A secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, Ariane Leitão, destacou a importância de estimular a independência financeira e intelectual das mulheres durante o lançamento do Crédito Lilás, nesta terça-feira (11). A atividade aconteceu no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, durante o Dia Lilás, que reuniu os parceiros da Rede Lilás para a oferta de serviços e atendimento às mulheres.

De acordo com a titular da pasta, o enfrentamento à violência contra a mulher passa pela independência financeira, e por isso a importância de mais esta conquista. O Crédito Lilás busca incentivar o empreendedorismo e a geração de renda, disse Ariane, que recebeu das mãos do presidente do Bannrisul, Túlio Zamin, um cheque simbólico no valor de R\$ 1 milhão para investir nas mulheres.

Estamos muito felizes de poder contribuir com este conjunto de políticas através de uma linha de crédito para fomentar o empreendedorismo, ressaltou Zamin, lembrando que os recursos iniciais podem ser utilizados para os mais diversos fins, como aquisição de matéria-prima ou capital de giro. Esperamos que estes recursos possam ser consumidos muito rapidamente, o que significa que estamos em sintonia com a sociedade, complementou. A iniciativa é resultado de uma parceria entre o Bannrisul, o programa RS Mais Igual, a Defensoria Pública do Estado e a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres.

Diadecomemorar

Ao longo de toda a terça-feira as mulheres que passaram pelo centro da capital tiveram à disposição diversos serviços gratuitos, como inscrições para cursos, confecção de documentos, encaminhamento para empregos e orientações sobre cuidados com a saúde, além do atendimento às vítimas de violência.

Conforme a diretora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado, Jamile Nehmé de Toledo, um atendimento mais humanizado e o monitoramento das mulheres em situação de vulnerabilidade são de extrema importância, assim como o atendimento multidisciplinar, características da Rede Lilás. Trabalhamos com a reinserção da mulher, o resgate da autoestima e a consciência dos direitos. Por isso a participação da defensoria neste e em outros eventos é muito importante, disse a defensora. A informação é uma arma poderosa, concluiu.

CadastronoCréditoLilás

Para ter acesso ao crédito, é preciso se cadastrar e procurar o Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo (Travessa Tuyuty, número 4, esquina com André da Rocha, Porto Alegre). O Telefone Lilás, 0800 541 0803, um número de utilidade pública, também está disponível. Ainda é possível dirigir-se ao Centro de Referência em Direitos Humanos (Rua Caldas Júnior, número 352, Porto Alegre) ou ligar para o telefone 0800 644 5556.

Cerca de 500 mulheres atendidas

Ao longo de todo o dia, mais de 500 mulheres foram atendidas no espaço montado no Largo Glênio Peres. Entre os vários atendimentos relativos a orientações e informações sobre os serviços disponibilizados, a SPM registrou 22 inscrições para o recém lançado Crédito Lilás ainda no local. Um total de 149 mulheres se inscreveram para os diversos cursos oferecidos através do PRONATEC/FIC e da SPM, enquanto outras 29 aproveitaram para tirar o CPF. Foi o caso da cozinheira Fátima Rosane Scheffer, que precisava da segunda via do documento. Passei por aqui e fui informada dos serviços disponíveis. Foi rápido e fácil. É muito bom quando o serviço está assim, com acesso, disse.

Ainda durante o dia foi possível tirar carteira de trabalho e encaminhar o seguro desemprego. No que se refere ao cuidado com a saúde, mais de 200 mulheres puderam obter orientações sobre o câncer de mama, a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado, através da parceria com o Imama/RS.

Resultadodosserviços

CréditoLilás-22inscrições

Pronatec/Fic-149inscrições

CPF-29confeções Imama - 200 orientações de prevenção

O Dia Lilás contou com a participação do Bannisul, Imama, Sine/RS, Tudo Fácil, Patrulha Maria da Penha, Deam Móvel (Polícia Civil), Instituto Geral de Perícias, Grupo Hospitalar Conceição, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social/Detrab, Defensoria Pública do Estado, Susepe, Conselho Estadual dos DireitosdaMulherePortoSol.

Texto:AssessoriaSPM

Foto:ClaudioFachel/PalácioPiratini

Edição: Redação Secom (51) 3210.4305

2) Inaugurada em Lajeado a 7ª Sala Lilás

Publicação: 31/03/2014 às 17h30min



Sala Lilás reforça as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres

- Foto: Norberto Peres Ascom IGP/RS

A 7ª unidade da Sala Lilás no Rio Grande do Sul foi inaugurada nesta segunda-feira (31), em Lajeado, no Vale do Taquari. O espaço de acolhimento e orientação às mulheres vítimas de violência integra o Posto Médico Legal (PML-IGP/RS) e está localizada junto à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), no centro da cidade. De acordo com o chefe do PML de Lajeado, o perito médico-legista Rogério Zíngano, a abertura da Sala Lilás era aguardada com ansiedade pelas mulheres da região. A chefe de gabinete e representante do secretário Airton Michels na solenidade, Raquel Gomes, disse que “a estatística, os números de tentativas e feminicídios consumados, não somente justificam, mas reforçam as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e são tratadas como prioridade pelo governo do RS”. O vice-prefeito de Lajeado, Vilson Jacques Filho, destacou os benefícios que a Sala Lilás trará para a toda a região do Vale e ressaltou o trabalho da Coordenadoria Municipal da Mulher, representada por Danieli Pimentel. “As mulheres sofrem com a violência doméstica e o poder público precisa dar uma resposta à comunidade”. Acompanhada da diretora do Departamento Médico Legal, Elisa Gallardo, a coordenadora estadual do Projeto Sala Lilás e corregedora-geral do IGP, Andréa Brochier Machado, afirmou que o Estado já alcançou reconhecimento internacional a partir das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres - como a Sala Lilás (IGP) e a Patrulha Maria da Penha (Brigada Militar e Polícia Civil).
 Texto e fotos: Norberto Peres Ascom IGP/RS
 Edição: Redação Secom (51) 3210-4305

3) Inaugurado posto de atendimento para mulheres vítimas de violência na Capital

Publicação: 07/05/2014 às 15h19min



Secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão inaugurou posto de atendimento para mulheres vítimas de violência no - Foto: Gustavo Gargioni/Especial Palácio Piratini

O Governo do Estado iniciou nesta quarta-feira (7) as atividades do Serviço de Informação à Mulher (SIM), junto à Central de Serviços ao Cidadão TudoFácil, no Centro, em Porto Alegre. A iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) - em parceria com a Associação de Promotoras Legais Populares (PLP's) - vai permitir que mais mulheres tenham acesso a informações referentes a seus direitos. O serviço conta ainda com apoio da Secretaria do Planejamento, Gestão e

Participação Cidadã (Seplag) e da ONG Themis - Gênero, Justiça e Direitos. Titular da SPM, Ariane Leitão explicou que o serviço oferecerá maior acesso das mulheres a informações referentes aos seus direitos e à toda rede de atendimento que o Governo do Estado oferece como forma de mostrar que a pauta das mulheres é prioridade e está no centro das ações do executivo estadual. "Sabemos que cerca 2,5 mil pessoas circulam pela unidade do Tudo Fácil e, aproximadamente, 70% sejam mulheres. Essas informações demonstram a importância de estarmos com as promotoras legais instalada aqui". Para o titular da Seplag, João Motta, a instalação do posto de atendimento às mulheres, soma-se ao trabalho diversificado que já é ofertado pelo Tudo Fácil. "Com profissionais qualificados, que já têm experiência e conhecem as políticas públicas para as mulheres, como as promotoras legais populares e as servidoras da SPM que acompanharão o trabalho, só temos a ganhar com mais qualidade aos nossos serviços".

Serviço

O SIM tem como objetivo atuar na rede de enfrentamento e atendimento à mulher em situação de violência no estado do Rio Grande do Sul, levando informações às mulheres através da atuação na unidade da rede de serviços ao cidadão – TudoFácil Centro, no município de Porto Alegre. O programa tem como meta criar mais uma porta de acesso à Rede Lilás, qualificando mais um local para que as mulheres possam receber informações sobre direitos e questões básicas de cidadania, prevenção da violência contra a mulher, além de ações educativas que buscam pautar questões relativas às mulheres.

Para atingir esses objetivos e atender o maior número de mulheres de todas as regiões de Porto Alegre e da região Metropolitana, a presidente da Associação das Promotoras Legais Populares, Mara Verlane do Canto, destaca que as PLP's estão preparadas para oferecer conhecimento e informação sobre projetos de economia solidária que promovam sustentabilidade. As promotoras também poderão encaminhar as mulheres em situação de violência para o Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado, que realizará o atendimento e o acompanhamento necessário junto à Rede Lilás do RS.

Local

O SIM está instalado no Tudo Fácil da Avenida Borges de Medeiros, nº 521, 2º andar, centro de Porto Alegre. Terá atendimento de segunda a sexta-feira das 7h30 às 19h30, o atendimento é gratuito.

Programa

É uma iniciativa realizada há vários anos pelas promotoras Legais Populares. No Tudo Fácil, as Promotoras Legais Populares realizarão um plantão de 12h diárias para acolher, atender, ouvir e orientar mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, sobre os direitos de acesso à Justiça, à segurança, à saúde, à educação e etc.

Texto: Luana

Mesa

Edição: Redação Secom (51) 3210-4305

4) Estado fortalece estrutura de políticas para as mulheres em 30 municípios gaúchos

Publicação: 29/07/2014 às 14h12min



Mobiliários e equipamentos de informática serão entregues aos Organismos de Políticas para as Mulheres - Foto: Alina Souza

A Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) reuniu na Casa do Gaúcho, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, representantes das políticas para as mulheres de 30 municípios gaúchos para a entrega de mobiliários e equipamentos de informática, nesta terça-feira (29). As ferramentas servirão para o fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs).

Desde sua criação, a secretaria vem trabalhando na qualificação de OPMs. “Esta é uma oportunidade para fortalecermos as políticas pelas mulheres no Rio Grande do Sul. Só com o auxílio de todos poderemos acabar com o machismo, portanto, além da entrega, esse ato é simbólico pela nossa união por igualdade e contra a violência de gênero”, disse a secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão.

As ações se intensificaram através da Rede Lilás, que disponibiliza estrutura técnica e material para o desenvolvimento de atividades de implantação, implementação, expansão e aperfeiçoamento de políticas para as mulheres. Com isso, se fortalecem as políticas de promoção à cidadania e efetivação dos direitos e as políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado. O repasse dos materiais faz parte de um convênio com a SPM Nacional, com investimento de aproximadamente R\$ 22 mil para cada kit. “Esta não é uma luta das mulheres contra os homens, como muitos retrógrados querem passar, mas uma luta de todos que querem uma sociedade mais justa e igualitária”, afirma o representante da SPM nacional, Raimer Rezende.

A secretária da Assessoria Superior do Governador, Mari Perusso, falou da importância e do alinhamento governamental com as causas do empoderamento feminino e com uma sociedade mais igualitária. “Estamos aqui para diminuir as diferenças e diminuir os efeitos dessa violência histórica contra as mulheres, que não se dá apenas de forma física, mas psicológica, com efeitos graves na autoestima feminina. De alguma forma estamos nos recuperando desta vergonha que foi o Rio Grande do Sul ser o último estado a assinar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”, afirmou Mari Perusso.

Escolhida para falar pelas coordenadorias municipais, Patricia Nogueira, da Secretaria das Mulheres de Panambi, exaltou a importância do auxílio para a implementação de ações. “Nossas políticas são importantes para atacar os problemas específicos das mulheres, principalmente a violência doméstica, que é o grande problema na maioria das cidades. Sem essa ajuda não poderíamos implementar tais políticas”, comenta Patrícia. A prefeita de Torres, Nilva Pereira, também agradeceu e ressaltou que esta não é uma luta apenas das mulheres.

"Precisamos de pessoas comprometidas contra o machismo, mulheres e homens que saibam que combater a violência contra as mulheres é ser a favor dos direitos humanos. Não adianta apenas ser mulher ou homem e ter o pensamento machista e retrógrado. Sei que faremos um grande uso destes equipamentos e todos aqui também", reforçou Nilva.

Municípios

beneficiados

Parobé, Alvorada, Butiá, Esteio, Viamão, Sapucaia do Sul, Lajeado, Taquari, Antônio Prado, Venâncio Aires, Sobradinho, Vacaria, Torres, Imbé, Tramandaí, São Lourenço do Sul, São Gabriel, Alegrete, São Borja, Santana do Livramento, Panambi, Ijuí, Salto do Jacuí, Constantina, Lagoa Vermelha, Bagé, Passo Fundo, Soledade, Sagrada Família e Erechim.

Texto: Euclides Bitelo

Edição: Redação Secom

5) Centro de reciclagem da associação Anitas é inaugurado na Capital

Publicação: 23/09/2014 às 18h14min



No prédio cedido pelo Governo do Estado, mulheres da comunidade vão desenvolver seu trabalho e gerar renda - Foto: Leandro Osório/Especial Palácio Piratini

Destinado para ser um local de promoção da inclusão produtiva das mulheres, foi inaugurado, na tarde desta terça-feira (23), em Porto Alegre, o Centro de Reciclagem da Associação Comunitária Mulheres na Luta Anitas. "Esta é uma conquista nossa, das Anitas, e de toda comunidade", afirmou Daniele Ferreira, uma das integrantes da associação, ao ocuparem o prédio cedido pelo Governo do Estado, na rua Jayme Tolpolar, 375, bairro Farrapos, em Porto Alegre.

Para a secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão, ceder este espaço é mais uma prova do comprometimento da pasta e do governo em promover a autonomia e a independência feminina. "Destinar um local específico para que as mulheres desenvolvam seu trabalho e conquistem sua renda dialoga diretamente com a função da SPM e com o objetivo dos nossos programas estratégicos de combate à violência e, principalmente, de inserção das mulheres no mundo do trabalho".

No local, cedido pelo Governo do Estado, através da SPM e da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, as ações desenvolvidas com as mulheres da comunidade servirão para divulgar os benefícios do sistema de reciclagem para as mulheres carentes da região metropolitana, através de oficinas promovidas pela

Associação Anitas. Além disso, por meio de um termo de cooperação, a associação assume o compromisso em alinhar seu trabalho à promoção da autonomia das mulheres.

Texto: Luana Mesa

Edição: Redação Secom

6) Governo do Estado auxilia família de gaúcha morta por violência doméstica na Espanha

Publicação: 07/10/2014 às 18h27min

O Governo do Estado anunciou na manhã desta terça-feira (7) apoio à família da gaúcha Gisele Dorneles, morta pelo companheiro em sua moradia na Espanha. A mulher foi assassinada na sexta-feira (3), em Barcelona.

Conforme a coordenadora do Centro Estadual de Referência da Mulher, Maria do Carmo Bittencourt, a família de Gisele irá receber atendimento psicossocial da rede local de atendimento em Cachoeirinha, onde os familiares residem, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Além da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) e a Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais (Acri) estão empenhadas em auxiliar a família. De acordo com o assessor da Acri Fabio Balestro, o Itamarati já foi acionado para custear a repatriação das crianças, um menino de cinco anos e uma menina de quatro. Além disso, trâmites legais estão sendo realizados pelo Governo do Estado a fim de possibilitar a ida de um dos avós maternos para acompanhar a vinda das crianças, hoje sob tutela do governo espanhol.

Como buscar ajuda no RS

Através do **Telefone Lilás 0800 541 08 03**, as mulheres em situação de violência doméstica podem ligar de forma gratuita, de qualquer parte do Estado, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h.

Em Porto Alegre, o atendimento presencial pode ser feito diretamente no Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRMVAM), localizado na Travessa Tuyuty, nº 10, esquina com a Rua André da Rocha, no Centro Histórico.

Ligue180

O Ligue 180 foi criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em 2005, para servir de canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país (a ligação é gratuita).

O número é a porta principal de acesso aos serviços que integram a rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha, e o canal concentra base de dados privilegiada para a formulação das políticas do Governo Federal nessa área. Em março de 2014, o Ligue 180 transformou-se em disque-denúncia, com capacidade de acionamento imediato da Polícia Militar e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Para isso, conta com apoio financeiro do programa “Mulher, Viver sem Violência”, propiciando-lhe agilidade no atendimento, inovações tecnológicas, sistematização de dados e divulgação.

Ajudainternacional

O alcance do Ligue 180 ultrapassa as fronteiras do país. Até agora, três são os países que contam com o serviço:

Espanha - ligar para o número 900 990 055 – opção 1 – e informar o número: (61) 3799-0180

Portugal - ligar para o número é 800 800 550 – opção 1 – e informar o número: (61) 3799-0180

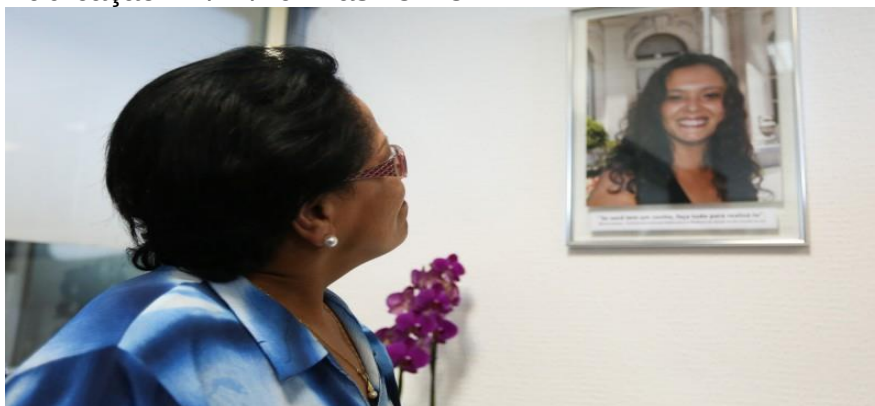
Itália - ligar 800 172 211 – opção 1 – e informar o número (61) 3799-0180

Texto: Assessoria SPM/RS

Edição: Redação Secom

7) Sala Márcia Santana é inaugurada na semana do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher

Publicação: 27/11/2014 às 13h48min



Espaço homenageia a primeira secretária estadual de Políticas para as Mulheres, Márcia Santana, que morreu em 2013, aos 35 anos - Foto: David Alves/Palácio Piratini

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) inaugurou, nesta quinta-feira (27), a Sala Márcia Santana, local que vai sediar a coordenação da Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar. No evento, foi distribuído o Relatório das Ações Afirmativas da Secretaria da Segurança Pública, que registra a redução significativa dos indicadores de violência no Estado. Conforme os dados, de janeiro a setembro deste ano, houve redução de 32,4% nos femicídios em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2013, no período, foram contabilizados 74 casos. Este ano, até setembro, a SSP registrou 50.

A inauguração ocorreu na semana que marca o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher - 25 de novembro. A nome dado à sala é uma homenagem à primeira secretária estadual de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, Márcia Santana, que comandou o órgão desde a sua criação, em 2011, até o ano de 2013, quando faleceu, aos 35 anos.

A chefe de gabinete da SSP, Raquel Gomes, falou sobre a homenagem: "Todo o trabalho realizado pela Secretaria de Segurança Pública para a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar tem a alma de Márcia Santana, que projetou e iniciou essa ação", disse.

A secretária adjunta de Políticas para as Mulheres, Ana Félix, afirmou que as ações da rede dão um empoderamento que têm resultado na libertação das vítimas e no rompimento do ciclo de violência. "Essa sala deixa como legado a história da primeira secretária de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. Os números comprovam os bons resultados e a redução significativa dos índices de violência. Nosso trabalho precisa continuar".

Para o secretário da Segurança Pública, Airton Michels, prevenir, enfrentar e combater a violência contra a mulher é uma questão de evolução civilizatória. "A

nossa luta é pela igualdade entre homens e mulheres, desde o combate ao preconceito até a proteção de vidas”, disse.

RetratosdaPenha

Na ocasião, também foi aberta a exposição “Retratos da Penha” do Gabinete da Primeira Dama, Sandra Genro. Trata-se de uma série de fotografias de mulheres que corajosamente mostram o seu rosto para denunciar o abuso e a humilhação de que foram vítimas e que agora estão amparadas pela Lei Maria da Penha. Todas receberam ajuda do Governo do Estado através da Patrulha Maria da Penha.

ARede

A Rede de Atendimento para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar é um projeto da SSP e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que acompanha e encaminha as vítimas aos serviços de proteção e fiscaliza os agressores. Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto-Geral de Perícias e Superintendência dos Serviços Penitenciários atuam juntos.

Integram a Rede o Observatório da Violência Contra a Mulher, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, a Patrulha Maria da Penha, a Sala Lilás, o programa Metendo a Colher e o Programa de Acolhimento às Vítimas de Violência nas Delegacias de Polícia.

Texto: Luciana Alcover

Edição: Redação Secom

8) Torres inaugura Centro de Referência da Mulher nesta sexta-feira

Publicação: 19/12/2014 às 12h08min

O Governo do Estado, através das secretarias do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã e Políticas para as Mulheres, e a Prefeitura Municipal de Torres inauguram nesta sexta-feira (19), às 15h, o Centro de Referência da Mulher, na Avenida do Riacho, junto ao Centro de Atendimento Psicossocial (Caps) de Torres/RS.

A obra é uma antiga reivindicação da comunidade e foi conquistada com verbas da Participação Popular e Cidadã (PPC), aprovada no ano de 2011 para o Orçamento Estadual de 2012. Foram investidos pelo Governo do Estado, através de convênio da PPC R\$ 250 mil. Já a prefeitura de Torres aportou outros R\$ 175 mil.

O espaço tem, entre suas funções, realizar assistência sistemática às mulheres, com o apoio de juizados e delegacias, e monitoramento de conselhos e de coordenadorias de políticas para as mulheres, além de oferecer orientações psicológicas, jurídicas e de assistência social capazes de promover o atendimento integrado dessas mulheres que se encontram em situação vulnerável de violência. Participam de inauguração os secretários João Motta, titular da Seplag, Ariane Leitão, da secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, o diretor do Departamento de Participação Popular e Cidadã, Davi Schmidt, os coordenadores regionais da Participação, Sando Coelho e Amauri Germano, a prefeita de Torres, Nílvia Pinto Pereira, e demais autoridades municipais e regionais do Litoral Norte.

Texto: Regina Farina

Edição: Redação Secom

Governo de José Ivo Sartori, notícias sob o enfoque (b) Ações Efetivas:

(b1) Recursos Financeiros: Entrega de locais e equipamentos para a estruturas dos organismos de políticas para as mulheres, como por exemplo:

CRM, Sala Lilás. Dinheiro para auxílios diversos, como empoderamento das mulheres.

Ano de 2018:

1) Rede de combate à violência contra mulher ganha reforço de quatro viaturas

Publicação: 08/03/2018 às 13h08min



Viaturas para a Rede de atendimento à mulher - Foto: Luiz Chaves/Palácio Piratini

Quatro camionetes Duster vão reforçar a frota da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência. As novas viaturas, adquiridas com recursos de convênio com o governo federal, serão usadas pela Patrulha Maria da Penha (2) e pela Delegacia Especializada de Atenção à Mulher (2). A entrega dos veículos ocorreu na manhã desta quinta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, no Palácio Piratini, pelo Departamento de Políticas para as Mulheres (DPM) da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH).

“Este é um ato simbólico para marcar este 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Reforça também a disposição para enfrentar a violência de todo o tipo. Espero que estas viaturas ajudem a salvar vidas, histórias e sonhos”, afirmou o governador José Ivo Sartori.



Viaturas para a Rede de atendimento à mulher - Foto: Luiz Chaves/Palácio Piratini

A secretária de SDSTJDH, Maria Helena Sartori, parabenizou o esforço das mulheres que lutam diariamente para garantir os direitos de outras mulheres.

Maria Helena reforçou a importância “dos agentes públicos estimularem a denúncia, agir na prevenção e em políticas que promovam a autonomia econômica e social das mulheres”. Ela voltou a defender o tratamento do agressor. “Podemos salvar a mulher vítimas com as ações da rede de atendimento e proteção, mas temos que tratar o agressor para evitar que este faça mais vítimas”.

O secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer, lembrou do 30º aniversário da abertura da primeira Delegacia Especializada de Atenção à Mulher, em Caxias do Sul. Destacou que atualmente 38% do quadro da Polícia Civil é formado por mulheres que atuam nas 22 DPs da mulher em funcionamento no Rio Grande do Sul. “A violência não é normal e tem que ser coibida sempre”, afirmou Schirmer.

O Departamento de Políticas para as Mulheres (DPM) trabalha para o fortalecimento e a consolidação dos serviços e das políticas públicas voltados ao enfrentamento, atendimento e prevenção à violência contra a mulher e, principalmente, à implantação de ações voltadas à promoção da autonomia da mulher como agente transformador e propulsor da sociedade.

Novas viaturas vão reforçar o atendimento da Patrulha Maria da Penha Crédito: Governo do Rio Grande do Sul (Legenda do vídeo)

Texto: Mirella Poyastro/Secom

Edição: Leonardo Nunes/Secom

2) Empregar/RS Mulher oferta mais de 2,9 mil vagas em 128 Agências FGTAS/Sine nesta sexta-feira

Publicação: 15/03/2018 às 15h41min



Ao todo, serão oferecidas 2.984 vagas de emprego no Estado - Foto: Divulgação

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) realiza, nesta sexta-feira (16), o Empregar/RS Mulher em 128 Agências FGTAS/Sine em 125 municípios gaúchos. Ao todo, serão oferecidas 2.984 vagas de emprego no Estado, 842 na Região Metropolitana e 216 na capital.

Na data, haverá guichês de atendimento preferencial para as mulheres nas áreas de intermediação de mão de obra, encaminhamento de seguro-desemprego e de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), além de entrevistas presenciais em algumas unidades e atividades de orientação profissional e sobre saúde e direitos da mulher. Confira a programação completa no documento anexo.

Os endereços e horários de funcionamento das Agências FGTAS/Sine estão disponíveis no site da FGTAS

Em Porto Alegre, a abertura do evento ocorrerá às 9h, na Agência FGTAS/Sine Centro (Rua José Montauray, 31) e contará com a presença da secretária de

Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH), Maria Helena Sartori.

De acordo com o diretor-presidente da FGTAS, Gilberto Baldasso, o foco do evento é o acolhimento da mulher gaúcha. “Queremos aproximar ainda mais os serviços oferecidos pela FGTAS das mulheres gaúchas, de modo a prestar um atendimento qualificado e com atenção especial às trabalhadoras, além de fornecer orientações sobre direitos e serviços especializados em parceria com gestoras municipais”.

O Empregar/RS Mulher integra as atividades promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH) no mês da mulher.

Vagas

Das 2.984 vagas oferecidas no Estado, 72,7% não exigem experiência e 50,2% não exigem escolaridade. As ocupações com os maiores números de vagas são alimentadoras de linha de produção (367), trabalhador volante da agricultura (300), auxiliar nos serviços de alimentação (111), operador de caixa (110) e atendente de lojas e mercados (103). Ainda, 79,64% oferecem salários de R\$ 954 a R\$ 1.908. As Agências FGTAS/Sine com os maiores números de vagas são Cachoeira do Sul (278), Encantado (260), Pelotas (202), Porto Alegre (195) e Igrejinha (159).

Região Metropolitana de Porto Alegre

Das 842 vagas abertas na Região Metropolitana, 47% não exigem experiência e 78,9% das vagas oferece salários de R\$ 954 a R\$ 1.908. Em relação à escolaridade, 20,5% não exigem; 33% exigem Ensino Fundamental completo e 32,5%, Ensino Médio completo. As ocupações com os maiores números de vagas são operadores de caixa (90), ajudante de motorista (52), operador de empilhadeira (41), trabalhador polivalente da confecção de calça (40) e atendente de lojas e mercados (32). As Agências FGTAS/Sine com os maiores números de vagas são Porto Alegre (195), Igrejinha (159), Santo Antônio da Patrulha (81), Sapiranga (54) e Gravataí (53).

Porto Alegre

Serão oferecidas 216 vagas na capital, sendo que, para 145 vagas, serão realizadas entrevistas presenciais na Agência FGTAS/Sine Centro (Rua José Montauray, 31). Os horários e as ocupações das seleções estão disponíveis no documento anexo. As funções com os maiores números de vagas são operadores de caixa (71), atendente de lojas e mercados (25), faxineiro (20), porteiro de edifícios (11), repositor de mercadorias (10), operador de telemarketing ativo (10) e armador de estrutura de concreto armado (10). Com relação à escolaridade, 65% das vagas exigem Ensino Médio completo e 26%, Ensino Fundamental completo. Programação Empregar RS Mulher (.pdf 234,30 KBytes)

Texto: JaíneMartins/Ascom FGTAS

Edição: Leonardo Nunes/Secom

Legislação Estadual de 2011 a 2018 com foco nas mulheres

Site da Assembleia Legislativa do RS:

<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>.

Acesso em 13.mar.2019.

LEI N.º 13.601, DE 01 DE JANEIRO DE 2011. (publicada no DOE nº 001, de 01 de janeiro de 2011) Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Art. 14 - O Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul terá a seguinte estrutura organizacional básica: k) Secretaria de Políticas para as Mulheres;

DECRETO Nº 47.868, DE 03 DE MARÇO DE 2011. (publicado no DOE nº 045 de 04 de março de 2011) Institui o Comitê Gestor de Políticas de Gênero e dá outras providências. Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor de Políticas de Gênero, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM -, com a função de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidos no Plano Estadual de Políticas para as Mulheres - PEPM.

***DECRETO Nº 48.164, DE 15 DE JULHO DE 2011.** (publicado no DOE nº 137 de 18 de julho de 2011) Institui o Programa Gaúcho de Microcrédito no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Art. 1º Fica **instituído o Programa Gaúcho de Microcrédito**, no âmbito da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE, com a finalidade de fomentar e consolidar a Rede de Microcrédito do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o estabelecido neste Decreto: f) Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, na facilitação do acesso ao microcrédito na coordenação e execução de ações transversais e federativas, focadas na geração de trabalho e renda para a mulher;

DECRETO Nº 48.227, DE 9 DE AGOSTO DE 2011. (publicado no DOE nº 154 de 10 de agosto de 2011) Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e dá outras providências.

DECRETO Nº 48.598, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2011. (publicado no DOE nº 223 de 22 de novembro de 2011) Dispõe sobre a inclusão da temática de gênero, raça e etnia nos concursos públicos para provimento de cargos de pessoal efetivo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul. Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da inclusão de conhecimentos sobre os instrumentos legais que abordam e normatizam questões ligadas à equidade de gênero e a igualdade racial nos programas de concursos públicos para provimento de cargos de pessoal efetivo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 48.612, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011. (publicado no DOE nº 225 de 24 de novembro de 2011) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 13.395.381,03 (treze milhões, trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e um reais e três centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: 318.000,00 SECRETARIA DA CULTURA; SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203016319 RS MULHER - CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....50.000,00
0601.04012301386586 APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA - SPM OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....268.000,00.

DECRETO Nº 48.695, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011. (publicado no DOE nº 241 de 16 de dezembro de 2011) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 103.579.000,00 (cento e três milhões, quinhentos e setenta e nove mil reais), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.04012201386267 RS MULHER - ACOES DA COORDENADORIA DA MULHER INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....44.000,00

DECRETO Nº 48.721, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011. (publicado no DOE nº 245 de 22 de dezembro de 2011) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 33.277.353,05 (trinta e três milhões, duzentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinco centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.04012201386267 RS MULHER - ACOES DA COORDENADORIA DA MULHER INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....140.000,00.

LEI Nº 13.947, DE 16 DE MARÇO DE 2012. (publicada no DOE n.º 55, de 20 de março de 2012) Institui o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e revoga a Lei n.º 12.686, de 22 de dezembro de 2006. Art. 1º **Fica instituído o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM –**, órgão autônomo, deliberativo, normativo, fiscalizador, vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres, e responsável pela interlocução entre a sociedade civil e o Estado nas questões relativas aos direitos das mulheres, objetivando garantir o pleno exercício de sua cidadania.

DECRETO Nº 49.809, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012. (publicado no DOE n.º 216, de 09 de novembro de 2012) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 24.884.397,41 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e um centavos), com as seguintes

classificações orçamentárias: 1101.13039203905643 PROMOCAO DA CIDADANIA CULTURAL E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....50.000,00.

DECRETO Nº 49.888, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012. (publicado no DOE n.º 226, de 26 de novembro de 2012) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 16.573.939,54 (dezesesseis milhões, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203977313 APOIO AS INICIATIVAS DE PREVENCAO A VIOLENCIA CONTRA MULHERES E MENINAS - PPC OUTRAS DESPESAS CORRENTES TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS TESOIRO-

LIVRES.....270.000,00

0601.14042203957314 EFETIVACAO DE DIREITOS DAS MULHERES - PPC OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....20.000,00

0601.14033403967315 PROMOCAO DE CAPACITACAO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO - PPC OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....150.000,00

0601.14042203977317 REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DOS CENTROS DE REFERENCIA ESTADUAL E MUNICIPAIS - PPC OUTRAS DESPESAS CORRENTES TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS TESOIRO-LIVRES.....30.000,00.

DECRETO Nº 49.907, 28 DE NOVEMBRO DE 2012. (publicado no DOE n.º 229, de 29 de novembro de 2012) Abre créditos no Orçamento do Estado.

0601.04012301386586 APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICACAO DA INFRAESTRUTURA - SPM OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....180.000,00;

SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.08013101386587 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SPM OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....180.000,00.

DECRETO Nº 50.090, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013. (publicado no DOE n.º 037, de 25 de fevereiro de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º.

Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 84.953.600,30 (oitenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos reais e trinta centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203975757 APOIO AS INICIATIVAS DE PREVENCAO A VIOLENCIA CONTRA MULHERES E MENINAS INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS CONVENIOS.....1.35

4.227,07 0601.14042203976623 REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DOS

<u>CENTROS DE REFERENCIA</u> ESTADUAL E MUNICIPAIS INVESTIMENTOS	
APLICACOES	DIRETAS
CONVENIOS.....	8
6.000,00. 0601.14042203975757 <u>APOIO AS INICIATIVAS DE PREVENCAO A</u>	
<u>VIOLENCIA CONTRA MULHERES</u> E MENINAS OUTRAS DESPESAS	
CORRENTES	APLICACOES DIRETAS
CONVENIOS.....	55
<u>3.000,00</u>	

DECRETO Nº 50.380, DE 7 DE JUNHO DE 2013. (publicado no DOE n.º 109, de 10 de junho de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 49.728.298,84 (quarenta e nove milhões, setecentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203975758 OBSERVATORIO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....11.350,00
0601.04012301386586 APOIO ADMINISTRATIVO - SPM OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....77.300,00.

DECRETO Nº 50.424, DE 26 DE JUNHO DE 2013. (publicado no DOE n.º 122, de 27 de junho de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 58.735.850,84 (cinquenta e oito milhões, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES <http://www.al.rs.gov.br/legis> 0601.14042203975757 APOIO AS INICIATIVAS DE PREVENCAO A VIOLENCIA CONTRA MULHERES E MENINAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....151.950,00
CONVENIOS.....12
1.239,51 0601.14042203976623 REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DOS CENTROS DE REFERENCIA ESTADUAL E MUNICIPAIS INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....8.865,00.
SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14033403965755 PROMOCAO DE CAPACITACAO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....151.950,00
0601.14042203955756 APOIO A CRIACAO DE CONSELHOS E ORGANISMOS DE POLITICAS PARA AS MULHERES INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....8.865,00.

***LEI Nº 14.279 DE 26 DE JULHO DE 2013** (publicada no DOE n.º 144, de 29 de julho de 2013) Institui a Política Estadual de Atendimento Imediato, de Urgência e de Emergência, às Mulheres em Situação de Violência Física, Sexual e Psíquica no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Art. 1.º Esta **Lei institui a Política Estadual de Atendimento Imediato, de Urgência e de Emergência, às Mulheres em Situação de Violência Física, Sexual e Psíquica.**

DECRETO Nº 50.530, DE 31 DE JULHO DE 2013. (publicado no DOE n.º 147, de 01 de agosto de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203976623 REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DOS CENTROS DE REFERENCIA ESTADUAL E MUNICIPAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS
 CONVENIOS.....8
 1.994,50; SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203976623 REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DOS CENTROS DE REFERENCIA ESTADUAL E MUNICIPAIS INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS
 CONVENIOS.....8
 1.994,50

DECRETO Nº 50.601, DE 27 DE AGOSTO DE 2013. (publicado no DOE n.º 166, de 28 de agosto de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 211.432.584,64 (duzentos e onze milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203977317 REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DOS CENTROS DE REFERENCIA ESTADUAL E MUNICIPAIS - PPC INVESTIMENTOS TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS TESOURO-LIVRES.....38.262,00;
 SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203977317 REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DOS CENTROS DE REFERENCIA ESTADUAL E MUNICIPAIS - PPC OUTRAS DESPESAS CORRENTES TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS TESOURO-LIVRES.....38.262,00.

DECRETO Nº 50.668, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013. (publicado no DOE n.º 184, de 24 de setembro de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203975757 APOIO AS INICIATIVAS DE PREVENCAO A VIOLENCIA CONTRA MULHERES E MENINAS INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS
 CONVENIOS.....25
 0.000,00

DECRETO Nº 50.739, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013. (publicado no DOE n.º 199, de 15 de outubro de 2013) Institui o Fórum Estadual de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Art. 1º **Fica instituído o Fórum Estadual** de Elaboração de Política de

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com a finalidade de formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade destas mulheres.

DECRETO Nº 50.786, DE 28 DE OUTUBRO DE 2013. (publicado no DOE n.º 210, de 30 de outubro de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 142.835.298,09 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e nove centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203975757 APOIO AS INICIATIVAS DE PREVENCAO A VIOLENCIA CONTRA MULHERES E MENINAS INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....400.000,00;
SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203975757 APOIO AS INICIATIVAS DE PREVENCAO A VIOLENCIA CONTRA MULHERES E MENINAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....400.000,00.

LEI Nº 14.353, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013. (publicada no DOE n.º 223, de 19 de novembro de 2013) Institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul, denominada OBSERVA MULHER-RS. Art. 1.º Fica instituída a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado do Rio Grande do Sul – OBSERVA MULHER-RS, que tem por finalidade ordenar e analisar dados sobre atos de violência praticados contra a mulher no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, bem como promover a integração entre os órgãos que atendem a mulher vítima de violência.

DECRETO Nº 50.964, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013. (publicado no DOE n.º 231, de 29 de novembro de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203975901 EXPANSAO/FORTELECIMENTO- REDE DE ATENDIMENTO- MULHERES EM SITUACAO DE VIOLENCIA OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....160.250,00.

DECRETO Nº 50.989, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013. (publicado no DOE n.º 236, de 06 de dezembro de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 114.916.828,20 (cento e catorze milhões, novecentos e dezesseis mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.04012301385902 AMPLIACAO E APERFEICOAMENTO DA INFRAESTRUTURA - SPM INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....88.650,00.

DECRETO Nº 50.988, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013. (publicado no DOE n.º 236, de 06 de dezembro de 2013) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 129.852.000,79 (cento e vinte e nove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil reais e setenta e nove centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES 0601.14042203975901 EXPANSAO/FORTALECIMENTO- REDE DE ATENDIMENTO- MULHERES EM SITUACAO DE VIOLENCIA INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....150.000,00.

DECRETO Nº 51.223, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014. (publicado no DOE n.º 039, de 25 de fevereiro de 2014) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 51.334, DE 27 DE MARÇO DE 2014. (publicado no DOE n.º 060, de 28 de março de 2014) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 51.404, DE 28 DE ABRIL DE 2014. (publicado no DOE n.º 080, de 29 de abril de 2014) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 51.456, DE 07 DE MAIO DE 2014. (publicado no DOE n.º 086, de 08 de maio de 2014) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 51.605, DE 30 DE JUNHO DE 2014. (publicado no DOE n.º 123, de 1.º de julho de 2014) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 51.995, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014. (publicado no DOE n.º 220, de 13 de novembro de 2014) Abre créditos no Orçamento do Estado.

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 1.331/2015. (publicada no DOAL n.º 11019, de 15 de maio de 2015) Cria a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Art. 1.º Fica criada a Procuradoria Especial da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

DECRETO Nº 52.468, DE 23 DE JULHO DE 2015. (publicado no DOE n.º 140, de 24 de julho de 2015) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 52.511, DE 13 DE AGOSTO DE 2015. (publicado no DOE n.º 155, de 14 de agosto de 2015) Altera o Decreto nº 50.914, de 25 de novembro de 2013, que institui Comitê Rede Lilás, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de acompanhar a implementação do Protocolo de Fluxos da Rede Lilás – Rede de Enfrentamento e Atendimento Especializada às Mulheres em Situação de Violência. Art. 1º Altera o Decreto nº 50.914, de 25 de novembro de 2013, que institui Comitê Rede Lilás, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de acompanhar a implementação do Protocolo de Fluxos da Rede Lilás – Rede de Enfrentamento e Atendimento Especializada às Mulheres em Situação de Violência, conforme segue:

DECRETO Nº 52.554, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015. (publicado no DOE n.º 177, de 16 de setembro de 2015) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 52.740, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015. (publicado no DOE n.º 227, de 30 de novembro de 2015) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 52.932, DE 08 DE MARÇO DE 2016. (publicado no DOE n.º 045, de 09 de março de 2016) Institui o Fórum Estadual de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Art. 1º **Fica instituído o Fórum Estadual de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres** do Campo, da Floresta e das Águas, com a finalidade de formular, de debater, de monitorar e de acompanhar as propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade destas mulheres.

DECRETO Nº 52.961, DE 30 DE MARÇO DE 2016. (publicado no DOE n.º 060, de 31 de março de 2016) Abre créditos no Orçamento do Estado.
2801.14042204805756 APOIO A CRIAÇÃO DE CONSELHOS E ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....50.000,
00 2801.14042204806621 FORTALECIMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DA MULHER OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....20.000,
00 2801.14042204846730 CONSTRUÇÃO E APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS

DECRETO Nº 52.740, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015. (publicado no DOE n.º 227, de 30 de novembro de 2015) Abre créditos no Orçamento do Estado. Art. 1º. Ficam abertos no orçamento do Estado créditos suplementares no montante de R\$ 186.225.603,17 (cento e oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e três reais e dezessete centavos), com as seguintes classificações orçamentárias: V) Pelos recursos provenientes de CONVENIO - CONV SPM-PR/SPM 778919/12 - Recurso 2270 - 210.....
150.000, 00; INVESTIMENTOS APLICACOES DIRETAS TESOIRO-LIVRES.....1.270.000,
00 1101.13039203905643 PROMOÇÃO DA CIDADANIA CULTURAL E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

DECRETO Nº 53.014, DE 10 DE MAIO DE 2016. (publicado no DOE n.º 088, de 11 de maio de 2016) Altera o Decreto nº 51.893, de 7 de outubro de 2014, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 51.893, de 7 de outubro de 2014, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, conforme segue: I – fica excluído o inciso IV do parágrafo único e incluídos os incisos VIII e IX no “caput” do art. 2º, com a seguinte redação: Art. 2º VIII - Departamento de Políticas para as Mulheres; e IX - Departamento de Políticas para a Juventude.

DECRETO Nº 53.431, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017. (publicado no DOE n.º 032, de 15 de fevereiro de 2017) Abre créditos no Orçamento do Estado.

DECRETO Nº 53.505, DE 4 DE ABRIL DE 2017. (publicado no DOE n.º 065, de 05 de abril de 2017) Institui Grupo de Trabalho sobre Raça e Gênero no Mercado de Trabalho para analisar, sugerir alterações e contribuir na formulação de políticas públicas e mecanismos voltados ao combate às desigualdades salariais e de níveis de empregabilidade. Art. 1º **Fica instituído Grupo de Trabalho sobre Raça e Gênero no Mercado de Trabalho com o intuito de analisar, sugerir alterações e auxiliar na formulação de políticas públicas e mecanismos voltados ao combate às desigualdades salariais e de níveis de empregabilidade.**

DECRETO Nº 53.831, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017. (publicado no DOE n.º 236, de 13 de dezembro de 2017) Abre créditos no Orçamento do Estado.